

FINAL VERSION OF TRANSLATION TO BE PUBLISHED

**VERSÃO FINAL, PARA FINALIDADES DE ESTUDO,
DE UMA TRADUÇÃO A SER PUBLICADA**

(originais a serem padronizados e normalizados)

do livro de

PATRICK BOND

A PILHAGEM NA ÁFRICA

A economia da Exploração

Tradução de

Salomon Blajberg, Cientista Político

com a colaboração de

Jennifer Dunjwa Blajberg, Africanista e Flávio Wanderlei Lara, Economista

A ser editada no Brasil por comÁfrica.org

INSTITUTO COMÁFRICA - COMAFRICA INSTITUTE

www.comafrica.org - publicacoes@comafrica.org

que detém os direitos de licença para edição em língua portuguesa.

Rio de Janeiro, Brasil, 28 de novembro de 2007

A pedido do autor, Dr. Patrick Bond, estes originais estão sendo disponibilizados ao Centre for Civil Society (www.ukzn.ac.za/ccs) da University of KwaZulu-Natal School of Development Studies para finalidades de estudos, não incluindo matérias preliminares, como ISBN, ficha catalográfica, orelhas, capas, índice, etc. que estão sendo providenciados pelo detentor da licença de edição. Os gráficos ou figuras possuem sua tradução anotada ao lado dos seus originais em inglês, visto que ainda serão padronizados e normalizados pelo detentor da licença.

As sugestões dos leitores que utilizarem estes originais para finalidades de estudo, no tocante a explanação de peculiaridades de brasileirismos que porventura não tenham sido incluídos no glossário contrastivo que segue a esta página bem como quanto a particularidades toponímicas ou ainda de anglicismos que tenham escapado às Notas do Tradutor, abreviaturas, nomes de entidades, etc. serão bem-vindas, assim como toda e qualquer dúvida ou sugestão devidamente fundamentadas que possam ser sanadas ou aplicadas, permitindo o aperfeiçoamento ou melhor entendimento do texto traduzido. Indicações de traduções para o português de obras citadas pelo autor, caso sejam de conhecimento dos leitores, poderão ser incluídas no texto se informadas antes de 20/12/07.

Roga-se que tais sugestões sejam enviadas por correio eletrônico ao Tradutor Dr. Salomon Blajberg em tradutores@click21.com.br, com cópias para o detentor da licença de edição em publicacoes@comafrica.org e para o autor Dr. Patrick Bond em bondp@ukzn.ac.za, antes de 20/12/2007.

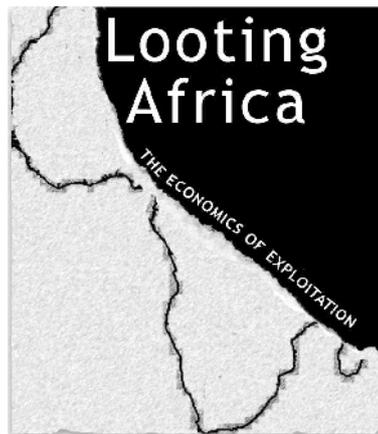
Glossário Contrastivo de
 Brasileirismos (PTBR) > "PALOPISMOS" OU LUSISMOS (PTPALOP OU PTEU)

PTBR - uso peculiar ao idioma português no Brasil	PTPALOP ou PTEU - uso peculiar ao idioma português na África ou Europa
AIDS	SIDA
Banco de Compensações Internacionais	Banco de Pagamentos Internacionais
Band-aid, curativo do tipo	Penso rápido, curativo do tipo
Capacidade excedente	Capacidade excedentária
Caribe	Caraíbas
Caribenho	Das Caraíbas
Cúpula(s)	Cimeira(s)
Chefes de torcida	Chefes de claque
Diretoria Executiva	Conselho de Administração
frear, freados	travar, travados
Ônibus	Maximbombo(s), Autocarro(s),
o de vocês	o vosso
<i>Inquérito Mundial de Valores/World Values Survey</i>	<i>Inquérito Mundial de Valores/World Values Survey</i>
Registro de Terras	Registo de Terras
Política de palanque midiático	Actuações mediáticas
Telefones celulares	Telemóveis

Patrick Bond, economista político, é professor pesquisador na *University of KwaZulu-Natal School of Development Studies* em Durban, África do Sul, onde dirige o Centro para a Sociedade Civil [*Centre for Civil Society - CCS*] (www.ukzn.ac.za/ccs). Ele também é professor visitante no Departamento de Ciência Política da *York University* em Toronto, Canadá e no Instituto de Ciências Sociais da *Gyeongsang National University* na Coreia do Sul. Anteriormente ensinou na Escola de Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento da *University of Witwatersrand*, na África do Sul, no Departamento de Economia da *Yokohama National University* e na Escola de Saúde Pública da *Johns Hopkins University*.

Outros livros recentes de Bond são: *Talk Left, Walk Right: South Africa's Frustrated Global Reforms* (editado pela *Africa World Press* e *University of KwaZulu-Natal Press* em 2006); *Trouble in the air: Global Warming and the Privatised Atmosphere* (organizado com Rehana Dada, editado pelo CCS em conjunto com o *Transnational Institute* em 2005); *Elite Transition: From Apartheid to Neoliberalism in South Africa* (*University of KwaZulu-Natal Press*, 2005); *Fanon's Warning: A Civil Society Reader on the New Partnership for Africa's Development* (*Africa World Press* e *CCS*, 2005); e *Against Global Apartheid: South Africa meets the World Bank, IMF and International Finance* (*Zed Books*, Londres e Nova Iorque e *University of Capetown Press*, Cidade do Cabo em 2003). Bond nasceu em 1961, em Belfast, na Irlanda do Norte.

PATRICK BOND



A PILHAGEM NA ÁFRICA

A economia da Exploração

Tradução de



Salomon Blajberg, Cientista Político

com a colaboração de

Jennifer Dunjwa Blajberg, Africanista

Flávio Wanderlei Lara, Economista

Publicado por



comÁfrica.org

INSTITUTO COMÁFRICA - COMAFRICA INSTITUTE
Rio de Janeiro, Brasil

Com o apoio de



Durban, África do Sul

Looting Africa: The Economics of Exploitation foi publicado pela primeira vez em 2006, na África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Botsuana, Namíbia e Zimbábue pela *University*

of KwaZulu-Natal Press,

Private Bag X01,

Scottsville 3209, África do Sul

www.unpress.co.za

e no resto do mundo por

Zed Books Ltd,

7 Cynthia Street, Londres N1

9JF, Reino Unido e

Room 400, 175 Fifth Avenue, Nova Iorque, NY 10010, EUA

www.zedbooks.co.uk

Copyright © Patrick Bond, 2006

O direito de Patrick Bond de ser identificado como o autor desta obra foi afirmado por ele de acordo com o *Copyright, Designs and Patents Act, 1988*

Capa por Andrew Corbett

All rights reserved – Todos os direitos reservados

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, fotocopiada, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida sejam quais forem as formas ou os meios empregados, eletrônicos ou outros sem o consentimento expresso da editora.

A ficha catalográfica deste livro está disponível na *British Library*

US Cataloging-in-Publication Data disponível na *Library of Congress*

ISBN 1 84277 812 9 hb (Zed Books)

ISBN 978 1 84277 812 8 hb (Zed Books)

ISBN 1 84277 811 0 pb (Zed Books)

ISBN 978 1 84277 811 1 pb (Zed Books)

ISBN 1 86914 095 8 pb (University of KwaZulu-Natal Press)

Sumário

Lista de Figuras e Tabelas
Prefácio à Edição em Língua Portuguesa
Prefácio e Agradecimentos

1

Pobre África
Duas visões

2

Desenvolvimento Desigual e Combinado
Neoliberalismo, estagnação e volatilidade financeira.

3

Fluxos financeiros de entrada e saída
Ajuda fantasma (ou fictícia), servidão por dívida, fuga de capitais.

4

A troca desigual revisitada
Comércio, investimentos, depauperamento da riqueza.

5

Os agentes africanos do Apartheid global
Neoliberalismo cultivado em casa, repressão, reforma fracassada.

6

O Militarismo e o Subimperialismo que se avulta na África
Washington, Londres, Pretória.

7

A Resistência da Sociedade Civil
Duas visões

Glossário Contrastivo

Abreviaturas

Índice

Figuras e Tabelas

Figuras

- 2.1: Taxa de juros (ajustada à inflação) nos empréstimos ao Terceiro Mundo, 1971-96
- 2.2: PIB Global versus um indicador de progresso genuíno, 1950-2003
- 2.3: Taxas de lucro empresarial nos EEUU, 1960-2000
- 2.4: Transferências de valor na "troca desigual" Sul-Norte, 1960-98
- 3.1: Estimativas da *Africa Commission* sobre os fluxos financeiros/de investimentos para a África Subsaariana
- 3.2: Tendências da Ajuda ao Terceiro Mundo, 1965-2004
- 3.3: Fuga líquida de capitais da África, 1970-2004
- 4.1: Pobreza e livre comércio
- 4.2: Parceiros Comerciais da África Subsaariana, 1970-2004
- 4.3: Subsídios agrícolas no Japão, na UE e nos EEUU
- 4.4: Recipiendários Africanos dos IDE
- 4.5: Emigração de trabalhadores qualificados com educação terciária, 2000
- 5.1: Déficits fiscais africanos, 1990-2003
- 5.2: Taxas de inflação africanas, 2000-2005

Tabelas

- 1.1: Desigualdade africana
- 3.1: Pagamentos da dívida da África Subsaariana, 2003
- 3.2: Dívida da África Subsaariana para com credores oficiais, 2005
- 4.1: Declínio no preço de mercadorias primárias tradicionais, 1980-2001
- 4.2: Ajustamento à taxa de poupança de Gana em 2000, baseado na riqueza tangível e no esgotamento de recursos
- 4.3: Riqueza nacional ajustada e "hiatos de poupança" de países africanos em 2000

Prefácio à edição em Língua Portuguesa

Ao publicar "A pilhagem na África - A economia da exploração" por Patrick Bond, o Instituto Comáfrica não só quer contribuir para o melhor conhecimento no Brasil das realidades africanas, como também, disponibilizar esta obra para o público dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Portugal através de uma abordagem lingüística internacionalista e voltada para as relações Sul-Sul, sem desconsiderar os relacionamentos Sul-Norte.

A pilhagem da África é uma temática que está profundamente ligada à história de Portugal e à história do Brasil. O Brasil não foi só vítima da pilhagem colonial portuguesa e de outras metrópoles – também participou da pilhagem da África.

A originalidade do livro de Patrick Bond reside na sua perspectiva contemporânea que mostra como se dá atualmente a pilhagem na África, a qual se faz acompanhar de legitimações ideológicas centradas por um lado em discurso sobre pobreza e corrupção como fenômenos congênitos no continente e por outro lado na glorificação pelos meios de comunicação globais da "ajuda" como panacéia.

A obra resgata o nexo entre tais fenômenos e o neocolonialismo, tornando claro que elites dirigentes do tipo "comprador" (formadas por africanos e colonos), excessivamente poderosas - com riquezas baseadas em acumulação financeira e parasítica – prosperam com a globalização neoliberal que agrava o problema de fuga de capitais do continente. Bond apresenta ao final desta obra o estado atual das alternativas, conforme se desenvolvem na própria África, para por fim à pilhagem.

Oferecendo paradigmas alternativos à Ciência Política e Economia do pensamento único que vem reduzindo a África a uma insignificância ahistórica através dos meios de comunicação globais, esta obra pode contribuir para o progresso dos Estudos Africanos no Brasil e para sua atualização inclusive na própria África.

A exploração do continente no contexto da globalização vem dispensando o uso de legitimações políticas como fazia no passado e passa a reciclar o paternalismo dos tempos coloniais para desenhar estratégias de novos missionarismos não-governamentais e, portanto sem necessidade de tais legitimações políticas. Por outro lado a armadilha da dívida continua a ser utilizada para manter os mecanismos que reforçam a pilhagem.

Os meios de comunicação globais banalizam a situação da África considerando como fato natural que se acumulem riquezas extraídas do continente fora dele (não só matérias primas como também trabalho, no passado através de escravos e hoje de imigrantes) e ignoram

completamente o nexó causal entre colonialismo, neocolonialismo e globalização no processo contínuo de pilhagem na África.

Patrick Bond recupera a tradição dos grandes estudiosos africanos e da Diáspora no Século XX que revelaram este nexó, e, neste livro, desmonta os esquemas de pensamento único que colocam a África no limbo.

Ao resgatar a África dos povos o livro de Bond mostra que de maneira alguma a África pode ser despida de seu papel central na História Humana e apesar da contínua pilhagem, tampouco de sua humanidade.

Jennifer Dunjwa Blajberg

Rio de Janeiro, Brasil, 2007.

Prefácio e Agradecimentos

O que se comunica, vulgarmente, com a palavra "pilhagem"? Em 30 de agosto de 2005 recebemos no sítio do yahoo.com uma resposta vívida que servirá como uma metáfora para a inversão do "senso-comum" das relações econômicas do Ocidente com a África. Duas fotografias foram momentaneamente expostas no sítio de notícias do yahoo.com, logo depois das conseqüências do furacão Katrina. Numa, a Agence France-Press tinha mostrado dois residentes de Nova Orleães vadeando triunfantemente "através da água inundada até o peito após buscarem pão numa mercearia local", conforme explicava a legenda. Na outra, a Associated Press circulou uma fotografia de um homem caminhando "através da água inundada até o peito depois de fazer pilhagem numa mercearia".

O casal "que buscara" era branco, o homem que fizera "a pilhagem" era negro.¹

O crítico social, Slavoj Žižek, considerou estereótipos dessa espécie ao discutir o que ele denominou de "o sujeito do qual se espera que faça pilhagem e cometa estupro" em Nova Orleães:

Nós todos recordamos os relatos sobre a desintegração da ordem pública, a explosão de violência, estupro e pilhagem negra. Entretanto, informações colhidas posteriormente demonstraram que, na grande maioria dos casos, estas pretensas orgias de violência *não ocorreram*: os boatos não-verificados foram simplesmente relatados como fatos pelos veículos de comunicação. Por exemplo, em 3 de setembro, o Superintendente do Departamento de Polícia de Nova Orleães falou ao *New York Times* sobre as condições no *Convention Center*: "Os turistas estão andando por lá e tão logo esses indivíduos os vêem, passam a ser rapinados. Estão batendo neles, estão violando-os nas ruas." Em uma entrevista algumas semanas mais tarde, ele admitiu que algumas de suas declarações mais chocantes se revelaram falsas: "Nós não temos relatório oficial algum para documentar qualquer assassinato. Nem um relatório oficial de estupro ou agressão sexual."²

¹ <<http://www.flickr.com/photos/firewall/38725768/>>.

² Žižek, S. (2005), 'The Subject Supposed to Loot and Rape: Reality and Fantasy in New Orleans', *In These Times*, 20 de outubro.

Quando turistas brancos anteriormente alojados nos hotéis de Nova Orleães procuraram escapar da cidade, foram apressadamente colocados na dianteira das filas para os ônibus da emergência, principalmente dos afro-americanos, dos residentes dos guetos de baixa-renda entulhados no vergonhoso *Convention Center*. Alguns destes residentes certamente tinham invadido lojas em busca de água, leite e alimentos perecíveis, principal e primeiramente como um mecanismo de sobrevivência, recebendo as vituperações por parte dos âncoras da *Fox News* e de comentaristas de mentalidade neoconservadora.

Então quem, na realidade, se beneficiou da catástrofe? Um outro analista crítico, Mike Davis, observou como o regime Bush rapidamente.

...escancarou as portas de Nova Orleães, para os saqueadores empresariais tais como a Halliburton, o Shaw Group e a Blackwater Security, já engordados com as presas de guerra feitas no Tigre(Iraque), [o que] contrastava de forma obscena com a mortal procrastinação do envio de água, alimentos e ônibus pela Agência Federal de Gestão das Emergências, a *Federal Emergency Management Agency* para as multidões caídas na armadilha do fétido inferno do *Louisiana Superdome*.³

Daí, quando chega à hora de explicar os crescentes divisores sociais mundiais, as revelações que vêm da principal cidade porto do país mais rico do mundo são notáveis em sua expressividade. O elemento essencial a que se reduzem é a idéia de "pilhagem": *não* como o lógico estilo de vida das vítimas negras do imperialismo, mas, em vez disso, como a base para *acumulação de capital* sob condições de desigualdade extrema.

O grande economista político africano Samir Amin fala de uma estratégia estadunidense para as sociedades do Terceiro Mundo que "visa somente" pilhar seus recursos ou riquezas.⁴ E Paul Krugman, economista da Universidade de Princeton, em uma coluna do *New York Times*, nos recorda que "Faz algum tempo, George Akerlof, Prêmio Nobel da Economia, descreveu o que está acontecendo à política pública como *uma forma de pilhagem*"... O governo de Bush e a liderança republicana no Congresso estão liderando o partido da pilhagem.⁵

Este partido - e as rivalidades interimperiais subseqüentes – começaram, há muitos anos atrás. Segundo Karl Marx,

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para caça comercial às peles negras

³ Davis, M. (2005), 'Catastrophic Economics: The Predators of New Orleans', *Le Monde Diplomatique*, 2 de outubro.

⁴ Amin, S. (2003), 'Confronting the Empire', apresentado à conferência sobre 'The Work of Karl Marx and the Challenges of the Twenty-first Century', Institute of Philosophy of the Ministry of Science, Technology and the Environment, the National Association of Economists of Cuba, the Cuban Trade Union Federation and the Centre for the Study of Economy and Planning, Havana, 5–8 de maio.

⁵ Krugman, P. (2003), 'Looting the Future', *New York Times*, 5 December.

marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações européias, tendo o mundo por palco.⁶

Por volta de 1913, Rosa Luxemburgo elaborou uma teoria plenamente desenvolvida do imperialismo a partir dessas percepções:

...A força, fraude, opressão, pilhagem estão na ordem do dia apresentando-se sem dissimulação, custando esforço para descobrir por baixo deste emaranhado de atos de violência política e de demonstrações de força as rígidas leis do processo econômico.

A teoria burguesa-liberal apenas possui uma compreensão unilateral que só consegue ver os domínios da "concorrência pacífica", das maravilhas da tecnologia e do puro comércio de mercadorias; ela dissocia a esfera de ação econômica do capital do outro aspecto: aquele dos estrepitosos golpes de força considerados como incidentes mais ou menos fortuitos da política externa.

Na realidade a violência política é também aqui tão somente o veículo para o processo econômico. As condições para a reprodução do capital proporcionam a vinculação orgânica entre estes dois aspectos da acumulação do capital, eis que juntos eles resultam na carreira histórica do capitalismo. O capital não vem ao mundo simplesmente "jorrando sangue e sujeira por todos os poros da cabeça aos dedos dos pés" senão que também assim prossegue em toda sua marcha pelo mundo – é assim que ele prepara, em convulsões cada vez mais violentas, sua própria derrocada....

O militarismo exerce uma função bem determinada na história do capital. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. Ele desempenha o papel decisivo no período da assim chamada "acumulação primitiva", ou seja, nos começos do capitalismo europeu, na conquista do Novo Mundo e dos territórios produtores de especiarias na Índia; mais tarde ele servirá para a conquista das colônias modernas, para destruir as organizações sociais das sociedades primitivas de modos que pudessem ser apropriados os meios de produção destas, introduzindo pela força as trocas de mercadorias em países cuja estrutura social fosse obstáculo para tanto, transformando os nativos num proletariado e instaurando pela força o trabalho assalariado nas colônias, auxiliando na criação e expansão de esferas de interesses do capital europeu nas regiões não-européias, arrancando a força concessões ferroviárias nos países atrasados e fazendo valer os direitos do capital europeu estabelecidos em empréstimos internacionais. Afinal, o militarismo se constitui num recurso na luta de concorrência entre os países capitalistas pela partilha de áreas de cultura não-capitalista.⁷ *

A riqueza do capitalismo - baseada em não menor medida sobre a pilhagem na África –

⁶ Marx, K. (1867)[2005], *Das Kapital*, Part VIII, Capítulo 31, disponível em <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch31.htm>>. MARX, Karl - "O Capital - Crítica da Economia Política" Vol I, Livro Primeiro, Tomo 2, Seção VII, Cap XXIV, sub CAP 6 - Gênese do capitalista industrial, pp 284, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

⁷ Luxemburgo, R. (1968)[1923], *The Accumulation of Capital*, Nova Iorque, Monthly Review Press. Veja <www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulationcapital/>, de onde foram retiradas estas citações. Ver também <<http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/ch31.htm>> e <<http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/ch32.htm>>. A tradução para o português foi feita em cotejo com a edição em alemão: Luxemburgo, Rosa, *Ökonomische Schriften*, Berlim, Dietz Verlag, 1975 "Die Akkumulation des Kapitals, Ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus in: p.397- 398 também disponível em <<http://www.marxists.org/deutsch/archiv/luxemburg/1913/akkkap/kap31.htm>>.

N.d.T. Na citação da tradução para o inglês da obra de Rosa Luxemburgo figura: "*for areas of non-capitalist civilization*". Na tradução de nossa lavra para o português como "*de áreas de cultura não-capitalista*", segue o sentido do texto original em alemão "*um Gebiete nichtkapitalistischer Kultur*". Somos de opinião que que nas traduções francesa e inglesa foi utilizado o termo *civilisation* cuja acepção era distinta da do alemão *Kultur*. O significado de *Kultur* em alemão à época em que Rosa Luxemburgo escreveu este texto corresponde a idéia essencialista e particularista de povo/nação/raça; neste sentido cultura não capitalista seria a cultura não européia. *Zivilisation* em alemão referia-se a cultura intrinsecamente aberta e pluralista caracterizada pelo progresso e desenvolvimento técnico transmissível para além dos limites de um povo/nação/raça – Rosa Luxemburgo usa o termo alemão *Zivilisation* em outras obras, por ex. na sua «Introdução à Economia Política» (Einführung in die Nationalökonomie): ao discorrer sobre o comunismo primitivo ressalta que este forma de sociedade não sobrevive a apenas um tipo de contato: o contato com a "civilização Européia, quer dizer com o capitalismo", no original: "*Nur eine Berührung verträgt und überlebt sie nicht: Es ist die Berührung mit der europäischen Zivilisation, das heißt mit dem Kapitalismus* [Rosa Luxemburgo - *Gesammelte Werke*. Herausgegeben vom Institut für Marxismus-Leninismus beim ZK der SED. Band 5. Berlim/DDR. 1975. "Einführung in die Nationalökonomie", S. 687-697, também acessível em <http://www.mlwerke.de/lu/lu05/lu05_687.htm>]

é regularmente revelada por acadêmicos críticos, entre os quais Walter Rodney se agiganta enormemente por seu livro de 1972 *How Europe Underdeveloped Africa*^{*}, seguido pela formidável *A Modern Economic History of Africa* de Paul Zeleza, primeiramente publicada pela instituição de pesquisa africana CODESRIA em 1993. Apesar de tais esforços, todavia, graças aos políticos e burocratas em Washington e Londres, mandachuvas do FMI e do Banco Mundial, vendedores internacionais de quinquilharias em Genebra, ONGs complacentes, celebridades banais e aos veículos de comunicação massiva, o legado e a contínua exploração da África tem sido enredados numa confusão ideológica.

Exemplificando, há que se refletir sobre toda a atenção que a África recebeu durante 2005, através de esforços para "fazer da pobreza história" ["*make poverty history*"], para aliviar o peso esmagador da dívida, para dobrar a ajuda e estabelecer uma "rodada de desenvolvimento" para o comércio. Quando muito, emergiram críticas parciais ao poder imperial no meio da cacofonia dos concertos de rock em que todos iam vestidos de branco e da política de palanque midiático. Deixando por menos, polidos discursos públicos maneirosa e diplomaticamente evitaram tocar na violência tempestuosa do capital, que se estende do Delta do Níger encharcado em petróleo às minas de ouro do nordeste do Congo, dos achados de diamantes em Botsuana aos campos da morte no Sudão. A maioria das estratégias das ONGs filantrópicas de Londres assegurou que as áreas temáticas centrais - dívida, ajuda, comércio e investimentos – seriam tratadas apenas de maneiras as mais superficiais.

Talvez isso não fosse surpreendente. As imagens dos próprios africanos através dos veículos de comunicação massiva eram quase que uniformemente negativas no período recente, o que convenientemente faz o jogo das elites. Como Giles Mohan e Tunde Zack-Williams observaram, "a cultura local e a falta de valores "próprios" tem levado a culpa pelo subdesenvolvimento da África por muito tempo. Tais discursos destinados a deixar o imperialismo se safar, novamente ergueram sua face horrenda sob vários pretextos.⁸ Foi a partir da África Ocidental que o escritor estadunidense neoconservador Robert Kaplan descreveu um futuro definido em termos "doenças, superpopulação, crime gratuito, escassez de recursos, migração de refugiados, crescente erosão dos estados-nação e fronteiras internacionais e o fortalecimento dos exércitos privados, firmas de segurança e cartéis internacionais de droga.⁹ Partindo de tal aterradora visão de mundo, não é um pulo muito distante para o assessor de Tony Blair - Robert Cooper declarar que "ao lidar com estados do

^{*} Existe *tradução portuguesa* : Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa, 1975 a qual será doravante também citada.

⁸ Mohan, G. e T. Zack-Williams (2005), 'Oiling the Wheels of Imperialism', *Review of African Political Economy*, 104/105, p. 214.

⁹ Kaplan, R. (1994), 'The Coming Anarchy', *Atlantic Monthly*, 273, p. 46.

tipo mais antiquado" ... necessitamos reverter a métodos mais duros de uma era mais primitiva: força, ataque preventivo, dissimulação, o que quer seja necessário para lidar com aqueles que ainda vivem no mundo do século dezenove de "cada estado por si mesmo", gerando por isso "um novo tipo de imperialismo" ... para trazer ordem e organização".¹⁰ De tais sentimentos, Tim Jacoby conclui: "no sentido de obscurecer a cumplicidade ocidental nos estados do Sul, ou em alguns casos a responsabilidade pelos defeitos deles, os formuladores de políticas tem sido influenciados por e contribuído para uma elevação da proeminência de explicações culturais para os fenômenos sociais." ¹¹

Como o "continente negro", a África tem sido tipicamente pintada em largas pinceladas, como um lugar de pessoas pagãs e incivilizadas, como selvagem e supersticiosa, como tribal e nepotista. Como David Wiley mostrou, a cobertura realizada pelos veículos de comunicação ocidentais se dirige à crise, baseada em jornalismo pára-queda, ampliado por uma indústria de entretenimento que "perpetua imagens negativas de primitivos impotentes, bobo-alegres, pagãos endiabrados. Os veículos de comunicação glorificam a intervenção do colonialismo/do europeu. Atualmente, a África é representada como um lugar de violência endêmica e de ditadores brutais mas ignorantes." Acrescente-se a isto a "animalização da África via uma legião de *shows* da natureza que apresentam a África como sendo desprovida de humanos", realçada por uma "indústria de propaganda que tem construído e explorado (e assim perpetuado) estereótipos simplistas da África."¹² Assim, foi repugnante que pessoas africanas fossem apresentadas em uma aldeia temática dentro de um zoológico austríaco em junho de 2005, suas cabanas colocadas próximas às jaulas de macacos em cenas que lembram exposições do século dezenove, o que talvez fosse lógico para os organizadores. Em uma carta explicatória, Barbara Jantschke diretora do zoológico, negou que aquilo fosse "um erro" porque "eu penso que o Zoológico Augsburg é exatamente o lugar certo para comunicar uma atmosfera do exótico".¹³

Nesse contexto, a dificuldade de apresentar uma crítica *estrutural* que faça a articulação de problemas políticos e econômicos, com raça, classe e gênero, ficou mais clara para mim quando, na esteira da badalação e agito do G8 em Gleneagles em julho de 2005, um amigo me enviou por correio eletrônico uma coluna do *International Herald Tribune* daquele dia de autoria do Daniel Altman, o "correspondente de economia global" do jornal. Altman, que não

¹⁰ Cooper, R. (2002), 'The Post-Modern State', in M. Leonard (ed.), *Re-Ordering the World: the Long-Term Implications of September 11*, Londres, The Foreign Policy Centre, pp. 16–17.

¹¹ Jacoby, T. (2005), 'Cultural Determinism, Western Hegemony and the Efficacy of Defective States', *Review of African Political Economy*, 104/105, p. 228.

¹² "Veja no sítio <http://exploringafrica.matrix.msu.edu> em: <http://exploringafrica.matrix.msu.edu/teachers/curriculum/ml/notes.php> "

¹³ Hawley, C. (2005), 'African Village Accused of Putting Humans on Display', *Spiegel Online*, 9 de junho, <<http://service.spiegel.de/cache/international/0,1518,359799,00.html>>.

se identificou ou deu conversa, estava posicionado ao meu lado num vôo noturno de Nova Iorque [JFK]- Londres [Heathrow] e fez algumas notas enquanto sub-repticiamente dava uma olhada na tela do meu computador. Sua coluna começava como se segue:

Não muito tempo atrás, Patrick Bond, um autor e professor na Universidade de KwaZulu-Natal na África do Sul, viajava de avião e estava sentado a trabalhar em uma apresentação que devia logo fazer em Oxford. Para um determinado slide, gastou diversos minutos rearrumando fotos de caixões de soldados americanos cobertos por bandeiras a bordo de um avião cargueiro e do presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, vestido como um astronauta. Não importa que esta fosse uma apresentação sobre a mercantilização da água na África do Sul – para os adversários do "neoliberalismo" como Bond, as supostas perversidades dos mercados livres e da política externa expansionista são como um só e iguais.¹⁴

Eu confesso: o que eu titubeantemente perguntaria no seminário do dia seguinte era se o ímpeto do Banco Mundial para mercantilizar tudo sob o sol, incluindo a água e até mesmo o ar¹⁵ seria modificado ou fortalecido pelos antecedentes e orientação unilateralista e petromilitarista de Wolfowitz. O primeiro slide daqueles três colocou um par de perguntas: "O Banco Mundial de Wolfowitz retornaria ao neoliberalismo? Qual é sua agenda a longo prazo?".

Minha resposta – a qual ninguém contestou - era que embora a pilhagem do Iraque combinasse explicitamente o neoliberalismo (a agenda de longo alcance da privatização de Paul Bremer) com a ocupação militar, esta combinação estratégica seria difícil de se manter aplicada em outro lugar. Em primeiro, contradições econômicas crescentes associadas com o comércio liberalizado, investimentos e especialmente mercados financeiros parecem insuperáveis. Em segundo, os caixões demonstraram que o militarismo estadunidense aplicado ao Iraque - e talvez Síria, Irã, Coréia do Norte e Venezuela, por exemplo - pode também ser insustentável. Contudo Wolfowitz, eu predisse, continuaria tentando fundir a economia e os imperativos territoriais do imperialismo. Um Altman que não entende reclamou: "Para seus inimigos, o neoliberalismo, pelo visto, alude a um impulso inato dos americanos [N.d.T.: estadunidenses.] para criar mercados sem restrições para tudo, em toda parte, mesmo se significar a derrubada de um governo." *Precisamente*. Às vezes as elites não podem - ou não verão além de seus narizes. Em contraste, um venerável e extremamente popular comentarista de rádio dos EEUU, Paul Harvey, expressou impulsos básicos do seu país mais abertamente, justamente alguns dias antes, num apelo para que Bush agressivamente mobilizasse as armas de destruição em massa:

¹⁴ Altman, D. (2005), 'Neoliberalism? It Doesn't Exist', *International Herald Tribune*, 16 de julho.

¹⁵ Bond, P. e R. Dada (eds) (2005), *Trouble in the Air: Global Warming and the Privatised Atmosphere*, Durban, University of KwaZulu-Natal Centre for Civil Society.

Nós mandamos homens com rifles ao Afeganistão e Iraque e mantivemos nossas melhores armas em nossos silos. Mesmo agora, ficamos lá morrendo, ousando nada fazer que seja decisivo, porque nos declaramos melhores, mais virtuosos, mais civilizados que nossos inimigos terroristas. Nossa imagem está em jogo, insistimos.

Mas não chegamos até aqui porque somos feitos de açúcar cândi. Era uma vez, quando abrimos nosso caminho para dentro desse continente dando cobertores infectados com varíola para os nativos americanos. Sim, isso era guerra biológica! E usamos cada outra arma que pudemos ter em nossas mãos para tomar essa terra de quem quer que fosse. E crescemos prósperos. E, sim, lubrificamos nossos freios com o suor dos escravos.

E assim se passa com a maioria dos estados-nação, que, sentindo-se culpados por seu passado selvagem, por fim se civilizam entregando os pontos e capitulando ,invadidos e em última análise dominados pelos descarnados, famintos e pelos aspirantes e ambiciosos que não são doces.¹⁶

Quando tem que ser defendida a tomada de terras ou de mercados, há muitos americanos orgulhosos - e não somente apresentadores de programas de entrevistas como Paul Harvey ou Rush Limbaugh - que são vergonhosamente a favor da pilhagem. Como o delicado colunista do *New York Times* Thomas Friedman esplendidamente notou, "a mão escondida do mercado nunca trabalhará sem o punho escondido(fechado) - McDonald's não pode florescer sem o McDonnell Douglas, o projetista do F-15. E o punho escondido(fechado) que mantém o mundo seguro para as tecnologias do Vale do Silício chama-se Exército, Força Aérea, Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos." ¹⁷

Resumindo, não se compreende melhor a "pilhagem" contemporânea através dos produtos de imaginação populista, superficial, sintetizados pelo título da notícia da *Associated Press* com que eu comecei. A pilhagem é um sistema dirigido a partir de instituições *capitalistas* em Washington, Londres e outros centros do Norte, acomodada por sócios juniores através do Terceiro Mundo, incluindo as capitais africanas, especialmente Pretória. É este mesmo o argumento que eu defenderei nas páginas que seguem.

AGRADECIMENTOS

Como sempre, estou agradecido a uma comunidade de solidários críticos que camaradamente reforçam onde for apropriado e me corrigem bastante. Durante um ano sabático 2003-4 no Departamento de Ciência Política da Universidade de York, por exemplo, meus anfitriões foram Leo Panitch e Sam Gindin, dois grandes acadêmicos ativistas com enorme capacidade para interpretar e criticar as forças do império estadunidense. Seu próximo livro vai apoiar – e algumas vezes se opor - a outros recentes estudos na língua inglesa baseados na tradição da economia política marxista que eu achei valiosos, por autores como Walden Bello (*Dilemmas*

¹⁶ Citado em Zorn, E. (2005), 'Paul Harvey: Ah, Genocide and Slavery, Now That's a Good Day!', *Chicago Tribune*, 24 de junho.

¹⁷ Friedman, T. (1999), 'A Manifesto for the Fast World', *Nova Iorque Times Magazine*, 28 de março.

of Domination), Robert Brenner (*The Boom and the Bubble** e *The Economics of Global Turbulence*), Gérard Duménil e Dominique Lévy (*Capital Resurgent*), David Harvey (*The New Imperialism***, *Spaces of Neoliberalization* e *A Brief History of Neoliberalism*) e Ellen Wood (*Empire of Capital*). No que toca a documentar o processo global de drenagens das riquezas ou recursos do Terceiro Mundo, estou em débito com outros pesquisadores incluindo Joan Martinez-Alier, Gernot Koehler, Eric Toussaint e Mark Weisbrot, entre outros, que foram todos muito incentivadores e generosos com seus dados e informações.

Na África, é impossível não reconhecer inspiradores trabalhos por tantos intelectuais que tem moldado nosso entendimento do imperialismo a partir de tradições similares. Nas últimas décadas, a pesquisa e a polêmica por acadêmicos e líderes políticos africanos – e seus aliados internacionais - desvendaram muitas destas relações de pobreza global/local, desigualdade e desenvolvimento desigual. Uma lista parcial de influentes africanos do passado imediato e do presente que indicaram o caminho pelas trilhas da análise crítica que estou seguindo, incluiria Tajudeen Abdul Raheem, Charles Abugre, Adebayo Adedeji, Jimi Adesina, Claude Ake, Neville Alexander, Samir Amin, Peter Anyang'Nyong'o, A. M. Babu, Ahmed Ben Bella, Steve Biko, Dennis Brutus, Amilcar Cabral, Fantu Cheru, John Daniel, Jacques Delpechin, Demba Dembele, Ashwin Desai, Yasmine Fall, Frantz Fanon, Ruth First, M. P. Giyose, Yao Graham, Pauline Hountondji, Eboe Hutchful, Khafra Kambon, Dot Keet, Rene Loewenson, Sara Longwe, Patrice Lumumba, Samora Machel, Archie Mafeje, Ben Magubane, Amina Mama, Mahmood Mamdani, Achille Mbembe, Henning Melber, Guy Mhone, Darlene Miller, Thandika Mkandawire, Dani Nabudere, Léonce Ndikumana, Trevor Ngwane, Njoki Njehu, Kwame Nkrumah, Julius Nyerere, Georges Nzongola- Ntalaja, Oginga Odinga, Adebayo Olukoshi, Oduor Ongwen, Bade Onimode, Haroub Othman, Mohau Pheko, Kwesi Prah, Brian Raftopoulos, Thomas Sankara, Issa Shivji, Yash Tandon, Riaz Tayob, Aminata Traoré, Dodzi Tsikata, Kwame Ture, Ngugi Wa Thiong'o, Ernest Wamba dia Wamba, Harold Wolpe, Tunde Zack-Williams e Paul Zeleza. Graças a Firoze Manji e Patrick Burnett, alguns desses autores podem ser encontrados regularmente num guia baseado na Internet, emanando do continente, trazendo os mais fortes argumentos contemporâneos contra o poder imperial – refiro-me ao "Pambazuka" da *fahamu.org* que traz um serviço noticioso e analítico semanal - não há recurso melhor na rede. Na *Africa World Press*, Kassahun Checole publica muitos destes escritores radicais - como fazem a editora *Zed Books*, a *University of KwaZulu-Natal*, a *Southern African Political Economic Series* em Harare e claro o CODESRIA- Conselho para o

* BRENNER, Robert (2002) *The boom and the bubble*, Londres, Verso. Há tradução brasileira: *O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003

** Há tradução brasileira: Harvey, David. *"O Novo Imperialismo"*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África- em Dakar, entre outros.

Aliados de fora do continente incluem resolutos e leais analistas intelectuais e ativistas políticos que devotaram suas carreiras ao combate a exploração capitalista da África (por exemplo, Hans Abrahamsson, Soren Ambrose, Michael Barratt-Brown, Salih Booker, Sarah Bracking, Victoria Brittain, Jan Burgess, Ray Bush, George Caffentzis, Horace Campbell, Lionel Cliffe, Carole Collins, Dan Connell, Fred Cooper, Imani Countess, Basil Davidson, Jennifer Davis, Silvia Federici, James Ferguson, Bill Fletcher, Reginald Green, Branwen Gruffydd Jones, Joe Hanlon, Colin Leys, Bill Martin, Bill Minter, Giles Mohan, Jane Parpart, Walter Rodney, John S. Saul, Ann Seidman, Tim Shaw, Vladimir Shubin, Colin Stoneman, Carol Thompson, Meredith Turshen, David Wiley, Gavin Williams e muitos outros). À parte do ativismo de solidariedade, eles trabalham através de associações de acadêmicos radicais (tais como a *Association of Concerned African Scholars* e o *Committee for Academic Freedom in Africa*), periódicos (tais como a *Review of African Political Economy*) e grupos de solidariedade (o *Toronto Committee for the Liberation of Southern Africa* foi exemplar no seu tempo, como *Africa Action* o é hoje). Todos os caminhos oferecidos para entender e combater a pilhagem da África e as páginas seguintes, meramente atualizam seus argumentos. (Soren Ambrose deu conselhos específicos sobre o texto, pelos quais estou extremamente agradecido.)

Assim que as idéias nesse livro se juntaram, eu recebi muitos subsídios úteis em palestras e em conferências e seminários estimulantes.¹⁸ Particularmente, vários editores e

¹⁸ Imensa gratidão aos organizadores e participante de seminários onde apresentei os argumentos deste livro durante 2005: a *Intercontinental Network for Promoting the Social Solidarity Economy* em Dakar; a *School of International and Public Affairs* da Universidade de Colúmbia; o *Institute for Policy Studies, Africa Action, Center for Economic and Policy Research* e *Jubilee USA* em Washington; o *Colloquium on Southern Africa* da *Duke University*; o Seminário de História Africana da *University of KwaZulu-Natal*; uma conferência sobre a dívida ecológica em Joanesburgo do *South African Council of Churches Economic Justice Network* [Rede de Justiça Econômica do Conselho Sul-Africano de Igrejas] e do Conselho Mundial de Igrejas; o Fórum Social da África Austral em Harare; o colóquio anual da Associação Sul-Africana de Ciência Política em Pietermaritzburgo; conferência da organização ambientalista sul-africana *groundWork* sob o título *'Another Energy Future is Possible'*, realizada em Joanesburgo para opor-se ao Congresso Mundial do Petróleo; a oficina de trabalho sobre movimentos sociais realizada em Buenos Aires pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais; o seminário da *University of KwaZulu-Natal School of Development Studies*; uma conferência do periódico *Capitalism Nature Socialism* feita sobre *'Ecology, Imperialism and the Contradictions of Capitalism'* na *York University* em Toronto; a *'Summer School on Transnational Flows, Structures, Agents and the Idea of Development'* da *Central European University* em Budapeste; uma conferência em Londres da organização anti-guerra *Globalise Resistance* e o encontro público de Alternativas ao G8 em Glasgow antes da Cúpula do G8 em Gleneagles; um seminário da *Oxford University School of Geography*; um sarau do Brecht Forum que compartilhei com Dennis Brutus sobre *'Imperialismo, Subimperialismo e Resistência Popular na África do Sul'* em Nova Iorque; um simpósio da *University of California/Los Angeles Center on Globalization (Africa)*; e a *Africa Dialogue Lecture Series* no *Centre for International Political Studies* da *University of Pretoria*. Durante 2004, são devidos agradecimentos àqueles e àquelas que fizeram os preparativos e tomaram parte em eventos nestes locais: uma conferência em Adis Abeba da *International Development Economics Associates, Ethiopian Economic Association* e do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA); uma sessão do *'Empire Seminar'* [Seminário sobre o Império] do Departamento de Ciência Política da *York University* em Toronto; a oficina de trabalho da Fundação Dag Hammarskjöld *'What's Next in Economics?'* no instituto da economista estadunidense Hazel Henderson em St Augustine; um curso de economia política do *Africa University Institute for Peace Leadership and Governance* em Mutare, Zimbábue; a Conferência da *Review of African Political Economy* e 30º aniversário do CODESRIA em Sheffield; Department of Peace and Development Research da Universidade de Gotemburgo; o Oslo Institute for Globalization Networking, Information and Studies e a Drop the Debt Campaign norueguesa; uma conferência sobre a Esquerda Latino-Americana no *University of Wisconsin Havens Center*; O Curso de Pós-Graduação em *Advanced Development Economics e Policy Making* na *Equator School* em Entebbe, Uganda; uma conferência na *McGill University Medical School* sobre *Achieving Global Health Equality*; um painel da *International Studies Association* sobre *Reconfiguring Power through the International Aid Regime* em Montreal; a *Socialist Scholars Conference* de Nova Iorque; a *Phyllis Clarke Memorial Lecture* na *Ryerson University* em Toronto; e um seminário do Departamento de Sociologia da *Binghamton University* e *Braudel Center seminar*.

organismos patrocinadores apoiaram versões preliminares do trabalho.¹⁹ Outras me propiciaram espaço em sítios na Internet e revistas através das quais a esquerda internacional costuma compartilhar informações.²⁰ Também tive afortunadamente a oportunidade de trabalhar com amigos, camaradas, estudantes e colegas acadêmicos excelentes,²¹ dentre os quais o falecido Guy Mhone era universalmente querido - um modelo a ser seguido.

Mais importante ainda, é que de Toronto à África do Sul e em muitos lugares entre estes e para além destes, grupos de campanhistas dedicados ensinam aos acadêmicos. Muitos têm que pelear não somente com o capital, os estados e o sistema interestatal. Eles também enfrentam perturbações, que partem principalmente das ONGs internacionais cujas reformas propostas *fortalecem o sistema*, em vez de proporcionar as bases para o seu desmantelamento. Em contraste, na África do Sul muitos de nós ganhamos conhecimento através da "praxis": observando, de perto, os desafios ao estado e capital de modo a compreender onde o poder faz concessões, onde coopta críticos vindos das bases populares, das comunidades, onde parte para a repressão, onde estabiliza crises e aonde o próximo "round" de contradições poderá emergir. Isto é, em parte, como resultado de uma média de 16 protestos por ativistas sul-africanos todo dia (dos quais 13 por cento são registrados como "ilegais" pela polícia), na maior parte contra a prestação inadequada dos serviços municipais e outras queixas no âmbito municipal, segundo o Ministro da Segurança e Proteção.²²

Mais sistemicamente, todavia, os desafios organizacionais ao poder de Pretória são feitos repetidamente pelos movimentos sociais e organizações congêneres dedicados a uma mudança mais radical (o que poderia ser chamado de "reformas não-reformistas").²³

¹⁹ Agradeço especialmente a Rene Loewenson e à diretoria da Equinet e Charles Mutasa da Afrodad pelo apoio a distintos componentes da pesquisa conforme apresentados nos Capítulos 3 e 4, e à Fundação Nacional Sul-Africana de Pesquisas [*SA National Research Foundation*] e ao Conselho de Pesquisas da Noruega por financiar estudantes pesquisadores e pesquisadores visitantes que estivessem realizando projetos relacionados. Por darem um arejamento a seções de capítulos posteriores agradeço a Joel Kovel do periódico *Capitalism Nature Socialism* (Capítulo 4), David Held por explorar as controvérsias estratégicas sobre reforma global em *Debating Globalization* (Capítulo 5), Leo Panitch e Colin Leys do *Socialist Register 2005: The Empire Re-loaded* (Capítulo 6), Jan Burgess da *Review of African Political Economy* (Capítulo 6), e Shahid Qadir do *Third World Quarterly* e Roger Keil do *International Journal of Urban and Regional Research* (Capítulo 7).

²⁰ Os gentis editores e editoras dos seguintes periódicos e e-zines permitiram-me, durante 2004–5, submeter a prova alguns dos argumentos: *Counterpunch*, *debate*, *Foreign Policy in Focus*, *Global Dialogue*, *Open Democracy*, *Pambazuka*, *Red Pepper*, *Socialist Review*, *Socialist Worker*, *Sunday Tribune* e *ZNet Commentary*.

²¹ O espaço simplesmente não permite nomear as muitas estimadas pessoas que me deram apoio nestes dois últimos anos, incluindo colegas e estudantes na *Faculty of Environmental Sciences* e *Department of Politics* da *York University*, na *Graduate School of Public and Development Management* da *University of the Witwatersrand*, no *Africa University Institute for Peace Leadership and Governance*, na *Central European University Summer School* e na *University of KwaZulu-Natal* a *School of Development Studies* e o *Centre for Civil Society*. Em nível pessoal, minha gratidão é enorme para Jan e para Zoë, pela contínua inspiração.

²² Madlala, B. (2005), 'Frustration Boils over in Protests: Community Angered at Snail Pace Service Delivery', *The Mercury*, 14 de outubro.

²³ No início de 2006, estes incluíam o *Abahlali Mjondolo* (Movimento dos Moradores em Barracos) de Durban (bem como outro grupos de comunidades de áreas oprimidas de Durban), o *Anti-Privatization Fórum* (Fórum Anti-Privatização) da Grande Joanesburgo, o *Education Rights Project* (Projeto de Direitos Educacionais), o *Environmental Justice Networking Forum* (Fórum para Formação de Redes de Justiça Ambiental), *Fisherfolk*, Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*], o *Landless People's Movement* [Movimento das Pessoas Sem Terra], o *Rural Women's Movement* (Movimento das Mulheres Rurais), a *Indaba* dos movimentos sociais [N.d.T.: Indaba, palavra do idioma nguni significava originalmente uma conferência realizada pelos "indunas" ou seja os dirigentes dos povos zulu e xhosa da África do Sul, tem hoje na África Austral o significado ampliado para designar qualquer conferência entre grupos de interesses.), o Comitê Contra a Crise de Eletricidade em Soweto (*Soweto Electricity Crisis Committee*), a *Treatment Action*

Reconhecidamente, na época em que escrevo esta obra, muitas das organizações que compõem a esquerda independente da África do Sul estão em profunda crise interna, contudo seus exemplos têm sido regularmente inspiradores.

Uma pergunta chave diz respeito à extensão em que estes e outros grupos - e talvez no futuro partidos políticos de massas, mais radicais do que aqueles que agora estejam disponíveis – podem continuar se movimentando para lá e para cá, da escala local à global.. Se assim fosse, talvez seguissem os exemplos associados à solidariedade popular sul-africana aos povos oprimidos na Palestina, Birmânia e Zimbábue e oferecessem uma resistência crescente (talvez através do Fórum Social da África Austral e Fórum Social Africano) às muitas maneiras em que a África do Sul pilha a África. Quanto às forças que se contrapõem na escala global, o capítulo final proporciona fontes para otimismo. Notáveis entre estes, a meu ver, são os trabalhos de Dennis Brutus, M. P. Giyose e outros que advogam *reparações/indenizações compensatórias* do Norte que há muito são devidas às vítimas do imperialismo; esforços relacionados para terminar o regime do neoliberalismo mais fortemente imposto pela dominação do Banco Mundial e FMI; as crescentes redes de solidariedade dentro de e entre África e o Norte; a possibilidade de uma orientação programática mais progressista (e menos mentalidade de "feira de amostras de idéias") no Fórum Social Mundial e seus afiliados e (ainda assim distante) as perspectivas para um estado democratizado revitalizado como uma das unidades cruciais de resistência. Todavia, sobre essas questões, você, leitor ou leitora e, especialmente, ativistas africanos e africanas– terão que oferecer uma análise mais duradoura.

Patrick Bond

Durban

África do Sul

2006

Campaign(Campanha de ação e Tratamento dos atingidos por HIV/AIDS/SIDA] e a *Western Cape Anti-Eviction Campaign*(Campanha contra os Despejos na Província do Cabo Ocidental), com as correspondentes análises e oficinas de trabalho frequentemente proporcionadas pelo *Alternative Information and Development Centre*, *Centre for Civil Society*, *Freedom of Expression Institute* [Instituto de Liberdade de Expressão], *groundWork*, *International Labour Research and Information Group*, *Khanya College* e *Southern African Centre for Economic Justice*. Em anos futuros é de se esperar que desafios mais radicais emergerão a partir do Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (*Congress of South African Trade Unions*) e do Partido Comunista Sul-Africano, uma vez que cesse a aliança crescentemente disfuncional com o Congresso Nacional Africano [ANC - *African National Congress*].

1

Pobre África

Duas visões

Afinal, a África é pobre porque sua economia não cresceu. Os setores público e privado precisam trabalhar juntos para criar um clima que deslanche o empreendedorismo dos povos da África, gere emprego e incentive os indivíduos e as firmas, nacionais e estrangeiros a investirem. São necessárias mudanças na governança para fortalecer o clima de investimentos. O mundo desenvolvido deve apoiar o programa Nova Parceria para o Desenvolvimento de África [NEPAD - *New Partnership for Africa's Development*] da União Africana para construir parcerias público/privadas no sentido de criar um clima forte para o crescimento, investimentos e empregos.²⁴

Estas sentenças – do relatório apresentado em março de 2005 pela Comissão para a África de Tony Blair [*Comission for Africa*] – destilam as percepções equivocadas da sabedoria convencional a respeito do subdesenvolvimento do continente. No mesmo ano Blair foi o anfitrião das cúpulas doG8 e dos líderes da União Européia e, Gordon Brown o seu Chanceler do Tesouro* propôs diversas iniciativas sobre a dívida, ajuda e comércio, posicionando a retórica do "Plano Marshall para África". Abaixo, refletimos sobre a maneira como a Comissão para a África cooptou elites africanas chave para um projeto neoliberal modificado de mercado livre. Mas para dar o tom nesta primeira página seria mais lógico revirar todas as admoestações acima e reconstruir o parágrafo da seguinte forma:

Afinal, a África é pobre porque sua economia e sociedade têm sido devastadas pelo capital internacional, assim como pelas elites locais que freqüentemente são apoiadas por potências estrangeiras. Os setores público e privado têm trabalhado juntos para exaurir os recursos ou riquezas do continente que de outro modo – se aproveitados e distribuídos razoavelmente – deveriam atender às necessidades dos povos da África. Mudanças na "governança" – revoluções, por exemplo – são desesperadamente necessárias para o progresso social e estas impõem não somente o empoderamento/ a autonomia da "sociedade civil", mas também o fortalecimento daquelas agências nos estados africanos que possam propiciar bem-estar e infra-estrutura básica. O mundo rico deve decidir se apóia o programa NEPAD da União Africana, o qual tornará pior a exaustão das riquezas ou recursos por causa de sua orientação pró-empresarial, ou, em vez disso, dá espaço à África para que as sociedades construam parcerias público/populares no sentido de satisfazer as necessidades básicas não atendidas.

Uma razão para fazer esta alegação veementemente na abertura é para nos lembrar do legado histórico de um continente *pilhado*: comércio forçado datando de séculos atrás; escravidão que desarraigou e desapossou cerca de 12 milhões de africanos; tomada de terras à força; regimes de tributação

²⁴ Comissão para a África [Commission for Africa] (CfA) (2005), *Our Common Future*, Londres, p. 13.
· Atual Primeiro Ministro (2007)

perversos, exigindo sacrifícios; os metais preciosos feitos desaparecer; a apropriação de antiguidades para o Museu Britânico e outras salas de troféus; a emergência de ideologias racistas no século dezenove para justificar o colonialismo; o retalhamento da África em territórios disfuncionais feito em 1884/5, numa sala de negociação em Berlim; a construção de sistemas de povoamento colonial e de extrativismo colonial - dos quais o Apartheid, a ocupação alemã da Namíbia, as colônias portuguesas e o Congo Belga do rei Leopoldo eram talvez somente os mais descarados - baseados frequentemente em arrancar trabalhadores negros emigrantes das áreas rurais (deixando, conseqüentemente, mulheres com responsabilidades imensamente elevadas); campos de batalha da Guerra Fria – prepostos dos conflitos EEUU-URSS - enchidos com milhões de cadáveres; outras guerras catalisadas por pesquisas minerais e pela violência resultante tal como testemunhada nos diamantes de sangue e no coltan (columbita-tantalita, um componente crucial de telefones celulares e de chips de computador; faixas de caça da África Oriental, Central e Austral, desmatadas por caçadores furtivos, agora esvaziadas dos rinocerontes e elefantes cujo marfim se tornou material ornamental ou afrodisíaco no Oriente Médio e na Ásia Oriental; sociedades usadas como cobaias em experiências da indústria farmacêutica ... e a lista poderia continuar.

Hoje, ainda, a África está se tornando progressivamente mais pobre, com renda per capita em muitos países abaixo daquelas da era da independência nas décadas de 1950-60. Se considerarmos mesmo a mais banal medida da pobreza, a maioria dos países africanos subsaarianos sofreu um aumento na porcentagem das pessoas com renda de menos do que US\$ 1/dia durante as décadas de 1980 e de 1990, o que é admitido pelo próprio Banco Mundial.²⁵ Posteriormente examinamos dados ainda mais preocupantes (também do Banco) relativos ao esgotamento de matérias-primas da África e as implicações para a renda nacional e poupança líquidas do continente que estão em declínio.

Contudo a piora das estatísticas conduziu a diferentes tipos de abordagem. Emblemático da opinião da elite do poder (ainda que publicada na ostensivamente progressista revista estadunidense *The Nation*) foi a resenha de Andrew Rice dos novos livros sobre a África por Martin Meredith, Robert Guest e Jeffrey Sachs:

"Como pode um continente estar em tamanho descompasso com a marcha do progresso da humanidade? Todos concordam que os africanos são desesperadamente pobres e tipicamente toleram os governos que são, em graus variados, corruptos e frívolos. A controvérsia é sobre causas e conseqüências. Um grupo - chamemo-lo campo da pobreza em primeiro lugar - acredita que os governos africanos são tão ordinários assim precisamente porque seus países

²⁵ 2 World Bank [Banco Mundial] (2005), *2006 World Development Report: Equity and Development [Relatório Mundial de Desenvolvimento 2006: Equidade e Desenvolvimento]*, Washington, World Bank, p. 66. Para uma magnífica crítica do indicador US \$/dia, veja Reddy, S. (2005), 'Counting the Poor: the Truth about World Poverty Statistics', in L. Panitch e C. Leys (eds), *Telling the Truth: Socialist Register 2006*, Londres, Merlin Press e Nova Iorque, Monthly Review Press.

são tão pobres. O outro grupo – o da governança em primeiro lugar – sustenta que os africanos estão empobrecidos porque seus dirigentes os mantêm dessa maneira".²⁶

Sachs não é realmente tão grosso, visto que segundo ele "Pouco ultrapassa o mundo ocidental na crueldade e depredações que por muito tempo tem imposto à África." Mas em vez de dar crédito à progressista e orgânica campanha anticorrupção africana, ele presume que a crítica a ditadores corruptos é uma "*story line*" política da "direita". Daí, Sachs prossegue na repetição dos bem conhecidos relatos sobre malária, AIDS [SIDA], países sem saída para o mar e outras formas de análise geograficamente determinista e então concilia essas explicações com assessoria política na base do trivial variado: adotando a boa governança mais "implementando reformas tradicionais do mercado, especialmente no que toca à promoção de exportação". Para Sachs, no seu livro, virtualmente nenhuma das análises estruturais críticas são dignas de mais do que a adulação de um parágrafo.²⁷

Posteriormente haverá tempo para questionar a suposta "marcha do progresso" (no Capítulo 2) e os méritos das "reformas tradicionais do mercado" (nos Capítulos 3-4). Mas uma inteiramente outra visão – a saber, a de que os governantes africanos mantêm seu povo pobre *porque* eles estão amarrados a um sistema de poder global, acumulação e luta de classes – é o que parece ter faltado, especialmente quando ONGs bem intencionadas e proponentes filantrópicos buscam mais ainda a integração africana aos circuitos imperiais do comércio, ajuda, finanças e investimentos, citando a corrupção do estado como o maior impedimento para esta panacéia.²⁸ Acadêmicos do Norte fornecem uma versão mais sofisticada da discussão, conhecida como a teoria do patrimonialismo africano, isto é o governo através de clientelismo pessoal em vez de pela ideologia ou lei, baseado em relacionamentos de lealdade e dependência com uma distinção nebulosa entre interesses públicos e privados.²⁹

De fato, as mais profundas relações de poder global que mantêm a África por baixo e

²⁶ Rice, A. (2005), 'Why is Africa Still Poor?', *The Nation*, 24 de outubro.

* N.d.T.: Em cinema, uma *storyline* é no fundo o resumir da história numa linha, ou frase.

²⁷ Sachs, J. (2005), *The End of Poverty*, Londres, Penguin, pp. 189–209.

²⁸ Um bom exemplo é o conselho de um bem conceituado analista de uma ONG próxima ao governo britânico, Matthew Lockwood, de que "a expansão do comércio é necessária para o crescimento econômico e redução da pobreza em África É quase evidente que a África necessitará de muito mais ajuda para atingir o crescimento sustentável." Para promover esta agenda, ele pede mais advocacia pelas "partes africanas da organizações internacionais", em vista de sua visão em grande parte negativa dos pontos fortes da sociedade civil africana orgânica (Capítulo 9). Lockwood, M. (2005), *The State They're In: an Agenda for International Action on Poverty in Africa*, Bourton-on-Dunsmore, ITDG Publishing, pp. 23, 45, 142.

²⁹ Entre aqueles que eleboraram esta teoria incluem-se Michael Bratton, Thomas Callaghy, Patrick Chabal, Jean-Pascal Daloz e Richard Sandbrook. Críticas incluem as feitas por Mamdani, M. (1996), *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of State Colonialism*, Princeton, Princeton University Press e Ahluwalia, P. (2001), *Politics and Post-Colonial Theory: African Inflections*, Londres, Routledge.

desanimada (e simultaneamente, as elites africanas por cima e animadas) deveriam ser óbvias para o mundo em 2005, um ano durante o qual, numerosos eventos foram alinhados ostensivamente para ajudar liberar a África da pobreza e da impotência:

- A mobilização de campanhas cidadãs conduzidas por ONGs como a *Make Poverty History* [Fazer da pobreza história] da Grã-Bretanha e o *Global Call to Action Against Poverty* [Chamado Global à Ação Contra a Pobreza] baseada em Joanesburgo (durante todo o 2005);
- A Comissão para a África de Tony Blair [*Commission for Africa*](fevereiro);
- A proposta de alívio da dívida pelos principais países credores (junho);
- Um giro pelo novo presidente do Banco Mundial Paul Wolfowitz pela África (junho);
- Os compromissos do G8 em Gleneagles com relação a dívida e ajuda (julho);
- Os concertos de conscientização da campanha *Live 8* (julho);
- A revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela ONU (setembro);
- O retorno à Nigéria dos fundos pilhados por Sani Abacha e depositado em contas bancárias suíças (setembro);
- A reunião anual do FMI/Banco Mundial sobre dívida e "voz" do Terceiro Mundo (setembro);
- O pacote de amplo alívio da dívida para a Nigéria (outubro); e
- A negociação feita na Cúpula ministerial da organização Mundial do Comércio em Hong Kong (dezembro).

Há muitas dinâmicas associadas com esses principais processos que vem de cima para baixo, e, em sua retrospectiva, é apropriado fazer a pergunta: o que realmente se alcançou? Este livro sustenta que para aqueles que buscam informação genuína sobre a África, os eventos acima foram úteis principalmente na medida em que revelaram a hipocrisia da elite-global e as relações de poder que permaneceram impermeáveis a defesa de causas ou idéias, a solidariedade e a democratização. Os eventos também revelaram os limites das estratégias dirigidas à persuasão da intra-elite em vez de ao seu pressionamento. Tragicamente, as reais condições enfrentadas pela maioria das pessoas no continente continuaram se deteriorando.

Mas isto não é a impressão que as elites mundiais e os dirigentes africanos gostariam de abandonar. Em setembro de 2005, o presidente sante do FMI e do Comitê de

Desenvolvimento do Banco Mundial (um dos dois alicerces das instituições de Bretton Woods), o Ministro de Finanças sul-africano Trevor Manuel, alardeava: "Agora mesmo, as condições macroeconômicas na África nunca estiveram melhores. Vocês têm crescimento de 4,7 por cento através do continente. Vocês têm inflação de um dígito. A maioria dos países também tem saldos fiscais muito fortes"³⁰ Quanto a Gleneagles, o organizador do *Live 8*, Bob Geldof, estava eletrizado: "Nota 10 no quesito ajuda, Nota 8 no quesito dívida. No quesito comércio" ... está bastante claro que este encontro, de modo inequívoco, decidiu que não deva mais haver liberalização imposta. Isso constituiu um sério e excelente resultado no tocante ao comércio."³¹

Sob exame mais preciso, Geldof parece ter sido profunda e perigosamente desencaminhado (como muitas de suas ONGs aliadas o alertaram). As declarações de Manuel são verdadeiras somente se levamos a sério as estatísticas econômicas estreitas e desviantes. Mas não temos que levar: mesmo o Banco Mundial foi compelido a confessar na metade de 2005 que a África está sendo continuamente *exaurida de riqueza* através do esgotamento de minerais, florestas e outros fatores eco-sociais ignorados por Manuel e por economistas que seguem o pensamento dominante (um ponto ao qual retornaremos detalhadamente abaixo).

RACISMO, DESIGUALDADE, PATRIARCADO, ANTROPOMORFISMO

Muitos críticos das relações de poder Norte-Sul – tais como Walter Rodney em *How Europe Underdeveloped Africa* [Como a Europa subdesenvolveu a África] — já haviam identificado o processo básico:

A questão do quem e do quê são responsáveis pelo subdesenvolvimento africano pode ser colocada em dois planos. Em primeiro lugar, a resposta é que a maior responsabilidade pelo retardamento econômico africano cabe ao sistema imperialista por exaurir a riqueza africana e por também bloquear as possibilidades de desenvolver mais rapidamente os recursos do continente. Em segundo lugar, há que denunciar os que manipulam o sistema e os que são agentes ou cúmplices inconscientes do referido sistema.³²

³⁰ Manuel, T. (2005), 'Transcription of a Joint IMF/World Bank Town Hall with Civil Society Organizations', Washington, 22 de setembro, <<http://www.imf.org/external/np/tr/2005/tr050922a.htm>>.

³¹ Informado em Hodkinson, S. (2005), 'Oh No, They Didn't! Bono e Geldof: "We Saved Africa!"', *Counterpunch*, 27 de outubro, <<http://www.counterpunch.org>>.

³² Rodney, W. (1972), *How Europe Underdeveloped Africa*, Dar es Salaam, Tanzania Publishing House e Londres, Bogle L'Ouverture Publications; todas as citações são desta edição, disponível em <<http://www.marxists.org/subject/africa/rodney-walter/how-europe/>>. Esta citação está em <http://www.marxists.org/subject/africa/rodney-walter/how-europe/ch01.htm> no original inglês. Há tradução portuguesa: Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa 1975

A pesquisa de Rodney mostrou como a África Subsaariana sofreu uma drenagem de riqueza através de duas trajetórias: fluxos de recursos Sul-Norte associados com o que agora denominamos "Apartheid global" e formação interna e adversa de classe africana que reproduz agentes africanos do Apartheid global ("*compradores*"*). No primeiro caso, os processos centrais estão associados com dívida explosiva e finanças, ajuda fantasma (ou fictícia), fuga de capitais, evasão de profissionais qualificados ["*brain drain*"], comércio injusto, investimentos distorcidos e a dívida ecológica que o Norte deve ao Sul, em um contexto de relações de poder globais profundamente antidemocráticas. Como Rodney colocou em 1972,

*Para compreender a situação de subdesenvolvimento da África** é necessário saber por que a África tem aproveitado tão pouco do seu potencial natural e também se precisa saber por que a maior parte da riqueza africana dos dias de hoje é aproveitada por não africanos, que residem na maioria fora do continente...*

Típico das economias subdesenvolvidas é o fato de não terem sido capazes (ou melhor, terem sido impedidas) de concentrarem-se sobre os setores da economia que por sua vez induzam ao crescimento e elevem a produção a um nível inteiramente novo e de que haja muito poucas ligações entre um setor e outro, de modos que (digamos) a agricultura e a indústria pudessem reagir de forma a que a produção de um setor beneficie o outro. Além disso, quaisquer que sejam as poupanças geradas na economia, são na maior parte enviadas ao exterior ou são desperdiçadas em consumo em vez de investidas com finalidades produtivas. A maior parte de renda nacional que permaneça dentro do país vai para o pagamento de indivíduos que não estão diretamente envolvidos com a produção da riqueza, mas apenas prestando serviços auxiliares – os funcionários públicos, comerciantes, soldados, artistas nas atividades de diversões, etc. O que ainda agrava a situação é que existe um número muito maior de pessoas que estão empregadas nesses serviços do que o realmente necessário para fornecer serviço eficiente; e ainda por cima, estas pessoas não reinvestem nem na agricultura nem na indústria. Desperdiçam a riqueza produzida pelos camponeses e operários, comprando carros, whisky e perfume. ³³(ênfase no original)

* N. d. T.: O termo "comprador" no idioma inglês, deriva do Pidgin, língua de contato que se desenvolveu na Costa da China como resultado das Grandes Navegações a partir do Século XV com grande influência portuguesa, sendo o seu significado o de designar o **comprador de mercadorias e idéias estrangeiras** –

A classe dos *compradores* foi formada, desde a época dos primeiros negociantes europeus que atingiram o sul da China no século XVI, pelos intermediários chineses ou sino-portugueses de Macau que, falando uma língua européia, prosperaram rapidamente nesse comércio e se tornaram elemento influente na China na primeira metade do século XX. Localizava-se principalmente em Hong-Kong, Macau, Xanghai e outros portos "abertos" de intercâmbio e contato.

"Comprador" aparece no contexto dos escritos de Mao Tse Tung como a classe burguesa que trabalha contra o interesse de seu próprio país a serviço de entidades, empresas ou governos estrangeiros. Derivando de traduções de tais escritos em português aparecem formulações tais como "burguesia compradora" ou a "burguesia de compradores".

O termo "comprador" será mantido entre aspas nesta tradução, pois o conceito refere-se, como informado no texto, aos "agentes locais do Apartheid global".

** N. d. T. :Conforme a tradução portuguesa[Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa 1975], no original em inglês : "In order to understand present economic conditions in Africa"

³³ Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa 1975

Tabela 1.1 Desigualdade africana
(Coeficientes de Gini por países, no começo dos anos 2000) ³⁴

Namíbia	0,72	Burundi	0,41
Botsuana	0,65	Nigéria	0,41
República Centro-Africana	0,62	Burquina Fasso	0,40
Suazilândia	0,61	Angola	0,39
Lesoto	0,58	Senegal	0,39
África do Sul	0,57	Moçambique	0,39
Zâmbia	0,53	Mali	0,38
Maláui	0,51	Gana	0,38
Gâmbia	0,50	Guiné	0,38
Zimbábue	0,50	Mauritânia	0,37
Madagascar	0,46	Benim	0,36
Costa do Marfim	0,43	Tanzânia	0,35
Quênia	0,42	Níger	0,33
Uganda	0,42	Etiópia	0,28
Camarões	0,41	Maurício	0,19

Fonte: World Bank[Banco Mundial] (2005), *2006 World Development Report: Equity and Development [Relatório Mundial de Desenvolvimento 2006: Equidade e Desenvolvimento]*, Washington, World Bank, p. 39.

Na verdade, há colaboradores africanos que requerem menção e crítica (Capítulo 5). Em vez de uma classe média orgânica e classe capitalista produtiva, a África tem visto uma elite dirigente do tipo "*comprador*" excessivamente poderosa cuja renda tem sido baseada sobre acumulação financeira parasítica, que por sua vez é sujeita a uma imensa fuga de capitais. O caso da África do Sul como uma posição nacional "subimperial" de poder geopolítico, militar, financeiro, de comércio e investimento merece consideração especial (Capítulo 6).

Por outro lado, isto significa que não somente pobreza, mas também desigualdade deve ser central para a análise, pois a África apresenta alguns dos piores casos do mundo. A medida mais comum de desigualdade de renda é o "Coeficiente de Gini", um número entre zero (todos têm a mesma renda) e 1 (uma pessoa tem toda a renda e todos os outros têm nenhuma). Os seguintes países ultrapassaram um índice de Gini de 0,50, o que os situa no topo da escala mundial: Namíbia, Botsuana, a República Centro-Africana, Suazilândia, Lesoto, África do Sul, Zâmbia, Maláui, Gâmbia e Zimbábue.

A diferenciação por sexo também caracteriza intensamente os processos discutidos acima. Mulheres são as principais vítimas da pobreza e desigualdade sistêmica, seja nos circuitos produtivos de capital (crescentemente sujeitas as condições de trabalho mal pago e sem direitos) ou na "esfera da reprodução" das casas e mercados de trabalho, onde muito da

³⁴ Os técnicos do Banco Mundial calcularam os coeficientes de Gini a partir de dados de pesquisa domiciliar e as datas diferem conforme a disponibilidade de dados.

acumulação primitiva ocorre através de relações desiguais de poder no que toca a cada sexo. Isto é especialmente evidente nas áreas tais como a África Austral, que são caracterizadas, há mais de um século, por fluxos de mão-de-obra migratório. De fato, a esfera da reprodução permanece central ao poder social do capitalismo do norte sobre o sul, particularmente no caso da migração. Aqui, a superexploração das mulheres no cuidado de suas crianças, nos serviços de saúde e de cuidado dos idosos contrastam com a educação, assistência médica e planos de pensão dos países ricos oferecidos pelo estado (ou baseados em empresas).

Este não é simplesmente um problema local, mas corresponde a piora das tendências globais. Os cientistas políticos Isabella Bakker e Stephen Gill mostram como.

Reprivatização da reprodução social envolve pelo menos quatro deslocamentos que se relacionam a casa, ao estado e às instituições sociais e finalmente os mecanismos básicos dos meios de sustento, particularmente em países mais pobres:

- as atividades da casa e do cuidar são, cada vez mais, providas através do mercado e expostas assim à movimentação monetária;..
- as sociedades parecem tornar-se redefinidas como coleções de indivíduos (ou na melhor das hipóteses coleções de famílias), particularmente quando o estado recua da proteção social universal; ...
- os padrões de acumulação [são] estabelecidos sobre a premissa do controle vinculado a amplas áreas da vida social e assim o são as provisões para a reprodução social;... e
- a sobrevivência e os meios de sustento [são ameaçados]. Por exemplo, uma proporção grande da população mundial não tem nenhum seguro de saúde eficaz ou mesmo atenção básica.³⁵

A negação aos africanos de acesso a alimentos, medicamentos, energia e mesmo a água constitui um reflexo comum deste último problema, como pessoas que se constituem em excedentes para as demandas por força de trabalho do capitalismo descobrem que o melhor é cuidar de si - ou simplesmente morrer. Mesmo na África do Sul relativamente próspera, uma morte prematura para milhões foi o resultado da reação do estado e dos empregadores à epidemia de AIDS [SIDA], com análises de custo-benefício demonstrando conclusivamente que manter a maior parte dos cinco a seis milhões de pessoas HIV-positivas do país vivas, através de medicamentos patenteados, custa mais do que "valessem" tais pessoas.³⁶ Há muitas

³⁵ Bakker, I. e S. Gill (2003), 'Ontology, Method and Hypotheses', in I. Bakker e S. Gill (eds), *Power, Production e Social Reproduction*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, p. 36.

³⁶ No caso do vasto conglomerado baseado em Joanesburgo/Londres, a Anglo American Corporation, o corte para economizar trabalhadores em 2001 foi de 12 por cento., De acordo com um estudo interno noticiado pelo *Financial Times* era mais barato demitir entre os 88 por cento de empregados com remunerações inferiores tão logo estivessem incapacitados para o trabalho, encontrando-se substitutos no exército de reserva de mão de obra da África do Sul constituído pelos 42% de desempregados. Para mais informações, veja Bond, P. (2005), *Elite Transition: from Apartheid to Neoliberalism in South Africa*, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal

maneiras, como Dzodzi Tsikata e Joanna Kerr mostraram, em que o pensamento dominante da política econômica perpetua a "subordinação das mulheres".³⁷

Os mesmos princípios foram aplicados ao ambiente. Após tudo, "eu tenho sempre pensado que os países subpovoados da África são vastamente *subpoluídos*, sua qualidade do ar é provavelmente vasta e ineficientemente baixa," opinou Larry Summers, o então economista principal do Banco Mundial, mais tarde Secretário do Tesouro no governo de Clinton e mais tarde presidente de Harvard, na esteira de uma análise semelhante de custo-benefício extemporânea: "eu penso que a lógica econômica atrás do despejo de uma carga de lixo tóxico no país de mais baixos salários é impecável e deveríamos encarar isso."³⁸ Embora esta seja uma versão extrema, precisamente tal lógica antropomórfica e racista combinada permeia a maneira em que a África é tratada em circuitos político-econômicos globais.

A ESTRUTURA DESTE LIVRO

Como, então, prosseguimos da análise crítica a um ponto de vista político que contribua aos debates já em marcha sobre caminhos a seguir? Primeiramente poderíamos considerar alguns dos problemas teóricos essenciais associados com a pilhagem da África, especificamente os debates sobre "desenvolvimento". Enfocando a discussão sem rodeios, Branwen Gruffydd Jones insiste que, "o método do materialismo histórico de Marx e a teoria do capital *explica por que* o capital é necessariamente expansionista; *por que* o saque da África era uma parte integral da acumulação primitiva do capital ocidental; *por que* a reorganização dos recursos humanos e naturais da África para se satisfazer as necessidades de indústrias em desenvolvimento da Europa requereu ocupação e dominação coloniais".³⁹ Pode hoje ser desdobrada uma teoria político econômica ampla, não dogmática?

Ao argumentar no sentido afirmativo podemos nos surpreender em achar que a teoria do "desenvolvimento desigual e combinado" – formulada para finalidades políticas por Leon Trotsky em 1906, mas refinada durante os últimos trinta anos - deveria ter sido (mas não foi) a base para muito do debate que se dá, pois ajuda a explicar ambas as tendências da crise e

Press, Pós-fácio à 2ª edição.

³⁷ Tsikata, D. e J. Kerr (2002), *Demanding Dignity: Women Confronting Economic Reforms in Africa*, Ottawa, The North-South Institute e Accra, Third World Network-Africa.

³⁸ Citado em *The Economist*, 8 de fevereiro de 1992; o memorando está disponível em <<http://www.whirledbank.org>>.

³⁹ Gruffydd Jones, B. (2003), 'The Civilized Horrors of Over-work: Marxism, Imperialism and the Development of Africa', *Review of African Political Economy*, 95, p. 42.

mecanismos de deslocamento da crise em escalas global e local (Capítulo 2).

É, entretanto, principalmente na medida empírica dos fluxos de saída de riqueza e renda da África, que este livro oferece informação sintetizada e atual. Diversos componentes da acumulação de capital e formação de classe – ajuda e finanças (Capítulo 3); comércio, migração e investimento direto (Capítulo 4); e uma combinação de relacionamentos do tipo "*comprador*" e subimperial (Capítulos 5 e 6) – permanecem inerentes ao subdesenvolvimento em curso na África. As oposições mais duradouras à pilhagem da África permanecem abertas à elaboração através de luta social (Capítulo 7).

2

Desenvolvimento Desigual e Combinado

Neoliberalismo, estagnação e volatilidade financeira

Antes de evidenciar a estagnação global e a volatilidade financeira que tem exacerbado a difícil situação da África, pode ser útil considerar uma estrutura teórica apropriada. Tenho repensando, junto com Ashwin Desai, como formular uma abordagem teórica que questione a exploração não somente econômica, mas também a continuada e em muitos casos a piora das explorações com base em gênero e de cunho racial e ambiental que vinculam a África ao mundo.⁴⁰

Para resumir a discussão desdobrada nas páginas seguintes, a idéia do *desenvolvimento desigual* sugere que crescimento (acumulação) e declínio (subdesenvolvimento) acontecem de uma maneira sistemática, mas não de uma que siga um trajeto de "modernização" - diretamente ao longo de uma linha de subdesenvolvimento, "decolagem (*take-off*)" e desenvolvimento.⁴¹ - ou um trajeto de permanente "dependência".⁴² Em vez disto, a acumulação em um pólo e a pobreza em outro acontecem sistematicamente, de acordo com os sistemas da exploração que

⁴⁰ Bond, P. e A. Desai (2006), 'Explaining Uneven and Combined Development in South Africa', in B. Dunn (ed.), *The Permanent Revolution Revisited*, Londres, Pluto; Desai, A. e P. Bond (2006), *Crony Neoliberalism and Paranoid Nationalism: Debating South Africa's 'Developmental State'*, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press; e Bond, P. (1999), 'Uneven Development', in P. O'Hara (ed.), *Encyclopaedia of Political Economy*, Londres, Routledge. Levamos muito a sério o preceito de Paul Zeleza para todo teórico de economia política africana, a saber, que '*Greater care needs to be taken to wed theories to facts, link structures e processes, production e exchange, integrate the relations and forces of production, society and nature, decipher the dialectic between internal and external forces, short-term and long-term trends, and capture the similarities and differences in the patterns of economic change between and within regions in Africa.*' [Necessita-se de tomar muito maior cuidado para casar as teorias com os fatos, vincular as estruturas e processos, produção e troca, integrar as relações e forças de produção, sociedade e natureza, decifrar a dialética entre forças internas e externas, tendências de curto e de longo prazo, capturando as similaridades e diferenças nos padrões de mudança econômica entre e dentro das regiões na África] Zeleza, P. (1993), *A Modern Economic History of Africa, Volume 1: the Nineteenth Century*, Dakar, CODESRIA, p. 5.

⁴¹ A obra seminal é Rostow, W. (1960), *Stages of Economic Growth*, Cambridge, Cambridge University Press. Existe tradução brasileira: ROSTOW, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978

⁴² Veja, Amin, S. (1974), *Accumulation on a World Scale*, Nova Iorque, Monthly Review Press; Amin, S. (1976), *Unequal Development*, Sussex, Harvester Press que possui tradução brasileira: AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976 ; Cardoso, F. H. e E. Faletto (1979) [1970], *Dependency and Development in Latin America*, Berkeley, University of California Press, original em português : Cardoso, F. H. e E. Faletto *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970; Frank, A. G. (1967), *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Nova Iorque, Monthly Review Press; Frank, A. G. (1969), *Latin America: Underdevelopment or Revolution*, Nova Iorque, Monthly Review Press; e Frank, A. G. (1991), 'Latin American Development Theories Revisited, a Participant Review Essay', *Scandinavian Journal of Development Studies*, 10, 3; e Furtado, C. (1963), *The Economic Growth of Brazil*, Berkeley, University of California Press, cujo título original em português é *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959 (a edição mais recente é de 2007 pela Companhia das Letras, São Paulo).

devemos analisar e documentar cuidadosamente, *mas isso pode mudar*, dependendo dos processos políticos.

Nesta formulação, o *desenvolvimento combinado* é uma referência ao modo em que o capitalismo usa combinações de atividades de mercado e extramercado para lucros adicionais. A chamada "acumulação primitiva" não é meramente o acontecimento excepcional que permitiu ser mobilizada uma massa crítica de capital através do roubo desde o princípio do capitalismo na Europa dos séculos dezoito e dezenove. Como Marx asseverou, essa primeira medida extra de rentabilidade veio, em parte, porque "a transformação da África em uma rede comercial para a caça das peles pretas sinalizou o alvorecer da era da produção capitalista"⁴³ Mas a acumulação primitiva não terminou, e, como Rosa Luxemburgo discutiu em seu trabalho original, *A Acumulação de Capital*, em vez disto, transformou-se num processo permanente de superexploração em escala mundial.⁴⁴

O desenvolvimento desigual e combinado é, crucialmente, ampliado pela "crise" capitalista: não um desarranjo total, mas uma condição generalizada de produção excedente, dada a capacidade limitada do mercado para proporcionar uma taxa de retorno aceitável. Como os sintomas de condições da crise - tais como a volatilidade financeira - são deslocados para territórios mais fracos, o capital procura sempre mais desesperadamente explorar diferenças competitivas entre localizações, setores e escalas, como os locais para resgatar os lucros em queda.⁴⁵ Embora originalmente um conceito puramente politizado na teoria revolucionária de Leon Trotsky, o desenvolvimento desigual e combinado tem sido conceituado muito mais amplamente, especialmente durante as últimas três décadas.⁴⁶

O contexto contemporâneo da crise capitalista é crucial. Apesar de alguma conversa de

⁴³ Marx, K. (1867) [2005], *Das Kapital*, disponível em <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch31.htm>>. MARX, Karl - "O Capital - Crítica da Economia Política" Vol I, Livro Primeiro, Tomo 2, Seção VII, Cap XXIV, sub Cap 6 - Gênese do capitalismo industrial, pp 284, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

⁴⁴ Veja Luxemburgo, R. (1968) [1923], *The Accumulation of Capital*, Nova Iorque, Monthly Review Press e <www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital>; para interpretações recentes veja também Hart, G. (2005), 'Denaturalising Dispossession: Critical Ethnography in the Age of Resurgent Imperialism', University of KwaZulu-Natal Centre for Civil Society Research, Report 27, <<http://www.ukzn.ac.za/ccs/>>; Harvey, D. (2003), *The New Imperialism*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press – Tradução brasileira: HARVEY, D. O novo imperialismo, Loyola, São Paulo 2004; e Harvey, D. (2005), *Spaces of Neoliberalization: Towards a Theory of Uneven Geographical Development*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag.

⁴⁵ Veja Harvey, D. (1982), *The Limits to Capital*, Chicago, University of Chicago Press; Harvey, D. (1985), *The Urbanization of Capital*, Baltimore, Johns Hopkins University Press; Harvey, D. (1996), *Justice, Nature and the Geography of Difference*, Oxford, Basil Blackwell; e Mandel, E. (1962) [1968], *Marxist Economic Theory*, Londres, Merlin Press.

⁴⁶ Além dos escritos de Harvey, veja Mandel, E. (1976), *Late Capitalism*, Londres, New Left Books; Smith, N. (1989), 'Uneven Development and Location Theory: Toward a Synthesis', in R. Peet e N. Thrift (eds), *New Models in Geography*, Volume 1, Londres, Unwin Hyman; Smith, N. (1990), *Uneven Development*, Oxford, Basil Blackwell; e Webber, M. J. e Rigby, D. L. (1996) *The Golden Age Illusion: Rethinking Postwar Capitalism*, Nova Iorque, Guilford Press. Veja também periódicos de geografia radicais tais como *Antipode*, *Economic Geography*, *Society and Space*, *Capitalism, Nature, Socialism*, e *The International Journal of Urban and Regional Research*.

que a era do Consenso de Washington neoliberal tenha terminado com as crises da Ásia Oriental ao final dos anos 90, os processos básicos e as políticas parecem intactos. Para ilustrar, em 11 de junho de 2005, os principais ministros de finanças do mundo "reafirmaram" que os países de Terceiro Mundo deveriam adotar, entre outras medidas, "estabilidade macroeconômica; a maior transparência fiscal essencial para atacar o problema da corrupção, impulsionar o desenvolvimento do setor privado e atrair investimentos; um quadro jurídico confiável; e a eliminação dos impedimentos ao investimento privado, tanto doméstico como estrangeiro".⁴⁷

Segundo o homem que cunhou a expressão "Consenso de Washington", John Williamson, as políticas neoliberais exigidas para a "estabilidade" macroeconômica são:

1. Disciplina Fiscal;
2. Reordenamento das prioridades do gasto público;
3. Reforma Tributária;
4. Liberalização das taxas de juros;
5. Uma taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização do comércio;
7. Liberalização da entrada de investimento direto estrangeiro;
8. Privatização;
9. Desregulamentação; e
- 10 Direitos de propriedade.⁴⁸

Os programas africanos de ajustamento estrutural seguiram esse conjunto de severas restrições bem fielmente desde o início dos anos 80, levando a uma *instabilidade* macroeconômica sistemática. Em 1996, o Banco Mundial estipulou um elemento a mais - a iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (PPME) - que impôs mais condicionalidades sob a guisa de alívio de dívida parcial. Em 1999, o Banco e o FMI começaram a promover Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza. Em 2001, um Consenso de Washington cultivado em casa para o próprio continente foi necessário devido ao deterioramento incessante da legitimidade, e, coincidentemente, os chefes de estado africanos lançaram a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África [*NEPAD - New Partnership for Africa's Development*]. Em 2005,

⁴⁷ G8 Finance Ministers (2005), 'Statement on Development and Debt: G8 Finance Ministers' Conclusions on Development', Londres, 10-11 de junho.

⁴⁸ Williamson, J. (1990), 'The Progress of Policy Reform in Latin America,' Policy Analyses in International Economics, Washington, Instituto para a Economia Internacional [Institute for International Economics]. *Business Day*, 17 de dezembro de 1993.

a Comissão Blair para África [*Commission for Africa*] reformulou e revitalizou os argumentos neoliberais e o papel do Brown na campanha *Make Poverty History* [Fazer da pobreza história] trouxe muitas das importantes ONGs para o alinhamento à proposição de que a próxima integração da África na economia mundial seria benéfica.

Reconhecendo a volatilidade e o caráter autodestrutivo do capital global, esse capítulo questiona aquela premissa básica.

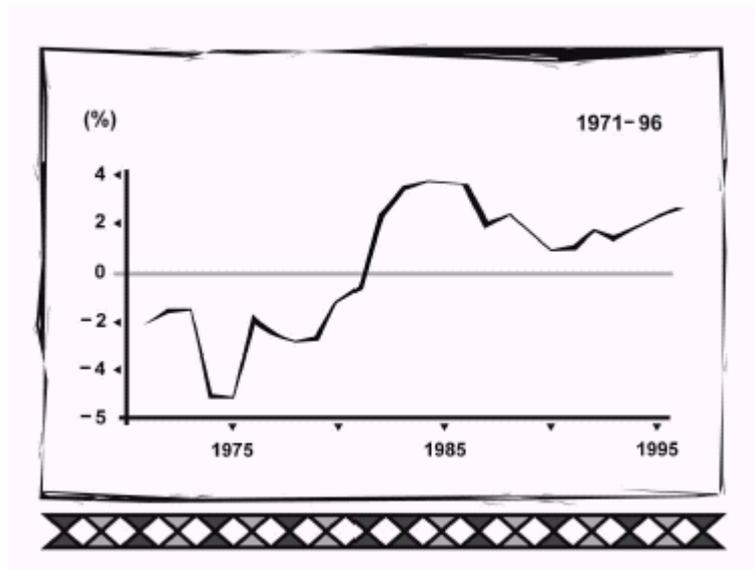


Figura 2.1 Taxa de juros (ajustada à inflação) nos empréstimos ao Terceiro Mundo, 1971-96 (%)

Fonte: Duménil, G. e D. Lévy (2003), "Neoliberal Dynamics, Imperial Dynamics", documento apresentado à *Conference on Global Regulation*, University of Sussex, Brighton, 29-31 maio.

ESTAGNAÇÃO GLOBAL, VOLATILIDADE E DESLOCAMENTO DA CRISE

A economia mundial testemunhou uma longa desaceleração no crescimento do capitalismo pontuada por uma volatilidade financeira extrema. O eminente economista pós-Keynesiano David Felix cita "desalinhamentos da taxa de câmbio, alavancamento excessivo da dívida, forte expansão do crédito/inflação dos preços dos ativos*", crescimento mais instável e mais lento do de emprego e da produção e maior concentração de renda no Norte. Nos países do Sul, os sintomas incluem "crises financeiras mais frequentes", exacerbadas pelo superendividamento que força muitos deles a adotar as políticas macroeconômicas pro-cíclicas

*N. d T.: *asset price bubbles* no original, também chamadas em português de *bolhas de preços de ativos*.

que aprofundam suas perdas de produção e de emprego".⁴⁹

Para a África, um problema decisivo, significando o começo da dominação neoliberal e do poder financeiro, foi a elevação da taxa de juros dos EEUU em 1979 pelo "choque de Volcker", imposta pelo Presidente do *Federal Reserve* [Banco Central do EEUU] para conter a inflação dos EEUU e disciplinar a mão-de-obra no processo. Muito rapidamente, em 1982, esta nova política monetária levou o Terceiro Mundo inexoravelmente a uma crise de dívida, austeridade, declínio e conflito.

Entretanto, um processo ainda-mais profundo, denominado de estagnação estava a caminho. O crescimento anual do produto interno bruto (PIB) mundial *per capita* já estava caindo: de 3,6 por cento durante os anos sessenta a 2,1 por cento durante os anos setenta a 1,3 por cento durante os anos 80, a 1,1 por cento durante os anos 90 e a 1 por cento no início dos anos 2000.⁵⁰ Claro, as medições do PIB são notoriamente superestimadas, especialmente desde que a degradação ambiental se tornou mais extrema a partir de meados dos anos 70.

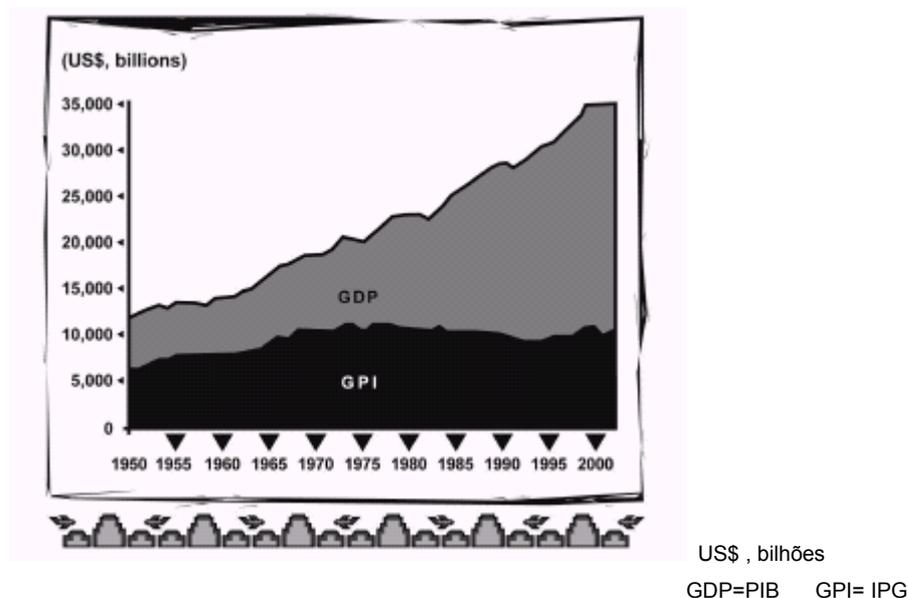


Figura 2.2 PIB Global versus um indicador de progresso genuíno, 1950–2003
Fonte: <www.redefiningprogress.org>.

Nessa altura, um típico "indicador de progresso genuíno" - que incorpore muito mais do que a produção anual de bens e serviços do PIB - passou a fazer falta. Como transcenderíamos o PIB patriarcal, tendencioso e construiríamos um indicador de progresso genuíno? No grupo de São Francisco – (EEUU) denominado *Redefining Progress* (Redefinindo Progresso), os

⁴⁹ Felix, D. (2003), 'The Past as Future? The Contribution of Financial Globalization to the Current Crisis of NeoLiberalism as a Development Strategy', documento apresentado à conferência *New Pathways for Mexico's Sustainable Development*, El Colegio de Mexico, Mexico City, 21 de outubro, p. 2.

⁵⁰ Harvey, D. (2005), *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford, Oxford University Press.

estatísticos subtraem do PIB o custo do crime e da desestruturação familiar; adicionam trabalho doméstico e voluntário; aplicam correção para a distribuição de renda (recompensando a igualdade); subtraem o esgotamento de recursos; subtraem a poluição; subtraem os danos ambientais a longo prazo (a mudança climática, a geração de lixo nuclear); adicionam oportunidades para aumento do tempo de lazer; tomam em conta a vida útil de bens de consumo duráveis e infra-estrutura pública; e subtraem a vulnerabilidade decorrente de ativos estrangeiros.

O crescimento que ocorreu foi concentrado muito mais na Ásia Oriental, nos EEUU/Canadá e na União Européia, com o resto do mundo sofrendo declínio no crescimento do PIB por pessoa.⁵¹ Com a estagnação veio uma demanda mais baixa por exportações do Terceiro Mundo, especialmente colheitas de cultivos comercializáveis e minerais. Do mesmo modo, o aumento de competição de alguns locais de produção de exportação manufatureira (México, Brasil, Ásia Oriental) diminuiu a possibilidade de crescimento da África através da industrialização. Segundo todas as medições, as medidas da desigualdade de renda entre e dentro de países aumentaram impressionantemente durante os anos 80. Apesar da ascensão de China e da Índia desde então, até o Banco Mundial admite um aumento em curso na desigualdade de renda mundial "absoluta", assim como aumentos acentuados na desigualdade ao se excluir a China e a Índia dos cálculos.⁵²

Como poderia se explicar esta retração em escala mundial e o desenvolvimento desigual ampliado? Tem havido várias afirmações contundentes sobre a "crise" enfrentada pelo capital global – e especialmente pelos EEUU na reestruturação dos sistemas de produção, das relações sociais e da geopolítica para o longo percurso da acumulação.⁵³ Como indício de que a economia mundial de fato esteja severamente ameaçada por dentro, seria tentador recorrer a fontes como Volcker, que em 2004 advertiu publicamente sobre "uma possibilidade de 75 por cento para uma crise financeira golpear os EEUU nos cinco anos seguintes, se não mudassem suas políticas". Como ele disse ao *Financial Times*: "Penso que o problema agora é de que não

⁵¹ Freeman, A. (2004), 'The Inequality of Nations', in B. Kagarlitsky e A. Freeman (eds), *The Politics of Empire: Globalization in Crisis*, Londres, Pluto Press.

⁵² World Bank [Banco Mundial], World Development Report 2006, p. 63. Veja Freeman, 'The Inequality of Nations', for more inequality measurement, bem como o debate sobre pesquisas de rendimentos versus estatísticas relativas a folhas de pagamento in Galbraith, J. e H. Kum (2002), 'Inequality and Globalization: Judging the Data', apresentação ao Banco Mundial, 18 de junho, <<http://www.utip.gov.utexas.edu>>

⁵³ Veja, por exemplo, BRENNER, Robert (2002) *The boom and the bubble*, Londres, Verso. *Tradução brasileira* O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003; Foster, J. (2002), *Ecology against Capitalism*, Nova Iorque, Monthly Review Press; Pollin, R. (2003), *Contours of Descent: EEUU Economic Fractures and the Landscape of Global Austerity*, Londres, Verso; Wood, E. (2003), *Empire of Capital*, Londres, Verso.

há uma sensação de crise. Certamente, pode se falar sobre o déficit do orçamento na América se você achar que seja um problema - e eu penso que é um grande problema – mas não há sensação de crise, assim ninguém quer dar ouvidos".⁵⁴

Segundo David Harvey, as raízes da crise estão na capacidade produtiva excedente do capital, que no final de contas deixa uma superabundância de mercadorias primárias, bens manufaturados e de trabalhadores sem trabalho: "O capitalismo global sofreu um problema de superacumulação crônico e resistente desde os anos 70"⁵⁵ Robert Brenner encontra provas deste problema na medida em que "os custos crescem tão rápido ou mais rápido na não-manufatura do que na manufatura, mas a taxa de lucros cai nesta última em vez de naquela, porque o aumento de preço é muito mais lento na manufatura do que na não-manufatura. Em outras palavras, devido a capacidade excedente internacional, os fabricantes não podem elevar os preços suficientemente para cobrir os custos".⁵⁶ Claro, há controvérsias importantes entre economistas políticos sobre o entendimento e medição da capacidade excedente.⁵⁷ De modos diferentes, outros economistas políticos (Ernst Mandel, Simon Clarke, Harry Shutt, Robert Biel) sustentaram que a desaceleração no ritmo da atividade do capitalismo global nos anos 70-90 pode ser melhor examinada ao localizá-la na superacumulação.⁵⁸

⁵⁴ Tett, G. (2004), 'The Gospel According to Paul', *Financial Times*, 23 de outubro.

⁵⁵ Harvey, D. (2003), 'The "New" Imperialism: on Spatio-temporal Fixes and Accumulation by Dispossession', in L. Panitch e C. Leys (eds) [do qual há tradução para o português intitulada "O "novo imperialismo": ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento," in <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/SocialistRegister2004-FINAL.doc>], *The New Imperial Challenge: Socialist Register 2004*, Londres, Merlin Press e Nova Iorque, Monthly Review Press.

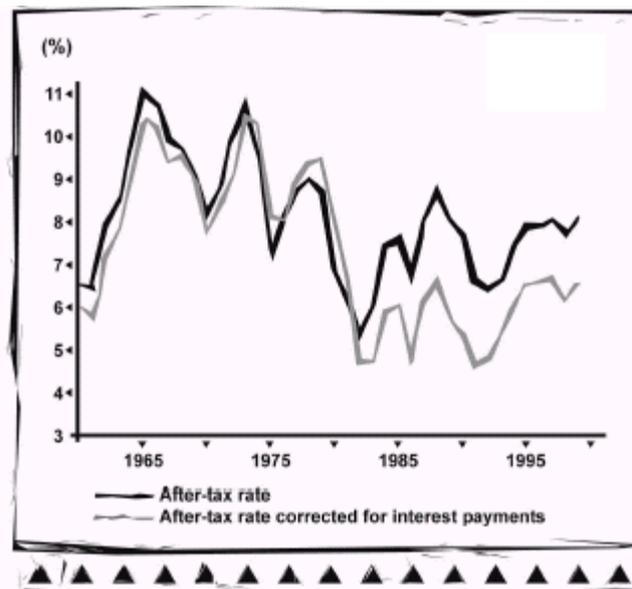
⁵⁶ Comunicação pessoal, 9 de novembro 2004. Veja também Brenner, R. (1998), 'The Economics of Global Turbulence', *New Left Review*, maio–June, pp. 102–11, Figure 8, Tabela 9; e Brenner, R. (2004), 'New Boom or New Bubble', *New Left Review*, January–February, pp. 65–9.

⁵⁷ Se Brenner oferece uma base suficiente de provas tem sido contestado, por exemplo, por Giovanni Arrighi que observa "um nível comparativamente baixo e declinante de capacidade excedente... A capacidade excedente na indústria manufatureira dos EEUU diminuiu marcadamente durante os anos finais do longo boom e aumentou ainda mais marcadamente durante a crise de lucratividade que marcou a transição do boom para a longa retração. Após 1973, em contraste, ambos os indicadores continuaram a mostrar flutuações consideráveis, mas não fornecem provas para sustentar o ponto de vista de Brenner de que a longa retração fora caracterizada por uma capacidade excedente acima do normal. Dados da Federal Reserve Board (Direção do Banco Central dos EEUU) mostram o restabelecimento da utilização de capacidade onde estava na década de 1950 sem tendência alguma de um modo ou de outro, enquanto Shaikh mostra a utilização da capacidade na década de 1970 em níveis mais elevados que os da de 1950 e subindo ainda mais nas de 1980 e 1990..." (Arrighi, G. (2003), 'The Social and Political Economy of Global Turbulence', *New Left Review*, março–abril.) No entanto, tais dados não são tão extremamente úteis para se medir a superacumulação, porque as medições de capacidade ano a ano não levam em consideração a maneira pela qual as firmas somam ou subtraem capacidade (por exemplo, desativando fábricas e equipamentos temporariamente) ou as maneiras pelas quais os problemas de superacumulação são deslocados para outros setores da economia. Brenner insiste que tais estatísticas cobrem meramente flutuações de curto-prazo, e os indicadores mais rigorosos de superacumulação ainda não estão disponíveis em quaisquer séries de dados. Durante pesquisa para meu doutorado no Zimbábue, construí uma aproximação baseada em inventários de estoques do setor manufatureiro puxados do Censo da Produção Industrial anual, bastante confiável, para o período-chave quando a superacumulação emergiu durante os décadas de 1970-1980.

Veja Bond, P. (1998), *Uneven Zimbabwe: A Study of Finance, Development Underdevelopment*, Trenton, Africa World Press, Capítulos 5–6.

⁵⁸ Clarke, S. (1988), *Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State*, Aldershot, Edward Elgar, pp. 279–360; Harvey, D. (1989), *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Basil Blackwell, pp. 180–97; Mandel, E. (1989), 'Theories of Crisis: an Explanation of the 1974–82 Cycle', in M. Gottdiener e N. Komninos (eds), *Capitalist Development and Crisis Theory: Accumulation, Regulation and Spatial Restructuring*, Londres, Macmillan, pp. 30–58; Shutt, H. (1999), *The Trouble with Capitalism*, Londres, Zed Books, pp. 34–45; e Biel, R. (2000), *The New Imperialism*, Londres, Zed Books, pp. 131–89.

Debates relacionados se desenrolam sobre um *sintoma* de crise capitalista: declínios na taxa de lucro empresarial. À primeira vista a taxa de lucro empresarial estadunidense após dedução de impostos parecia se recuperar durante meados dos anos 80, quase alcançando as elevações dos anos 60-70 (embora se deva dizer que as alíquotas dos impostos fossem muito mais baixas no período recente).



After-tax rate - Taxa após dedução de impostos
 - After-tax rate corrected for interest payments - Taxa após dedução de impostos corrigida para pagamentos de juros
 Figura 2.3 Taxas de Lucro empresarial nos EEUU, 1960–2000⁵⁹
 Fonte: Duménil e Lévy, "Neoliberal Dynamics, Imperial Dynamics".

Entretanto, os pagamentos de juros permaneceram em níveis de registros elevados, recordistas, através dos anos 80-90. Subtraindo despesas de juros reais (ajustados à inflação), temos uma melhor percepção sobre o rendimento líquido disponível à empresa para o investimento e a acumulação futuros, que ficou de longe mais baixo do que em períodos anteriores.

Além disso, podemos seguir, com a ajuda de Gérard Duménil e Dominique Lévy, os modos em que as empresas estadunidenses responderam à declinante acumulação do setor manufatureiro. Os ganhos da manufatura foram responsáveis por cerca da metade do total do lucro empresarial (antes de imposto) durante a "Era Dourada [*Golden Age*]" do quarto de século pós-1945, mas caiu para abaixo de 20 por cento no início dos anos 2000. Em contraste, muito cedo, os lucros foram mais fortes no setor financeiro (subindo do patamar de 10-20 por cento durante os anos 50-60, para acima de 30 por cento em 2000) e nas operações globais das

⁵⁹ De acordo com Duménil e Lévy, 'Na primeira série, os lucros serão iguais ao produto líquido menos o custo de mão-de-obra, e impostos sobre operações e lucros, sendo divididos pelo patrimônio líquido (total dos ativos menos dívida). Para a segunda série, os juros reais são subtraídos dos lucros, ou seja, juros menos uma correção pela depreciação da dívida, resultante da inflação.'

empresas (subindo de 4-8 por cento para acima de 20 por cento em 2000).⁶⁰

Somado ao entendimento da queda da taxa de lucro e das mudanças nas estratégias de acumulação empresarial, há um outro desafio conceitual importante: a combinação da extrema volatilidade dos preços de ativos e de deslocamento da crise que em conjunto tornaram extremamente difícil fazer o rastreamento da "valorização" e da "desvalorização" do capital. As análises de Harvey de "ajustes espaço-temporais" ("curativos do tipo Band-Aid"[curativos do tipo penso rápido], não soluções) refletiam a primeira fase da globalização e o deslocamento financeiro das crises a partir dos anos 70 até aos anos 90. A estas técnicas mais recentemente têm se juntado os mecanismos que Harvey qualifica como acumulação por desapossamento, ou simplesmente, pilhagem.⁶¹

Tais instrumentos teóricos ajudam a explicar porque "crise capitalista" não gera automaticamente tais quebras de sistema de pagamentos e os problemas do desemprego de massa do capitalismo central testemunhados durante a principal conjuntura global de superacumulação anterior – a Grande Depressão. Visto que estes sistemas de desapossamento integrem hoje mais explicitamente a esfera da reprodução – onde ocorre a maior parte da acumulação primitiva através das relações de poder desiguais com base em gênero – torna-os áreas da economia políticas notoriamente difíceis de dimensionar e de correlacionar com a acumulação.

Além disso, o contexto inclui a capacidade abrangente do Estado estadunidense para ligar a coalizão de apoiadores específicos do regime Bush – política e cultura neoconservadoras e a acumulação petro-militar-industrial - com os interesses mais gerais do capital (o Consenso de Washington), como Leo Panitch e Sam Gindin têm convincentemente demonstrado.⁶² Dada a dependência dos EEUU por óleo importado, cujo preço aumentou de US\$ 12 /barril para mais de US\$ 70 /barril durante 1998-2005, as implicações desta escala de oscilação de preços movida pela especulação são devastadoras para o déficit comercial dos EEUU, o qual já está, de forma sem precedentes, acima de mais de 5 por cento do PIB. Quanto às contas de investimento internacional líquido, tão recentemente como no início dos anos 80, os EEUU contingenciaram 5 por cento do valor de seu PIB em ativos estrangeiros (em outras

⁶⁰ Duménil, G. e D. Lévy (2003), 'Costs and Benefits of Neoliberalism: a Classe Analysis', manuscrito inédito, Cepremap, Paris.

⁶¹ Harvey, *The New Imperialism*; e Harvey, D. (2005), *Spaces of Neoliberalization: Towards a Theory of Uneven Geographical Development*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag.

⁶² Panitch, L. e S. Gindin (2004), 'Global Capitalism and American Empire', in L. Panitch e C. Leys (eds), *The New Imperial Challenge: Socialist Register 2004*, Londres, Merlin Press e Nova Iorque, Monthly Review Press. Tradução para o português disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/SocialistRegister2004-FINAL.doc>

palavras, os ativos dos EEUU sobre o exterior foram maiores do que os ativos estrangeiros sobre os EEUU). Em duas décadas este dado caiu pesadamente para *30 por cento negativo*.

Um outro fator debilitante do tira-pão dinheiro no entra-e-sai dos presumidos seguros paraísos – especialmente Letras do Tesouro Estadunidense – é o tumulto do mercado de ações. Do início de 2000 ao primeiro trimestre de 2003, o índice de participação global caiu para aproximadamente 40 por cento, de 1221 no final no ano 2000 para 749 no início do ano de 2003. Os grandes declínios ocorreram não somente no *Dow Jones* em 2000, mas também na Finlândia, Alemanha, Grécia, Irlanda, nos Países Baixos e na Suécia, que só em 2002, sofreram quebras de mais de 33 por cento.⁶³ Juntando com o 11 de setembro, esses processos resultaram em grande escala de fluxos de recursos de fundos mútuos de volta para os fundos societários dos EEUU, quando os principais investidores de Nova Iorque demonstraram cautela quanto à exposição no estrangeiro.

Naturalmente, há um refluxo e um fluxo ao capital e não foi nenhuma surpresa que após as dramáticas desvalorizações em muitos países de renda média durante 1995-2002, a pressão de taxas de juros estadunidenses relativamente mais baixas compeliu a um repensar em fundos de mercado emergentes em 2005, com US\$ 345 bilhões antecipados, só naquele ano, em novos investimentos de carteira (financiados principalmente por fundos de risco, fundos mútuos, companhias de seguro e fundos de pensão). No final de 2005, o analista principal do *Washington Post*, Paul Blustein, podia prenunciar

....as potencialidades de catástrofes futuras, na visão de muitos economistas, veteranos de mercado e fazedores de política. Tendo despejado grandes somas nos mercados emergentes em tempo de taxas de juros baixas e preços elevados para as mercadorias primárias que muitos países em desenvolvimento produzem, os investidores podem abandoná-los quando as condições deteriorarem, com o repentino fluxo de saída de dinheiro devastando economias e afundando governos na inadimplência.... "Há justamente uma enorme quantidade de dinheiro se agitando por aí em busca de um lugar para ir," disse Desmond Lachman, um economista do *American Enterprise Institute* que, como analista de pesquisas de *Wall Street*, foi um dos primeiros a prever a sina da Argentina muito antes da sua inadimplência em 2001.... "Até perus voam quando os ventos estão fortes" é como Lachman colocou no título de um artigo que ele publicou recentemente na revista *International Economy*....

"Assim, você põe um pouco de Jamaica no fundo, um pouco de África do Sul, um pouco de Tailândia" disse Christian Stracke, um analista da *CreditSights*, uma firma de pesquisa independente. "Numa crise global, todos os três difíceis de vender. Porém, se você for um gerente (de fundo de risco), você não se importa. Você só quer oferecer tanta diversificação quanto possível, com tanto retorno quanto possível."⁶⁴

Finalmente, todas essas dinâmicas financeiras devem também ser consideradas à luz das extremas oscilações no preço do dólar estadunidense em relação às outras moedas correntes na

⁶³ International Monetary Fund, *Global Financial Stability Report*, Appendix, Tabela 10.

⁶⁴ Blustein, P. (2005), 'Funds Blowing Foreign Bubbles?', *Washington Post*, 8 de dezembro.

década passada.⁶⁵ Em 2004, Robert Rubin – ex-Secretário do Tesouro – acusou o governo de Bush de "brincar com fogo" através de suas políticas de enfraquecimento do dólar paralelamente a continuada política de gastos com o financiamento do déficit federal por meio de empréstimos (*deficit spending*), uma combinação que geraria "sérias rupturas nos nossos mercados financeiros". O diretor do *Institute for International Economics** - C. Fred Bergsten, acrescentou, "Todos no mercado sabem que o dólar tem que baixar bastante. As pessoas estão começando a correr em busca das saídas."⁶⁶

Este grau de volatilidade não é sem precedentes no capitalismo mundial, onde impérios, periodicamente, têm ascendido e decaído em parte com base no desenvolvimento desigual através do comércio. Ironicamente, o poder dos EEUU para manipular as economias de outros países e baixar o valor de suas exportações, não mudou estes saldos comerciais para melhor. Os EEUU foram o principal beneficiário do choque monetário nos países da Ásia Oriental em 1997-8 que levou à quebra de 50 por cento nas suas moedas correntes, enquanto enormes fluxos de capital entraram no sistema bancário estadunidense e enquanto as importações da Ásia Oriental foram adquiridas a preços muito mais baixos, debelando o que de outro modo teria sido inflação impulsionada pelo crédito.

Para ser preciso, este é um problema antigo das relações diferenciais de poder no comércio e nos desvios da taxa de câmbio (junto denominados "troca desigual"), que, segundo Samir Amin e Gernot Köhler, causaram transferências de excedentes que se aproximam de US \$1,8 trilhão por ano no final dos anos 90.⁶⁷ Segundo Amin e Köhler, considerando o valor médio das moedas correntes dos países do Segundo e Terceiro Mundo (isto é, não-membros da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento) em relação às moedas correntes do Primeiro Mundo como de 82 por cento em 1960, este declinou para 38 por cento no final dos anos 90.

Considerada de uma outra forma, a importância da troca desigual é testemunhada na diferença entre o volume de exportações e o valor agregado contido nessas exportações. Segundo Jayati Ghosh, isto não é meramente uma questão de dependência de exportação de mercadorias primárias (conforme discutido no Capítulo 4), mas também da natureza do

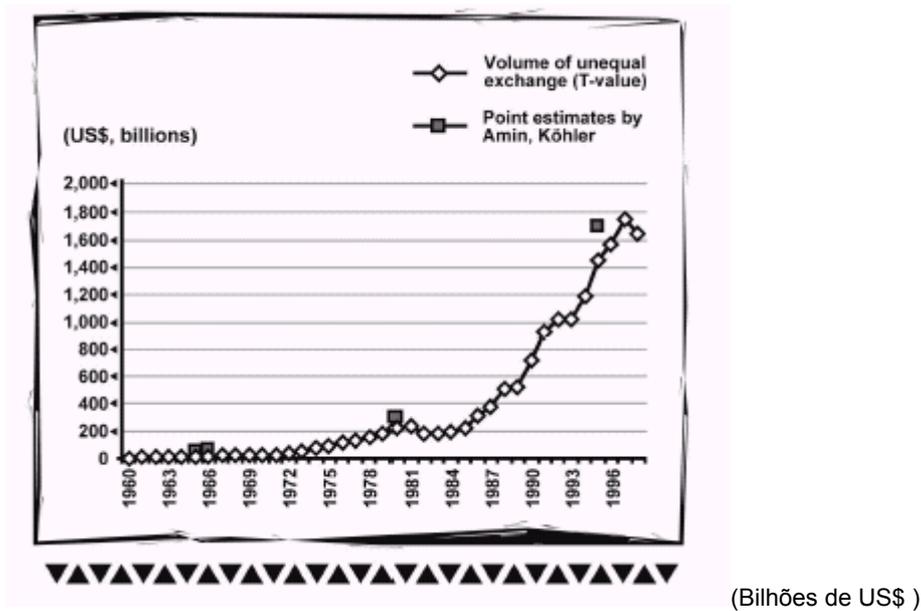
⁶⁵ Uma razão é que as estatísticas acima são principalmente medidas em moedas locais e algumas vezes convertidas para Paridade de Poder de Compra, não capturando assim plenamente a extensão da volatilidade em escala global.

* Instituto para a Economia Internacional, organização privada com sede em Washington, EUA.

⁶⁶ Simon, E. (2004), 'Weak Dollar Boosts Some Corporate Growth', *AP Business News*, 11 de novembro .

⁶⁷ Köhler, G. (1998), 'Unequal Exchange 1965–1995: World Trends and World Tables', World-Systems Archive, Working Papers, <<http://csf.colorado.edu/wsystems/archive/papers/kohlerloc.htm>>.

produto industrial na divisão global do trabalho:



Volume of unequal exchange - (T-value) = Volume de troca desigual (valor T)

Point estimates by Amin, Köhler = Estimativas pontuais por Amin, Köhler

Figura 2.4 Transferências de Valor na "troca desigual" Sul-Norte, 1960–98
(Bilhões de US\$)

Fonte: Köhler, G. (2003), "Time Series of Unequal Exchange, 1960-98", in G. Köhler e E. J. Chaves (eds), *Globalization: Critical Perspectives*, Nova Iorque, Nova Press.

Enquanto países em desenvolvimento, agrupados, mais do que dobraram sua participação nas exportações mundiais de manufaturas de 10,6 por cento em 1980 para 26,5 por cento em 1998, sua participação no valor agregado de manufaturados aumentou cerca de menos da metade, de 16,6 por cento para 23,8 por cento. Por contraste, os países desenvolvidos sofreram um declínio substancial na participação mundial de exportação de manufaturas, de 82,3 por cento para 70,9 por cento. Porém, ao mesmo tempo, sua participação mundial no valor agregado das manufaturas efetivamente aumentou, de 64,5 por cento para 73,3 por cento.⁶⁸

Seja isto uma função de variações reais nas moedas correntes ou do caráter do que esteja sendo produzido (matérias primas ou bens manufaturados de baixo-valor), o subdesenvolvimento – relacionado ao comércio volátil refletido nestas estatísticas parece mais importante durante épocas de "globalização" tais como nas décadas de 10 e 20 e nas décadas de 80 e 90 do Século XX, um ponto discutido adiante no Capítulo 4. A volatilidade é, claro, global em escala, já que mesmo a conta corrente estadunidense também sofre de extrema instabilidade de comércio/investimentos: de excedentes associados à debilidade do dólar estadunidense em 1980 e 1991, aos dramáticos declínios a perigosos níveis em meados dos

⁶⁸ Ghosh, J. (2002), 'Why More Exports Have Not Made Developing Countries Richer', <http://www.networkideas.org/themes/trade/may2002/print/prnt110502_Exports_Developing_Countries.htm>, 11 de maio.

anos 80 (- 3,5 por cento do PIB) e novamente desde meados dos anos 90 (queda para -5 por cento do PIB e pior). Uma vez que o *boom* das empresas "ponto-com" tinha terminado em 2000, a participação estadunidense no investimento direto estrangeiro global também caiu substancialmente, de US\$ 321 bilhões em 2000 para tão baixo quanto US\$ 40 bilhões em 2003.⁶⁹

NOVAS RODADAS DE VOLATILIDADE FINANCEIRA GLOBAL?

Os problemas de uma economia mundial volátil parecem ser duradouros. Distorções nas moedas correntes, contas de comércio e investimentos, têm sido acompanhadas pela elevação da lucratividade financeira, simultaneamente com o relativo declínio da manufatura estadunidense. Os poucos anos passados de gastos maciços com o financiamento do déficit federal por meio de empréstimos (*deficit spending*) pelo estado estadunidense indicam a importância do que pode ser chamado "Keynesianismo militar". Mas assim também é crescentemente crucial para a economia estadunidense o "Keynesianismo para consumidores" via crédito, com a dívida das famílias como uma porcentagem da renda disponível se elevando progressivamente de abaixo de 70 por cento antes de 1985, para acima de 100 por cento 15 anos mais tarde. De um lado, não pode haver nenhuma dúvida de que as inovações de produto financeiros e especialmente novos instrumentos de dívida associados a novas informações, comunicações e a tecnologia, simplesmente permitem uma maior carga de dívida sem necessariamente ameaçar as finanças do consumidor. Por outro lado, durante o mesmo período, as taxas de poupança interna estadunidenses caíram da faixa de 7-12 por cento para abaixo de 3 por cento.

Além disso, os consumidores e outros investidores são também mais vulneráveis aos choques financeiros maiores e as oscilações dos preços dos ativos do que em qualquer época desde 1929. Embora houvesse indicações por volta de 1974 de que as instituições financeiras principais seriam afetadas pelo início de problemas econômicos estruturais, poucos predisseram a série dramática de convulsões pelo quartel de século subsequente: a crise da dívida do Terceiro Mundo (início dos anos 80 para os prestamistas comerciais, mas durando até o presente para países e sociedades); os choques de finanças da energia (meados dos anos 80); quebras dos mercados internacionais de ações (1987) e mercados imobiliários (1991-3); crises em aproximadamente todos os países de mercados emergentes (1995–2002); e mesmo

⁶⁹ Fundo Monetário Internacional [International Monetary Fund](2004), *Global Financial Stability Report*, Washington, Appendix, Tabela 1.

grandes falências empresariais que resultaram em poderosas agitações internacionais.

De maior importância é que o mercado de ações dos EEUU foi o local de uma bolha enorme até 2000, talvez culminando no estouro da bolha "ponto com" que apagou de cima a baixo dos livros US\$ 8,5 trilhões de ganhos potenciais - mas, por outro lado, ao que tudo indica, reinflando em 2003-5 graças ao retorno de investidores familiares e dos fluxos de fundos mútuos e possivelmente elevando-se ainda mais nos anos futuros se Bush começar a privatização do seguro social. A bolha do mercado foi pior mesmo do que em episódios anteriores tais como nas preliminares para 1929. Naturalmente, os ganhos potenciais perdidos de 2000-2002 diminuíram estas proporções, mas com a subida subsequente, os mercados, de modo algum ainda não baixaram a níveis comparados às médias históricas.

As implicações do choque de 2000-2002, entretanto, ainda são importantes. Combinado com a tendência demográfica para a aposentadoria dos *baby-boomers*^{*}, parece que há algumas insuficiências substanciais em pensões nos EEUU (e também no Japão, não obstante a recuperação lenta do Nikkei). Além disso, os ativos das famílias também quebraram por causa do estouro da bolha de ações, embora a rápida subida dos preços de habitação mantivesse os níveis globais de ativos num patamar respeitável, pelo menos para o topo dos 60 por cento das famílias estadunidenses que possuem suas casas e pelo menos durante 2005. Esta bolha particular foi realçada em 1998 pela queda da taxa de juros - a resposta do *Federal Reserve Bank*[Banco Central do EEUU] às crises asiática e de gerenciamento de capital de longo-prazo - que incitou um aumento dramático no refinanciamento de hipotecas. Como resultado da enorme subida dos preços de imóveis que se seguiu, a diferença entre o custo real de possuir e de alugar disparou a níveis sem precedentes. O fato de que o setor da habitação contribuiu para aproximadamente um terço do crescimento do PIB dos EEUU desde o final dos anos 90, torna esta bolha particularmente frágil.

As advertências sobre a volatilidade eram, no final de 2005, verdadeiramente urgentes com relação aos mercados de imóveis globais. A África do Sul sofreu, durante o começo de 2005, o aumento mais alto do mundo em preços de imóveis, mas em toda parte a bolha cresceu a alturas insustentáveis. Para 1997-2004, o aumento cumulativo em preços de habitação era da ordem de 200 por cento na África do Sul, 160 por cento na Irlanda, 130 por cento na Grã-Bretanha, 120 por cento em Espanha, 90 por cento na Austrália, 80 por cento na Suécia, 70 por

* N.d.T.: *Baby boomers* são as pessoas nascidas de 1946 a 1966 no chamado *baby-boom*, período que se seguiu à II Guerra Mundial, marcado por um forte crescimento da fecundidade e do número total de nascimentos.

cento na França e 60 por cento nos EEUU.⁷⁰ Em abril de 2005, Steven Roach, do Morgan Stanley, ofereceu esta avaliação aos perigos da economia estadunidense:

Consumidores americanos dependentes de ativos, pequenas poupanças e superendividados deveriam se sentir em risco se o *Fed* *lhes assegurasse que não há bolha imobiliária – que os fundamentos para sua tomada de decisão baseada em ativos estão bem motivados? Um recorde de participação de consumo na economia estadunidense – 71 por cento do PIB desde 2002 versus um padrão de 67 por cento através do período de 1975 a 2000 – fala por si só.⁷¹

Em junho de 2005, o boom imobiliário mundial representou "a maior bolha da história", segundo o *The Economist*, porque "nunca antes os preços reais de habitação subiram tão rápido, por tanto tempo, em tantos países":

O valor total dos imóveis residenciais nas economias desenvolvidas subiu em mais de US\$ 30 trilhões nos últimos cinco anos, para acima de US\$ 70 trilhões, um aumento equivalente a cem por cento dos PIBs combinados daqueles países. Isto não faz só parecer pequena qualquer explosão anterior dos preços de habitação - é maior do que a bolha global no mercado de ações do final dos anos 90 (um incremento em cinco anos de 80 por cento do PIB) ou a bolha do mercado de ações da América no final dos anos 20 (55 por cento do PIB) O Japão dá uma advertência desagradável do que pode acontecer quando o *boom** se torna *bust*** . Os preços de imóveis japoneses têm baixado por 14 anos seguidos, em cerca de 40 por cento do seu pico em 1991.⁷²

Devido a que as autoridades japonesas habilmente apoiaram os bancos regularmente e mantiveram em curso outros estimulantes estatais – tais como programas de serviços públicos – o estouro da bolha foi menos do que um estalo e mais do que uma lenta, porém verdadeira deflação, como num pneu de bicicleta que se esvazie com o tempo. Mas vazio ficará finalmente: o economista da Universidade de Yale – Robert Schiller prediz um declínio real de 40 por cento nos preços do mercado imobiliário estadunidense na próxima geração, dada a "exuberância irracional" que empurrou tão alto os preços de mercado.⁷³

A grande questão é se a volatilidade na habitação será contagiosa, dado que 40 por cento dos dois milhões de empregos criados a partir do final de 2001 até meados de 2004 inclusive, estavam ligados diretamente à habitação. Escrevendo no *Financial Times*, Stephen

⁷⁰ Fundo Monetário Internacional [International Monetary Fund](2005), 'South Africa: Selected Issues', Washington, setembro 2005.

* N. d. T.: *Federal Reserve*, o Banco Central dos EEUU

⁷¹ Roach, S. (2005), 'Original Sin', Morgan Stanley, <<http://www.morganstanley.com/GEFdata/digests/20050425-mon.html#anchor0>>, 25 abril.

* N.d. T.:boom, em inglês estrondo, auge, significando ciclo de expansão econômica.-

** N.d. T.:bust, em inglês estouro, quebra, significando ciclo de estagnação econômica.-

⁷² *The Economist* (2005), 'The Global Housing Boom: In Come the Waves', 16 de junho.

⁷³ Leonhardt, D. (2005), 'Be Warned: Mr Bubble's Worried', *Nova Iorque Times*, 21 de agosto.

Schurr deu uma séria advertência:

O maior impacto de uma quebra no setor imobiliário pode ser sentido nos gastos do consumidor, que representam dois terços da economia estadunidense. Os gastos de consumo têm escorado o mercado de ações e a economia estadunidense nos últimos dois anos enquanto os dispêndios de capital definhavam. Um propulsor primordial disto tem sido o assim chamado fenômeno "*housing ATM*"^{***}, onde os americanos trocam suas garantias hipotecárias por dinheiro para financiar seus gastos.... "Nossos setores financeiros estão ligados de maneiras que nunca estiveram antes. Se os preços de habitação caem e um sujeito falha na sua amortização, os fundos de pensão que possuem as hipotecas serão atingidos, títulos de mercado serão atingidos, todos sentirão isto," disse Jim Melcher – o gerente de fundos de risco. "Ninguém está preparado para isto."⁷⁴

No final de 2005, aqueles despreparados estavam potencialmente em profunda angústia, já que 2006 seria o primeiro ano na memória estadunidense no qual a habitação serviu "como arrastamento da economia", noticiou o *New York Times*.⁷⁵ No terceiro trimestre de 2005, a taxa de poupança pessoal estadunidense caiu para -1,5 por cento, a pior taxa trimestral jamais registrada(desde 1947 quando esses dados passaram a ser calculados).

Finalmente, um outro mercado que tem decolado de uma maneira insustentável espetacular e que pode formar a base para mais investimentos especulativos no futuro, é o de derivados de energia. O número de opções e futuros negociados tem se elevado estavelmente, mas não significa que tenha criado um mercado "maduro" em setores como eletricidade, gás e petróleo, conforme refletido nas grandes flutuações de preço em curso. Um mercado de emissões de carbono também nascente, mas potencialmente enorme dada a ratificação do Protocolo de Quioto pela Rússia, que pretende converter seu suprimento de emissões de "ar quente" em trocas com os maiores poluidores mundiais.

EXAURINDO O SUL

Para o Terceiro Mundo, essas múltiplas fontes de volatilidade econômica têm importantes efeitos de retroalimentação. É aqui que podemos reviver o sentido dado por Trotsky de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a preocupação de Rosa Luxemburgo de que o capitalismo necessita superexplorar sua periferia não-capitalista.

Primeiro, se não for do investimento direto estrangeiro, onde os EEUU conseguiriam suas necessidades de capital fixo, especialmente fluxos de entradas financeiras para permitir o

^{***} Ou seja, o caixa automático da habitação- N.d.T.

⁷⁴ Schurr, S. (2005), 'Soft Foundations', *Financial Times*, 30 abril.

⁷⁵ Bajaj, V. (2005), 'Home Sales Fall 2.7 per cent, Suggesting a Drag on '06 Economy', *Nova Iorque Times*, 29 de novembro .

pagamento de mais US\$ 2 bilhões a cada dia útil exigidos para importações e pagamentos da dívida? Os fluxos de entradas financeiras vindos do exterior foram muito voláteis em 2002-4, mas de maior importância, talvez, foi o rápido aumento – especialmente na Ásia Oriental – de propriedade estrangeira de títulos agregados do Tesouro estadunidense, subindo de 20 por cento em 1995 para 40 por cento em 2005. A contribuição dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento em relação aos EEUU subiu de um fluxo de entrada líquida de US\$ 120 bilhões em entradas de capital em 1998 para um fluxo de saída líquida de US\$ 120 bilhões em 2003. Da área europeia, do Japão e de outras economias avançadas, os fluxos também variaram de uma entrada de US\$ 50 bilhões em 1991 para uma saída de US\$ 310 bilhões em 2003.⁷⁶

Este aspirar de recursos financeiros disponíveis para dentro dos EEUU durante o começo dos anos 2000 – ligeiramente deslocado por reversões de capital em 2005 - é importante não porque o lado da oferta de fundos do mercado de capitais estivesse de algum modo constrangido. Em 2004, depois de tudo, havia aproximadamente US\$ 124 trilhões (teoricamente) para saque sobre os mercados globais de capital e um adicional de US\$ 36 trilhões no PIB a cada ano contribuindo aos excedentes a caminho dos mercados. A distribuição desses fundos é notável, refletida por quatro blocos de fundos principais: a UE (US\$ 43 trilhões), os EEUU (US\$ 41 trilhões), o Japão (US\$ 19 trilhões) e os mercados emergentes asiáticos (US\$ 9 trilhões). O estoque de capital é investido no mercado de ações (US\$ 31 trilhões), em títulos públicos (US\$ 20 trilhões), em títulos e valores mobiliários de empresas (US\$ 31 trilhões) e em bancos (US\$ 41 trilhões), assim como em reservas de câmbio estrangeiras (US\$ 3 trilhões).⁷⁷ Não há escassez de capital líquido nos mercados globais, apenas uma questão de qual taxa de retorno será necessária para manter a participação estrangeira na posição estadunidense. Isto é particularmente importante como um dos fatores de "atração" cruciais, retirando recursos ou riquezas da África e de outros países em desenvolvimento.

O novo presidente do *Federal Reserve* [Banco Central do EEUU], Ben Bernanke, apresentou uma visão perigosamente benigna da superacumulação financeira global, sugerindo que os EEUU podem continuar sugando o capital mundial:

⁷⁶ International Monetary Fund, *Global Financial Stability Report*, pp. 36, 148.

⁷⁷ *Ibid.*, Appendix, Tabela 3.

Na década passada, uma combinação de forças diversas tem criado um aumento significativo na oferta global de poupança – uma superabundância de oferta global – que ajuda a explicar tanto o aumento no déficit nas contas correntes estadunidenses como o relativamente baixo nível das taxas de juros reais de longo prazo no mundo de hoje. A perspectiva do brusco aumento na proporção de aposentados para trabalhadores numa série de grandes economias industriais é uma razão importante para o elevado nível de poupança global.⁷⁸

Como não se prevê nenhuma mudança significativa na política dos EEUU, a drenagem de capitais para Washington continua. Um resultado para o Sul, incluindo os países africanos, é a necessidade manter taxas de juros bem mais altas do que sob condições normais. Tomando o 30 de julho de 2004 como um momento pontual para o instantâneo, os títulos de mercados emergentes financiados internacionalmente demandaram ágio mais elevado na Nigéria (6,1 por cento, cerca do dobro daquele da África do Sul, o único outro principal emitente da África Subsaariana). Quanto aos títulos locais, os *spreads* * nas taxas de juros tem sido estratosféricos em lugares de alto risco como Argentina (49,1 por cento) seguido na África pela Costa do Marfim (33,3 por cento), Nigéria (5,3 por cento) e África do Sul (1,4 por cento). Mas esses são mercados financeiros altamente fluidos e a mesma estatística em 2000, por exemplo, fornece os *spreads* de juros como se segue: Argentina 7,7 por cento, Costa do Marfim 24,4 por cento, Nigéria 14,8 por cento e África do Sul 4,2 por cento.⁷⁹

O desenvolvimento desigual ampliado está refletido em padrões altamente divergentes de estabilidade e volatilidade financeiras nesses mercados emergentes. Um conjunto de estatísticas que assinala talvez o maior perigo para o Terceiro Mundo é o do fluxo de saída de capitais via rotas não oficiais. A fuga de capitais tem sido um problema especialmente grave desde meados dos anos 90 na Ásia (alcançando o ponto máximo de US\$ 100 bilhões em 1998) e no Oriente Médio (US\$ 50 bilhões em 1999). Mas, como destacado mais detalhadamente abaixo, a África tem visto uma ainda maior parte destes recursos – mais do que US\$ 20 bilhões somente em 1997 - escoados para o exterior por seus próprios cidadãos.⁸⁰

Um outro fator a refletir potencialmente altos riscos é o endividamento externo crescente. Em termos absolutos, a dívida do Terceiro Mundo subiu de US\$ 580 bilhões em 1980 para US\$ 2,4 trilhões em 2002 e a maior parte disso, agora, é simplesmente impagável, um fator reconhecido pelos ministros das finanças do G8 em junho de 2005 quando

⁷⁸ Bernanke, B. (2005), 'The Global Saving Glut and the EEUU Current Account Deficit', documento apresentado à Sandridge Lecture Series, Virginia Association of Economics, Richmond, 10 de março, <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2005/200503102/default.htm>>.

* N.d.T :Taxas adicionais de risco cobradas sobretudo (mas não exclusivamente) no mercado financeiro internacional.

⁷⁹ International Monetary Fund, *Global Financial Stability Report*, Appendix, Tabela 13.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 126

concordaram com um cancelamento parcial de US\$ 40 bilhões da dívida dos 18 países mais pobres.⁸¹ Em 2002, havia um fluxo de saída líquida de US\$ 30 bilhões no pagamento dos encargos desta dívida, comparado a ajuda externa ao desenvolvimento de US\$ 37 bilhões. Como destaca Eric Toussaint, ativista da campanha contra a dívida baseada em Bruxelas, "desde 1980, acima de 50 Marshall Plans (mais de US\$ 4,6 trilhões) tem sido remetidos pelos povos da Periferia para os seus credores no Centro".⁸² Como argumentado abaixo, a iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados falhou de forma manifesta em conseguir mudar expressivamente as proporções de pagamento de encargos da dívida e as pequenas concessões no alívio da dívida – incluindo a oferta dos ministros das finanças em junho de 2005 – veio à custa do aprofundamento da condicionalidade neoliberal.

Resumindo, somos deixados com uma sensação de que a economia mundial contém formas de volatilidade e desigualdade que são insustentáveis. Essas formas não são acidentais, mas estão estruturadas em interrelacionamentos econômicos no capitalismo mundial avançado e entre o Norte e Sul. Como aquela estruturação do subdesenvolvimento funciona? Pelo menos cinco componentes da acumulação de capital e formação de classe - comércio, finanças, investimento direto, migração desigual e relações do tipo "*comprador*" – permanecem inerentes ao subdesenvolvimento em curso na África. Mais importante ainda, concluiremos que a natureza do cultivo doméstico do neoliberalismo no continente, correspondendo à formação de uma elite gerencial transnacional neoliberal e políticos africanos obedientes (vide Capítulo 5), requer um repensar da verdadeira natureza tanto da política de solidariedade como da política libertadora. As categorias chave para reflexão são as contas financeiras (incluindo ajuda, dívida, investimento financeiro de carteira e fuga de capitais) no Capítulo 3 e fluxos de comércio, investimentos e fluxos de mão de obra no Capítulo 4.

⁸¹ Como discutido com maiores detalhes no próximo capítulo, o alívio da dívida foi condicionado às exigências padrão de política neoliberal, e representou um desembolso meramente de US\$ 1,5 bilhão a cada ano para os países ricos, em comparação com os gastos militares daqueles países que ultrapassam os US\$ 700 bilhões por ano.

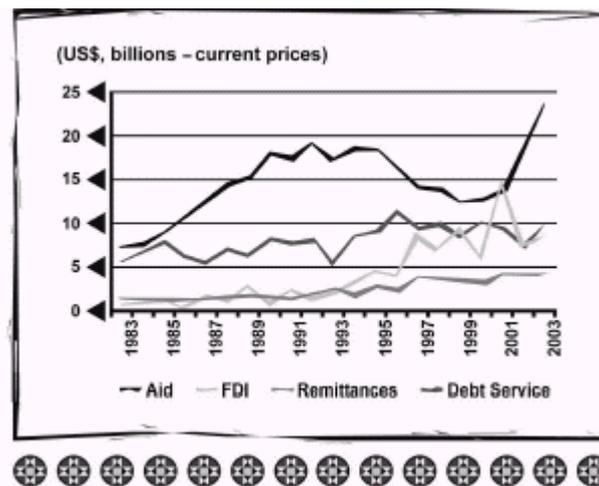
⁸² Toussaint, E. (2004), 'Transfers from the Periphery to the Centre, from Labour to Capital', manuscrito inédito, Committee for the Abolition of the Third World Debt, Brussels, p. 3.

3

Fluxos financeiros de entrada e saída

Ajuda fantasma (ou fictícia), servidão por dívida, fuga de capitais

Como a ajuda, dívida, investimentos financeiros estrangeiros e fuga de capitais afetam o modo como o capital se acumula na África? A percepção geral das elites internacionais é que a África é (muitas vezes imerecidamente) a beneficiária de "fluxos financeiros oficiais". Em um gráfico preparado pela *Commission for África*, a impressão deixada é de que há um vasto fluxo de entrada de ajuda (porque a ajuda fantasma (ou fictícia) não é mencionada); que o investimento direto estrangeiro no continente vem aumentando continuamente (sem refletir as circunstâncias especiais de apenas três países recipiendários desde 1997, um tópico que é abordado no Capítulo 4); que os pagamentos de encargos da dívida têm sido regulares (embora o pagamento líquido ficasse negativo durante os anos 90); e, que agora as remessas são um fator importante (sem a inclusão da fuga de capitais pelos residentes). Passemos agora para uma checagem realista em cada uma dessas categorias.



(US\$, billions -current prices)= (US\$ bilhões, preços correntes)

Aid=Ajuda

FDI =IDE

Remittances =Remessas

Debt Service = Encargos da Dívida

Figura 3.1 Estimativas da *Africa Commission* sobre os fluxos financeiros/de investimentos para a África Subsaariana

Fonte: Comissão para a África [*Commission for Africa*](2005), *Our Common Future*, Londres, p. 106.

REFLUXOS, FLUXOS E FANTASMAS (OU FICÇÕES) DA AJUDA

A ajuda de doadores a África de fato caiu 40 por cento durante os anos 90, especialmente na esteira da vitória do Ocidente na Guerra Fria, todavia o declínio geral tinha começado no final dos anos 60. A Comissão para a África questionou – sem oferecer detalhes – que a ajuda à África subiu novamente depois de 2000, dobrando de US\$ 12 bilhões para US\$ 24 bilhões nos quatro anos subseqüentes. Embora durante 2000-2003, a *ajuda per capita* à África Subsaariana tenha subido cerca de US\$ 10 por pessoa, o Fundo Monetário Internacional admite que hoje "isso permanece mais baixo do que a *ajuda per capita* nos anos 80, quando a ajuda à região estava em cerca de US\$ 34 *per capita* a preços constantes de 2003" e, além do mais, "excluindo a África do Sul e Nigéria, a participação das doações oficiais [para a África Subsaariana] no PIB está projetada para aumentar de 3,1 por cento em 2004 para 3,2 por cento do PIB em 2005" – dificilmente um indício de um maior comprometimento do Norte para combater a pobreza.⁸³ De qualquer modo, o uso de fundos de alívio da dívida para inflar os valores relativos à ajuda (tais como aqueles acima) é altamente duvidoso, já que na Cúpula de Monterrey de 2002 sobre Financiamento para o Desenvolvimento em 2002, os governos acordaram que o alívio da dívida deveria ser "adicional" a ajuda existente e em elevação.



ODA/GNI = AOD/RNB

1970 UN TARGET OF ODA/GNI ANNOUNCED = META DE 1970 DA ONU ANUNCIADA PARA AOD/RNB

1992 EARTH SUMMIT, RIO DE JANEIRO – CÚPULA DA TERRA, 1992, RIO DE JANEIRO

2002 MONTERREY FINANCING FOR DEVELOPMENT CONFERENCE = CONFERÊNCIA DE MONTERREY de 2002 SOBRE

⁸³ Fundo Monetário Internacional [International Monetary Fund](2005), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, setembro, p. 7.

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Figura 3.2 Tendências da Ajuda ao Terceiro Mundo, 1965-2004 (Ajuda Externa ao desenvolvimento pelos países ricos como percentual da renda nacional bruta, AOD/RNB**)

Fonte: ONG *Action Aid* (2005), *Real Aid: an Agenda for Making Aid Work*, Joanesburgo, p. 36.

Mesmo com essa e outras distorções de "ajuda fantasma" (ou fictícia), a maioria dos estados doadores (exceto os países escandinavos e a Holanda) estão bem abaixo da meta de 0,7 por cento estabelecida há 35 anos nas Nações Unidas. As cifras dos EEUU, de 0,12 por cento e as japonesas de 0,23 por cento são mais flagrantes, se a generosidade nacional for adequadamente apreendida nessa variável. Comparada aos gastos militares de US\$ 642 bilhões pelos países ricos em 2003, a ajuda de US\$ 69 bilhões é uma ninharia. Os EEUU são os mais destacados gastadores em armamentos ao se comparar com a sovínice de sua ajuda (1 por cento dos gastos governamentais em ajuda comparados a 25 por cento sem gastos militares), acompanhados pela Grécia (1,4 por cento comparado a 26,5 por cento), o Reino Unido (1,6 por cento comparado a 13,3 por cento), França (1,7 por cento comparado a 10,7 por cento) e Portugal (1 por cento comparado a 10 por cento).⁸⁴

De fato, os gastos com ajuda e armamentos se vinculam integralmente, dado que dinheiro desvinculado é "fungível": ou seja, o que vem para um propósito (tal como habitação ou alimentação) permite aos estados africanos aumentarem gastos para finalidades militares ou repressivas. Financiamento por doadores ostensivamente recebido para atividades de desenvolvimento – por exemplo, por Israel e Egito, que por razões geopolíticas recebem grandes montantes de ajuda dos EEUU – pode ser recanalizado para gastos militares. Acima de tudo, segundo uma correlação de taxas de *ajuda per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD feita pela ONG *Action Aid*, logicamente, países na base da escala do IDH deveriam estar recebendo montantes *per capita* mais altos, porém este não é o caso. A grande maioria dos países classificados abaixo do número 130 na escala do IDH consegue ajuda de US\$ 50 por pessoa ou abaixo, em contraste com a participação mais alta dos países cotados entre 80 e 130, que recebem para cima de pelo menos US\$ 90 por pessoa.⁸⁵

Além do mais, uma vez que se inclua o vasto desperdício associado a burocracia da ajuda, ajuda condicionada, assim como outros aspectos "fantasmas" (ou fictícios) tais como

** N. d. T.: AOD é o acrônimo brasileiro para "assistência oficial para o desenvolvimento". Em Portugal e PALOPS usa-se APD "ajuda pública ao desenvolvimento" – RNB é o acrônimo para Renda Nacional Bruta

⁸⁴ United Nations Development Programme (2005), *Human Development Report 2005: International Cooperation at a Crossroads*, Nova Iorque, UNDP, p. 94.

⁸⁵ Action Aid (2005), *Real Aid: an Agenda for Making Aid Work*, Joanesburgo, Action Aid, p. 22.

alívio da dívida, pode se fazer uma correção adicional às estatísticas. Globalmente, Segundo a ONG *Action Aid*, a ajuda oficial total de US\$ 69 bilhões foi reduzida para ajuda "real" de somente US\$ 27 bilhões aos povos pobres. Cerca de um sétimo (14 por cento) da ajuda pretendida – melhor considerada "ajuda fantasma" (ou fictícia) - inclui "alívio da dívida", que sobe de cerca de US\$ 1,5 bilhões em 2000 para mais do que US\$ 6 bilhões em 2003. Conforme se nota mais tarde, o alívio da dívida foi provido de tal modo a aprofundar e não a diminuir a dependência e controle da África pelo Norte. Outros componentes de ajuda "fantasma"(ou fictícia) incluem as transações e custos administrativos do pagamento dos fundos de ajuda (14 por cento). A assistência técnica de especialistas do Norte foi responsável por um quinto da ajuda; conforme se nota abaixo; a recomendação do Instituto Adam Smith – da Grã-Bretanha – para privatização da água é um exemplo de como tal assistência de doadores traz ainda mais danos à sociedade e estados africanos. A ONG *Action Aid* estima que outros 7 por cento da ajuda de doadores são gastos com atividades que não têm foco algum sobre a pobreza, enquanto 2 por cento são gastos com refugiados (e não em desenvolvimento de longo prazo). Outros 4 por cento são tecnicamente "vinculados" à compra de insumos do país doador.⁸⁶

Até a Comissão para a África admite que somente uma pequena proporção da ajuda seja tecnicamente "não condicionada" e enquanto esse montante aumentou de US\$ 2,3 bilhões em 1999 para US\$ 4,3 bilhões em 2003, ele declinou como uma proporção da "ajuda" total.⁸⁷ Os piores delinquentes em termos de ajuda condicionada são a Itália e os EEUU, enquanto a França e os EEUU são os principais doadores "fantasmas " (ou fictícios). Até o FMI – ele mesmo regularmente culpado de impedir a ajuda de atingir suas metas, alegando que a expansão fiscal prejudica a disciplina monetária – veio a admitir, em 2005, que a ajuda condicionada é um problema sério:

Embora os fluxos de ajuda para África tenham aumentado desde a conferência de Monterrey em 2002, somente uma pequena parte da ajuda incremental tem sido provida na forma de assistência a programas e projetos.... Durante 2000-2003, o perdão da dívida foi responsável por 19 por cento da ajuda total desembolsada para essa região, em média.... Cerca de 20 por cento de ajuda à África Subsaariana permanecem vinculados. Além do mais, a volatilidade dos desembolsos de ajuda e a conseqüente imprevisibilidade de fluxos torna difícil para os

⁸⁶ *Ibid.*, p. 18.

⁸⁷ Comissão para a África [Commission for Africa] (CfA) (2005), *Our Common Future*, Londres, p. 349.

governos recipiendários formularem planos de médio-prazo.⁸⁸

Como testemunhado pela repetida recusa do FMI em aprovar aumentos orçamentários para contratar mais trabalhadores da saúde africanos, alegando que tais gastos poderiam levar a uma inflação mais alta, a "condicionalidade" do Norte continua sutil, especialmente sobre os 20 por cento de ajuda que tomam forma de assistência técnica. Este financiamento tem sido importante para os doadores e grandes empresas a eles associadas por muitos anos, especialmente nas áreas como água e saúde, onde a relação com as grandes empresas privadas do negócio da água e da indústria farmacêutica parece estar continuamente fortalecida.

Segundo um estudo pelo pesquisador britânico Mark Curtis,

Uma visão acurada do programa de "ajuda ao comércio" da UE mostra que a maior parte desta "ajuda" trata realmente de pressionar ainda mais os países em desenvolvimento para promoverem a liberalização do comércio. A ajuda da UE nesta área inclui, por exemplo, "apoio para a implementação de acordos da OMC existentes e futuros" e "apoio para políticas de reformas e investimentos necessários para elevar a eficiência econômica e para garantir maior participação na economia mundial".... A Comissão também afirma que sua ajuda nesta área ajuda a "promoção de políticas macroeconômicas, setoriais e tributárias consistentes que incrementem o clima de investimentos, assim como apoiem o desenvolvimento do setor privado".... A Comissão afirma que cerca de 70 por cento de sua ajuda relacionada ao comércio é de "apoio ao setor privado".⁸⁹

Na África Oriental, segundo Curtis, a ajuda da UE pagou por um relatório do PROINVEST* que promove a privatização, incluindo

principais "oportunidades de investimentos" para companhias européias, identificando umas dessas como serviços públicos essenciais: "autoridades governamentais estão crescentemente abertas a formas de Parcerias Público-Privadas (PPPs) (concessões, gestão de contratos etc.) e os operadores da UE poderiam desempenhar um papel significativo". Isso inclui "gestão e recuperação de sistemas de água e esgoto nos principais centros urbanos" – isto é, a privatização da oferta de água. O relatório também afirma que "o PROINVEST poderia promover e/ou apoiar iniciativas visando a análise do complexo da política e das questões operacionais relacionadas às PPPs nos serviços públicos essenciais, trazendo uma visão "européia" mais equilibrada à mesa". Um relatório sobre a África Ocidental e Central destaca as oportunidades de investimento em saúde e educação, concluindo que "esse setor poderia oferecer uma interessante oportunidade de nichos para investidores europeus".⁹⁰

Como um outro exemplo, o *British Department for International Development* [Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional] regularmente contratou o

⁸⁸ IMF/FMI (2005), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, setembro, pp.7–8.

⁸⁹ Curtis, M. (2005), '17 Ways the European Commission is Pushing Trade Liberalization on Poor Countries', Londres, Christian Aid.

*N. d. T.: O PROINVEST é um programa de parceria União Européia/ACP dirigido pela Comissão Européia em nome dos países ACP para apoiar organizações intermediárias e associações profissionais e desenvolver parcerias inter-empresas

⁹⁰ Ibid.

Instituto Adam Smith para projetar programas de gestão privada de água para cidades africanas. Em Dar es Salaam, o contrato de água de US\$ 164 milhões, financiado pelo Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento Africano e Banco Europeu de Investimentos (BEI), foi ganho pela firma britânica *Biwater*. Os contribuintes britânicos gastaram £273.000 "para produzir materiais de relações públicas incluindo uma canção pop pró-privatização para persuadir um público cético sobre os benefícios da privatização", segundo o *World Development Movement* (WDM), um grupo de campanhas progressistas baseado em Londres.

Mas em maio 2005, o governo tanzaniano deportou três executivos da *Biwater* por má gestão e cancelou o negócio legando que a *Biwater* tinha investido somente a metade do que tinha prometido (US\$ 8,5 milhões) enquanto aumentava precipitadamente as contas de água. O Ministro das Águas Edward Lowassa foi taxativo: "Os serviços de fornecimento de água em Dar es Salaam e nas localidades vizinhas se deterioraram em vez de melhorarem desde que essa firma assumiu há dois anos. A revogação foi feita em seguida às persistentes queixas dos residentes da cidade sobre a incompetência da firma." Como interpretado pelo *Financial Times*,

Supõe-se que especialistas de organismos multilaterais consideraram que a *joint venture* britânica-teuto-tanzaniana teve um fraco desempenho e que o governo tanzaniano ateve-se ao seu contrato... [a transação com a *Biwater*] resultou em que muitos se queixaram de que fornecimento de água ficou pior e não melhor.⁹¹

A *Biwater* então foi ao Centro Internacional de Solução de Controvérsias sobre Investimentos do Banco Mundial**. Segundo o WDM,

Tanzânia é um dos países mais pesadamente endividados do mundo, sua dívida externa está em US\$ 7,5 bilhões. A privatização da água de Dar es Salaam de 1996 a 1999 foi uma condição do Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural do FMI e de 2000 a 2003 foi uma condição de um Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento, do FMI. A continuada reestruturação e privatização de serviços públicos essenciais era parte das condições da Tanzânia para conseguir o alívio da dívida nos termos da iniciativa de Países Muito Endividados.... Tanzânia é o 164º país mais pobre do mundo (dentre 177).

Como Andrew Mushi, diretor da Associação de Organizações Não Governamentais da Tanzânia, explicou, "Nós apoiamos totalmente nosso governo no cancelamento do contrato da *Biwater* e achamos que a *Biwater* é muito injusta no seu processo contra nosso governo porque

⁹¹ White, D. (2005), 'Tanzanian Spat Puts Focus on Aid Dilemma', *Financial Times*, 29 de junho.

** N.d.T. : conhecido pela sigla em inglês "ICSID – International Centre for Settlement of Investment Disputes".

o ônus de pagamento desta ação judicial recairá sobre o povo da Tanzânia."⁹²

As intervenções de ajuda de mais elevado destaque nos anos recentes provavelmente foram no campo do tratamento de HIV (AIDS-SIDA). Estas incluíram uma "marcação cerrada com pressão total" – abrangendo pressão por mais cortes na ajuda – contra governos que tomaram providências para produção de medicamentos genéricos, atitude que Bill Clinton só abandonou no final de 1999 depois de constante protesto popular.⁹³ No início de 2003, George W. Bush prometeu um programa para a AIDS [SIDA] de US\$ 15 bilhões e logo reduziu gradualmente os fundos para uma fração daquilo, recusou-se a prover recursos ou riquezas para o Fundo Global de Combate a AIDS [SIDA], Tuberculose e Malária da ONU e proibiu o financiamento governamental estadunidense para medicamentos genéricos. Ouvida a sua base cristã fundamentalista, o apoio de Bush ao planejamento familiar do Terceiro Mundo foi até mais repleto de condicionalidades.

Ao mesmo tempo, Bush introduziu um veículo inovador para fundir a condicionalidade do mercado neoliberal com, pretensamente, maiores investimentos sociais: a *Millennium Challenge Account (MCA)**. Com os orçamentos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*USAID - United States Agency for International Development*) ainda em queda, em termos reais, os fundos da MCA desvinculados eram para se elevar de US\$ 1 bilhão em 2004 para US\$ 5 bilhões em 2006, um aumento de 100 por cento sobre os gastos de 2004 e toda ajuda externa ao desenvolvimento pelos EEUU. Mas, de 74 países de "baixa renda" supostamente qualificados (dos quais 39 são da África), somente 16 passaram no primeiro teste de governança e liberdade econômica em 2004. A metade destes era africana: Benim, Cabo Verde, Gana, Lesoto, Madagascar, Mali, Moçambique e Senegal. O critério para financiar os programas de ajuda desses países se divide em três categorias:

- *Governar com justiça* – baseado nas escalas de liberdades civis e direitos políticos da "*Freedom House/Casa da Liberdade*"* bem como nos índices do Instituto do Banco Mundial/*World Bank Institute* sobre "*accountability*" (N.d.T.: a capacidade de

⁹² World Development Movement (2005), 'UK Water Company to Sue One of World's Poorest Countries', WDM comunicado à imprensa, Londres, 1 de dezembro.

⁹³ Bond, P. (1999), 'Globalization, Pharmaceutical Pricing and South African Health Policy: Managing Confrontation with US Firms and Politicians', *International Journal of Health Services*, 29, 4.

* N.d.T.: Conta para os Desafios do Milênio.

* N. d. T.: literalmente "Casa da Liberdade" uma organização de Nova York fundada em 1941 e que se autodefine como "uma voz inequívoca em favor da democracia e da liberdade no mundo inteiro, sendo à época em que esta obra foi escrita(2005) dirigida por James Woolsey, ex-diretor da CIA.

responsabilizar-se e de prestar contas obtendo legitimidade para política e atos praticados), governança e controle de corrupção.

- *Liberdade econômica* – determinada por qualificação creditícia, taxas de inflação, prazos para abertura de negócios, políticas de comércio e regimes regulamentares conforme medidos por instituições tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Índice de Liberdade Econômica da *Heritage Foundation*.
- *Investimento no seu povo* – medidos segundo os gastos públicos em saúde e educação primária, taxas de imunização e de conclusão de escola primária conforme registrados pelos governos nacionais, pela Organização Mundial da Saúde e pela ONU.⁹⁴

Como interpretar tal manobra? O papel do estado estadunidense na África – antes, durante e depois da Guerra Fria – é invariavelmente ligado à extração empresarial de recursos e respaldado por interesse militar. A tentativa de Washington para disfarçar e legitimar isso através da ajuda que implique condicionalidades dos compromissos com "boa governança" e "investimento social" data da época de Clinton⁹⁵, porém sob o MCA de Bush envolve vigilância disciplinar neoliberal mais sofisticada, especialmente em combinação com o Banco Mundial.⁹⁶

A Avaliação Institucional e de Políticas por País (*Country Policy and Institutional Assessment*) do Banco Mundial deu aos seguintes países africanos uma nota A nas suas medidas de desempenho relativo por quintis feitas em 2004: Cabo Verde, Mauritânia, Senegal, Tanzânia e Uganda (A África do Sul não é parte do sistema de notas, mas provavelmente teria um desempenho com nota "A"). O número de notas de reprovação (F) na África é duas vezes mais alto e contém os países mais populosos: Angola, Burundi, República Centro-Africana, Comoros, Guiné-Bissau, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Sudão, Togo e Zimbábue. Somente o desempenho da Nigéria e Zimbábue registrou os piores índices em todo o quadro no tocante a governança, gestão econômica, políticas estruturais, inclusão social, desempenho do setor público e desempenho na carteira do Grupo do Banco Mundial.

Como Issa Bakker e Stephen Gill argumentam,

Uma questão chave para uma política pública contemporânea é a necessidade de minimizar incerteza (e maximizar o senso de segurança da propriedade) no pensamento dos

⁹⁴ Citado em SA Institute for International Affairs, *e-Africa*, maio de 2004.

⁹⁵ Bond, P. (2003), *Against Global Apartheid: África do Sul Meets the World Bank, IMF and International Finance*, Londres, Zed Books e Cape Town, University of Cape Town Press, Capítulo 4.

⁹⁶ Alexander, N. (2004), 'Triage of Low-Income Countries? The Implications of the IFI's Debt Sustainability (DS) Proposal', Washington, <http://www.servicesforall.org/html/otherpubs/judge_jury_scorecard.pdf>.

investidores/tomadores de decisões empresariais. O Banco Mundial destaca a necessidade de fortalecer e sustentar a lei e a ordem, para maximizar a proteção à propriedade privada e para aplicar políticas macroeconômicas previsíveis – se não, os investidores não considerariam tais estados confiáveis. Como tais, as regras e mecanismos políticos para garantir os direitos e segurança do capital são vistos como contrapartidas políticas para a disciplina das forças de mercado (por exemplo, mobilidade do capital internacional).⁹⁷

Todavia como discuto mais tarde, com tão poucos estados africanos recebendo fundos da MCA e com muito mais em jogo do que possa ser controlado pela expansão militar estadunidense, é vital para Washington identificar aliados confiáveis na África – tanto "compradores" locais (Capítulo 5) como países tais quais a África do Sul (Capítulo 6) – para legitimar e promover tanto a geopolítica imperialista como o desenvolvimento da economia neoliberal.

A EXTORSÃO DOS PAGAMENTOS DA DÍVIDA⁹⁸

Walter Rodney oferece uma forte crítica histórica dos financistas na África:

Na época imperialista, os banqueiros tornaram os aristocratas do mundo capitalista, aparecendo em primeiro plano. É fenomenal a massa de mais-valia produzida pelos trabalhadores e camponeses africanos que passou para os cofres dos banqueiros metropolitanos. Eles registraram um retorno sobre capital mais elevado ainda do que o das companhias de mineração e cada novo investimento que faziam era fonte de mais alienação dos frutos do trabalho africano.

.... Por outro lado esses bancos europeus transferiam as reservas das filiais em África para as sedes em Londres como fim de investir no mercado monetário londrino. Esta era a forma pela qual mais rapidamente se expatriava a mais-valia africana para as metrópoles.⁹⁹

Esses processos foram cruciais para a acumulação da Era Colonial e hoje continuam de modo ampliado já que o "investimento direto" tornou-se dívida pública nacional na era pós-colonial e as elites africanas têm transferido as reservas líquidas de sua sociedade para contas no exterior numa escala ainda maior, como vemos abaixo. De fato, em parte devido à queda dos fluxos de ajuda, a crise da dívida da África piorou durante a era da globalização. Entre 1980 e 2002, a dívida externa total da África Subsaariana aumentou a uma taxa mais rápida do que aquela da América Latina, do Caribe e do Oriente Médio - de US\$ 61 bilhões para US\$ 206 bilhões - e a proporção da dívida para o PIB se elevou de 23 para 66 por cento. Como continente mais

⁹⁷ Bakker, I. e S. Gill (2003), 'Ontology, Method and Hypotheses', in I. Bakker e S. Gill (eds), *Power, Production and Social Reproduction*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, p. 31.

⁹⁸ Uma das mais consistentes visões gerais recntes da dívida africana é dada por Capps, G. (2005), 'Redesigning the Debt Trap', *International Socialism*, 107.

⁹⁹ Rodney, W. (1972), *How Europe Underdeveloped Africa*, Dar es Salaam, Tanzania Publishing House e Londres, Bogle L'Ouverture Publications; sendo que todas as citações desta edição estão disponíveis em <<http://www.marxists.org/subject/africa/rodney-walter/how-europe/>>. Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa, 1975

pobre e recipiendário de muito financiamento em condições bonificadas (concessionais), a África Subsaariana não amortizou pagamentos da dívida pela mesma taxa que outras regiões, mas ainda assim reformou US\$ 255 bilhões de créditos externos durante os anos 80-90, o que constituiu um fator de 4,2 vezes a dívida original de 1980.¹⁰⁰

Tabela 3.1 Pagamentos da dívida da África Subsaariana, 2003 (US\$ bilhões)

Tipo de País	Prestamistas bilaterais	Multilateral	Prestamistas privados	Total
PPMEs	1,1	1,1	0,1	2,3
Outros de baixa-renda	1,1	0,7	1,8	3,6
Renda média	0,3	0,2	2,3	2,7
TOTAL	2,4	2,0	4,2	8,6

Fonte: Comissão para a África [*Commission for Africa*](2005), *Our Common Future*, Londres, p. 349.

De fato, agora, a África amortiza pagamentos de mais do que recebe. Em 1980, os fluxos de entradas de empréstimos de US\$ 9,6 bilhões foram confortavelmente mais altos do que os fluxos de saída de pagamentos da dívida de US\$ 3,2 bilhões, então o fraudulento esquema Ponzi* continuou: em 2000, entraram somente US\$ 3,2 bilhões e US\$ 9,8 bilhões foram amortizados, deixando um déficit de fluxo financeiro líquido de US\$ 6,2 bilhões.¹⁰¹ Se desmembrarmos os US\$ 8,6 bilhões considerados pela Comissão para a África como pagamentos brutos da dívida africana em 2003, as transações bilaterais (com "doadores") esvaziam US\$ 2,4 bilhões, as instituições multilaterais (o Grupo do Banco Mundial, FMI e Banco de Desenvolvimento Africano) recebem US\$ 2 bilhões e os credores privados recebem US\$ 4,2 bilhões. Os arranjos em meados de 2005 associados ao anúncio de alívio da dívida feito pelos ministros das finanças do G8 foram notáveis em alguns aspectos, mas em última análise não perturbaram nem o processo de esvaziamento das contas financeiras da África, nem a manutenção das funções de controle associadas à dívida.

A dívida, correspondendo a mais do que 300 por cento dos ganhos da exportação, ficou insuportável no início dos anos 2000 para pelo menos 21 países africanos. Para países como Sudão, Burundi, Serra Leoa e Guiné-Bissau, ela era 15 vezes maior do que os ganhos das exportações anuais. Para alguns países (incluindo Camarões, a Gâmbia, Mauritânia, Senegal e Zâmbia), os encargos da dívida, de longe, ultrapassavam os gastos do governo com a saúde. Em pelo menos 16 países, um argumento muito forte poderia ser levantado de que a dívida

¹⁰⁰ Toussaint, E. (2004), *Your Money or Your Life*, Chicago, Haymarket Books, p. 150.

* N.d.T.: Um esquema Ponzi é uma operação fraudulenta de investimento que envolve o pagamento de rendimentos anormalmente altos ("lucros") aos investidores, às custas do dinheiro pago pelos investidores subsequentes, em vez da receita gerada por qualquer negócio real. O nome do esquema "homenageia" o fraudador Charles Ponzi. cf http://pt.wikipedia.org/wiki/Esquema_Ponzi

¹⁰¹ World Bank [Banco Mundial] (2002), *Global Finance Tables*, Washington, World Bank.

herdada dos ditadores é legalmente "odiosa", já que os cidadãos foram vitimados pela acumulação da dívida original (e usada contra eles) e nas demandas da amortização desta dívida: a Nigéria sob os regimes de Buhari e Abacha (1984-98: US\$ 30 bilhões), a África do Sul sob o Apartheid (1948- 93: US\$ 22 bilhões), a República Democrática do Congo sob Mobutu (1965-97: US\$ 13 bilhões), o Sudão sob Numeiri (1969-85: US\$ 9 bilhões), a Etiópia sob Mengistu (1974-91: US\$ 8 bilhões), o Quênia sob Moi (1978-2002: US\$ 5,8 bilhões), o Congo sob Sassou (1979-2005: US\$ 4,5 bilhões), o Mali sob Traore (1968-91: US\$ 2,5 bilhões), a Somália sob Siad Barre (1969-91: US\$ 2,3 bilhões), o Maláui sob Banda (1966-94: US\$ 2,2 bilhões), o Togo sob Eyadema (1967-2005: US\$ 1,4 bilhões), a Libéria sob Doe (1980-90: US\$ 1,2 bilhões), Ruanda sob Habyarimana (1973-94: US\$ 1 bilhão), Uganda sob Idi Amin Dada (1971-9: US\$ 0,6 bilhões) e a República Centro-Africana sob Bokassa (1966-70: US\$ 0,2 bilhões).¹⁰² Outros países não democráticos – incluindo o Zimbábue sob Mugabe nos anos recentes (US\$ 4,5 bilhões) – também poderiam ser acrescentados a essa lista, que facilmente soma mais do que 50 por cento da dívida da África pendente.

FUMAÇA E ESPELHOS PARA ALÍVIO DA DÍVIDA,

Que alívio da dívida tem sido dado a esses e outros países empobrecidos? Tardamente reconhecendo a insustentabilidade do financiamento da dívida, o Banco Mundial e o FMI introduziram a iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (PPME) [*Highly Indebted Poor Countries (HIPC) initiative*] em 1996. Nove anos mais tarde, o plano foi aumentado, em junho de 2005, pelos ministros das finanças através das concessões de alívio da dívida para 18 países que estavam próximos ou no "ponto de redução efetiva de sua dívida [*completion point*]" da PPME. Destes, 14 são africanos: Benim, Burquina Fasso, Etiópia, Gana, Madagascar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zâmbia (os outros quatro são Bolívia, Guiana, Honduras e Nicarágua). Dez outros habilitados para o alívio, uma vez que ultrapassaram as barreiras da iniciativa PPME são Burundi, Camarões, Chade, a República Democrática do Congo, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Maláui, Serra Leoa e São Tomé e Príncipe. Há, pelo menos, oito outros países africanos esperando para entrar na PPME: República Centro-Africana, Comoros, a República do Congo, Costa do Marfim, Libéria, Somália, Sudão e Togo.

¹⁰² Toussaint, *Your Money or Your Life*, p. 384. Veja também <<http://www.jubilee plus.org/analysis/reports/dictatorsreport.htm>>.

FLUXOS FINANCEIROS DE ENTRADA E SAÍDA

Tabela 3.2 Dívida da África Subsaariana para com credores oficiais, 2005 (% do PIB)

Produtores de petróleo			
Angola	25,0	Guiné Equatorial	4,0
Camarões	34,0	Gabão	40,9
Chade	33,9	Nigéria	32,4
Congo, República do.	71,4	São Tomé e Príncipe	425,6
Costa do Marfim	48,4		
Não produtores de petróleo			
África do Sul	2,2		
Benim	35,9	Mali	60,5
Botsuana	3,1	Maurício	8,1
Burquina Fasso	33,6	Moçambique	66,4
Burundi	191,5	Namíbia	5,6
		Quênia	27,0
Cabo Verde	46,6	Níger	50,6
Rep. Centro-Africana	88,1	Ruanda	73,7
Comoros	75,9	Senegal	41,8
Congo, RDC	157,0	Seicheles	39,9
Etiópia	69,6	Serra Leoa	103,5
Gâmbia	122,1		
Gana	73,2	Suazilândia	14,0
Guiné	87,7	Tanzânia	47,1
Guiné-Bissau	282,3	Togo	93,2
		Uganda	49,6
Lesoto	51,6	Zâmbia	60,8
Madagascar	100,3	Zimbábue	32,2
Maláui	144,1		
Total para a África Subsaariana			26,4

Fonte: International Monetary Fund [Fundo Monetário Internacional] (2005), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, setembro, p. 27. Note-se que as estatísticas não incluem dívida comercial.

O primeiro ponto a ser colocado em relação a essa estratégia é que o alívio da dívida dos PPME aplicava-se amplamente a empréstimos que, *em todo caso, não estavam sendo pagos*. A maioria dos países listados na Tabela 3.2 tem imensas dívidas – medidas com uma proporção do PIB – que nunca poderão ser amortizadas; os países estão, em termos contábeis, falidos. A redução nocional dessas dívidas é efetivamente sem sentido. A média de 1997-2001 da dívida oficial multilateral para os países do PPME que estavam no "ponto de redução efetiva da dívida [*completion point*]" era de 80,3 por cento do PIB, um dado reduzido para 57,3 por cento no final de 2005. Para toda a África Subsaariana, as estatísticas equivalentes caíram de 44 por cento para 26,4 por cento.¹⁰³ E resultaram somente em aumentos muito pequenos nos recursos fiscais disponíveis, com incrementos ainda menores dos gastos sociais. Além disso,

¹⁰³

IMF (2005), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, maio, p. 45.

para seis dos 14 países para os países do PPME da África - Etiópia, Gana, Madagascar, Níger, Ruanda e Uganda - que estavam no – no "ponto de redução efetiva da dívida[*completion point*]" - o alívio da dívida não foi substancial, deixando o ônus da dívida/PIB em 2005 aproximadamente no mesmo nível como há nove anos antes quando o programa começou. Em outros cinco casos de PPME - Burundi, Gâmbia, Guiné, Maláui e Serra Leoa – não houve nenhum progresso no pagamento da dívida.

O segundo ponto é que a iniciativa de PPME conserva um profundo conjunto de condicionalidades neoliberais. Os programas para os PPME e os Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza associados, os DERPs, ainda assim exigem austeridade macroeconômica e privatização de serviços. Isto ficou óbvio à época do encontro Pan-africano do Jubileu Sul em Kampala, em 2001, que rejeitou redondamente os PPME e DERPs, justificadamente, por estes motivos:

- Os DERPs estão situados no quadro macroeconômico do FMI e do Banco Mundial e isto não está aberto para debates. Espera-se de tais programas [de redução] de pobreza que sejam consistentes com o paradigma neoliberal incluindo privatização, desregulamentação, restrições orçamentárias e liberalização do comércio e financeira. E isto ainda tem exacerbado as crises econômicas e sociais em nossos países.
- Eles se concentram somente nos fatores internos e ignoram o papel dos fatores e forças internacionais/globais na criação de crises econômicas e pobreza em nossos países.
- Os únicos aspectos de nossas realidades que estão abertos para consulta são aqueles "de fora" do campo macroeconômico e mesmo a sua realização é ativamente contraditada pelos requisitos e restrições das prescrições macroeconômicas.
- O paradigma neoliberal também não é aceitável porque deixa de colocar programas específicos para atacar a pobreza e subordinação dentro de efetivas perspectivas de Equidade entre os sexos e que levem em conta quadros de situações/estratégias diferenciadas para homens e mulheres. A mera "transversalidade" de gênero é totalmente insuficiente como um remédio.
- O Banco Mundial e FMI estão manobrando para reconquistar sua legitimidade pela oferta da "redução" da pobreza e do "alívio" da dívida, enquanto nós exigimos dispensa plena de toda servidão por dívida e erradicação total da pobreza.
- Estes assim chamados programas [de redução] de pobreza têm sido impostos aos países

de uma maneira que ignora e substitui os programas anti-pobreza e de desenvolvimento nacional existentes. Como tal, são uma intervenção externa com pouca ou nenhuma consideração pelas dinâmicas nacionais e são uma intromissão inaceitável. Mas não podem ser facilmente ignorados, dado que os países tem que implementar esses programas como uma condicionalidade adicional mesmo para o bastante criticado "alívio" da dívida de PPME.¹⁰⁴

Mais adiante, no final de novembro de 2005, o FMI anunciou que haveria uma condição adicional para os 18 países que foram segundo se pretende agraciados com cancelamento mais profundo de dívida. Sua iniciativa para o alívio da dívida multilateral [*Multilateral Debt Relief Initiative – MDRI*]

somente se tornará efetiva se os 43 membros que contribuíram para a *PRGF Trust Subsidy Account** consentirem, porque o alívio da dívida sob o MDRI será financiado em parte com recursos transferidos daquela conta. A obtenção desses consentimentos pode levar algum tempo. A equipe do fundo rapidamente preparará uma avaliação relativa a se os países qualificados, que agora estejam em condições de se habilitar (os 18 que ultrapassaram o "ponto de redução efetiva da dívida[*completion point*]" dos PPMEs, bem como dois que não são PPMEs), efetivamente se qualificam para o alívio MDRI. Como solicitado pela Diretoria Executiva*, a avaliação será baseada sobre o desempenho corrente dos países nas áreas de políticas macroeconômicas, redução da pobreza e gestão do gasto público.¹⁰⁵

O terceiro ponto é que a ostensiva "participação" da sociedade civil não reformou o processo de PPME e DERPs. Em 2001, estudos apoiados pela rede de ONGs baseada em Harare -- *African Forum and Network on Debt and Development* [Fórum Africano e Rede sobre a Dívida eo Desenvolvimento](AFRODAD), documentaram a iniciativa PPME e DERPs nos primeiros cinco países africanos a desenvolver os DERPs: Burquina Fasso, Mauritània, Moçambique, Tanzânia e Uganda: "A relação é uma de "se você quiser o que temos para oferecer, você deve fazer coisas ao nosso modo". Em nível global, isso reflete relações de poder bem arraigadas ao contrário de qualquer coisa que possa ser chamada de "participativa".¹⁰⁶ Na mesma linha, um relatório de 2002 de um acadêmico da Universidade de Sussex - Reino Unido encontrou um "amplo consenso entre as fontes de nossa sociedade civil

¹⁰⁴ Jubileu Sul (2001), 'Pan-African Declaration on PRSPs'[Declaração Panafricana sobre os DERPs], Kampala, 12 de maio.

* N. d. T. Conta de Subvenção do Programa de Financiamento para a Redução da Pobreza e Crescimento

* Conselho de Administração no uso peculiar ao idioma português na África e Europa

¹⁰⁵ IMF (2005), 'Multilateral Debt Relief: Questions and Answers', Washington, <<http://www.imf.org/external/np/exr/mdri/eng/mdrians.htm>>, 8 de dezembro.

¹⁰⁶ AFRODAD (2001), 'Civil Society Participation in the Poverty Reduction Strategy Paper Process: a Synthesis of Five Studies Conducted in Burkina Faso, Mauritania, Mozambique, Tanzania and Uganda' [Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza], Harare, abril.

no Gana, Maláui, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia de que as suas coalizões tem sido incapazes de influenciar a política macroeconômica ou mesmo de chamar os governos a diálogos sobre isto".¹⁰⁷

Por isso, em 2003, até mesmo o Banco Mundial admitiu alguns dos erros da iniciativa PPME: sua equipe "tinha sido demasiado otimista" sobre a capacidade dos países amortizarem pagamentos nos termos da iniciativa PPME e as projeções de ganhos de exportação foram extremamente imprecisas, levando a que metade dos países da iniciativa PPME a deixarem de atingir os seus "pontos de redução efetiva da dívida[*completion points*]".¹⁰⁸ Como a *Jubilee Plus* relatou a época, "De acordo com a programação original dos PPME, 21 países deveriam ter passado totalmente pela iniciativa PPME e recebido o cancelamento da dívida total de aproximadamente US\$ 34,7 bilhões em termos de valores presentes líquidos. De fato, somente oito países passaram o "ponto de redução efetiva da dívida[*completion point*]", entre eles recebendo um cancelamento de dívida de US\$ 11,8 bilhões."¹⁰⁹ Um "PPME melhorado" foi apresentado na Reunião do G8 em Evian em junho de 2003, mas não foi nem notado.

A estas alturas, mais do que US\$ 2,2 trilhões da dívida do Terceiro Mundo estavam pendentes. Num mundo justo ela teria sido cancelada, incluindo não somente os países PPME mas também as dívidas externas da Nigéria, Argentina, Brasil, África do Sul e de outros importantes devedores não considerados muito endividados ou pobres no discurso dominante. A rede Jubileu Sul, com forte liderança dos filiados na Argentina, Nicarágua, Filipinas e África do Sul, continua a insistir no cancelamento total, no repúdio pelo Terceiro Mundo e em reparações/indenizações compensatórias pelos países do G8.

Estava, portanto claro nas preliminares para Gleneagles que os pagamentos de dívidas que países africanos e outros países do Terceiro Mundo continuavam a fazer eram injustificáveis. Grandes mobilizações dos cidadãos britânicos – e a impopularidade de Blair por causa da Guerra do Iraque, durante um ano eleitoral – compeliram o governo britânico a oferecer alguma concessão financeira a África de modo a parecer de caráter humanitário. Alex Wilks da Rede Européia sobre Dívida e Desenvolvimento [*European Network on Debt and Development*] explicou:

¹⁰⁷ McGee, R. (2002), 'Assessing Participation in Poverty Reduction Strategy Papers: a Desk-Based Synthesis of Experience in Sub-Saharan Africa', University of Sussex Institute of Development Studies.

¹⁰⁸ *Financial Times*, 27 de fevereiro de 2003.

¹⁰⁹ Jubilee Plus (2003), 'Real Progress Report on HIPC', Londres, setembro.

Gordon Brown - o ministro de finanças britânico disse em fevereiro de 2005 que a Reunião do G8 na Escócia de 6 a 8 de julho seria conhecida como a "Cúpula do alívio de 100 por cento da dívida". Ambos, Tony Blair e George W. Bush usaram linguagem semelhante na sua entrevista coletiva na Casa Branca em 7 de junho.... Na realidade, o plano oficial pode amortizar somente 10 por cento da dívida de um país de baixa renda. Nenhum tostão a mais.... Os 18–38 países beneficiários finalmente terão suas dívidas canceladas, mas também terão um montante correspondente cortado dos fluxos de ajuda que poderiam receber.... Zâmbia irá parar o pagamento de suas dívidas a três credores, mas não receberá o montante equivalente em ajuda para gastar, algo como menos do que 20 por cento do montante da dívida cancelada. No sentido de conseguir o pouco dinheiro extra para que se qualifiquem, os governos das nações em desenvolvimento terão que aceitar as duras condições do Banco Mundial e do FMI. Isto tipicamente significa privatização e liberalização do comércio, medidas políticas mal concebidas que muitas vezes prejudicam gente pobre e beneficiam operadores internacionais.¹¹⁰

Que diferença faria então o pronunciamento dos ministros das finanças? Segundo o *GreenLeft Weekly*:

As enormes cifras citadas com frequência na maioria das vezes pela imprensa, US\$ 50–55 bilhões, incluem dívidas ao FMI, Banco Mundial e Banco de Desenvolvimento Africano de cerca de 20 outros países do Terceiro Mundo, que podem se tornar qualificados para um cancelamento da dívida no futuro; possivelmente mais nove em 12–18 meses e outros 10 ou tanto em alguma data indeterminada. Enquanto o US\$ 1,5 bilhão anual disponibilizado certamente será de utilidade para 18 países assolados pela pobreza, isto somente reforçará seu orçamento coletivo em torno de 6,5 por cento ao ano. A modesta soma ilustra que os tapinhas nas costas dados pelos veículos de comunicação ocidentais pela "generosidade" de seus governos é mais do que um pouco exagerada e de certo modo prematura. Esses 18 países respondem somente por 5 por cento da população do Terceiro Mundo e se todos os 38 países se tornarem qualificados no futuro, isto ainda afetará apenas cerca de 11 por cento.¹¹¹

Os defensores africanos e da justiça global justiça africana e global apresentaram ásperas condenações:

- Jubileu Sul em Manila: "O cancelamento da dívida proposto permanece claramente vinculado à submissão às condicionalidades que exacerbam a pobreza, abrem posteriormente nossos países para a exploração e para o saque, perpetuando a dominação do Sul.... Mesmo se o cancelamento da dívida fosse sem condicionalidades, a proposta é demasiadamente insuficiente em termos de cobertura e montantes para demonstrar por qualquer medida um passo ousado em direção a justiça."
- Demba Moussa Dembele, diretor do *Forum for African Alternatives*[Fórum para

¹¹⁰ Wilks, A. (2005), 'Selling Africa Short', European Network on Debt and Development, Brussels, 21 de junho.

¹¹¹ *GreenLeft Weekly* (2005), 'Africa Needs Justice not Charity', 29 de junho.

Alternativas Africanas] em Dakar: "No momento isto é nada além de uma promessa.... Então vamos esperar para ver como essa decisão será posta em prática e com que condições. Cautela é necessária também porque os países "credores" há muito tempo são mestres das artes da duplicidade, manipulação e dissimulação."

- Jayati Ghosh, professor de economia na Universidade Nehru, na Índia: "Mesmo pessoas que a outros respeito são bem-informadas e progressistas no mundo desenvolvido foram levadas ao engodo de pensar que, para variar, os líderes dos países capitalistas centrais estavam realmente pensando sobre fazer algum bem às pessoas desesperadamente necessitadas disto A política de alívio da dívida pelo G8 é na realidade uma redução pífia e mesquinha.... E esse montante patético está sendo trocado por concessões ainda maiores feitas pelos países devedores, em termos de privatização extensiva e devastadora das empresas de serviços públicos essenciais e dos serviços públicos, que é tudo o que sobrou para tais governos venderem nesses países, bem como grandes aumentos em impostos indiretos que incidirão desproporcionalmente sobre os pobres."
- AFRODAD em Harare: "Nada menos que a continuação dos grilhões da escravidão e servidão para os cidadãos nesses países... O acordo não trata do real desequilíbrio do poder global, mas, ao contrário reforça o Apartheid global."¹¹²

Um pouco de semanas depois do pronunciamento dos ministros das finanças, a Líbia lançou um chamado sem precedentes para um cancelamento da dívida abrangente para toda a África no encontro dos chefes de estados africanos durante a reunião da União Africana em Sirte. Embora algumas elites africanas objetassem mais energicamente aos fardos de dívida, a maioria continuou a se dobrar ao FMI e ao Banco Mundial. Contudo, em um caso crucial, o parlamento e a sociedade civil advogaram repúdio.

A NIGÉRIA FRAUDADA

Vale a pena considerar o caso particular da Nigéria na esteira de seu acordo de outubro de 2005 com os seguintes países do Clube de Paris, aos quais devia US\$ 30 bilhões: Áustria, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, os Países Baixos, a

¹¹² Ambrose, S. (2005), 'Assessing the G8 Debt Proposal and Its Implications', *Focus on Trade*, 25 setembro de 2005.

Federação Russa, Espanha, Suíça, o Reino Unido e os EEUU. Como o FMI explicou,

O acordo visa a uma abordagem por fases, pela qual a Nigéria quitaria totalmente seus atrasos, receberia um cancelamento de dívida segundo os *Naples Terms*^{*} e recompraria o remanescente de sua dívida. O acordo é condicionado a um exame favorável de suas políticas macroeconômica e estrutural apoiadas pelo Fundo nos termos de um arranjo não financeiro.¹¹³

A agenda subjacente deu seus frutos em 20 de outubro. Com US\$ 6,3 bilhões em atraso, a Nigéria primeiro pagaria US\$ 12,4 bilhões em pagamentos adiantados. Como Rob Weissman do *Multinational Monitor* relatou,

Pode se celebrar esse trato, como faz o Clube de Paris, se você ignorar o fato de que credores geralmente depreciam dívidas incobráveis por uma questão de lógica (e não de filantropia), de que a Nigéria já mandou para fora do país bilhões sobre o principal, o fato que o trato impõe condicionalidade do FMI sobre a Nigéria (embora o FMI não esteja proporcionando crédito ao país) e a realidade da severa pobreza na Nigéria.¹¹⁴

Segundo ao líder da rede Jubileu da Nigéria, Rev. David Ugolor,

O Clube de Paris não pode esperar da Nigéria, libertada do controle militar há mais de 30 anos, para juntar militarmente US\$ 12,4 bilhões para liquidar juros e penalidades incorridas pelos militares. Já que a dívida, pela própria admissão do Presidente Obasanjo, é de origem dúbia, as questões das responsabilidades dos credores precisam ser postas sobre a mesa do Clube de Paris. Tão desejável quanto seja uma saída da servidão por dívida, é escandaloso para um país pobre enfraquecido pela dívida, que não pode se permitir ao luxo de pagar US\$ 2 bilhões anuais em pagamentos de encargos da dívida, desfazer-se de US\$ 6 bilhões adiantados ou US\$ 12 bilhões em três meses ou mesmo em um ano.¹¹⁵

Similarmente, observou a Aliança Global de AIDS [SIDA],

Os credores deveriam se envergonhar deles mesmos se eles simplesmente tomassem este dinheiro [US\$ 12,4 bilhões]. Esses credores, às vezes, sabem que o dinheiro seria desviado pelos ditadores e depositado em bancos ocidentais, sendo a dívida resultante moralmente ilegítima. Eles têm uma obrigação moral de pensar mais criativamente sobre como usar este dinheiro. A Nigéria já pagou a esses credores US\$ 11,6 bilhões em encargos da dívida desde 1985.¹¹⁶

* N.d.T. Termos de Nápoles (Naples Terms) As principais características do esquema concessional conhecido por esta designação --- resultante da reunião de Nápoles (1994) dos países credores do Clube de Paris ---conforme <http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/glossario.html>, são as seguintes:(1) elegibilidade: decidida pelos credores caso a caso com base, principalmente, no nível de rendimento de um país e no esforço que o serviço da dívida lhe impõe; (2) grau de concessionabilidade: a maior parte dos países recebe uma redução de 67% do Valor líquido actual da dívida mas pontualmente poder-se-á ir até aos 80% de redução; (3) escolha de opções: os credores podem escolher entre duas alternativas para alcançar os valores atrás referidos: ou uma redução da dívida com pagamento do restante em 23 anos e com um período de carência de 6 anos ou uma redução do serviço da dívida graças a taxas de juro muito baixas e ao pagamento ao longo de 33 anos.

¹¹³ IMF/FMI (2005), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, setembro, p. 10.

¹¹⁴ Weissman, R. (2005), 'Nigéria Debt Disgrace', *Multinational Monitor*, Washington, 20 de outubro.

¹¹⁵ Citado pelo Jubilee USA (2005), 'Nigerian Threat to Repudiate Helps Force Paris Club to Deliver Debt Cancellation', comunicado à imprensa, Washington, 20 de outubro.

¹¹⁶ Global AIDS Alliance (2005), 'Nigéria's Creditors Should Be Ashamed', comunicado à imprensa, Washington, 20 de outubro.

O próximo passo na fraude foi o de o o Presidente Obasanjo concordar com uma reimposição de políticas neoliberais pelo FMI, sob a rubrica de um novo Instrumento de Apoio a Políticas (PSI – *Policy Support Instrument*). Aquele instrumento também merece mais reflexão. Segundo Soren Ambrose do *Jubilee Africa* [Jubileu África],

O Clube de Paris exige que os países inscritos para o alívio estejam sob um programa do FMI, mas a perspectiva de concordância a um destes é dinamite política na Nigéria. Entretanto, o Clube de Paris estava sob grande pressão para chegar a um acordo histórico com a Nigéria, onde a legislatura ameaçou simplesmente repudiar a dívida, assim julgou-se o PSI uma alternativa aceitável. O Ministro das Finanças nigeriano - Ngozi Okonjo-Iweala disse à Reuters, em 18 de maio, "que o FMI assegura que isto seja tão severo quanto um programa de parcerias de crédito superiores e então o monitora como um programa regular, mas a diferença é que você o desenvolve e você o possui."¹¹⁷

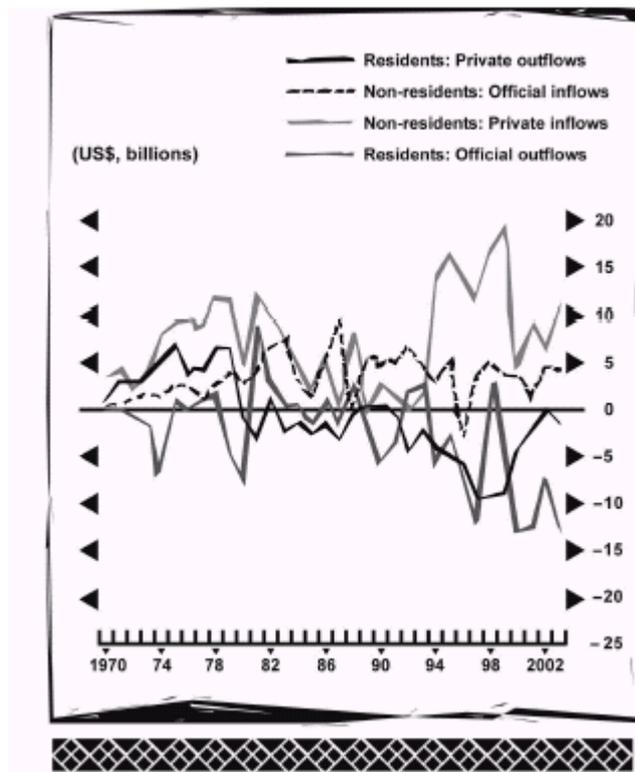
De fato, a mensagem central do documento PSI emitido pelo FMI é o seu desejo de reter um efetivo controle das políticas macroeconômicas de países africanos, *em nome dos países "doadores"* (seus acionistas):

Cerca de 40 por cento de doadores expressaram uma necessidade de sinais de liga/desliga e uma maioria expressou a de avaliações multidimensionais. Segundo uma sondagem, espera-se que o Fundo avalie, primeiro e antes de tudo, o desempenho e políticas macroeconômicas. Como membros de baixa-renda, os doadores consideram um quadro macroeconômico quantificado a médio-prazo – com metas trimestrais ou semestrais – como sendo essencial para a avaliação de políticas e do progresso alcançado. A maioria também espera que o Fundo avalie reformas estruturais que sejam críticas macroeconomicamente, ou que estejam nas áreas essenciais do Fundo (por ex. sistema tributário, sistema cambial, setor financeiro).¹¹⁸

Isto representa, simplesmente, a expansão de um sistema existente, de controle dos países devedores, para aqueles países que não querem estar tão endividados num sentido formal, e, que por conseguinte necessitem de mais "sinalização" do FMI aos doadores do que seja exequível mediante os relatórios de supervisão padrão anuais do Artigo IV. O que o caso nigeriano ilustra é que o FMI está mexendo os pauzinhos em nome dos países "doadores" do G8 e que o G8 continuará apoiando o FMI se tais funções beneficiarem os países do Norte.

¹¹⁷ Ambrose, S. (2005), 'IMF Adds a New Tool to its Bag of Tricks', *Economic Justice News (50 Years Is Enough)*, 8, 3, <http://www.50years.org/cms/ejn/v8n3>, setembro.

¹¹⁸ IMF/FMI (2005), 'Policy Support and Signaling in Low-Income Countries', Policy Development and Review Department, Washington, Annex 1, p. 25.



(US\$, bilhões)

Residents: Private outflows = Residentes: Fluxos de saída Privados

Non-residents: Official inflows = Não-residentes: Fluxos de entradas oficiais

Non-residents: Private inflows = Não-residentes: Fluxos de entradas privados

Residents: Official outflows = Residentes: Fluxos de saída privados

Figura 3.3 Fuga líquida de capitais da África, 1970-2004

Fonte: International Monetary Fund [Fundo Monetário Internacional], *Global Financial Stability Report 2004*, p. 126.**(DES)INVESTIMENTO FINANCEIRO DE CARTEIRA E FUGA DE CAPITAIS**

Uma questão financeira relacionada – em parte refletida na conta de "pagamentos a credores privados" – é a do acesso africano ao "capital de carteira de participações", que se constitui de créditos e investimentos privados usados para títulos e valores mobiliários de empresas, investimentos de mercados de ações, compra de moeda corrente e assemelhados da África. Isto, principalmente, tem tomado a forma de "*hot money**": posições especulativas por investidores do setor privado. O principal sítio de ação de investimentos tem sido a bolsa de valores da África do Sul, e, numa extensão muito menor, os mercados de participação na Nigéria, Quênia, Zâmbia, Maurício, Botsuana, Gana e Zimbábue (todos aqueles cujas bolsas

* N.d. T. = Chamado em português também de "dinheiro quente". É aquele dinheiro empregado a curto prazo e que pode tornar-se disponível a qualquer momento. - São aplicações em títulos ou no câmbio, atraídas por taxas de juros elevadas ou diferenças cambiais significativas, de curtíssimo prazo, podendo deslocar-se de um mercado para outro com grande agilidade de flutuações de preços, até podendo provocar grandes turbulências no mercado financeiro de um país.

de valores tenham pelo menos uma capitalização de US\$ 1 bilhão).

Em 1995, por exemplo, compras e vendas externas foram responsáveis por metade da negociação de ações em bolsa em Joanesburgo. Mas esses fluxos tiveram efeitos devastadores na moeda corrente da África do Sul, com choques de mais do que 30 por cento num período de semanas durante as corridas no começo de 1996, meados de 1998 e final de 2001.¹¹⁹ No Zimbábue, o fluxo de saída de *hot money* em novembro de 1997 desvalorizou a moeda corrente em 74 por cento em apenas quatro horas de operações no mercado de câmbio.¹²⁰

Como resultado, o desempenho dos oito principais mercados de capitais africanos tem sido extremamente errático, algumas vezes retornando impressionantes lucros de estilo especulativo para investidores estrangeiros e algumas vezes gerando grandes perdas. Com uma capitalização de mercado de US\$ 409 bilhões na metade de 2005, a Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE) apequena os outros sete (que participam na capitalização com aproximadamente US\$ 30 bilhões). Em 2000-2001 e 2003, o índice JSE foi negativo, mas retornou 12 por cento em lucros expressos em dólares estadunidenses em 2002, 40 por cento em 2004 e 29 por cento na primeira metade de 2005. (Não há nenhum controle de câmbio impedindo repatriação da África do Sul para o exterior de lucros e dividendos recentemente investidos e uma grande controvérsia desencadeou-se sobre os excessivos fluxos de saída para as várias enormes empresas privadas que outrora foram sul-africanas e que transferiram o registro de suas sedes para Londres.)

A outra fonte de fluxos de saída de contas financeiras da África que deve ser revertida a é a da fuga de capitais. Há várias estimativas das contas atuais (de 2003) de cidadãos africanos nos bancos do Norte e em paraísos fiscais estrangeiros: usando dados do Banco de Compensações Internacionais [*BIS - Bank for International Settlements*]*, Eric Toussaint e Damien Millet estimam o total em US\$ 80 bilhões (ao mesmo tempo, países africanos devem US\$ 30 bilhões àqueles mesmos bancos).¹²¹ Embora isto seja uma cifra menor do que para outras regiões, constitui uma proporção mais elevada do PIB de um continente do que em qualquer outro lugar.

Os dois principais estudiosos do fenômeno, James Boyce e Léonce Ndikumana,

¹¹⁹ Bond, *Against Global Apartheid*, Afterword.

¹²⁰ Bond, P. e M. Manyanya (2003), *Zimbabwe's Plunge: Exhausted Nationalism, Neoliberalism and the Search for Social Justice*, Londres, Merlin Press, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press e Harare, Weaver Press.

* Também denominado "Banco de Pagamentos Internacionais", no uso peculiar ao idioma português na África e Europa

¹²¹ Toussaint, *Your Money or Your Life*, p. 171.

argumentam que um grupo central de países da África Subsaariana cuja dívida externa era de US\$ 178 bilhões sofreu, por um quarto de século, a fuga de capitais promovida pelas elites – de 1970 a 1996 – que totalizou mais do que US\$ 285 bilhões (incluindo os juros imputados aos ganhos/lucros): "Tomando a fuga de capitais como uma medida de ativos externos privados e calculando os ativos externos líquidos como ativos externos privados menos dívidas públicas externas, a África Subsaariana parece assim ser um credor líquido *vis-à-vis* o resto do mundo."¹²² Em relação à dívida externa devida, os países subsaarianos com o pior problema de fuga de capitais são: Nigéria (US\$ 98 bilhões mais do que sua dívida externa ao se acrescentar também os juros sobre a fuga de capitais), a Costa do Marfim (US\$ 15 bilhões), a República Democrática do Congo (US\$ 10,1 bilhões), Angola (US\$ 9,2 bilhões) e Zâmbia (US\$ 5,5 bilhões). Além de tudo, os principais países da África Subsaariana financiaram mais do que US\$ 100 bilhões em fuga de capitais externos durante aquele quarto de século do que eles deviam na dívida pendente. Isto não é surpreendente em alguns países, como Angola, onde as Nações Unidas relatam que para cada bilhão de dólares estadunidenses investido na indústria petrolífera no mar (*offshore*), somente US\$ 100.000 são gastos em terra.¹²³

O acadêmico Raymond Baker da Brookings Institution documenta no seu livro *Capitalism's Achilles Heel*: "preços falseados, estruturas de paraísos fiscais e de segredo fiscal e movimento ilícito de trilhões de dólares estadunidenses para fora das economias em transição e em desenvolvimento.... Lavagem de dinheiro ganho no tráfico de drogas, extorsão, corrupção e terrorismo se interligam com outras formas de dinheiro sujo ao qual os EEUU e a Europa estendem uma mão de boas vindas." John Christensen da Rede *Tax Justice Network* acrescenta que cerca de um terço do valor anual da produção, na África Subsaariana, foi levado para centros financeiros em extraterritorialidade (*offshore*) durante o final dos anos 90. Mundo afora, oito milhões de "indivíduos de elevado patrimônio líquido" segregaram ativos montando a US\$ 11,5 trilhões em centros financeiros em extraterritorialidade (*offshore*).¹²⁴

O FMI também mede fluxos oficiais e "privados"; em 2004 ele descobriu que fluxos de saída oficiais da África por residentes africanos ultrapassaram US\$ 10 bilhões em uma média anual a partir de 1998. Enquanto uma grande parcela destes se relacionaria as mudanças no

¹²² Boyce, J. e Léonce Ndikumana (2000), 'Is Africa a Net Creditor? New Estimates of Capital Flight from Severely Indebted Sub-Saharan African Countries, 1970–1996', Occasional Paper, University of Massachusetts/Amherst Political Economy Research Institute.

¹²³ United Nations Integrated Regional Information Network (2006), 'Angola: Resource Curse?', 10 de janeiro.

¹²⁴ Baker, R. (2005), *Capitalism's Achilles Heel*, Londres, Wiley; e Christensen citado em Campbell, D. (2005), 'Where They Hide the Cash', *Guardian*, 5 de dezembro.

controle sul-africano de capitais, que permitia aos residentes transferirem participações das maiores firmas de Joanesburgo para compradores de Londres, fluxos de saída muito grandes continuaram mesmo depois que aqueles negócios de participações tiveram seus impactos. Quanto aos "fluxos de saída privados" de africanos, eles também se movimentaram de uma entrada líquida durante os anos 70 para fluxos de saída graduais durante os anos 80 e substanciais fluxos de saída durante os anos 90.

Para onde vai o dinheiro? Paraísos fiscais em extraterritorialidade (*offshore*) caribenhos e europeus são veículos importantes e conduzem a chamamentos à regulamentação e mesmo proibição de tais centros de *hot money* não sujeitos a regulamentações. Todavia, Joanesburgo também está se tornando centro preferencial de trânsito de *hot money*.

AS FALSAS PROMESSAS DA LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA

Muitas destas contas financeiras – especialmente relativas à fuga de capitais – destacam a extensão em que a liberalização do controle de câmbio se deu na África. Ironicamente, pesquisadores do FMI – incluindo o então economista chefe, Kenneth Rogoff – finalmente admitiram em 2003 que danos severos foram infligidos por duas décadas de liberalização financeira. Rogoff e seus colegas (Eswar Prasad, Shang-Jin Wei e Ayhan Kose) admitiram achados "que dão o que pensar", a saber, "evidência de que alguns países podem ter sofrido como resultado uma grande volatilidade de consumo.... Crises recentes em países mais financeiramente integrados sugerem que a integração financeira pode, de fato, ter aumentado a volatilidade."¹²⁵ Essas conclusões também foram admitidas pelo Banco Mundial, que promoveu a liberalização financeira com grande violência durante os anos 80-90. Em 2005, até a equipe do Banco teve de admitir que os objetivos centrais não tinham sido alcançados:

Na verdade, a maior parte dos países africanos introduziu reformas de base de Mercado em seus setores financeiros. Mas ainda se necessita tratar dos problemas da pós-liberalização. Os programas de reforma financeira anteciparam um aumento inicial nos *spreads** entre taxas de empréstimo e taxas de depósito, porém a taxa de risco continua a se ampliar em muitos países. Além disso, desde a liberalização muitos sistemas financeiros têm visto altas taxas de juros reais. Também tem havido pequeno aprofundamento financeiro. Enquanto normalmente a liberalização era esperada para encorajar aprofundamento financeiro, com um efeito positivo na mobilização de poupança e alocação de crédito, para a maior parte da África, as proporções de moeda e

¹²⁵ Prasad, E., K. Rogoff, S. J. Wei e M. Ayhan Kose (2003), 'Effects of Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence,' Washington, IMF/FMI, 17 de março, pp. 6–7, 37.

* N.d.T :diferencial de taxa de empréstimos menos taxa de depósitos que constitui a taxa de risco.

crédito para o PIB não aumentaram.¹²⁶

Na África, a principal força motora por trás dos sistemas financeiros liberalizados e integrados é o governo sul-africano.¹²⁷ Pretória removeu o seu principal controle de câmbio - o *Financial Rand** - em 1995 e permitiu a assim chamada *offshore listing* ou seja a extraterritorialização das maiores firmas entre 1998-2000 através das listagens das mesmas em bolsas no exterior. Os resultados, durante um período de pretensa "estabilidade" macroeconômica pós-Apartheid, incluíram severas quedas da moeda corrente em 1996, 1998 e 2000-2001, seguidas por aumentos muito altos das taxas de juros. As altas taxas exacerbaram o já sério problema de investimento estagnante, que também foi afetado, no final de 1990, pela liberalização das restrições ao movimento das sedes financeiras das empresas. Todavia, por causa das relações de poder prevalentes em Pretória e Joanesburgo, a agenda oficial da África do Sul é ampliar a liberalização, um ponto retomado novamente no Capítulo 6. Enquanto isso, agora que consideramos vários aspectos da carteira financeira da África, pode se tratar agora da pilhagem via comércio e das rotas de investimento.

¹²⁶ World Bank [Banco Mundial] (2005), 'Meeting the Challenge of Africa's Development: a World Bank Group Action Plan', Africa Region, Washington, 7 setembro, pp. 32-3.

¹²⁷ Bond, P. (2004), 'Bankrupt Africa: Imperialism, Subimperialism and Financial Politics', *Historical Materialism*, 12, 4.

* N.d. T.: Em 1995, o Governo aboliu o sistema de câmbio duplo, que incluía o rande comercial e o rande financeiro. Todas as transações cambiais, incluindo os fluxos de investimento estrangeiros, ganhos de capital e lucros provenientes da venda de ações e títulos por não-residentes, passaram a ser realizadas por meio do rande unitário. Aquele sistema havia sido instituído em 1º de setembro de 1985 numa tentativa de controlar as grades saídas de capital da África do Sul que resultavam das sanções econômicas ao Apartheid.

4

A troca desigual revisitada

Comércio, investimento, depauperamento da riqueza.

Relações de comércio injusto e investimento não são nada de novo para a África. Quando a revista *Time* (EUA) intitulou um artigo "*Looting Africa*" [Pilhagem na África], seus autores reconheceram uma longa tradição para um continente "África, seu povo assaltado por escravagistas, seus animais por caçadores clandestinos, suas riquezas minerais por mineradores, agora está abrindo mão de seu patrimônio cultural. Através de todo o continente, artefatos são pilhados dos museus, das universidades e diretamente do solo." As últimas formas de exportação de valor, as antiguidades raras (algumas vezes nominalmente protegidas na legislação como indispensáveis para o patrimônio nacional), são muitas vezes vendidas muito barato por africanos empobrecidos e irão para revenda nos mercados da última moda em Nova Iorque, Londres e Joanesburgo:

É o crescente entusiasmo do Ocidente por objetos africanos que colocou muitos deles em risco. A maioria dos sítios arqueológicos do Mali, incluindo túmulos construídos em penhascos ao longo das escarpas Bandiagara tombadas como Patrimônio da Humanidade tem sido saqueados. A Etiópia está lutando para proteger suas mais antigas cruzeiras de prata cristã copta e seus manuscritos medievais. Desde 1970, no Quênia e Tanzânia, mercadores ilegais tem retirado centenas de *vigango*^{*}, ou sepulcros suaílis de madeira entalhada. Quando a luta eclodiu em Mogadíscio, capital da Somália em 1991, uma das primeiras vítimas foi o Museu Nacional. Em semanas, muitas de seus apreciados objetos expostos que foram apresados, incluindo cerâmica egípcia antiga estavam à venda para turistas no vizinho Quênia.¹²⁸

O *Time* e especialistas estimam que só essa forma de saque roube US\$ 450 milhões por ano da África. Em 1994, um único notório roubo de cabeças de bronze e de terracota dos Séculos XII e XIII do Museu Nacional de Ife-Ife (que estava sem seguro) custou à Nigéria US

^{*} Os *vigango* são estatuetas de madeira consideradas sagradas pelo grupo étnico Mijikenda do Quênia, sendo erigidas sobre as tumbas de ancestrais reverenciados.

¹²⁸ Labi, A. e S. Robinson (2001), 'Looting Africa' [Pilhagem na África], *Time International*, 6 de agosto.

\$ 200 milhões.

Mais amplamente, segundo John Saul e Colin Leys, muitos dos problemas multifacetados que o continente enfrenta vêm de tendências de longa data que refletem a incapacidade do capital em acumular de modo equilibrado:

Algumas formas de capital vêem muitas oportunidades lucrativas na África Subsaariana, mas a probabilidade de que a região seja desenvolvida pelo capitalismo parece menor do que nunca. Num continente de economia agrária de base familiar com um comércio de longa distância muito limitado, a produção imposta pelo colonialismo de produção de cultivos para exportação e de extração mineral, pressupondo-se que a manufatura chegue mais tarde ... a decolagem na manufatura para o consumo interno é bloqueada por uma incapacidade de competir com importações e pelos pequenos mercados internos; enquanto isso infra-estruturas em colapso, risco político, forças-de-trabalho insuficientemente treinadas tendem a tornar a manufatura para exportação não competitiva, mesmo a salários muito baixos.¹²⁹

A partir daí, tendo considerado a deterioração das contas financeiras da África no último capítulo, é crucial olharmos mais de perto as bases econômicas inerentes a uma inserção não lucrativa do continente na economia mundial, via comércio, investimentos e fluxos de mão-de-obra.

ARMADILHAS DO COMÉRCIO

Uma pequena elevação nos termos de troca para os países africanos nos anos recentes não disfarçaria o sistema injusto e profundamente desigual de *export-led growth* [crescimento conduzido pelas exportações], que tem empobrecido os africanos de várias maneiras. Dado que muitas elites do continente e agências de ajuda afins tais como Oxfam acreditem que seja possível alcançar o desenvolvimento através das exportações, é importante citar um relatório preliminar pelo Banco Mundial de meados de 2005, como resultado. Considerando a exaustão dos recursos naturais - petróleo, outras reservas minerais do subsolo, recursos madeireiros/madeiráveis, recursos florestais não madeireiros/madeiráveis, áreas protegidas, terras agrícolas e pastagens – associadas com o comércio, o Banco calcula que a maior parte da África está mais pobre, não mais rica do que teria sido sem esta ênfase sobre exportação de produtos primários.

O relatório do Banco, intitulado *Where Is the Wealth of Nations* [Onde está a riqueza das nações?], faz vários ajustamentos cruciais à renda nacional bruta e contas de poupança e ao subtrair a depreciação de capital fixo, adicionando gastos com educação, subtraindo

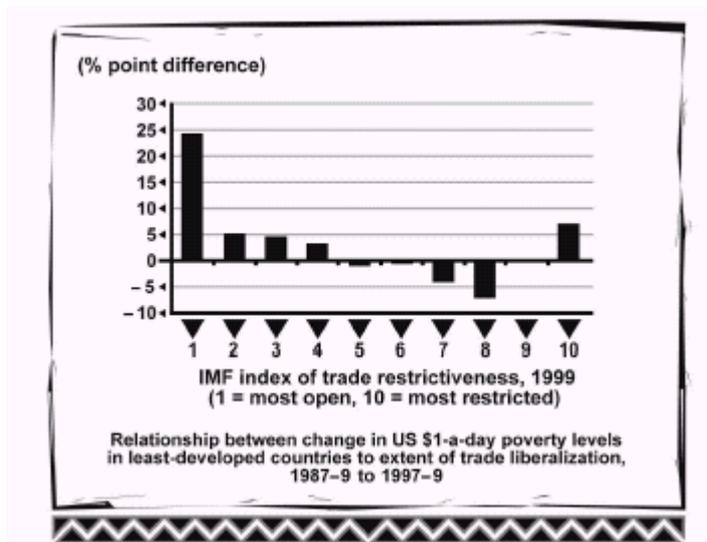
¹²⁹ Saul, J. e C. Leys (1999), 'Sub-Saharan Africa in Global Capitalism', *Monthly Review*, July, p. 6.

esgotamento de recursos e subtraindo danos de poluição, o Banco conclui que alguns países são enormes perdedores via processamento para exportação. Por exemplo, segundo esta metodologia, cada um dos cidadãos do Gabão perdeu US\$ 2.241,00 em 2000, seguidos pelos cidadãos da República do Congo (-US\$ 727), Nigéria (-US\$ 210), Camarões (-US\$ 152), Mauritânia (-US\$ 147) e Costa do Marfim (-US\$ 100). Mesmo a economia mais forte do continente, a África do Sul, perdeu riqueza líquida, em grande parte, via comércio. Além de esgotamento de reservas minerais equivalentes a 1 por cento da renda nacional a cada ano, o Banco reconhece que os sul-africanos perdem florestas equivalendo a 0,3 por cento, sofrem danos de poluição ("matéria particulada") de 0,2 por cento e emitem CO₂ que causa outro 1,6 por cento de dano. No total, adicionando uns poucos outros fatores, a efetiva "poupança genuína" da África do Sul é reduzida dos 15,7 por cento oficiais para somente 6,9 por cento da renda nacional.¹³⁰

Entretanto, os danos causados pela liberalização do comércio não se limitam ao caminho da ofensiva de exportações (*export drive*) de produtos primários com todas as suas implicações adversas. Além disso, as elites africanas levantaram excessivamente rápido as tarifas de proteção, levando à morte prematura de indústrias nascentes e empregos da manufatura, bem como um declínio nas receitas alfandegárias do Estado. Como resultado, segundo a ONG *Christian Aid*, "a liberalização do comércio nos últimos 20 anos custou US\$ 272 bilhões à África Subsaariana.... No global, os produtores locais estão vendendo menos do que vendiam antes da liberalização do comércio."¹³¹ Desmembrando os países africanos segundo os critérios de se a liberalização do comércio foi rápida ou lenta durante 1987-99, a *Christian Aid* encontrou uma correlação estreita entre a abertura do comércio e a piora da pobreza.

¹³⁰ World Bank [Banco Mundial] (2005), *Where Is the Wealth of Nations? Measuring Capital for the Twenty-first Century*, Washington, World Bank, Tabela 5.2, p. 66.

¹³¹ Christian Aid (2005), 'The Economics of Failure: the Real Cost of "Free" Trade for Poor Countries', Londres, p. 3. Veja também Kraev, E. (2005), 'Estimating Demand Side Effects of Trade Liberalization on GDP of Developing Countries', Londres, Christian Aid, maio.



(% point difference) = (diferença entre pontos percentuais)

Índice de restrição(fechamento) do comércio do FMI, 1999

(1 = mais aberto/most open, 10 = mais restrito(fechado)/most restricted)

Relação entre variação em níveis de pobreza de US\$ 1/por dia nos países menos desenvolvidos e a extensão da liberalização do comércio, 1987-89 a 1997-99

Figura 4.1: Pobreza e livre comércio

Fonte: *Christian Aid*, "The Economics of Failure", Londres, p. 6.

DEPENDÊNCIA DA EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS PRIMÁRIAS TRADICIONAIS E QUEDA NOS TERMOS DE TROCA

O mito mais importante da economia neoliberal é que a produção para exportação inexoravelmente cria prosperidade. Este mito foi contestado por Frantz Fanon justo quando os países africanos chegaram à independência..

A economia nacional do período da independência não é reorientada. Está sempre preocupada com a colheita de amendoim, com a safra de cacau e com a colheita de azeitonas. Da mesma forma nenhuma modificação se opera na comercialização dos produtos de base. Nenhuma única indústria se instala no país. Continuamos a enviar matérias primas para fora, continuamos a ser os pequenos agricultores da Europa que se especializam em produtos não-acabados.¹³²

Como os desequilíbrios financeiros, a "troca desigual" no comércio – incluindo a elevação do déficit comercial africano com a África do Sul – é uma outra rota para a extração de superlucros da África. A participação do continente no comércio mundial declinou no último quartel do século, mas o volume de exportações aumentou. Por isso, a "Marginalização" da África ocorreu, não por causa de integração insuficiente, mas porque outras áreas do mundo, especialmente a Ásia Oriental – passou à exportação de bens manufaturados, enquanto o

¹³² Fanon, F. (1963), *The Wretched of the Earth*, Capítulo 3, Nova Iorque, Grove Press. p.126; Edição Brasileira: Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2a. edição, 1979 Capítulo 3 p. 126 .

potencial industrial da África declinou graças a excessiva desregulamentação associada ao ajustamento estrutural.

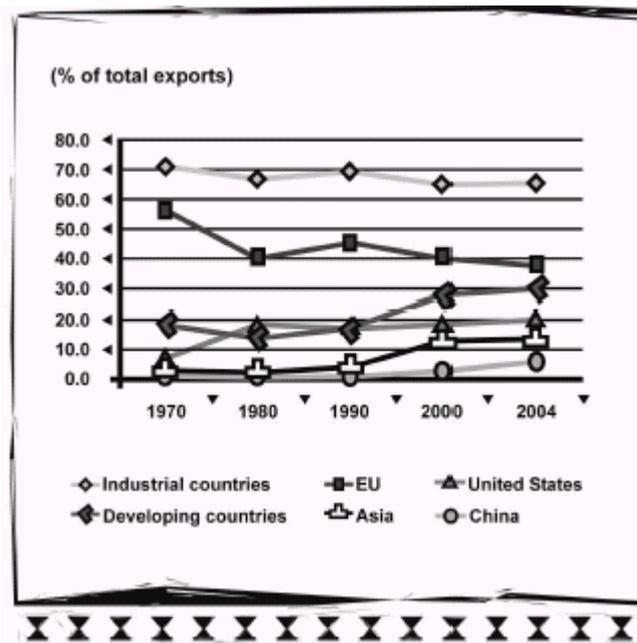
No global, as exportações primárias de recursos naturais responderam por cerca de 80 por cento das exportações africanas em 2000, comparadas a 31 por cento para todos os países em desenvolvimento e 16 por cento para as economias capitalistas. Segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED ou UNCTAD), em 2003 uma dúzia de países africanos eram dependentes de uma única mercadoria primária para exportações, incluindo o petróleo cru (Angola 92 por cento, Congo 57 por cento, Gabão 70 por cento, Nigéria 96 por cento e Guiné Equatorial 91 por cento); cobre (Zâmbia 52 por cento); diamantes (Botsuana 91 por cento); café (Burundi 76 por cento, Etiópia 62 por cento, Uganda 83 por cento), fumo (Maláui 59 por cento) e urânio (Níger 59 por cento).¹³³ Excluindo África do Sul, a grande maioria (63 por cento) de exportações subsaarianas no anos recentes tem sido relacionada ao petróleo, em grande parte da Nigéria, Angola e de outros países no Golfo da Guiné. Logo depois, a maior categoria de exportação do subcontinente (não incluindo a África do Sul) é a de alimentos e animais vivos (17 por cento).¹³⁴ Os problemas associados com a dependência da exportação de produtos primários são não somente altos níveis de volatilidade de preços e tendência de queda de preços para muitos recursos naturais. Além disso, especialmente para minerais, a produção é altamente capital-intensiva*, oferece baixos incentivos para investimentos educacionais e propicia um grande perigo de intervenção por rentistas parasitas.¹³⁵

¹³³ Citado em Oxfam (2005), 'Africa and the Doha Round: Fighting to Keep Development Alive', Oxfam Briefing Paper 80, Oxford, novembro, p. 21.

¹³⁴ Comissão para a África [Commission for Africa], *Our Common Future*, Londres, p. 250.

* N.d.T.: a expressão inglesa *capital intensive*, já encontra-se bastante aportuguesada e adotada no linguajar econômico, significando forte demanda de capital em contraposição a pouca demanda de mão-de-obra

¹³⁵ Cornia, G. (1999), 'Liberalization, Globalization and Income Distribution', United Nations World Institute for Development Economic Research Working Papers No. 157, Helsinki, março.



(% of total exports) = % das exportações totais

Industrial countries = Países industrializados

Países em desenvolvimento EU=UE United States =Estados Unidos China Asia=Ásia

Figura 4.2 Parceiros Comerciais da África Subsaariana, 1970-2004

Fonte: International Monetary Fund [Fundo Monetário Internacional] (2005), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, setembro, p. 15.

Embora mais do que dois terços do comércio da África seja com países desenvolvidos, a partir do começo dos anos 2000 a China se tornou um fator maior, atraindo crescente controvérsia geopolítica neste processo (porque, do Sudão ao Zimbábue e a Angola, investimentos e empréstimos chineses têm apoiado regimes corruptos) e tendo um acentuado efeito de desindustrialização. Preocupações bem motivadas sobre práticas de emprego e qualidade de produto se transformaram em xenofobia contra comerciantes chineses (levando à engenharia do slogan (*sloganeering*) do "perigo amarelo" por parte de ativistas, que seriam internacionalistas em outras circunstâncias, no Fórum Social da África Austral no final de 2005). A ameaça chinesa à indústria africana é profunda, com a Nigéria perdendo 350.000 empregos diretamente (e 1,5 milhão indiretamente) devido a competição chinesa em 2000-2005. A indústria de confecções de Lesoto entrou em colapso quando os benefícios do *Africa Growth and Opportunity Act** evaporaram em 2005 uma vez que a China aderiu à OMC.¹³⁶

Tabela 4.1 Declínio no preço de mercadorias primárias tradicionais, 1980-2001

* N.d.T.: Lei de Crescimento e Oportunidades na África, legislada pelos EEUU.

¹³⁶ Chiahemen, J. (2005), 'Africa Fears "Tsunami" of Cheap Chinese Imports', Reuters, 18 de dezembro.

Produto, Unidade	1980	1990	2001
Café (Robusta) centavos /kg	411,70	118,20	63,30
Cacau centavos/kg	330,50	126,70	111,40
Óleo de amendoim dólares/ton	1.090,10	963,70	709,20
Óleo de palma dólares/ton	740,90	289,90	297,80
Soja dólares/ton	376,00	246,80	204,20
Açúcar centavos/kg	80,17	27,67	19,90
Algodão centavos/kg	261,70	18,90	110,30
Cobre dólares/ton	2.770,00	2.661,00	1.645,00
Chumbo centavos/kg	115,00	81,10	49,60

Fonte: Touissant, E. (2005), *Your Money or Your Life*, Chicago, Haymarket Books, p. 157.

Mas o principal dano continua a ser infligido ao declínio de longo prazo na tendência de preços de produtos primários. Como Michael Barrett Brown explica: "O valor adicionado na constituição de bens manufaturados tem crescido enormemente comparado com as matérias primas necessárias; sintéticos continuam substituindo produtos naturais nos tecidos, calçados e produtos de borracha e a elasticidade da demanda por produtos agrícolas (a proporção de rendas extras gasta em comida e bebida) tem caído progressivamente". Apesar dos aumentos de preços em 2002-5 – especialmente para o petróleo, borracha e cobre graças à demanda chinesa de importação – o valor das exportações de café, chá e algodão com o qual muitos países africanos contavam, continua a estagnar ou a cair. Os preços declinantes da maioria das colheitas de cultivos comercializáveis empurraram para baixo os preços das exportações agrícolas da África de US\$ 15 bilhões em 1987 para US\$ 13 bilhões em 2000.¹³⁷ Se for considerado o período 1980-2001, presenciaram-se quedas maiores para a maioria das mercadorias primárias agrícolas.

Em termos históricos, os preços de mercadorias primárias (fora combustíveis) subiram e caíram segundo um ritmo mais profundo. Exportadores de mercadorias primárias, por exemplo, andaram muito mal quando os financistas estavam bem mais poderosos. O ciclo para um país exportador tipicamente começa com preços de mercadorias primárias em queda e conduz então ao aumento da dívida externa, a aumentos impressionantes nas taxas de juros, a uma desesperada intensificação de exportações que baixa os preços ainda mais e a falência. Usando 1970 como um ano indicador de base 100, os preços de mercadorias primárias de 1900 a 1915 aumentaram de 130 a 190 e então caíram impressionantemente para 90 em 1919. De um ponto baixo de 85 em 1930, quando a Grande Depressão começou, o índice de preços de

¹³⁷ Barratt-Brown, M. (2004), 'Africa's Trade Today', documento para a *Review of African Political Economy and Conferência comemorativa do 30º aniversário do CODESRIA*, Wortley Hall, Sheffield, 27 de maio. Veja também Barratt-Brown, M. e P. Tiffen (1992), *Short Changed: Africa and World Trade*, Londres, Pluto Press.

mercadorias primárias subiu, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, para 135, já que a demanda por matérias primas demonstrou força e os problemas de transporte criaram problemas colaterais de oferta. Os preços caíram durante o subsequente processo de globalização até 1968 (para 95 no índice), mas dispararam para 142 no pico do *boom* das mercadorias primárias em 1973. A subsequente quebra de preços de mercadorias primárias baixou o índice continuamente para bem abaixo de 40 no final dos anos 90.¹³⁸ Na Etiópia, para ilustrar, as exportações de café se elevaram a partir de 1992, com o volume de saída dobrando em 2003. Mas o valor das exportações caiu de US\$ 450 milhões para menos de US\$ 100 milhões durante o mesmo período, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.¹³⁹

Os preços declinantes foram algumas vezes freados e tais tréguas poderiam mesmo durar uns poucos anos. O *boom* menor de 2002-5 em alguns preços de mercadorias primárias refletiu a forte demanda chinesa de importação e a recuperação da Ásia Oriental do choque de 1997-8. De uma base muito baixa no começo do ano de 2002, os preços dos produtos agrícolas aumentaram 80 por cento e os de metais/minerais dobraram. Mais espetacularmente, a subida dos preços do petróleo de US\$ 11/barril para US\$ 70/barril em 1998-2005 significou que a volatilidade do preço na verdade atendeu a uns poucos países. Porém a disparada dos preços de energia veio à custa da maioria dos países africanos que importam petróleo.

Apoiadores do *status quo* argumentam que há fatores mitigantes no sistema de comércio mundial concebido para oferecer uma "rede de segurança" à África. Mas "acesso preferencial" que de algum modo permita maiores importações da África pelo Norte representa somente 1 por cento do volume do comércio mundial. E as concessões do Tratamento Diferencial Especial [*Special and Differential Treatment (SDT)*] relutantemente oferecidas a algumas exportações do Terceiro Mundo são tipicamente são arduamente obtidas e mínimas; como Tetteh Hormeku da *Africa Trade Network* [Rede da África sobre o Comércio] explica:

Países em diferentes estágios de crescimento e desenvolvimento não deveriam assumir o mesmo nível de responsabilidades nos acordos internacionais uma vez que são parceiros desiguais. Todavia no final da Rodada Uruguai o espírito do SDT foi reduzido a um conceito mais restrito: países em desenvolvimento essencialmente tiveram que aceitar as mesmas obrigações que os países desenvolvidos, podendo ser isentados da efetivação de algumas medidas, assim como lhes serem permitidas escalas de prazo distintas. Mas quase todas as obrigações seriam adotadas por eles... [Em Doha,] foram feitas acima de 200 propostas referentes em primeiro lugar ao fortalecimento da SDT e

¹³⁸ Leon, J. e R. Soto (1997), 'Structural Breaks and Long-term Trends in Commodity Prices', *Journal of International Development*, 9, p. 350.

¹³⁹ United Nations Development Programme (2005), *Human Development Report 2005: International Cooperation at a Crossroads*, Nova Iorque, p. 141.

em segundo para a resolução de questões da efetivação. Desde que a Rodada foi lançada, todas as discussões sobre SDT e questões de efetivação não fizeram progresso algum, exceto em 22 pontos que estão amplamente descritos como tendo pouco ou nenhum valor comercial.¹⁴⁰

Apesar da esmagadora evidência dos perigos de dependência de exportações sob essas circunstâncias, o debate político continua. Como Nancy Alexander da campanha *Serviços para Todos/ Services for All* em Washington mostrou, um documento de 2002 do Banco Mundial promovendo *export-led growth* [crescimento conduzido pelas exportações] revelava como dois economistas dogmáticos – David Dollar e Aart Kraay – torturaram dados de comércio até que, como diríamos, os números confessaram...¹⁴¹ Dollar e Kraay denominaram certos países "globalizadores" incluindo China e Índia – e outros "não globalizadores": são principalmente produtores de mercadorias primárias cujos preços caíram impressionantemente durante os anos 1980–90, ainda que durante esse período eles fossem *mais* dependentes dos caprichos de mercados globalizados, não menos. Por adicionar uma variável *Dummy*, ou seja variável postiça, de dependência de mercadorias primárias à equação de crescimento de Dollar-Kraay, observa Alexander, a importância de abertura a crescimento cai pelo menos pela metade:

Estes resultados são significativos porque, ao passo que alguns especialistas em desenvolvimento afirmam que esses países de baixa-renda são apanhados numa "armadilha de pobreza", eles realmente são apanhados numa "armadilha de mercadorias primárias" – significada por um declínio a longo prazo de preços de mercadorias primárias, especialmente relativos ao custo de manufaturas.... Em seu cálculo do impacto da abertura de crescimento, Dollar e Kraay usam variações no volume de comércio como uma variável *proxy*, ou seja um indicador ou outra variável "próxima" do fenômeno que ela trata de substituir, para mudanças na política de comércio. No entanto, volumes de comércio variam devido a muitas influências outras que mudanças de política.... A abertura é geralmente o resultado de crescimento mais que sua causa; seu "fruto, não sua raiz". Os globalizadores mais bem sucedidos no estudo do Banco Mundial, tais como China e Índia, seguem políticas heterodoxas, de preferência àquelas advogadas por doadores e credores.¹⁴²

A China e Índia têm tarifas substanciais para proteger suas próprias indústrias agrícolas, assim como controles rigorosos de câmbio que as blindaram do tumulto que atormentou seus vizinhos asiáticos em 1997–8, por exemplo.

Pelo menos outros economistas do Banco, Ataman Aksoy e John Beghin, foram suficientemente honestos por admitir que seu empregador "vendeu excessivamente a propaganda" dos benefícios de exportar mercadorias primárias num contexto de preços mundiais decrescentes: "é provável que uma estratégia de desenvolvimento baseada em

¹⁴⁰ Hormeku, T. (2005), 'The "Development Package" That Isn't', Third World Network Info Service on WTO e Trade Issues, Accra, <<http://www.twinside.org.sg>>, 16 de dezembro.

¹⁴¹ Dollar, D. e A. Kraay (2002), 'Trade, Growth and Poverty', Washington, World Bank .

¹⁴² Alexander, N. (2005), 'The Ideological Economics of Commodity Production', Services for All listserve, 9 de dezembro. Como sustentam outros críticos – incluindo Dani Rodrik de Harvard e Mark Weisbrot do Center for Economic Policy and Research (<www.cepr.net>) –, Dollar e Kraay cometeram equívoco estatístico elementar ao confundir a fonte de causalidade.

exportações de mercadorias primárias agrícolas seja, no ambiente atual de política agrícola, uma estratégia de empobrecimento". Eles também admitiram que durante 1970–97 a perda cumulativa resultando da deterioração de termos de troca para os países exportadores de petróleo da África Subsaariana elevaram-se a 119 por cento de seu PIB total.¹⁴³

Finalmente, em outra inversão embaraçosa justo antes da Cúpula da OMC em Hong Kong, dois outros economistas do Banco - Kym Anderson e Will Martin – liberaram um relatório sobre "*Agricultural Trade Reform and the Doha Development Agenda*"* que argumentava um ganho de US\$ 287 bilhões no PIB mundial de uma bem sucedida OMC.¹⁴⁴

Mas como o *Center for Economic and Policy Research* destacou, Anderson e Martin admitiram vários fatos contrapostos cruciais:

- Remoção de todos os subsídios agrícolas de exportação e programas de apoio interno dos países ricos causaria efetivamente uma perda líquida para os países em desenvolvimento. Isto, principalmente, é porque a remoção destes subsídios levantaria o preço mundial de alimentos e de produtos agrícolas.
- Os países em desenvolvimento, agrupados, ganhariam US\$ 86 bilhões, ou 0,8 por cento do PIB, pela liberalização completa do comércio. No entanto, cerca da metade destes ganhos viria de liberalização das barreiras comerciais dos próprios países em desenvolvimento. Isto significa que ainda que a Rodada de Doha fracassasse, muito dos ganhos de liberalização ainda estariam disponíveis a estes países, desde que qualquer país pudesse liberalizar as próprias importações a qualquer época, sem qualquer regra que deles exigisse fazê-lo.
- Os US\$ 287 bilhões de ganhos são para liberalização completa, que não se espera da Rodada de Doha; as estimativas do Banco no tocante a ganhos em vários cenários mais realistas constituem ganhos muito menores para o mundo: entre US\$ 17,9 bilhões de US\$ 119,3 bilhões, ou apenas 0,04 a 0,28 por cento do PIB mundial. Outra vez, muito deste ganho bem pequeno ainda estaria disponível a países em desenvolvimento mesmo que a Rodada de Doha fracassasse.
- Mesmo uma bem sucedida Rodada de Doha mal deixaria uma marca nas taxas de pobreza: de acordo com o estudo, o número de pessoas vivendo na pobreza em 2016

¹⁴³ Aksoy, A. e J. Beghin (2005), *Global Agricultural Trade and Developing Countries*, Washington, World Bank.

* [Reforma do Comércio e a Agenda de Desenvolvimento de Doha]

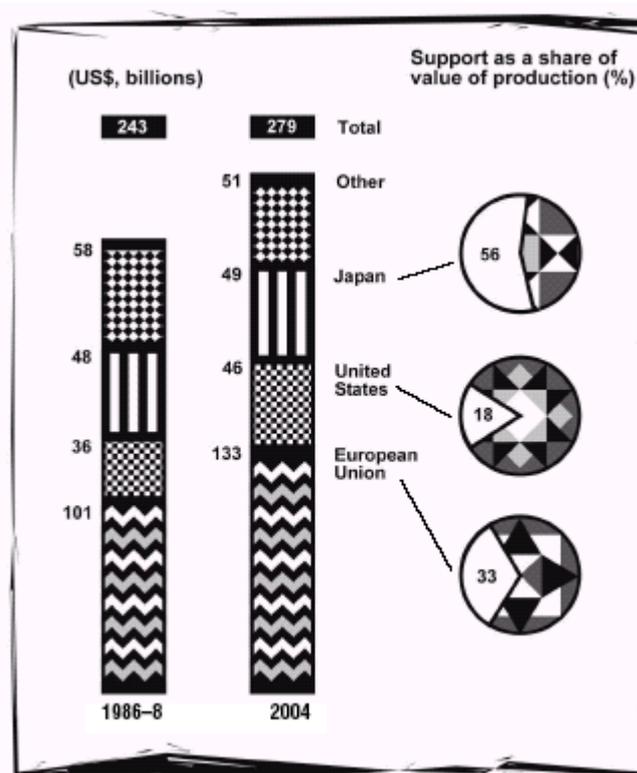
¹⁴⁴ <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/TRADE/0,,contentMDK:20716308~pagePK:64020865~piPK:149114~theSitePK:239071,00.html>>; veja o artigo de Anderson/Martin em <<http://www.worldbank.org/trade/wto>>.

estaria reduzido por algo entre 0,4 e 1 por cento (2,5 a 6,3 milhões de pessoas).¹⁴⁵

DESIGUALDADE RURAL E SUBSÍDIOS PERVERSOS

Walter Rodney mostrou que sob o colonialismo:

A natureza desigual do comércio entre as metrópoles e as colônias espelhava-se no conceito de "reserva de mercado" que significava que até um produtor metropolitano ineficiente podia encontrar um mercado garantido na colônia onde a sua classe detivesse o controle político. Por outro lado, tal como já se tinha verificado amiúde durante o período pré-colonial, os fabricantes europeus enviavam produtos que na metrópole seriam considerados de inferior qualidade, como foi o caso, especialmente, dos têxteis exportados.¹⁴⁶



(US\$, bilhões)

Support as a share of value of production = Parcela do valor de produção constituída pelo apoio (%)

Total Other = Outros Japan = Japão United States = EEUU União Européia

Figura 4.3 Subsídios agrícolas no Japão, na UE e nos EEUU

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Human Development Report (Relatório de Desenvolvimento Humano)* de 2005, p. 129.

¹⁴⁵ Center for Economic and Policy Research (2005), 'World Bank's Claims on WTO Doha Round Clarified: Banks Research Shows Little at Stake in Hong Kong Ministerial', comunicado à imprensa, Washington, 22 de novembro .

¹⁴⁶ Rodney, W. (1972), *How Europe Underdeveloped Africa*, Dar es Salaam, Tanzania Publishing House e Londres, Bogle L'Ouverture Publications; sendo todas as citações desta edição disponíveis em <<http://www.marxists.org/subject/africa/rodney-walter/how-europe/>>. Existe *tradução portuguesa*: Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa 1975 p. 227. N.d. T. tradução da citação disponível na edição portuguesa foi revisada para a presente tradução. Originalmente rezava: *A natureza desigual do comércio entre as metrópoles e as colônias espelhava-se no conceito de "mercados de protecção" que significava que até um produtor metropolitano deficiente podia encontrar um mercado garantido na colônia onde a sua classe detivesse o poder. Por outro lado, tal como já se tinha verificado amiúde durante o período pré-colonial, os fabricantes europeus enviavam produtos que na metrópole seriam considerados de inferior qualidade, como foi o caso, especialmente, dos têxteis exportados.*

Na era contemporânea, os subsídios agrícolas do norte valendo cerca de centenas de bilhões de dólares ao ano, seja para estabilização do mercado interno (numa era anterior) ou promoção de exportação, têm sido um enorme pomo da discórdia. Produtores agro-industriais ineficientes europeus, estadunidenses e japoneses chegam aos mercados africanos através do dumping* de grãos e de produtos alimentícios. Raramente examinados, no entanto, são os impactos diferenciados de subsídios, especialmente quando associados com mercados agrícolas globais saturados. Isto é um problema geral associado com crescimento conduzido pelas exportações [*export-led growth*], mas é particularmente agudo no setor de agricultura por causa do acesso desigual aos subsídios do Estado, especialmente afetando cultivos comerciais para exportação.

Não é somente uma questão de escala nacional do potencial produtivo no Terceiro Mundo muito mais baixa do que teria sido o caso não tivesse a liberalização dizimado muitas indústrias locais, incluindo lavoura doméstica. No processo, a rápida integração relacionada ao comércio causou desigualdade social crescente, como Branco Milanovic do Banco Mundial relatou.¹⁴⁷ Aqueles que mais se beneficiaram compreendem as firmas de importação/exportação, empresas de transporte/expedição, *plantations*** e grandes agricultores comerciais, o setor de mineração, financistas (que ganham segurança maior que no caso de produção destinada ao mercado interno), consumidores de artigos importados e políticos e burocratas que estão conectados aos circuitos comerciais/ financeiros.

Os subsídios agrícolas são meramente um aspecto da crescente desigualdade rural. Hoje, os subsídios agrícolas refletem principalmente as contribuições para campanhas [eleitorais] pelas agroempresas e a importância de blocos de eleitores rurais em países capitalistas avançados. (Nos anos 30, em vez disso, a primeira geração estadunidense de subsídios agrícolas refletiu os perigos da superprodução agrícola para a sociedade e para a ecologia, pois o fenômeno do "*dust bowl*"*** surgido no Meio-oeste emergiu quando muitas agricultores familiares simplesmente deixaram suas decadentes terras em pousio depois que os

* N.d.T: Dumping: É a venda de um produto no mercado de um outro país a um preço "abaixo de seu valor normal", ou seja, preço que geralmente se considera menor do que o que se cobra pelo produto dentro do país exportador, ou em sua venda a terceiros países. De modo geral, o dumping é reconhecido como uma prática injusta de comércio, pois prejudica os produtores de produtos similares no país importador.

¹⁴⁷ Milanovic, B. (2002), 'Can We Discern the Effect of Globalization on Income Distribution?, Evidence from Household Budget Surveys', World Bank Policy Research Working Paper 2876, Washington, abril.

**N.d.t: Propriedades de grande extensão onde é executada monocultura voltada à exportação, utilizando-se de mão-de-obra barata.

*** N.d.T. "Dust Bowl" é uma região dos EUA que durante a grande Depressão da década de 1930, sofreu secas prolongadas com tempestades de poeira. A devastação ambiental resultante deu à área o nome Dust Bowl (caldeirão de poeira).

mercados foram saturados).

O poder do *lobby* das agroempresas é substancial e está ficando mais forte. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas descobriu que os subsídios agrícolas tinham subido 15 por cento entre o final dos anos 80 e 2004, de US\$ 243 bilhões para US\$ 279 bilhões (um dado que Vandana Shiva considera uma enorme subestimação), com os subsídios do Japão como os mais elevados em relação ao valor total de produção agrícola.

Diferentemente de períodos anteriores quando a atividade agrícola era em menor-escala e atomizada, hoje, os subsídios agrícolas de países capitalistas avançados privilegiam de forma esmagadora os grandes produtores agroempresariais. Os subsídios nos quinze principais países da UE são até mais desigualmente distribuídos que nos EEUU, com beneficiários na Grã-Bretanha incluindo a Rainha Elizabeth II (US\$ 1,31 milhão), o Príncipe Charles (US\$ 480.000) e o homem mais rico da Grã-Bretanha, o Duque de Westminster (US\$ 1,13 milhões).

¹⁴⁸ Estudos do coeficiente de Gini de recipiendários de subsídios agrícolas no Norte, como relatado pelo PNUD, confirmam que as grandes empresas agro-industriais beneficiam-se muito mais do que os pequenos agricultores. Em 2001, o coeficiente de Gini da UE dos 15 países era de 0,78 e o coeficiente dos EEUU de 0,67, ambos muito mais altos do que a distribuição de renda nos países mais desiguais do mundo.¹⁴⁹ Fossem as relações políticas de poder mudar, um massivo redirecionamento de subsídios para agricultores familiares pequenos de baixa-renda no Norte seria mais eqüitativo e poderia ter o efeito de mover a produção agrícola em direção à agricultura mais orgânica (com conseqüente redução do peso do uso de derivados de petróleo).

Um minucioso debate ocorre regularmente sobre se os subsídios têm "efeito de distorção [ou restrição] do comércio". Se representarem subsídios de exportação ou sustentação de preços, estes subsídios têm seu lugar, marcados para eliminação no que a OMC denomina uma "Caixa Âmbar ou Amarela". Subsídios de exportação de US\$7,5 bilhões em 1995 foram reduzidos, como resultado, a US\$ 3 bilhões em 2001. Subsídios que eram

¹⁴⁸ Sharma, D. (2005), 'Farm Subsidies: The Report Card', ZNet commentary, 27 de novembro. Sharma sustenta que em resposta os países em desenvolvimento deveriam pedir que os subsídios agrícolas fossem classificados em duas categorias: uma que beneficiasse a pequenos agricultores e o restante que iria para as empresas do agronegócio e para grandes fazendeiros/proprietários de terras; e já que menos do que 20 por cento dos subsídios a agricultores de US\$1 bilhão que são caridosamente distribuídos todo dia vão a beneficiar pequenos agricultores, os restantes 80 por cento de subsídios precisam ser redondamente descartados antes que se prossiga nas negociações agrícolas.'

¹⁴⁹ United Nations Development Programme, *Human Development Report 2005*, p. 130.

* N.d.T.: *Amber Box policies* Designação que se desenvolveu durante as negociações comerciais do GATT para ordenar as políticas, utilizando uma analogia com os semáforos/sinais (de trânsito). Esta analogia faz com que uma política da "caixa amarela" seja sujeita a cuidadosas revisões e à sua redução ao longo do tempo.

anteriormente de distorção [ou restrição] do comércio foram reformados pela UE, com o novo objetivo de limitar a produção de colheitas (os agricultores são pagos simplesmente para deixar a terra em pousio) e ficam, portanto na "Caixa Verde "": não estão sujeitos a cortes. Numa transição de subsídios de Caixa Âmbar para Verde, uma outra categoria - a de subsídios da Caixa Azul*** – é supostamente menos danosa. O governo dos EEUU propôs que os grandes programas de ajuda denominados *Counter-Cyclical Payments [Pagamentos Contra-Cíclicos]* que faz para os produtores estadunidenses de algodão quando os preços se deterioram, fossem considerados como integrados na Caixa Azul, mesmo que a própria OMC tenha concordado com queixas brasileiras de que os subsídios ainda distorcem/restringem comércio por aumentar a produção estadunidense e baixar os preços mundiais. Geralmente, a complexidade associada com os regimes de subsídio reflete a capacidade do Norte em manter seus subsídios, mas continuamente disfarçá-los com nova linguagem.

Segundo Devinder Sharma - pesquisador de comércio agrícola baseado em Delhi, especialmente a Europa tem tirado proveito da impotência do Terceiro Mundo na OMC:

Entre 1995 e 2004, Europa, por si mesma, foi capaz de aumentar suas exportações agrícolas em 26 por cento, muito disto por causa dos imensos subsídios internos que ela fornece. Cada aumento percentual em exportações traz um ganho financeiro de US\$ 3 bilhões. Por outro lado, uma imensa maioria dos países em desenvolvimento, seja na América Latina, África ou Ásia, se transformou em importadores de alimentos nos primeiros 10 anos da OMC. Milhões de agricultores perderam seu sustento em consequência de importações mais baratas. Se a OMC fizer o que bem entender e os países em desenvolvimento não conseguirem entender a política predominante que guia a agenda de comércio agrícola, o mundo logo terá dois tipos de sistemas de agricultura – os países ricos produzirão gêneros de primeira necessidade para as 6 bilhões de pessoas do mundo e os países em desenvolvimento cultivarão colheitas comerciais para exportação como tomate, flores cortadas, ervilhas, girassol, morangos e verduras.¹⁵⁰

Que impacto a remoção de subsídios agrícolas do Norte teria na África? Os explícitos subsídios de exportação que são mais danosos – menos que 1 por cento do total e principalmente fornecidos pela UE – finalmente cessarão em 2013, graças às concessões na Cúpula da OMC de Hong Kong. (os subsídios de exportação implícitos da UE no valor de US\$ 65 bilhões, contudo, continuarão). Posto de lado o debate desta reforma trivial, o debate mais importante é sobre se reduções substantivas de ao menos US\$ 360 bilhões nos subsídios que são dados anualmente beneficiariam genuinamente aos camponeses africanos.

** N. d. T. Ainda por analogia com os semáforos/sinais (de trânsito) são os subsídios quem podem ser adotados com uma certa liberdade

*** N.d.T. Políticas da “Caixa Azul” podem ser consideradas aceitáveis, mas apenas temporariamente, como políticas de transição que ajudem a preparar o caminho para a implementação de futuras reformas a longo prazo.

¹⁵⁰ Sharma, D. (2005), ‘Much Ado about Nothing’, *ZNet Commentary*, 24 de dezembro.

Um problema é que relações de poder prevalecendo nos mercados agrícolas mundiais permitem que enormes cartéis manipulem a expedição e a distribuição e eles normalmente ganham na primeira rodada de benefícios quando os preços mudam. Um segundo problema é que padrões locais de posse da terra tipicamente enfatizam agricultura de exportação baseada em *plantation*, com o perigo que novos incentivos a cultivos comerciais para exportação farão com que se ocupem as terras usadas por camponeses para cultivo de alimentos. Não existem estudos confiáveis para fazer afirmações definitivas. De fato, há chefes de Estados africanos em países importadores de alimentos que advogam os subsídios agrícolas continuados pela UE por uma terceira razão: porque preços de colheita mais baixos reduzem o custo de alimentação dos seus próprios cidadãos.

Em síntese, duas questões cruciais associadas com subsídios e exportações agrícolas são tipicamente elididas por economistas neoliberais e outros campanhistas pró-comércio: quais as forças em sociedades do Norte que se beneficiam de subsídios que promovem orientação exportadora, tanto no curto como no longo prazo; e que forças em sociedades do Sul ganhariam e quais perderiam, se os subsídios fossem levantados. Além do mais, a pergunta estratégica crucial é se estratégias auto-suficientes de desenvolvimento – que constituíam a condição necessária (ainda que insuficiente) para a maior parte da industrialização no passado – podem ser aplicadas se os países de baixa-renda exportadores permanecerem enrascados na armadilha das mercadorias primárias.

Os mesmos pontos devem ser levantados outra vez abaixo com respeito a exportações de minerais da África, onde o esgotamento de recursos não-renováveis drena a riqueza de gerações futuras. No entanto, antes de fazê-lo, vamos considerar problemas associados com negociações de comércio quando a ação se transferiu para Hong Kong em dezembro de 2005.

DE DOHA PARA HONG KONG

A Agenda de Desenvolvimento de Doha – o nome da pós-Rodada Uruguai das negociações sobre a liberalização da OMC que começou em novembro de 2001 – não tratou da maior parte das distorções em mercados internacionais que mantêm exportadores do Terceiro Mundo sob sujeição e limitam a soberania nacional, especialmente com respeito à segurança alimentar.

Com efeito, a rivalidade interimperial entre os maiores blocos exportadores é um ponto em debate. A competição era, por exemplo, um fator que limitava em grande parte a arrogância dos EEUU na mal sucedida tentativa da Monsanto de introduzir agricultura geneticamente modificada (GM) na África, principalmente via África do Sul e Quênia. Zâmbia, Zimbábue e Angola opuseram-se e rejeitaram o Programa Mundial de Alimentos e o socorro alimentar dos EEUU durante o início dos anos 2000 tanto por causa de temores de futuras ameaças da agricultura GM a seus cidadãos, como, não por coincidência, para ter acesso imediato do mercado europeu, dado o banimento de cultivos GM na União Européia (uma proibição que os EEUU contestaram com êxito à época em que este livro estava indo para o prelo).

Ligando seu regime relativamente centralizado de ajuda relacionada ao comércio através do regionalismo bilateral, a UE regularmente tenta ganhar maiores concessões de países ACP [África, Caribe/Caraíbas e Pacífico] em investimento, competição, facilitação de comércio, aquisições governamentais, proteção de dados e serviços. Junto com queixas sobre agricultura, indústria e propriedade intelectual, a rejeição da pressão da UE pelos ACP foi a base para retirada de consentimento da Cúpula de Cancún da OMC em 2003.

Posteriormente, os Acordos de Parceria Econômica (APEs) da UE sob o Acordo de Cotonou (que substituiu a muito mais generosa Convenção de Lomé) significaram um novo, mesmo mais áspero regime de "liberalização recíproca" para substituir os acordos preferenciais que amarraram tantos países africanos a seus antigos senhores coloniais via cultivos comerciais para exportação. Se os APEs são estabelecidos, as escassas indústrias e serviços africanos orgânicos que sobram depois de duas décadas de ajustamento estrutural provavelmente serão perdidas para as economias de escala e sofisticação tecnológica européias. Uma reunião, em abril 2004, de parlamentares de África Oriental expressou preocupação de "que o passo das negociações pegou nossos países sem consideração adequada das opções abertas a nós, ou para entendimento de suas implicações e que nos tornamos reféns das datas de metas que apressadamente foram estabelecidas sem a participação de nossos respectivos parlamentos". Como até o presidente neoliberal de Botsuana - Festus Mogae - admitiu em 2004, "Estamos algo apreensivos face aos APEs, apesar das garantias de UE. Tememos que nossas economias

não serão capazes de resistir as pressões associadas com a liberalização".¹⁵¹

Quanto à OMC, o acordo de julho de 2004 em Genebra permitiu as elites uma chance de se reagrupar. Não obstante a continuada recalcitrância da UE e dos EEUU sobre subsídios agrícolas, a seleção de Pascal Lamy – o ex-comissário de comércio da UE – como chefe da OMC confirmou os relacionamentos de poder desequilibrados e a nomeação por Blair de Peter Mandelson para substituir Lamy na UE era uma sinalização final de que essa linha dura do neoliberalismo continuaria. Mandelson deixa escapar sua agenda de blocos de comércio no final de 2005: "Através da construção de mercados regionais e da Rodada de Desenvolvimento de Doha das negociações sobre o comércio, necessitamos pouco a pouco ir aplanando as paredes tarifárias que ainda cercam individualmente muitos dos países em desenvolvimento na África".¹⁵² As indústrias residuais da África e os serviços tais como empresas de serviços públicos essenciais nacionais e municipais, indo de telecomunicações e energia (muitas vezes altamente lucrativas) até as de água, foram particularmente importantes. Segundo Mark Curtis, a liberalização da agenda da UE alcançou as seguintes áreas:

produção agrícola, bens industriais, serviços, políticas de investimentos, serviços públicos essenciais, o papel das companhias, propriedade intelectual, a política de competição e as aquisições governamentais. Muitas dessas áreas, na realidade, vão bem além das políticas de comércio dos países como tais; o pressionar da UE pela liberalização é na realidade uma pressão para promover políticas econômicas neoliberais internas em todos os países. É para aprofundar o processo de globalização das empresas principalmente para beneficiar negócios no mundo rico.¹⁵³

Como Walden Bello predisse corretamente um mês antes da Cúpula da OMC de dezembro de 2005, "O único acordo possível que poderia sair de Hong Kong é um acordo que permitiria aos países em desenvolvimento fazerem concessões danosas na agricultura, negociações sobre o Acesso ao Mercado Não Agrícola (NAMA) e serviços, enquanto a UE e os EEUU fariam concessões cosméticas na agricultura e buscariam interesses ofensivos/ em

¹⁵¹ <<http://www.epawatch.net/general/text.php?itemID=161&menuID=28>>, <<http://www.twnafrica.org/atn.asp>>.

¹⁵² Citado em Curtis, '17 Ways the European Commission is Pushing Trade Liberalization on Poor Countries'. As 17 estratégias eram como segue: (1) através de tratados injustos; (2) através de Acordos de Parceria Econômica; (3) através de acordos bilaterais de comércio; (4) pressionando por acesso a mercados para exportações agrícolas; (5) pressionando por acesso a mercados para bens industriais; (6) tentando abrir os mercados para serviços; (7) utilizando a ajuda para promover a liberalização do comércio; (8) através de sua 'regulamentação de barreiras de comércio'; (9) através do mecanismo de 'Solução de Controvérsias' da OMC; (10) através da inclusão de novas questões na agenda; (11) buscando liberalizar os gastos nas compras governamentais; (12) buscando novas regras sobre investimento internacional; (13) buscando novas regras para política de concorrência; (14) buscando fortalecer os direitos de propriedade intelectual; (15) promovendo os interesses empresariais; (16) diminuindo a regulamentação de grandes empresas privadas; (17) oferecendo um tratamento não muito especial.

¹⁵³ Ibid.

outras áreas."¹⁵⁴

Em Hong Kong, uma série de vibrantes protestos de rua – especialmente por agricultores sul-coreanos (presos às centenas pela polícia chinesa) – não foi o bastante para evitar que a maioria dos delegados do Terceiro Mundo sucumbisse à pressão da UE e dos EEUU. Com aberturas obrigatórias substituindo o sistema de *request-offer* [pedido/oferta] anterior, mais flexível, no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), também conhecido pela sigla GATS (*General Agreement on Trade in Services*), as privatizações se intensificarão no Terceiro Mundo. Além disso, haverá uma severa desindustrialização em muito mais lugares do Terceiro Mundo (México, por exemplo, teve o setor das *maquilladoras** devastado.), especialmente ao expandirem os chineses as suas exportações. E quaisquer esperanças de que ministros do Sul possam resolutamente enfrentar Lamy, Mandelson e outros negociadores do Norte também foram frustradas. Como Vandana Shiva sumariou,

O fracasso total da Rodada de Doha da OMC ficou dissimulado, como se encoberto por um tapa-sexo – o da retirada dos subsídios agrícolas em 2013 (enquanto a maioria dos US\$ 400 bilhões de subsídios para agricultura empresarial industrializada dos países ricos permanecerá) e pelo tapa-sexo de "ajuda relacionada ao comércio". Os acordos sobre a liberalização de serviços e bens industriais que tinham sido totalmente rejeitados pelos países em desenvolvimento foram furtivamente introduzidos através de uma política de dividir para reinar levada pelos EEUU e UE que começaram a tratar o Brasil e Índia como "desenvolvidos", rachando então a unidade do G20 forjada em Cancún e reduzindo a nova aliança forjada do G20 e G90 a uma casca vazia. Se o G110 tivesse negociado como G110, em vez de meramente anunciar a grande aliança, serviços e a NAMA não teriam passado.¹⁵⁵

Sharma igualmente concluiu:

Apesar de fazer barulho, ameaça e lançar chispas sobre a injustiça feita aos países pobres e em desenvolvimento, finalmente os ministros de comércio dos países do G110 (que inclui todo o mundo em desenvolvimento) dobraram-se frente aos ricos e poderosos... Os países em desenvolvimento concordaram com "um elevado nível de ambição para acesso ao mercado no tocante a produtos agrícolas e não-agrícolas". O texto vincula o acesso ao mercado em ambas as áreas, estabelecendo que a "ambição é para ser alcançada de modo equilibrado e proporcional". Isto é exatamente o que os países desenvolvidos têm ardentemente buscado e isto é onde os países em desenvolvimento cederam.¹⁵⁶

Para Bello, o desenvolvimento político mais perturbador foi que a Índia e o Brasil estruturalmente mudaram sua posição de uma aliança com os 110 países do Terceiro Mundo para o núcleo das "Cinco Partes Interessadas" (se juntando aos EEUU, à UE e à Austrália) que prepararam o acordo final:

¹⁵⁴ Bello, W. (2005), comunicação feita por correio eletrônico, 10 de novembro.

* N.d.T. Maquiladoras (ou maquilas) são fábricas cuja maioria se localiza em cidades mexicanas da fronteira com os EEUU, que importam material e equipamento num regime livre de impostos e tarifas para montagem ou fabricação, servindo principalmente para montar peças importadas. Tais empresas podem ser de propriedade estrangeira integral (principalmente de companhias americanas).

¹⁵⁵ Shiva, V. (2005), 'Beyond the WTO Ministerial in Hong Kong', *ZNet Commentary*, 26 de dezembro.

¹⁵⁶ Sharma, 'Much Ado about Nothing'.

No final, os governos dos países em desenvolvimento se submeteram, muitos deles motivados unicamente pelo medo de lhes ser impingida a culpa pelo colapso da organização. Mesmo Cuba e Venezuela se limitaram a registrar somente "reservas" ao texto sobre serviços durante a sessão ministerial de encerramento... O principal ganho para o Brasil e Índia não está no impacto do acordo sobre suas economias, mas na afirmação de seu novo papel como influenciadores do poder na OMC.¹⁵⁷

Segundo Bello, a África do Sul, de certo modo, era um problema na medida em que traiu no último momento (ao lado da Indonésia e das Filipinas) no tocante à privatização de serviços. A posição de Pretória foi melhor do que nas primeiras negociações, quando Alec Erwin era Ministro do Comércio e um "*Friend of the Chair*"*. Mas o decesso do G20 como uma suposta força contra-hegemônica – tão intensamente recomendado por Erwin em Cancún – revela o grande problema dos interesses subimperiais, um tópico a ser revisitado no Capítulo 6.

INVESTIMENTOS, PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO

Do comércio aos investimentos diretos, os padrões de exploração são similares. Walter Rodney descreveu o investimento direto estrangeiro em termos duros:

Sob o colonialismo a apropriação era total e garantida pelo domínio militar. Hoje, em muitos países da África, a apropriação por estrangeiros ainda está presente, apesar de os exércitos e as bandeiras terem sido retirados. Enquanto a terra, as minas, as fábricas, bancos, companhias de seguro, meios de transporte, jornais, usinas etc. pertencerem a estrangeiros, as riquezas da África serão completamente canalizadas para o exterior nas mãos desses elementos. E em outras palavras: na ausência de controle político direto, *os investimentos estrangeiros promoverão a exploração de riquezas naturais e do trabalho africano na produção de valor econômico que ficará perdido para o continente [ênfase no original]*.¹⁵⁸

Nos anos recentes a África não tem sido assolada pelo interesse de grupos empresariais estrangeiros que pretendessem comprar empresas. Durante o início dos anos 70, grosso modo um terço de todos os IDE para o Terceiro Mundo foi para países da África Subsaariana, especialmente para a África do Sul do Apartheid. Nos anos 90, aquela estatística caiu para 5 por cento. Na última década, afora a exploração de campos petrolíferos, os únicos outros investimentos estrangeiros foram na África do Sul, para a privatização parcial do organismo estatal de telecomunicações e para a expansão das atividades de montadoras do ramo automotivo no âmbito das linhas de montagem global. Esses fluxos de entradas foram mais do

¹⁵⁷ Bello, W. (2005), 'The Meaning of Hong Kong: Brazil and Índia Join the Big Boys' Club', manuscrito inédito, Bangkok, Focus on the Global South. Bello culpa especialmente o Ministro brasileiro das Relações Exteriores Celso Amorim e o Ministro indiano do Comércio Kamal Nath.

* N.d.T.: literalmente "amigo da presidência" é a função de facilitador para presidir sessões de grupos informais.

¹⁵⁸ Rodney, How Europe Underdeveloped Africa. Existe *tradução portuguesa* : Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa 1975 p.38.

que compensadas pelos próprios fluxos de saída de investimentos diretos estrangeiros da África do Sul, na forma de realocização das sedes financeiras das maiores empresas privadas para Londres, que por sua vez distorceram os dados de IDE na África – para não mencionar a repatriação de dividendos/lucros e pagamentos de taxas de patentes e *royalties* para empresas transnacionais.

Para considerar investimento/produção com o rigor requerido, somos compelidos também a nos estender sobre uma ampla gama de processos históricos e questões de produção que não podem ser reduzidas às *holdings* ou controladoras de firmas estrangeiras na África. Tais firmas têm muitas agendas diferentes e algumas vezes contraditórias e os impactos econômicos e eco-sociais de seus investimentos são diversos e freqüentemente incalculáveis. Além do mais, sistemas de produção do Norte têm um efeito adverso indireto - e algumas vezes direto –na África por causa do bens comuns *globais*, incluindo a capacidade mundial de seqüestro de carbono, está sujeita a pilhagem. Daí ser apropriado considerar entre as questões de exploração relacionadas aos investimentos/produção, a dívida ecológica que o Norte deve ao Sul, especialmente à África. Uma outra característica da atividade do investimento estrangeiro é a distorção das políticas africanas locais, uma feição abordada no próximo capítulo.

Muitos autores podem ser citados para documentar a lógica econômica que está atrás da dominação das economias africanas por empresas estrangeiras. Um dos mais cuidadosos, Thandika Mkandawire, diretor do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Social da ONU(UNRISD), recentemente estudou o "mal-ajustamento" das economias africanas e concluiu, "Pouco IDE foi para a indústria manufatureira. Quanto aos investimentos em mineração, não são atraídos para os países africanos por mudanças nas políticas macroeconômicas, como se insinua freqüentemente, mas pelas chances de melhores preços mundiais, mudanças nas atitudes face a propriedade nacional e incentivos setoriais específicos". Além do mais, 14 por cento dos IDE foram "dirigidos por aquisições facilitadas pelo acelerado passo de privatização para comprar as fábricas existentes que estão sendo vendidas, geralmente sob condições de "liquidação final". O pequeno investimento manufatureiro que ocorreu foi tipicamente "para expansão das capacidades existentes, especialmente nas indústrias beneficiadas por monopólios naturais (por ex. bebidas, cimento, mobiliário)". Tal expansão pode ter sido estimulada pela súbita manifestação de crescimento

que causou muita euforia e que agora está se esvaindo".¹⁵⁹

A fútil busca das elites africanas por IDE parece ter aumentado freneticamente, especialmente com a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África de 2001 (*2001 New Partnership for Africa's Development*). Segundo Mkandawire, os líderes não concentraram plenamente as suas mentes sobre a evidência:

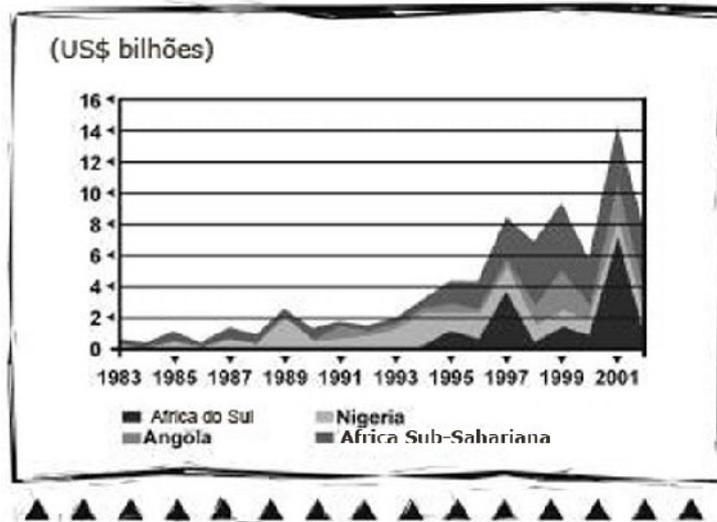
É amplamente reconhecido que o investimento direto é preferível ao investimento de carteira e investimentos estrangeiros nos projetos de raiz ["*green field investments*"] é preferível a aquisições. A predominância desses tipos de entradas de capitais [carteira e aquisição] deveria ser motivo para preocupação. De qualquer modo, nos seus desesperados esforços para atrair investimentos estrangeiros, os governos africanos tem simplesmente cessado de tratar destes riscos ou sugerido que eles podem ter uma preferência por um tipo de investimento sobre todos os outros. Finalmente, é provável que tal investimento mingúe dentro de um curto período de tempo, como já parece ser o caso numa série de países africanos.

Assim, para Gana, aclamada como uma "história de sucesso" pelas instituições de Bretton Woods, os IDE, que tinham se elevado nos meados dos anos 80 para acima de US\$ 200 milhões anualmente – principalmente devido à privatização – foram rapidamente revertidos para produzir um fluxo de saída negativo. Deve ser notado, de passagem, que as taxas de retorno de investimentos diretos têm sido geralmente muito mais altas na África do que em outras regiões em desenvolvimento. Isto, de qualquer modo, não fez a África uma favorita entre os investidores, em grande parte por causa de considerações do "fator de risco" intangível, nutrido pela tendência de tratar o continente como homogêneo e uma larga dose de ignorância sobre países africanos individualmente. Há considerável evidência que mostra que a África é sistematicamente cotada como mais arriscada do que é garantido pelas características econômicas subjacentes.¹⁶⁰

A crítica a investidores estrangeiros na África agora deve se estender para além da UE, dos EEUU e do Japão, em direção à China. Por exemplo, a Companhia Nacional de Petróleo Chinesa (CNPC) e duas outras grandes firmas de petróleo chinesas estão ativas em 17 países africanos. Apesar do genocídio em Darfur, US\$ 2 bilhões em investimento estão a caminho para o Sudão, sendo o país já responsável por 5 por cento da demanda chinesa de importação de petróleo, bem como tendo financiamento chinês para o desenvolvimento do crescimento interno de uma capacidade militar sudanesa (as vendas de armamentos para Robert Mugabe também são duvidosas). . Como Ben Schiller relata,

¹⁵⁹ Mkandawire, T. (2005), 'Maladjusted African Economies and Globalization', *Africa Development*, 30, 1–2, p. 6.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p.7.



(US\$, bilhões)

■ África do Sul Nigéria Angola ■ Sub-Saharan Africa - África Subsaariana

Figura 4.4 Recipientes Africanos de IDE

Fonte: Comissão para a África [Commission for Africa](2005), *Our Common Future*, Londres, p. 295.

Preocupações têm sido levantadas sobre o impacto ambiental de várias operações chinesas de mineração na África, incluindo minas de cobre na Zâmbia e no Congo e projetos de areias de titânio em partes ecologicamente sensíveis de Moçambique, Quênia, Tanzânia e Madagascar.

Além disso, China é dos maiores importadores de madeira ilegal das florestas da Indonésia, Camarões, Congo e Guiné Equatorial. Apesar de os dados precisos serem de difícil acesso, o sítio www.globaltimber.org.uk diz que até 50 por cento de toda madeira importada para China em 2004 era ilegal. Empresas chinesas também têm estado implicadas em contrabando de marfim, notadamente no Sudão e Zimbábue. Segundo a organização conservacionista *Care for the Wild International*, companhias chinesas compram até 75 por cento do marfim do Sudão.

Especialistas em desenvolvimento dizem que a China, na sua pressa para expansão, está revigorando um antiquado e tosco estilo de desenvolvimento, restabelecendo uma era de "elefantes brancos" e "projetos para dar prestígio" com pouco benefício para a população local. Na Etiópia, a estatal chinesa Jiangxi International construiu novas habitações no valor de cerca de US\$ 4 milhões, depois que uma enchente deixou centenas de pessoas na indigência. Mas em vez de acomodar os desabrigados, os conjuntos habitacionais terminaram por ser usados por autoridades militares. Mais tarde, um gerente da Jiangxi disse ao Wall Street Journal: "Isto era uma tarefa política para nós e na medida em que as autoridades etíopes estiverem satisfeitas, nossa meta está cumprida."

Uma outra característica dos investimentos chineses no além-mar é o uso de trabalhadores chineses em vez de trabalhadores locais. Milhares de trabalhadores e engenheiros chineses têm sido importados para construir a Represa Takazee, de US\$ 300 milhões, na Etiópia. No Sudão, os trabalhadores chineses construíram um oleoduto, 74.000 chineses permanecem no país, 10.000 dels empregados pela CNPC. Trabalhadores chineses também estão sendo usados na Namíbia, Zimbábue e em muitos outros países africanos.¹⁶¹

Dado que as *mining houses** têm estado intimamente relacionadas com a pilhagem na

¹⁶¹ Schiller, B. (2005), 'The China Model of Development', <http://www.open-democracy.net/democracy-china/china_development_3136.jsp>, 20 de dezembro.

* N.d. T.: As *mining houses* (Casas de Mineração) surgiram durante a expansão imperial britânica na África do Sul. Articulavam os prospectores e aventureiros que abriam minas de túneis e galerias com o sistema financeiro que levantava o capital para a prospecção, e buscavam novas tecnologias. Seis grandes grupos se formaram: Anglo American/De Beers, Gencor (no final do séc. XX comprou a Billiton), Goldfields, JCI, Anglovaal e Rand Mines.

África por pelo menos um século e meio, cabe em seguida examinar o dano feito pelo esgotamento de reservas minerais e outros recursos naturais não-renováveis.

IDE E ESGOTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS

Apesar da seca recente, em termos absolutos o volume dos IDE para a África Subsaariana começou a subir novamente, superando financiamentos por prestamistas privados em 1988 e de 1991 se nivelando com fluxos financeiros. A história dos IDE se torna mais complexa naquele estágio, durante o final dos anos 90, particularmente quando se toma em consideração as duas maiores forças sobre o continente: capital sul-africano e o ressurgimento dos investimentos em petróleo. O primeiro é retomado abaixo, no Capítulo 6, enquanto o último requer consideração de novos dados, os quais, surpreendentemente, são do Banco Mundial.

Uma abordagem delicadamente nuançada é necessária para desconstruir a breve alta de investimentos na África Subsaariana, especialmente a partir de 1997, pois parece que os picos estão associados a circunstâncias especiais. O pico angolano de investimentos em petróleo de 1999 estava limitado aos campos *offshore* de Cabinda, enquanto, sobre o território angolano, um regime de um estado repressivo e corrupto fazia guerra contra um exército guerrilheiro de extrema-direita. Os investimentos em petróleo nigeriano ocorreram na maior parte sob o regime ditatorial de Sani Abacha e não tiveram efeito devido a sua pilhagem de recursos do estado para as contas privadas na Suíça e em Londres. O outro pico de investimentos estrangeiros, para a África do Sul, reflete variações contábeis estatísticas associadas com a *relisting*, ou seja a extraterritorialização das maiores firmas do país para Londres através da listagem das mesmas naquele mercado bursátil.

O setor do petróleo é um caso claro no qual as remessas de lucros e dividendos, frequentemente lubrificadas por corrupção, têm tido conseqüências extremamente negativas. Como demonstrado na campanha feita pela *Open Society- "Publish What You Pay"* [Publique o que paga], as elites dos países produtores de petróleo da África - Angola, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria e Sudão – estão entre as menos transparentes do mundo.¹⁶² Na Nigéria, exigências do povo Ogoni se relacionam não somente à destruição massiva do seu habitat no Delta, mas também à pilhagem de suas riquezas naturais pelo *Big Oil**. Segundo

¹⁶² <www.opensociety.org>.

* N.d.T.: O negócio das multinacionais petrolíferas tem sido chamado de "Big Oil" literalmente "Grande Petróleo" mas que pode ser melhor expresso como "Os arrogantes do petróleo", sendo uma expressão que carrega um claro viés acusatório: trata-se do grande capital explorando consumidores e governos, em busca de lucros abusivos. Há termos equivalentes como "Big Pharma" para as farmacêuticas

Sam Olukoya,

As reparações* constituem uma questão crucial na luta por justiça ambiental na Nigéria. Muitos dos grupos étnicos no Delta do Níger levantaram várias exigências. Um documento chave é a *Ogoni Bill of Rights* [Carta de Direitos dos Ogoni] que busca reparações/indenizações compensatórias da Shell por poluição ambiental, devastação e degradação ecológica da área Ogoni. Os abusos da Shell em Ogoniland se tornaram tristemente célebres através do falecido dramaturgo e ativista Ken Saro-Wiwa, que foi executado pelo governo nigeriano.¹⁶³

Em todas essas apreciações, forças diversas na sociedade deixaram de considerar o petróleo meramente um tema de propriedade privada, a ser negociado entre grandes empresas privadas e governos, como tinha sido o caso durante a maior parte do século vinte. Em vez disto, agora essa forças tratam o petróleo como parte de um conjunto geral de "bens comuns" dos recursos de uma sociedade nacional. George Caffentzis explica:

Há três níveis de direitos ao petróleo como propriedade comum, correlacionando-se com três tipos de comunidades afins que agora tomam forma, pois não há propriedade comum sem uma comunidade que regule seu uso:

- Em primeiro lugar, algumas comunidades locais que são as mais diretamente afetadas pela extração de petróleo reclamam como seu direito o de possuir e regular o petróleo sob seu território como um bem comum;
- Segundo, economistas islâmicos reclamam para a comunidade islâmica de crentes, do Marrocos a Indonésia e seu representante, o Califado do século vinte e um em formação, a o direito a propriedade e o direito de regular os enormes campos de petróleo sob seu vasto território;
- Terceiro: autoridades das Nações Unidas reclamam para a "comunidade global que vem por aí" o direito de regular os assim chamados bens comuns globais: ar, água, terra, minerais (incluindo o petróleo) e "nous" (atividade do intelecto ou patrimônio imaterial constituído pelo conhecimento e informação). Essa comunidade global imaginada é para ser representada por uma estonteante falange de "anjos" que contribuem para formar o sistema das Nações Unidas, de ativistas das ONGs a burocratas ambientalistas da ONU e a consultores "verdes" do Banco Mundial.¹⁶⁴

A partir de uma conferência setembro 2005 em Joanesburgo organizada pela ONG sul-africana *groundWork*, os delegados peticionaram ao Congresso Mundial do Petróleo:

Em qualquer ponto na cadeia de produção de combustíveis fósseis onde seus membros "agregam valor" e têm lucro, pessoas comuns, trabalhadores e seus meio-ambientes são agredidos e empobrecidos. Onde o petróleo é prospectado, bombeado, processado e usado, na África, como em outros lugares, sistemas ecológicos têm sido tornados imundos, os sustentos das pessoas tem sido destruídos e suas aspirações democráticas e seus direitos e culturas pisoteadas....

Seu futuro de energia é modelado sobre os interesses de classes ricas que consomem em excesso, fazem uso intenso de energia, queimam combustíveis fósseis e cujos estilos de vida egoístas e imprudentes não somente empobrece a outros, mas ameaça o meio-ambiente global, impondo a todos

ou "Big Money" para os bancos.

* N. d. T. ou indenizações compensatórias

¹⁶³ Olukoya, S. (2001), 'Environmental Justice from the Niger Delta to the World Conference Against Racism', relatório especial em *CorpWatch*, 30 de agosto, <<http://www.corpwatch.org/article.php?id=18>>.

¹⁶⁴ Caffentzis, G. (2004), 'The Petroleum Commons: Local, Islamic and Global', *The Progress Report*, <<http://www.progress.org/2004/water26.htm>>.

nós o caos e incerteza da mudança climática e a violência e destruição da guerra. Um outro futuro da energia é necessário; o de vocês [o vosso] fracassou!¹⁶⁵

Voltamos às implicações políticas destas diferentes reclamações de direitos aos bens comuns no final do livro. Mas seria um erro negligenciar outra característica política criada no processo. Em um notável ensaio, "*Seeing Like an Oil Company*" [Vendo com uma companhia petrolífera], o antropólogo James Ferguson argumenta que o "capital "voa" sobre a "África imprestável", somente apeando-se em ricos enclaves minerais que estão completamente desconectados de suas sociedades nacionais. O resultado não é a formação de grades nacionais padronizadas, mas a emergência de enormes áreas do continente que estão efetivamente "fora da grade". No processo, emerge "um tipo assustador de modelo de política econômica para regiões que combinam riqueza mineral com intratabilidade política", abrangendo das zonas de petróleo africano ao Iraque ocupado. O modelo inclui proteção do capital por "companhias privadas militarizadas" (em Bagdá, *Blackwater*, *Erinys* e *Global Risk Strategies*) e proteção do comandante enviado pelo "Mandachuva" (Paul Bremer, John Negroponte) "não por seu próprio exército nacional, mas, em vez disto, por pistoleiros de aluguel".¹⁶⁶ O resultado final é lucro melhorado para o capital internacional e despotismo para os cidadãos

A pesar disto, é de interesse, que por causa do movimento ambientalista, alguns dos custos desse modelo são medidos agora, até no Banco Mundial. Se tomarmos como dado que há algum mérito em considerar "recursos naturais" como um bem comum global, o seu esgotamento mais as externalidades negativas associadas – tais como a devastação social causada por operações de mineração deve agora, segundo consta, ser levada a sério. Aquilo impõe, pelo menos, uma contabilidade preliminar dos custos associados aos recursos arrancados do solo, das florestas e das áreas de pesca, não importando que muitos aspectos da valoração - vida humana, tradições e cultura dos povos indígenas, estética do ambiente natural – sejam impossíveis de quantificar.

TOMANDO EM CONTA A NATUREZA

Por causa do legado de economistas ambientalistas como Herman Daly, até o Banco Mundial tem levantado a questão do esgotamento de recursos naturais, como no documento *Where is*

¹⁶⁵ <www.groundwork.org.za>.

¹⁶⁶ Ferguson, J. (2005), 'Seeing Like an Oil Company: Space, Security and Global Capital in Neoliberal Africa', *American Anthropologist*, 107, 3, p. 381.

*The Wealth of Nations?*¹⁶⁷ A metodologia do Banco para corrigir o enviesamento na contabilização de riqueza no PIB não está nem perto de ser tão expansiva como aquela, por exemplo, do grupo *Redefining Progress* [Redefinindo Progresso] de São Francisco que, como mostrado no Capítulo 2, estima ter o declínio do PIB global em termos absolutos começado durante meados dos anos 70, se levarmos em conta o esgotamento de recursos naturais, poluição e uma variedade de outros fatores. Não obstante, a abordagem tentativa do Banco constitui pelo menos um passo a frente no reconhecimento de que investimentos extrativos podem não contribuir para o PIB líquido e na verdade possam efetivamente causar o encolhimento da poupança e riqueza nacionais líquidas.

O método do Banco faz um primeiro corte subtraindo da taxa de poupança existente fatores como depreciação do capital fixo, esgotamento de recursos naturais e poluição, mas então adiciona investimentos em educação (definido como despesa anual). O resultado, na maioria dos países africanos dependentes de produtos primários, é uma taxa negativa líquida de poupança nacional para renda nacional bruta (RNB). Apesar de alguns problemas, a metodologia do Banco pelo menos indica algumas das tendências associadas a extração de matéria prima.¹⁶⁸ Em particular, a tentativa de gerar um cálculo de "poupança genuína" requer ajustamento da poupança nacional líquida para tomar em conta o esgotamento de recursos. O Banco sugere os passos seguintes:

O consumo de capital fixo é subtraído da poupança bruta nacional para dar o tradicional indicador de poupança; poupança líquida nacional. É subtraído o valor dos danos da poluição. São incluídos os poluentes dióxido de carbono e matéria particulada. É subtraído o valor do esgotamento de recursos naturais. São incluídos o esgotamento da energia, de metais e minerais e em termos líquidos a degradação florestal. Despesas operacionais correntes em educação são adicionadas à poupança líquida nacional para ajustar aos investimentos em capital humano.¹⁶⁹

Tabela 4.2 Ajustamento à taxa de poupança de Gana em 2000, baseado na riqueza tangível e no esgotamento de recursos (US\$ *per capita*)

¹⁶⁷ World Bank [Banco Mundial] (2005), *Where Is the Wealth of Nations?*

¹⁶⁸ Ao fazer estimativas sobre o declínio na riqueza de um país devido ao esgotamento mineral, florestal ou energético, o Banco Mundial tem uma definição minimalista baseada nos preços internacionais (e não valores potenciais futuros quando a escassez se torne um fator mais crucial, especialmente na indústria petrolífera). O Banco não calcula completamente os danos causados ao meio-ambiente local, à saúde/segurança dos trabalhadores, e especialmente às mulheres em comunidades próximas a minas. Mais ainda, o uso pelo Banco do custo médio de recursos – e não do custo marginal – também leva provavelmente à subestimação dos custos de esgotamento.

¹⁶⁹ World Bank [Banco Mundial], *Where is the Wealth of Nations?*, p. 39.

RIQUEZA TANGÍVEL	US\$	POUPANÇA LÍQUIDA AJUSTADA	US\$
Ativos do subsolo	65	Poupança Nacional Bruta	40
Recursos madeireiros/madeiráveis	290	Gasto em educação	7
Recursos florestais não madeireiros/madeiráveis	76	Consumo de capital fixo	-19
Áreas Protegidas	7	Esgotamento de Energia	0
Área plantada	855	Esgotamento de reservas minerais	-4
Área de Pastagem	43	Degradação florestal em termos líquidos	-8
Capital produzido	686		
Riqueza Tangível Total	2.022	Poupança líquida ajustada	16
Crescimento Populacional	1,7%	Varição na riqueza <i>per capita</i>	-18

Fonte: World Bank[Banco Mundial] (2005), *Where Is The Wealth of Nations?*, Washington, pp. 64-5.

Naturalmente, dada a extração de petróleo, a região Oriente Médio (incluindo África do Norte) tem o mais sério problema mundial de renda nacional bruta e poupança negativa líquidas sob essa metodologia. Mas a África Subsaariana e a segunda pior e vários anos durante o início dos anos 90 testemunharam RNB líquida *negativa* para o continente, ao se tomar em conta a extração de recursos naturais. De fato, para o aumento de cada ponto percentual na dependência extrativista de recursos de um país, segundo o Banco, aquele PIB potencial do país declina cerca de 9 por cento (em confronto com o PIB real registrado).¹⁷⁰ Países africanos com a mais alta dependência de recursos e a mais baixa de acumulação de capital combinadas compreendiam Nigéria, Zâmbia, Mauritânia, Gabão, Congo, Argélia e África do Sul. Ao comparar o *potencial* para acumulação de capital (ou seja, se as rendas provenientes dos recursos não fossem simplesmente extraídas (e exportadas) e os recursos esgotados) por um lado, e, por outro, a *efetiva* medida de acumulação de capital, os pesquisadores do Banco descobriram que,

Em muitos casos as diferenças são enormes. A Nigéria, um importante exportador de petróleo, poderia ter tido um estoque de capital produzido no ano 2000 cinco vezes mais alto do que o estoque existente. Além disto, se estes investimentos tivessem ocorrido, o petróleo teria um papel muito menor na economia nigeriana hoje, com impactos benéficos provavelmente sobre políticas que afetam outros setores da economia.¹⁷¹

Tabela 4.3 Riqueza nacional ajustada e "hiatos de poupança" de países africanos

	Renda <i>per capita</i> (US\$)	Taxa de crescimento populacional (%)	Renda líquida ajustada <i>per capita</i> (US\$)	Varição na riqueza <i>per capita</i> (US\$)	Hiato de poupança % RNB
África do Sul	2837	2,5	246	-2	0,1
Benim	360	2,6	14	-42	11,5
Botsuana	2925	1,7	1021	814	n/d

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 55.

¹⁷¹ *Ibid.*

Burquina Fasso	230	2,5	15	-36	15,8
Burundi	97	1,9	-10	-37	37,7
Camarões	548	2,2	-8	-152	27,7
Cabo Verde	1195	2,7	43	-81	6,8
Chade	174	3,1	-8	-74	42,6
Comoros	367	2,5	-17	-73	19,9
Congo, Rep,	660	3,2	-227	-727	110,2
Costa do Marfim	625	2,3	-5	-100	16
Etiópia	101	2,4	-4	-27	27,1
Gabão	3370	2,3	-1183	-2241	66,5
Gâmbia	305	3,4	-5	-45	14,6
Gana	255	1,7	16	-18	7,2
Madagascar	245	3,1	9	-56	22,7
Maláui	162	2,1	-2	-29	18,2
Mali	221	2,4	20	-47	21,2
Mauritânia	382	2,9	-30	-147	38,4
Maurício	3697	1,1	645	514	n/d
Moçambique	195	2,2	15	-20	10
Namíbia	1820	3,2	392	140	n/d
Níger	166	3,3	-10	-83	50,3
Nigéria	297	2,4	-97	-210	70,6
Quênia	343	2,3	40	-11	3,2
Ruanda	233	2,9	14	-60	26
Senegal	449	2,6	31	-27	6,1
Seicheles	7089	0,9	1162	904	n/d
Suazilândia	1375	2,5	129	8	n/d
Togo	285	4	-20	-88	30,8
Zâmbia	312	2	-13	-63	20,4
Zimbábue	550	2	53	-4	0,7

Fonte: World Bank[Banco Mundial], *Where is the Wealth of Nations?*, p. 66.

Um desmembramento mais nuançado da "riqueza tangível" estimada de um país é necessário para refletir não somente as saídas óbvias relacionadas ao rendimento e ao esgotamento do petróleo, mas também outros ativos do subsolo, recursos madeireiros/madeiráveis, recursos florestais não madeireiros/madeiráveis, áreas protegidas, cultivadas e de pastagem. O "capital produzido" normalmente refletido na contabilidade do PIB é somado a riqueza tangível. No caso de Gana, este correspondeu a US\$ 2.022 por pessoa em 2000. No mesmo ano, a poupança nacional bruta de Gana era de US\$ 40 e os gastos com educação eram de US\$ 7. É preciso proceder a um ajuste para baixo destas cifras para tomar em conta o consumo de capital fixo (US\$ 19), bem como o depauperamento da riqueza na forma de energia armazenada (US\$ 0), minerais (US\$ 4) e dos ativos florestais em termos líquidos (US\$ 8). Em Gana, a poupança líquida ajustada era US\$ 16 por pessoa em 2000. Dado, porém, o crescimento da população de 1,7 por cento, a riqueza do país realmente

encolheu US\$ 18 por pessoa em 2000.¹⁷²

Quanto dessa exploração é baseada no poder extrativo do capital transnacional? No caso de Gana, US\$ 12 do declínio de US\$ 18 em 2000 poderia ser atribuído ao esgotamento de reservas minerais e degradação de florestas, uma ampla proporção da qual agora deixa Gana.¹⁷³ A maior firma de mineração nativa (e de propriedade negra) na África, Ashanti, foi recentemente comprada pela AngloGold, assim é seguro presumir que um crescente montante da riqueza de Gana sai do país, deixando negativa uma riqueza tangível líquida *per capita*. Outras empresas de mineração do tipo *mining houses* ativas na África que uma vez tiveram suas raízes aqui no continente - a Lonrho, a Anglo American, a DeBeers, a Gencor/Billiton – estão agora também *offshore*, ou seja, extraterritorializadas e baseadas no exterior.

Então é lógico presumir que um crescente avanço em busca de lucro pelos acionistas de Londres, Nova Iorque e Sydney resulta na acumulação de capital na África sendo sistematicamente frustrada. A questão central é se qualquer capital financeiro que retorne à África – por meio de *royalties* sobre minerais ou lucro para acionistas locais (ainda significativo no caso da África do Sul) – é reinvestido, ou meramente se torna fonte de mais fugas de capitais.

Gana era um exemplo interessante, dado que tem freqüentemente desempenhado o papel de garoto propaganda do Banco Mundial. Outros países africanos cujas economias são dependentes de produtos primários vão muito pior, segundo a metodologia do Banco. Cidadãos do Gabão perderam US\$ 2,241 cada em 2000, enquanto as companhias de petróleo rapidamente esgotavam a riqueza tangível do país. A República do Congo (-US\$ 727), Nigéria (-US\$ 210), Camarões (-US\$ 152), Mauritânia (-US\$ 147) e Costa do Marfim (-US\$ 100) são outros países africanos cuja população, somente em 2000, perdeu mais do que US\$ 100 cada em riqueza tangível nacional. (Angola estaria cotada no alto entre estes, houvesse dados disponíveis para a análise do Banco.) Uns poucos países se beneficiaram, segundo a medida da riqueza tangível, incluindo Seicheles (+US\$ 904), Botsuana (+US\$ 814) e Namíbia (+US\$ 140), mas a maioria dos países africanos viu sua riqueza esgotar-se.¹⁷⁴

Usando essa metodologia, mesmo a maior economia da África, a África do Sul, que desde o início dos anos 80 tem sido de longe menos dependente da extração de minerais,

¹⁷² *Ibid.*, pp. 64–5.

¹⁷³ *Ibid.*

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 66.

registra uma queda de US\$ 2 na riqueza *per capita* em 2000. Segundo o Banco Mundial, a riqueza natural de US\$ 3.400/pessoa na África do Sul incluídos os ativos do subsolo (no valor de US\$ 1.118 por pessoa);¹⁷⁵ madeira (US\$ 310); recursos florestais não madeireiros/madeiráveis (US\$ 46); áreas protegidas (US\$ 51); terras cultivadas (US\$ 1.238); e pastagens (US\$ 637). Essa soma pode ser comparada ao valor do capital produzido (instalações e equipamento) e do solo urbano (em conjunto valem US\$ 7.270 por pessoa em 2000). Apesar disto, mesmo na economia mais industrializada da África, o valor estimado de recursos naturais é aproximadamente metade do valor mensurável das instalações, equipamentos e solo urbano.¹⁷⁶

Dado o constante esgotamento desses recursos naturais, a taxa de poupança nacional bruta oficial da África do Sul de 15,7 por cento do GDI [RDB - Rendimento Disponível Bruto] deveria ser ajustada para baixo. Subtraindo o consumo de capital fixo a 13,3 por cento, a poupança nacional bruta é realmente 2,4 por cento, a qual deveria ser adicionada o gasto com educação (entre os mais altos do mundo) a 7,5 por cento. Então subtrair o esgotamento de reservas minerais de 1 por cento; degradação florestal de 0,3 por cento; 0,2 por cento por dano de poluição (limitado à "questão de matéria particulada", uma pequena parte do problema do lixo da África do Sul); e emissões de CO₂ valem 1,6 por cento do RDB (Rendimento Disponível Bruto) (o que é uma séria sub-avaliação). No total, a real "poupança genuína" da África do Sul está reduzida para exatamente 6,9 por cento da renda nacional.¹⁷⁷ Quanto desse déficit de 15,7 por cento da taxa de poupança pode ser atribuído à investidores estrangeiros? Não somente o esgotamento de reservas minerais é enviesado para beneficiar empresas de mineração além-mar, mas emissões de CO₂ e muitos outros fluxos de poluição (especialmente SO₂) são amplamente o resultado do consumo de energia por fundições de metais pertencentes a grandes empresas multinacionais (Mittal Steel, BHP Billiton e o grupo Anglo American).

Em suma, o papel do IDE extrativista em países ricos em petróleo e em recursos naturais deve considerar o impacto líquido negativo na riqueza nacional, incluindo recursos naturais. Ironicamente, dada a fonte de liderança no Banco Mundial (Paul Wolfowitz do complexo petro-militar estadunidense), a nova contabilidade do Banco para poupança genuína

¹⁷⁵ De acordo com um estudo diferente pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o valor de capital em minérios naturais no solo caiu de US\$112 bilhões em 1960 para US\$55 bilhões em 2000. Veja United Nations Development Programme (2004), *South Africa Human Development Report 2003*, Pretória, Appendix 12.

¹⁷⁶ World Bank [Banco Mundial], *Where is the Wealth of Nations?*, p. 179.

¹⁷⁷ Ibid.

é uma inovação útil. São tarefas importantes levar a metodologia avante para corrigir viesamentos e estimar rigorosamente uma medida da extração que abranja toda a África, no sentido de melhor contabilizar o modo pelo qual o IDE extrativista gere efeitos líquidos negativos no bem-estar e na poupança.

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NA PRIVATIZAÇÃO

O outro destaque de interesse observado acima é o modo no qual as aquisições estrangeiras de instalações e equipamentos existentes cujos proprietários são do próprio país também tem conseqüências negativas não intencionadas. Talvez o pior caso fosse o dos campos cupríferos zambianos, quando a Anglo American investiu durante o final dos anos 90, mas então simplesmente fechou um dos sítios de mineração mais importantes, deixando milhares de vítimas no seu rastro.

Todavia, mesmo a África do Sul tem sido vítima da privatização relacionada ao IDE. De fato, os grandes investimentos estrangeiros na África do Sul que aparecem como um *blip* de radar no gráfico IDE são principalmente computados pela privatização de 1997 do setor de telecomunicações e pela remexida de 2001 das estatísticas para considerar grandes empresas privadas que anteriormente eram nacionais como empresas estrangeiras, uma vez que mudaram sua listagem de ações para Londres. As implicações dos investimentos em telecomunicações são agora bem conhecidas, na esteira da compra de participação de 30 por cento na estatal Telkom por uma aliança Houston/Kuala Lumpur. Críticas tais como a do *Freedom of Expression Institute [Instituto de Liberdade de Expressão]*¹⁷⁸ apontam para problemas subseqüentes como sendo inexoravelmente relacionado ao IDE e privatização incluindo os custos astronômicos de chamadas locais ao ser paulatinamente retirado o subsídio destas pelas chamadas de longa distância (especialmente internacionais); o desligamento de 2,1 milhões de linhas (das 2,6 milhões de novas linhas instaladas) devido a impossibilidade de os assinantes pagarem as contas; a demissão de 20.000 trabalhadores da Telkom, resultando em contendas trabalhistas contínuas; e uma Oferta Pública Inicial na Bolsa de Valores de Nova Iorque em 2003 que levantou somente US\$ 500 milhões, com US\$ 5 bilhões estimados do próprio financiamento da Telkom por Pretória na expansão de capital do final dos anos 90

¹⁷⁸ <<http://www.fxj.org.za>>; veja também <<http://www.helkom.co.za>>.

perdidos no processo. Ironicamente, o estado sul-africano recomprou as ações da Telkom controladas por um consórcio de investimento estrangeiro em 2004 (embora Pretória não tenha substancialmente mudado políticas e práticas posteriormente). Há várias experiências similares com investimentos estrangeiros fracassados nos outros ativos estatais privatizados na África do Sul, incluindo transporte (onde a reestatização ocorreu nos casos da *Sun Air* e da *South African Airways*), água (onde a remunicipalização ocorreu no caso da Suez em Nkonkobe e pode vir a ocorrer em Joanesburgo) e eletricidade.

Enquanto isso, a África do Sul presenciou muito pouco investimento nos chamados "*greenfield projects*, ou seja, projetos de raiz " (em contraposição às aquisições existentes). Atrás de tudo isso, a lenta queda nos investimentos fixos sul-africanos está não somente na capacidade excedente global combinada com a não competitividade industrial nacional, mas também nos próprios estrangulamentos da capacidade excedente da África do Sul aos novos investimentos. Na manufatura especialmente, tem havido um declínio de longa duração na utilização da capacidade, ligada a superprodução e excessiva concentração nos principais setores industriais. A África do Sul constitui assim um exemplo mais complicado, talvez extremo, de tantos outros países africanos onde o setor privado estava em estagnação e necessitado de oportunidades de privatizações, e nos quais, todavia, apesar do caráter de liquidação final da privatização, não teve sucesso posteriormente em tornar seus investimentos de aquisição em investimentos produtivos sustentáveis.

Também é válido levantar uma outra questão: em que medida os investidores estrangeiros cobrem sua própria participação acionária inicial? O caso da parcialmente privatizada *Airports Company of South Africa* [Companhia dos Aeroportos da África do Sul] é instrutivo, pois a *Aeroporti Di Roma* ganhou um vasto lucro de 785 milhões de randes – em cima de seu investimento inicial em 1998 de R890 milhões por 20 por cento da companhia. Em setembro de 2005, o braço de investimentos do estado sul-africano comprou de volta a participação por R1,67 bilhões. Somando R180 milhões em dividendos pagos desde 1998, a firma italiana durante sete anos levou para casa o equivalente a uma taxa de retorno de mais do que 108 por cento, excepcionalmente alta por qualquer padrão que se tome como medida.¹⁷⁹ Ao mesmo tempo, a recompra da companhia por uma agência estatal demonstrou que não havia nenhuma razão particular para ter um investidor estrangeiro em primeiro lugar. Embora

¹⁷⁹ Faniso, M. (2005), 'PIC Purchases One-Fifth of ACSA for R1.67 bilhões', *Business Report*, 22 de setembro 2005.

"especialidade técnica" algumas vezes seja considerada uma razão válida para convidar investimentos estrangeiros, desempenhou As operações de logística e de gestão forma sempre suficientemente sofisticadas de modos a permitir ao setor de atividades de transporte aéreo sul-africano que ele próprio se encarregasse da expansão de aeroportos.

Essas experiências não são incomuns, Segundo, Lawrence Cockcroft da Transparência Internacional:

A mais comum e importante forma de corrupção tem sido aquela na qual, a pesar de um processo de licitação convencional, faz-se um adjudicação a uma empresa que tenha se comprometido com investimentos adicionais específicos, freqüentemente montando a grandes somas. O real, mas não muito transparente arranjo, tem sido que uma figura chave na comissão de privatização levava um suborno pela adjudicação do contrato assegurando que não se precise fazer nenhum outro investimento e até mesmo que o sinal inicial devesse ser muito modesto. É certo que isto tenha conseqüências desastrosas para a viabilidade de longo-prazo da operação em questão.¹⁸⁰

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, FRAUDE DE IMPOSTOS E PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Muitos outros modos de extração de excedente e de recursos através dos IDE envolvem defraudações. Por exemplo, a omissão pagamento de impostos por empresas e a omissão do estado em arrecadá-los é um ponto destacado por Cockcroft:

A maioria dos países africanos opera alguma forma de desagravação fiscal para novos investidores, com variados graus de generosidade. De fato tais esquemas de incentivo são frequentemente dissimuladores no sentido de que a transação real esteja sendo feito apesar dela paralelamente a ela, com um importante ministro de gabinete ou dirigente chegando a um ajuste alternativo que pode bem garantir um pagamento feito em moldes extraterritoriais (*offshore*) para o indivíduo em questão bem como um "isenção temporária de impostos " para a empresa em questão

Um dos instrumentos mais comuns de corrupção patrocinada pelo estado é a concessão de licenças de importação para indivíduos bem colocados, o que prejudica insidiosamente esta proteção legítima de indústrias nacionais. A indústria açucareira queniana e as indústrias de rações e avicultura industrial nigerianas ficaram arruinadas por vários anos seguidos através deste processo.

Como o acesso às melhores terras se torna mais e mais competitivo nos países africanos onde há um mercado formal de terras, a corrupção cercando a concessão de titulação tem sido mais e mais severa. Um problema recorrente é aquele no qual um título, uma vez concedido, é reconcedido a um concorrente pelo Registro de Terras ou pelo político mis antigo que controle o Registro.

Pagamentos de facilitação, também conhecidos como pagamentos "para molhar a mão de alguém", podem ser convenientemente definidos como pagamentos designados para assegurar que um serviço normal seja executado mais rapidamente do que seria o caso sem o pagamento. A liberação alfandegária e a instalação de um telefone são ilustrações de tais casos. Obviamente, pagamentos desse tipo são vistos como prática normal em muitos países do mundo e a África não é nenhuma exceção a isto. Eles tem sido permitidos sob a Lei dos Estados Unidos Sobre a Prática da Corrupção no Exterior (*US Foreign Corrupt Practices Act*) desde sua revisão em 1988, sendo permitidos de forma cautelosa nos termos da Convenção Anti-Suborno (*AntiBribery Convention*) da OCDE 1997.

¹⁸⁰ Cockcroft, L. (2001), 'Corruption as a Threat to Corporate Behaviour and the Rule of Law', Londres, Transparency International [Transparência Internacional] UK, p. 2.

Estatísticas oficiais nunca levantaram apropriadamente o duradouro problema de preço de transferência, onde investidores estrangeiros sobrefaturam (ou subfaturam) insumos trazidos do exterior. As empresas enganam o Terceiro Mundo nos rendimentos tributados através do expediente de inflacionar artificialmente os preços de seus insumos importados de modo a demonstrar um lucro líquido mais baixo. Baseando-se em estudos de caso é possível apenas se estimar a imensa escala do problema.

O *Oxford Institute of Energy Studies* estimou que, em 1994, 14 por cento do valor total de petróleo exportado "não foi contabilizado nas estatísticas do comércio nacional como resultado de várias formas de preço de transferência e contrabando".¹⁸¹ Segundo um ensaio da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED ou UNCTAD), em 1999, sobre a transferência de renda como parte do preço de transferência:

Dos países em desenvolvimento em condições de fazer uma avaliação com base em provas suficientes, 61 por cento estimaram que suas próprias empresas nacionais de natureza transnacional (TNCs) estavam engajadas em transferência de renda e 70 por cento consideravam isto um problema. O comportamento das TNCs baseadas no exterior como transferidoras de renda também foi avaliado. Oitenta e quatro por cento dos países em desenvolvimento notaram que as coligadas que eles abrigavam transferiam renda para suas casas matrizes ou controladoras e assim evitavam obrigações tributárias, sendo que 87 por cento viram o problema como significativo.¹⁸²

Similarmente, um outro tipo de transferência financeira empresarial pretendido na exploração de países africanos fracos é a taxa que as matrizes cobram por patentes e as taxas de direitos autorais sobre acordos tecnológicos. Tais pagamentos, segundo Yash Tandon, são aumentados por taxas de consultoria e gerenciamento, bem como outros mecanismos de apoio a empresas do Norte que exaurem o Terceiro Mundo. Para o ano de 2000, Tandon listou mais de US\$ 30 bilhões negados ao Sul pelo protecionismo do Norte em receita de exportação para produtos não-agrícolas.¹⁸³

PRODUÇÃO, TRANSPORTE E DÍVIDA ECOLÓGICA

A maioria dos sistemas de troca desigual tem sido identificada (pondo de lado o relativo ao trabalho, que é examinado abaixo), mas não suas implicações ecológicas. De uma maneira indireta, de tal forma que as vítimas não estão conscientes do processo, uma outra saída crucial para investidores do Norte que buscam explorar a África está no seu consumo de bens comuns globais, particularmente o ar limpo da terra. Durante o início dos anos 90, a idéia da dívida

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² UN Conference on Trade and Development (1999), 'Transfer Pricing', Geneva, UNCTAD, p. 167.

¹⁸³ <<http://www.globalpolicy.org/socecon/develop/devthry/well-being/2000/tandon.htm>>.

ecológica do Norte para o Sul começou a ganhar curso na América Latina graças a ONGs, ambientalistas e políticos (incluindo Fidel Castro de Cuba e Virgílio Barco da Colômbia).

Segundo Joan Martinez-Alier,

A noção de uma dívida ecológica não é particularmente radical. Pense no passivo ambiental contraído pelas firmas (nos termos da legislação do *Superfund** dos Estados Unidos), ou no campo da engenharia chamado "ecologia da restauração", ou nas propostas do governo sueco no início dos anos 90 para calcular a dívida ambiental do país. A troca econômico-ecológica desigual é uma das razões para reclamar a Dívida Ecológica. A segunda razão para essa exigência é o uso desproporcional do Espaço Ambiental pelos países ricos.¹⁸⁴

Na primeira categoria, troca econômico-ecológica desigual, Martinez-Alier relaciona:

- Custos não pagos de reprodução ou manutenção ou gestão dos recursos renováveis que têm sido exportados;
- Custos atualizados da futura falta de disponibilidade de recursos naturais destruídos;
- Indenização compensatória para, ou os custos de reparações (não pagas) pelos danos locais produzidos por exportações (por exemplo, dióxido sulfúrico de fundições de cobre, os rejeitos de mineração, os danos à saúde pela exportação de flores, a poluição da água por mineração), ou o valor atualizado de dano irreversível;
- montantes (não pagos) correspondendo ao uso comercial de informação e conhecimento sobre recursos genéticos, quando tenham sido apropriados gratuitamente ("biopirataria"). Para recursos genéticos agrícolas, a base para tal reclamação já existe nos termos dos Direitos dos Agricultores definidos pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

Na segunda, ele cita "falta de pagamento por serviços ambientais ou pelo uso desproporcional do Espaço Ambiental":

- custos (não pagos) de reparação ou indenização compensatória pelos impactos causados por importações de resíduos tóxicos sólidos ou líquidos;

* N. d. T.: Em 1980 O Congresso dos EUA aprovou o *Comprehensive Environmental Response, Compensation, and Liability Act* (CERCLA ou Superfund) para enfrentar os perigos provocados por bota-foras de resíduos perigosos abandonados e não controlados, por meio de um programa de resposta rápida, investigação e análise, responsabilização e descontaminação destas áreas. O CERCLA também criou um fundo (o "Superfund") para financiar as respostas rápidas e os processos de descontaminação. A legislação e jurisprudência posterior é conhecida como Superfund.

¹⁸⁴ Martinez-Alier, J. (2003), 'Marxism, Social Metabolism and Ecologically Unequal Exchange', documento apresentado na Lund University Conference on World Systems Theory and the Environment, 19–22 de setembro. Martinez-Alier dá mais detalhes com exemplos de dívida ecológica que nunca são levados em conta nos regimes normais de comércio e investimentos: "os nutrientes nas exportações incluindo água virtual [N.d.T.: *O conceito de virtual water (água virtual) leva em conta a quantidade de água utilizada para a produção de um produto ou serviço, a partir da medição do consumo em toda a cadeia produtiva do elemento estudado.*]... os minérios e petróleo não mais disponíveis, a biodiversidade destruída. Esses são cifras difíceis de computar por diversas razões. Dados sobre reservas, estimativas de obsolescência tecnológica devido a substituição, e uma decisão sobre a taxa de descontos são necessários no caso dos minérios e petróleo. Para a biodiversidade, conhecimento do que está sendo destruído seria necessário". Alguns destes casos são considerados na discussão anterior sobre o esgotamento de capital natural.

Veja também <www.deudaecologica.org>.

- custos (não pagos) da livre disposição de resíduos gasosos (dióxido de carbono, CFCs, etc.), pressupondo direitos iguais para lagos de contenção e reservatórios.

Esses aspectos da dívida ecológica resistem a fáceis medições. Cada parte do balanço ecológico é contestada e a informação é imperfeita. Como Martinez-Alier mostra em outro trabalho, florestas tropicais úmidas usadas para a exportação de madeira possuem um extraordinário passado do qual nunca saberemos e uma biodiversidade contínua, cuja destruição não temos começar a valorar. Entretanto, ele reconhece "embora não seja possível fazer uma contabilidade exata, é necessário estabelecer as categorias principais [da dívida ecológica] e certas ordens de magnitude no sentido de estimular a discussão".¹⁸⁵

As somas envolvidas são potencialmente imensas. Vandana Shiva e Tandon estimam que atos de biopirataria incluindo "variedades de sementes silvestres têm contribuído algo como US\$ 66 bilhões anualmente para a economia estadunidense".¹⁸⁶ Como Shiva observa, a concentração oligopólica nas firmas que transformam ecologia em lucros agora é uma "epidemia":

- as dez maiores companhias mundiais de sementes têm aumentado seu controle de um terço para um quinto do comércio de sementes global;
- as dez maiores empresas de biotecnologia têm aumentado sua participação de pouco mais da metade para aproximadamente três quartos das vendas mundiais de biotecnologia; e
- as dez maiores companhias farmacêuticas controlam quase 59 por cento de fatia de mercado das 98 firmas de medicamentos de renome mundial (anteriormente as dez maiores abarcavam 53 por cento na fatia de mercado de 118 companhias).¹⁸⁷

Um estudo de 2005, encomendado pelo Edmonds Institute e pelo *African Centre for Biosafety* [Centro Africano para a Biossegurança,] identificou aproximadamente três dúzias de casos de recursos africanos tomados por firmas para revenda sem instrumentos contratuais adequados entre produtores e as populações que primeiro usaram os produtos naturais para controlar o "acesso e a repartição dos benefícios" (*ABS - Access and Benefit Sharing*). Os valores expropriados são impossíveis de calcular, mas facilmente chegam a bilhões de dólares

¹⁸⁵ Martinez-Alier, J. (1998) 'Ecological Debt – External Debt', manuscrito inédito, Quito, Acción Ecológica.

¹⁸⁶ <<http://www.globalpolicy.org/socecon/develop/devthry/well-being/2000/tandon.htm>>.

¹⁸⁷ Shiva, 'Beyond the WTO Ministerial in Hong Kong'.

estadunidenses. Eles compreendem um medicamento para diabetes produzido por um micróbio do Quênia, um tratamento líbio/etíope para diabetes; antibióticos de cupinzeiros da Gâmbia, um antifúngico de uma girafa da Namíbia, uma ameba anti-infecção de Maurício; um tratamento para impotência do Congo (Brazzaville); vacinas a partir de micróbios egípcios; plantas medicinais multiuso do Chifre da África; o supressor de apetite extraído da planta indígena *Hoodia sul-africana* e namibiana, antibióticos de moluscos terrestres gigantes[caramujos comestíveis] da África Ocidental; tratamentos de dependência de drogas e a manteiga multiuso kombo da África Central e da Ocidental; clareador de pele feito de babosa da África do Sul e do Lesoto; resina de Okumé, cosmética e curativa, na África Central; tratamento de pele e capilar da árvore de argan do Marrocos; tratamento avançado de pele com o "Trigo do Faraó" egípcio; tratamento de pele a partir de uma espécie de amendoim *bambara* [mancarra de Bijagós]e da "planta da ressurreição"; endófitas e gramíneas do gênero *Festuca* melhoradas para pastos, da Argélia e Marrocos; fungos antinematóides de Burquina Fasso; espécies de amendoim do Maláui, Senegal, Moçambique, Sudão e Nigéria; flores tanzanianas do gênero *impatiens**; e moluscidas do Chifre da África. Como o autor Jay McGown concluiu,

Lá há uma situação em que qualquer um pode entrar e até que as Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica solucionem os problemas do acesso e da repartição dos benefícios, a roubalheira continuará. Eles tiveram que declarar uma moratória no acesso até que um protocolo justo sobre o acesso e a repartição dos benefícios seja finalizado e efetivado. Até que tenham penosamente atravessado esse trabalho terrível - e aquilo inclui todas as questões difíceis que os povos indígenas e comunidades locais estão perguntando e todas as questões difíceis sobre as fontes de biodiversidade mencionada nos pedidos de patente – até que aquele trabalho esteja feito, os biopiratas manterão sua gritaria nos ouvidos de suas vítimas, "Não existe tal coisa chamada biopirataria!"¹⁸⁸

Além do mais, no caso das emissões de CO₂, segundo Martinez-Alier,

Jyoti Parikh (um membro do Grupo de Trabalho Inter-governamental da ONU sobre Mudanças Climáticas [International Panel on Climate Change - IPCC]*) [argumenta que] se tomamos a presente emissão humana de carbono, a média é cerca de uma tonelada por pessoa por ano. Países industrializados produzem três quartos dessas emissões, em vez de um quarto que é o que lhes corresponderia com base na sua população. A diferença representa 50 por cento do total das emissões, algo como 3 bilhões de toneladas. Aqui o aumento do custo marginal de redução é projetado: o primeiro bilhão de toneladas poderia ser reduzido a um custo de, digamos US\$ 15 por tonelada, mas então o custo aumenta muito. Tomemos uma média de US\$ 25: então fica aparecendo um subsídio total anual de US\$ 75 bilhões do Sul para o Norte.¹⁸⁹

* N.d.T.: conhecida por muitos nomes populares, como Não-me-toque, Beijo, Beijinho, Maria-sem-vergonha, Ciúmes, Suspiro,

¹⁸⁸ McGown, J. (2006), 'Out of Africa: Mysteries of Access and Benefit Sharing', Edmonds Washington, the Edmonds Institute e Joanesburgo, the African Centre for Biosafety.

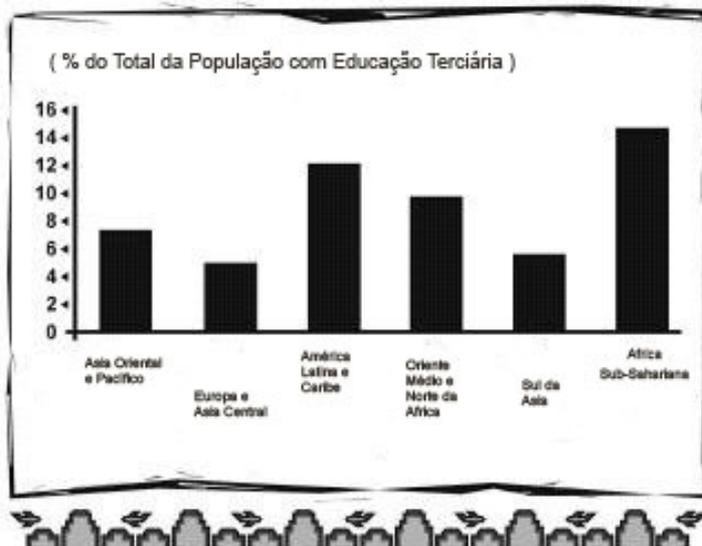
* No Brasil tem sido traduzido como IPCC- Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

¹⁸⁹ Martinez-Alier cita Parikh, J. K. (1995), 'Joint Implementation and the North and South Cooperation for Climate Change', *International Environmental Affairs*, 7, 1.

O esgotamento das reservas minerais e de outros recursos não-renováveis, o despejo de tóxicos, a biopirataria e o uso excessivo da capacidade de absorção de CO₂ do planeta são algumas das muitas maneiras pelas quais o Sul está sendo explorado pelo Norte no front ecológico. Africanos são os mais explorados nesse sentido porque economias não-industrializadas não começaram a utilizar mais do que uma pequena fração do que seria devido sob qualquer quadro de alocação de recurso global. Os montantes envolvidos facilmente cobririam os pagamentos da dívida.

MIGRAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COMO ESGOTAMENTO DE RECURSOS

Um caminho final no qual a riqueza da África é esgotada é via a migração de mão-de-obra qualificada. Esse problema se tornou importante, mesmo se palidamente mitigado pela entrada de pagamentos de remessas dos migrantes para as famílias em casa. Aproximadamente 20.000 trabalhadores qualificados deixam a África a cada ano. A estimativa pelo Banco Mundial da participação dos trabalhadores qualificados da África com uma educação terciária que emigram é de mais do que 15 por cento, mais alta do que qualquer outra região.



Onde se lê: África Sub-Sahariana, leia-se:

África Subsaariana

Onde se lê Caribe leia-se: **Caribe/Caraíbas**

Figura 4.5 Emigração de trabalhadores qualificados com educação terciária, 2000

Fonte: World Bank[Banco Mundial] (2005), *Global Economic Prospects, 2006*, Washington, World Bank, p. 72.

É verdade que com o resultado fluem de volta para África remessas tanto por parte da mão-de-obra qualificada como pela não-qualificada e em alguns casos elas representam uma importante contribuição ao PIB: Lesoto, 26 por cento (medido em 2004); Gâmbia, 7 por cento (1998); Mali, 6 por cento (1994); Uganda, 4 por cento (1999); Burquina Fasso, 3 por cento (1998); Quênia, 3 por cento (1997); e Senegal, 3 por cento (1995). Mas como o Banco Mundial admite, há custos de transação extremamente altos impostos sobre pequenas somas que são transferidas pelos migrantes (Filiais da Western Union em Bruxelas e Paris cobram 21 por cento do montante principal em uma transferência eletrônica abaixo de 40 euros; 13 por cento para 41-75 euros; 10 por cento para 76-150 euros; e montantes subseqüentes decrescentes).¹⁹⁰ Por essa razão, uma grande parte dos fluxos de entradas (relacionados a migração) para a África se tornou informal em sua natureza, via sistemas de mercado negro, segundo Sarah Bracking. Por outro lado, uma vez que os fluxos alcancem seu destino no país natal, freqüentemente emergem mais problemas:

Enquanto o dinheiro mandado a partir do "outro lado" tem um efeito benéfico sobre parentes próximos, remessas também podem minar o poder de compra daqueles lares sem membros migrantes. Isto é em parte um resultado da inflação de preço de ativos e em parte devido ao efeito inflacionário dos mercados paralelos de moedas. A situação para aqueles excluídos do benefício das entradas de moeda estrangeira é agravada pela crônica escassez na disponibilidade de bens de consumo.¹⁹¹

A posição progressista sobre migração sempre tem sido a de manter apoio à "globalização de pessoas" (ao mesmo tempo em que se opõe à "globalização do capital") e no processo se opor aos controles de fronteira e às duras restrições à imigração, bem como a todas as formas de xenofobia. Em contraste, a Comissão Blair para África [*Blair Commission for Africa*] já desistiu da batalha, manifestando que mesmo para a migração temporária, a total liberalização de fronteiras "não deve acontecer e pode ser politicamente impraticável – ainda que haja ganhos substanciais para o "movimento temporário". A maioria dos governos da OCDE, seu público e veículos de comunicação, são extremamente sensíveis as questões de imigração e mais recentemente a questões relativas à segurança."¹⁹²

Aquela "sensibilidade" estava a mostra em outubro de 2005 quando norte-africanos foram expulsos da fronteira entre Espanha e Marrocos em Granada pelo uso de força letal e o regime Zapatero, supostamente progressista, anunciou que construiria o equivalente ao notório

¹⁹⁰World Bank [Banco Mundial], *Global Economic Prospects, 2006*, Washington, World Bank.

¹⁹¹ 64 Bracking, S. (2003), 'Sending Money Home: Are Remittances Always Beneficial to Those who Stay Behind?', *Journal of International Development*, 15, p. 633.

¹⁹² Comissão para a África [Commission for Africa], *Our Common Future*, p. 106.

muro de Apartheid de Israel na fronteira. Isto era, segundo Slavoj Žizek, exatamente um outro sintoma da Fortaleza Europa:

Alguns anos atrás, uma ameaçadora decisão da UE passou quase despercebida: um plano para estabelecer uma força policial de fronteira pan-européia para garantir o isolamento do território da União, de modo a impedir o fluxo de entrada de imigrantes. *Esta é a verdade da globalização: a construção de novas muralhas que salvaguardem a próspera Europa de uma inundação de imigrantes...*

A segregação das pessoas é a realidade da globalização econômica. Este novo racismo do mundo desenvolvido é de certa forma muito mais brutal do que o anterior. Sua legitimação implícita não é naturalista (a superioridade "natural" do Ocidente desenvolvido) e tampouco culturalista (nós no Ocidente também queremos preservar nossa identidade cultural). Mais precisamente, é um obvio egocentrismo econômico - a divisão fundamental é aquela entre aqueles incluídos na esfera de prosperidade econômica (relativa) e aqueles dela excluídos.¹⁹³

Segundo Tandon e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, há uma substancial "perda de renda por conta do bloqueio sobre o livre movimento de pessoas", que eles estimam a um montante de pelo menos US\$ 25 bilhões anualmente durante os anos 80. Mas pondo de lado tais números, na migração e muitas outras formas de poder Norte-Sul, também é importante reconhecer uma base importante para superexploração dentro das relações de poder patriarcal. Em muitos casos (embora não em todos), as mulheres enfrentam condições de desempoderamento/perda de autonomia tais através da África que fazem os sistemas político-econômicos e sócio-ambientais permitir os processos discutidos acima – dívida/finanças, comércio, investimentos e migração de mão-de-obra – para manter desordenadamente altas taxas de exploração. Isto é apenas um dos modos em que um grupo de elites desempenha um papel de acomodação na pilhagem da África, como veremos em seguida no Capítulo 5. No Capítulo 6 se considera um outro, denominado de "subimperialismo".

¹⁹³ Žizek, S. (2005), 'The Subject Supposed to Loot and Rape: Reality and Fantasy in New Orleans', *In These Times*, 20 de outubro.

5

Os agentes africanos do Apartheid global

Neoliberalismo cultivado em casa, repressão, reforma fracassada

Deve-se culpar a má implementação do que de outra forma seria boa política pública, pelo estado geral de subdesenvolvimento africano? A Comissão para a África de Tony Blair nos faria acreditar que "fatores internos tem sido os primeiros e principais culpados pela estagnação ou declínio econômico da África nas últimas três décadas".¹⁹⁴ Ninguém pode negar a orientação de tantas elites de estado africanas para atividade improdutivas, parasíticas e consumistas. Pode ser que na principal reclamação feita pelas Instituições Bretton Woods, sobre as elites africanas que "descarrilam ou se encaminham mal" porque não podem agüentar as pressões da reforma, haja um pouquinho de verdade. Mas um quadro completo requer um foco que não privilegie somente os pontos de vista da elite, mas também inclua aqueles dos oponentes que vêm das bases populares, das comunidades e do chão de fábrica.

Walter Rodney foi intransigente, não perdoando

a minoria africana que atua como correia de transmissão entre as metrópoles capitalistas e as dependências africanas. Não se deve menosprezar a importância desse grupo. A presença desse grupo de africanos inteiramente vendidos faz parte integrante da definição de subdesenvolvimento. Qualquer diagnóstico sobre o subdesenvolvimento deve não só revelar os baixos índices de rendimento *per capita* e a subnutrição, mas também a presença desses cavalheiros que em Abidjan, Accra e Kinshasa dançam quando se toca música em Paris, Londres e Nova Iorque.¹⁹⁵

Inicialmente, segundo os críticos do "*compradorismo*" africano, tais como Rodney, Frantz Fanon ou Amílcar Cabral, surgiu aí um conjunto de quadros pós-independência formado por líderes suscetíveis aos objetivos do Norte. Na primeira fase da formação de classe, as novas elites dirigentes baseadas no estado foram compelidas a lançar declarações sobre a necessidade de projetos desenvolvimentistas nacionais. Entretanto, aquelas elites deixaram de desafiar

¹⁹⁴ Comissão para a África [Commission for Africa] (2005), *Our Common Future*, Londres, p. 106.

¹⁹⁵ Rodney, W. (1972), *How Europe Underdeveloped Africa*, Dar es Salaam, Tanzania Publishing House e Londres, Bogle L'Ouverture Publications; <<http://www.marxists.org/subject/africa/rodney-walter/how-europe/>>. Existe *tradução portuguesa* : Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa 1975, p.44.

substancialmente a ordem Norte-Sul. Uma segunda fase de formação da elite durante os anos 80 permitiu prosperar um neoliberalismo tecnocrático "cultivado em casa", tipicamente dentro dos ministérios de finanças e bancos centrais nas capitais africanas, bem como grupos de especialistas associados do estilo *thinktank*. Como Jimi Adesina explica, "Ministérios de Finanças, bancos centrais, gabinetes com mandatos de controle sobre a privatização e comercialização, freqüentemente se tornam os soldados de primeira linha para a emergente ortodoxia neoliberal. Projetos de "capacitação" oriundos das instituições de Bretton Woods e organismos ocidentais similarmente orientadas concentraram-se na afirmação desse compromisso ideológico." ¹⁹⁶

O Banco Mundial foi um agente-chave para esse processo. Geoffrey Lamb – anteriormente um membro do Partido Comunista Sul-africano, então reitor do *Sussex Institute of Development Studies* e mais tarde um alto dirigente do Banco – sustentava engenhosamente em 1987 que

capacitar uma ação política tecnocrática independente nos países membros é conseqüentemente importante para incentivar a no âmbito político nacional a “*accountability*”(capacidade de responsabilizar-se e de prestar contas pelos atos praticados) para decisões políticas no longo-prazo e para a melhoria da credibilidade de aconselhamento econômico às lideranças políticas dos países – assegurando que o apoio a "elites(tecnocráticas) na área de políticas" não comprometa tão drasticamente a influência dos recipiendários.¹⁹⁷

Várias décadas antes, Cabral tinha explicado a pressão sob a qual tais elites na área de políticas seriam colocadas depois da libertação:

Para manter o poder que a libertação nacional põe nas suas mãos, a pequena burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento de uma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo de mercadorias, transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capital imperialista. ... Para não trair esses objetivos, a pequena burguesia só tem um caminho: reforçar a sua consciência revolucionária, repudiar as tentações de emburguesamento e as solicitações naturais da sua mentalidade de classe, identificar-se com as classes trabalhadoras, não se opor ao desenvolvimento normal do processo da revolução. Isso significa que, para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de suicidar-se como classe para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence.

Essa alternativa – trair a revolução ou suicidar-se como classe – constitui o dilema da pequena burguesia no quadro geral da luta de libertação nacional .¹⁹⁸

¹⁹⁶ Adesina, J. (2002), ‘*NEPAD and the Challenge of Africa’s Development: Towards the Political Economy of a Discourse*’, manuscrito inédito, Department of Sociology, Rhodes University, Grahamstown.

¹⁹⁷ Lamb, G. (1987), ‘*Managing Economic Policy Change: Institutional Dimensions*’, Washington, World Bank, p. 10.

¹⁹⁸ Discurso pronunciado, em nome dos povos e das organizações nacionalistas « das colônias portuguesas, na I Conferencia de solidariedade dos Povos da Africa e da América Latina (Havana, 3 a 14 de Janeiro de 1966), na sessão plenária de 6 de Janeiro. in Cabral, Amílcar Lopes ,*A arma da teoria : unidade e luta I / Amílcar Cabral*. - Lisboa: Seara Nova, 1976. Citado pelo autor em inglês a partir de: Cabral, A. (1966), ‘*The Weapon of Theory*’, *address delivered to the first Tricontinental Conference of the Peoples of Asia, Africa and Latin America, Havana*.

Fanon também estava ciente desses perigos, como ele assinalou em *Os Condenados da Terra*.¹⁹⁹

A burguesia nacional que toma o poder no fim do regime colonial é uma burguesia subdesenvolvida. Seu poder econômico é praticamente nulo e de qualquer modo, sem medida comum com o da burguesia metropolitana a quem pretende substituir. Em seu narcisismo voluntarista a burguesia nacional convence-se facilmente de que podia vantajosamente ocupar o lugar da burguesia metropolitana. Mas a mesma independência que a coloca literalmente entre a espada e a parede vai desencadear nela reações catastróficas e obrigá-la a lançar apelos angustiados na direção da antiga metrópole.

Como resultado, as "elites na área de políticas" – que, Lamb tinha esperança de que, poderiam ser poupadas de críticas – são freqüentemente expostas como aliados do tipo "*comprador*" daqueles que exploram a África, segundo Fanon:

A burguesia nacional descobre para si a missão histórica de servir de intermediária. Como vemos não se trata de uma vocação de transformar a nação, mas prosaicamente de servir de correia de transmissão a um capitalismo desenfreado embora camuflado e que ostenta hoje a máscara neocolonialista. A burguesia nacional vai deleitar-se no papel de agente de negócios da burguesia ocidental e desempenhará este papel sem quaisquer complexos e com toda a dignidade. Porém esse papel lucrativo, essa função de biscateiro, essa estreiteza de perspectiva e essa ausência de ambição simbolizam a incapacidade da burguesia nacional para desempenhar seu papel histórico de burguesia.

Não se limitando aos sítios nacionais de poder, Fanon alerta que as implicações do "*compradorismo*" se estendem irregularmente a regiões e cenários mais distantes, também:

É sabido que o domínio colonial privilegiou certas regiões. A economia da colônia não está integrada no conjunto da nação. Sua ordenação leva sempre em conta as relações de complementaridade com as diferentes metrópoles. O colonialismo não explora nunca a totalidade do país. Contenta-se com descobrir recursos naturais que extrai e exporta para atender às necessidades das indústrias metropolitanas, permitindo assim uma relativa riqueza setorial enquanto o resto da colônia continua, ou pelo menos aprofunda seu subdesenvolvimento e sua miséria.

No intuito de disfarçar seu papel na ampliação do desenvolvimento desigual na África, projetos tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África [*NEPAD - New Partnership for Africa's Development*] apresentam uma parceria unificada africana com o Norte. No processo, seus proponentes sofrem de um senso psicológico de grandeza e colaboração, em vez de demonstrarem a mentalidade mais firme de luta e de análise substancial que, segundo Fanon, ganhou em primeiro lugar a libertação:

A unidade africana, fórmula vaga, mas à qual os homens e as mulheres da África estavam passionalmente ligados e cujo valor operativo consistia em pressionar terrivelmente o colonialismo, desvenda sua verdadeira fisionomia e esmigalha-se em regionalismos no interior de uma mesma

¹⁹⁹ Os trechos abaixo são citados pelo autor a partir de Fanon, F. (1963), *The Wretched of the Earth*, Nova Iorque, Grove Press, Chapter Three, Pitfalls of National Consciousness.; Edição Brasileira: Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2a. edição, 1979 Capítulo 3 "Desventuras da Consciência Nacional" p. 124, 127, 132, das quais foram extraídas as citações em português.

realidade nacional. A burguesia nacional por estar enredada na defesa de seus interesse imediatos, por não enxergar além da ponta de seu nariz, revela-se incapaz de realizar a simples unidade nacional, incapaz de edificar a nação em bases sólidas e fecundas . A frente nacional que fizera recuar o colonialismo desmancha-se e desperdiça a vitória que havia ganhado.

A visão de Fanon corresponde a contestações apresentadas por uma variedade de organizações da sociedade civil africana progressista em relação à *NEPAD*, à OMC e ao comércio (especialmente os Acordos de Parceria Econômica da UE), às instituições de Bretton Woods e à dívida, a empresas transnacionais e ao imperialismo ecológico. O contraste com o ponto de vista das principais instituições do Norte, especialmente d FMI e do Banco Mundial, e, da Comissão para a África [*Commission for Africa*] de Tony Blair, merecem consideração.

NEOLIBERALISMO AFRICANO DESCARRILADO?

As instituições de Bretton Woods, com certeza, descrevem as questões de uma maneira de certo modo diferente. A partir do início dos anos 2000, o FMI começou a publicar listas de bons países africanos que se mantinham no curso do ajustamento estrutural, e, daqueles que, como o FMI colocou, "estavam descarrilando ou se encaminhando mal". Um país perderia o "caminho" que lhe fora consagrado "descarrilando ou se encaminhando mal" se metade ou mais de seus programas em um dado período de cinco anos sofresse uma "interrupção irreversível" devida a "tropeços políticos", levando ao cancelamento ou caducidade do programa. Em 1990, havia 29 países africanos sob aconselhamento do FMI. Em 1994, entretanto, somente 20 países africanos estavam tendo desempenho "dentro do caminho", ao passo que 11 estavam fora. A proporção piorou no final dos anos 90, segundo o FMI, quando 16 estavam "dentro do caminho" e 14 fora.²⁰⁰

Esta espécie de desagregação, entretanto, é fácil de recordar. Se considerarmos talvez o mais extremo caso de posicionamento contra o dirigismo do FMI na África, o Zimbábue, o quadro se torna surpreendentemente nuançado. Depois de tudo, o Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural (ESAP) – 1991-1995 do Zimbábue não foi julgado "mal encaminhado" pelo Banco Mundial, mas ao contrário, recebeu a mais elevada classificação possível no *Relatório de finalização de Projeto [Project Completion Report]* do

²⁰⁰ Fundo Monetário Internacional [International Monetary Fund](2005), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, maio, p. 27.

Banco: "altamente satisfatório".²⁰¹ A liberalização do comércio e finanças do regime Mugabe causou uma desindustrialização massiva durante o início dos anos 90, com a participação da manufatura no PIB caindo de um pico de 32 por cento em 1992 para 17 por cento em 1998, *antes do rompimento das relações com o FMI e o Banco Mundial*.²⁰²

O poder do FMI sobre a África também era testemunhado pelo encolhimento dos gastos do estado em relação à renda nacional em quase todas as partes. A razão principal fora a decisão das elites de pagar a seus credores no Norte, em vez de aumentar o apoio social à maioria necessitada. Em média, a África registrou um declínio nas estatísticas do déficit do PIB do início dos anos 90 de cerca de 6 por cento para justo abaixo de 4 por cento uma década mais tarde. Naturalmente isso foi liderado pelos países produtores de petróleo, que se beneficiaram de preços exorbitantes. Ironicamente, as economias africanas de mais rápido crescimento realmente aumentaram seus déficits para um ponto percentual cheio durante os dois períodos, enquanto as economias de crescimento médio e especialmente as de mais lento cortaram seus déficits fiscais ainda mais. John Maynard Keynes, sabiamente, teria sorrido.

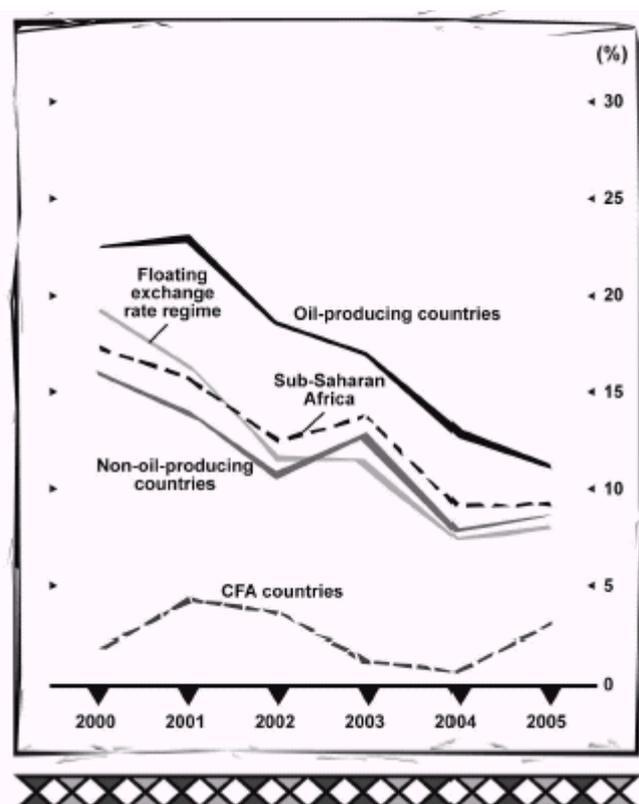
Do mesmo modo, a política monetária estava apertada e os bancos centrais foram dissuadidos de imprimir dinheiro (que pode alimentar a inflação), aderindo ao cardápio neoliberal padrão. Uma política de altas taxas de juros resulta em maiores benefícios para os banqueiros, pois é o seu ativo – dinheiro - que é desvalorizado durante a inflação. Na maioria dos casos, é a comunidade bancária de um país que tipicamente conduz os processos de desregulamentação financeira e monetários. Por isso, a inflação na África Subsaariana foi reduzida de dois dígitos antes de 2004, para em média 9 por cento mais recentemente.

Assim deve ser evidente que a razão da África estar sofrendo não é porque rejeitou uma plena remodelação neoliberal durante os anos 80–90. A imposição de tais políticas geralmente exige um estado reformado: com uma polícia leal e com o exército de prontidão para sufocar dissensão, devendo o poder altamente centralizado estar situado em um ministério de finanças neoliberal e com um banco central crescentemente independente. Invariavelmente, estas instituições desfrutam de uma "porta giratória", permitindo ao pessoal sênior entrar e sair de relacionamentos com financistas tanto nacionais como internacionais. Finalmente, a

²⁰¹ World Bank [Banco Mundial] (1995), *Project Completion Report: Zimbabwe: Structural Adjustment Program*, Country Operations Division, Washington, p. 23.

²⁰² Bond, P. (1998), *Uneven Zimbabwe: a Study of Finance, Development and Underdevelopment*, Trenton, Africa World Press, Capítulos 11–12; Bond, P. (2005), 'Zimbabwe's Hide and Seek with the IMF: Imperialism, Nationalism and the South African Proxy', *Review of African Political Economy*, 106.

de Tanzânia desde 1994, conduziu seu país diretamente aos braços do FMI e do Banco Mundial na década passada. Meles Zenawi, antigo líder marxista guerrilheiro fez o mesmo como primeiro ministro da Etiópia. Trevor Manuel, ministro de finanças da África do Sul, é presidente do Comitê de Desenvolvimento do FMI/Banco Mundial, um veículo para a disseminação de reforma neoliberal ao redor do mundo desenvolvido. Ele provavelmente terá cruzado com Kingsley Amoako do Gana, que saiu do Banco Mundial para encabeçar a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (CEA) e Linah Mohohlo, presidente do Banco Central de Botsuana que representou países africanos no FMI. Tidjiane Thiame, executivo sênior da gigante global de seguros Aviva, foi nomeado para o "Gabinete dos Sonhos" de Davos de 1999; Fola Adeola, banqueiro comercial preside a FATE, uma fundação beneficente promovendo o empreendedorismo entre a juventude nigeriana; William Kalema, um industrial e banqueiro, é fundador da Fundação do Setor Privado e presidente do conselho das Companhias de Desenvolvimento de Finanças de Uganda; e Anna Tibaijuka combina um papel ativo nos foros da sociedade civil tanzaniana com diretorias em companhias privadas dedicadas a incentivar o empreendedorismo e eficiência no marketing de mercadorias primárias agrícolas.²⁰³



Floating exchange rate regime – Regime de taxa de câmbio flutuante

Oil-producing countries = Países produtores de petróleo

Sub-Saharan Africa [África Subsaariana]

Non-oil-producing countries = Países não produtores de petróleo

²⁰³ Cammack, P. (2005), 'Blair's Commissioners', *Red Pepper*, July. Quanto a seus homólogos do Norte, " Junto com Geldof, Blair, Brown e a Ministra de Desenvolvimento do Reino Unido Hilary Benn, os "nove Africanos" trabalharam com o ex-diretor-gerente do FMI Michel Camdessus, a senadora republicana Nancy Baker e o ministro da finanças canadense Ralph Goodale, que também representa a Irlanda e os países caribenhos[das Caraíbas] no FMI. O relatório foi também enormemente influenciado pelo Secretariado da Comissão. O principal redator foi Paul Vallely, editor associado do *Independent*, que foi co-autor da autobiografia de Geldof. Ele teve a assistência do chefe do Secretariado, Myles Wickstead do DfID(Departamento para o Desenvolvimento Internacional), e diretor de pesquisa, ex economista-chefe dos Banco Mundial Sir Nick Stern, que passou os anos de 1990 conduzindo a Europa Oriental e a ex-União Soviética em direção ao capitalismo de livre mercado.

CFA countries=Países na CFA*

Figura 5.2 Taxas de inflação africanas, 2000-2005

Fonte: International Monetary Fund [Fundo Monetário Internacional] (2005), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, maio, p. 25.

Blair não fez boas escolhas. Em uns poucos meses, como reportou a Reuters, sua confiança nos Presidentes da África Oriental se transformou num embaraço atrapalhado:

A turbulência recente através da África Oriental – e as respostas oficiais frequentemente de linha dura - devem ser particularmente mortificantes para o líder britânico Tony Blair, que fez do continente uma prioridade da sua liderança nos blocos da UE e do G8 este ano. Ele indicou tanto Meles Zenawi primeiro-ministro etíope como Benjamin Mkapa, presidente tanzaniano, para a sua prestigiosa *Africa Commission* como exemplos de boa governança democrática. Mas a imagem internacional do antigo líder rebelde Meles foi gravemente deslustrada por uma questionável vitória eleitoral de maio, dois confrontos subsequentes de choque entre a polícia e manifestantes matando cerca de 70 pessoas e uma posição intransigente frente a uma disputa de fronteira com a Eritreia. Mkapa da Tanzânia, por sua vez, está sob pressão em vista da repressão de manifestantes de oposição por suas forças de segurança e alegações de fraude nas eleições recentes de Zanzibar. Enquanto repórteres viam a polícia espancar manifestantes com coronhadas de rifle, cassetetes e botas enquanto os detinham na principal ilha de Zanzibar, Unguja, pior foi o que se disse sobre o ocorrido na ilha menor, Pemba. Lá, pelo menos uma pessoa foi morta e residentes falam de estupro e pilhagem.²⁰⁴

Pobreza comum em Uganda coincidiu com 20 anos de domínio neoliberal pelo antigo esquerdista Yoweri Museveni, que periodicamente é celebrado pelas instituições de Bretton Woods e políticos de Washington/Londres como um destacado realizador, um novo líder africano do estilo de Mbeki que quebra o molde de ditador autoritário. No final de 2005, no entanto, sua reputação foi sujada por sua falta de consideração pela sucessão democrática (e intenção anunciada de governar até 2013 uma vez que se removessem os limites ao mandato), sua decisão de deter o líder de oposição - Kizza Besigye e sua recusa a aprovar um acordo de paz com o Exército da Resistência do Senhor (*Lord's Resistance Army - LRA*) em um dos conflitos militares mais longos do mundo. Numa carta aberta a Museveni, Mahmood Mamdani lhe imputou seis intenções para a campanha prolongada que trava contra o LRA:

Primeiro - não canalizou a guerra contínua uma proporção crescente do orçamento oficial para usos militares, criando uma vigorosa base de apoio dentro do exército para uma guerra continuada e contra uma solução negociada para ela?

Segundo, esta base de apoio não teria sido mais tarde reforçada por esses líderes civis que percebem nitidamente ser o orçamento de segurança relativamente imune de investigações penetrantes por organismos de fora, tal como o FMI?

Terceiro - não é significativo que cada intervenção regional importante por Uganda – seja em

* N. d. T. O Franco CFA é a moeda corrente oficial de 12 países ex-colônias francesas na África, Guiné Bissau (ex-colônia portuguesa) e Guiné Equatorial (ex-colônia espanhola) O franco CFA nasceu em dezembro de 1945 como franco das Colônias Francesas. O nome mudou para Franco para a Comunidade Francesa da África em 1958, e hoje indica o Franco da Comunidade Financeira da África, no caso da União Econômica e Monetária da África Ocidental, e Franco da Cooperação Financeira da África Central para a Comunidade Econômica e Monetária da África Central..

²⁰⁴ Cawthorne, A. (2005), 'Once Favoured E. African Leaders' Lustre Fades', Reuters, 13 de novembro .

Ruanda, no Congo ou no Sudão – tenha sido lançado do Norte, à luz do fato que a guerra nortista fornece um teatro para mobilização militar constante?

Quarto, uma brutalização da sociedade no Norte – particularmente os mais de um milhão de internados – e uma distorção militarizada de sua política não são a mais evidente consequência da guerra?

Quinto, não há uma correspondente vantagem política ganha em apontar "Kony" [o líder do LRA] como uma alternativa nos bastidores, uma ameaça à população se exigisse que o governo resolvesse a própria "guerra ao terror" local de Uganda politicamente?

E, finalmente, não tem a continuação desta "guerra ao terror" no Norte assegurado para seu governo um lugar como um estado da linha de frente na "guerra ao terror" global, garantindo assim a proteção pouco exigente de um guarda-chuva político americano?²⁰⁵

Junto com Mamdani, outros cidadãos africanos, incluindo muitos na diáspora, não estão tão inativos quanto antigamente. Em meados de novembro de 2005, onze dias depois da violência na Etiópia em que a polícia matou 24 manifestantes, mais de 2.000 etíopes marcharam em Washington, do Banco Mundial à Casa Branca, protestando "que George Bush e seus comparsas estavam apoiando as eleições arranjadas".²⁰⁶

Apesar das debilidades freqüentemente mortais associadas com os gambitos da elite africana para permanecer no poder, o Banco, não obstante, está suficientemente confiante no neoliberalismo cultivado em casa e no "*compradorismo*" para dar extenso apoio – da boca para fora – à apropriação pelos países* dos programas de ajustamento estrutural concebidos por Washington e efetivamente e deveras à participação da sociedade civil em tais programas:

Há um aumento na "apropriação pelo país" do apoio ao desenvolvimento. Os parceiros de desenvolvimento estão confiando mais nas estratégias nacionais de redução de pobreza nos países africanos – mais freqüentemente incorporadas em seus Documentos de Estratégia de Redução de Pobreza, os DERP, – como o instrumento ao redor do qual alinhar assistência. A recente Declaração de Paris une parceiros tanto multilaterais como bilaterais do desenvolvimento ao progresso acelerado na harmonização e alinhamento aos objetivos de resultado nacionais.²⁰⁷

O Banco omite o fato de que seu papel na coordenação de doadores – com respeito não só a financiamento, mas também a condicionalidade concreta – provocou objeções enérgicas de grupos da sociedade civil progressista africana, como o *Jubilee Africa* [Jubileu África]. As objeções do Jubilee também são baseadas sobre o declínio de soberania nacional associado

²⁰⁵ Mamdani, M. (2005), 'Reconcile with the Living, Not Just the Dead: an Open Letter to President Museveni', Kampala, 4 de dezembro.

²⁰⁶ Indymedia (2005), 'Ethiopians Rally Against EEUU-Supported Torture, Terror and Zenawi', <<http://dc.indymedia.org/newswire/display/131285/index.php>>.

* N.d.T.: "country ownership" é traduzido em documentos das instituições de Bretton Woods como "apropriação pelos países"; entendemos que significa "adesão pelos países aos programas de ajustamento estrutural".

²⁰⁷ World Bank [Banco Mundial] (2005), 'Meeting the Challenge of Africa's Development: a World Bank Group Action Plan', Africa Region, Washington, 7 de setembro, p. 3.

com o neoliberalismo. O caráter antipatriótico de conformidade da elite com o neoliberalismo não passou despercebido pela maioria de cidadãos africanos. Mesmo o Banco Mundial não pode negar o déficit de legitimidade, admitindo em 2005 que, de acordo com pesquisas do *Afrobarometer* e a *Pesquisa [o Inquérito] Mundial de Valores/World Values Survey*,

os africanos acreditam que a democracia é boa para a economia e preferem sistemas políticos democráticos a alternativas autoritárias. O público africano espera que a democracia libere o acesso às necessidades vitais básicas, como alimento, água, abrigo e educação. As pesquisas [Os inquéritos] de valores também mostram que os africanos se preocupam com Equidade e ação pública para reduzir a pobreza. Estão menos à vontade com grandes diferenças de riqueza e têm um forte compromisso para com a igualdade política. Cerca de 75 por cento dos inquiridos concorda que os governos africanos estejam fazendo muito pouco pelas pessoas que fiquem presas na pobreza.²⁰⁸

As oportunidades para umas poucas ONGs e acadêmicos participarem no redesenho de ajustamento estrutural – incluindo o processo duvidoso da *NEPAD* de avaliação pelos pares – resolvem o problema de legitimidade? Sobre a *NEPAD*, o ministro de finanças sul-africano Trevor Manuel confessou em 2004 que, "era vergonhoso que um ano depois que o mecanismo africano de avaliação pelos pares foi lançado, menos que a metade de países africanos tinha se inscrito para ser avaliada independentemente" porque tinham "governos mal comportados".²⁰⁹

O caso mais famoso de má-governança africana em discussão no Banco é a corrupção sistêmica no Projeto Hidráulico das Terras Altas de Lesoto (*Lesotho Highlands Water Project*). A equipe do Banco, a princípio, defendeu Masupha Sole – o principal organizador e financista do projeto de barragem da era do Apartheid (quando se buscava desarticular as sanções contra aquele regime) e o homem finalmente considerado culpado de receber subornos – mantendo-o assim no seu emprego por quatro anos mais do que poderia ter se esperado, até 1998. O Banco então vacilou durante anos antes de finalmente excluir uma importante firma canadense (Acres Internacional) que tinha sido culpada de pagar ao funcionário. Apenas porque o Comitê de Relações Exteriores do Senado dos EEUU interveio e fez pressão sobre o Banco é que a remoção foi levada adiante em 2003. O projeto ainda está sujeito a protestos regulares – incluindo uma marcha de 500 ativistas de *Survivors of the Lesotho Dams (SOLD)* [Sobreviventes das Barragens do Lesoto] em Maseru em setembro de 2005 – para chamar a atenção a queixas que vêm se arrastando, faz tempo, sobre milhares de deslocamentos, terras cultivadas, florestas e lugares sagrados submergidos, recursos pesqueiros destruídos e outros

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 5.

²⁰⁹ Agência de notícias SAPA (South African Press Association)(2004), 'Response to Peer Review Dismal', *Business Day*, 16 de setembro.

fatos afins.²¹⁰

Mesmo a destacada intervenção do Banco no oleoduto de 1.070 km – Chade - Camarões, um projeto de US\$ 4,2 bilhões, supostamente visando a por um freio[por um travão] na má-governança relacionada ao petróleo, pelo visto, fracassou em 2005. Segundo a Anistia Internacional, o projeto "arrisca congelar a proteção de direitos humanos durante décadas por vir para as milhares das pessoas que vivem no seu caminho" em parte porque o Banco trabalhou para garantir lucros para as organismos de crédito à exportação, bancos privados e três empresas de petróleo – Exxon Mobil, Chevron e Petronas – em vez de atender advertências locais e internacionais sobre a ditadura chadiana dirigida por Idriss Deby.²¹¹ O Banco teve que retirar o apoio abruptamente no início de 2006 quando Deby ruidosamente rompeu vários compromissos sobre o uso das receitas do petróleo.

Há muitos casos semelhantes, indo desde a Nigéria no Oeste ao Sudão no Leste, da Líbia no Norte a Angola no sul, onde considerações sobre os lucros petrolíferos são enormemente maiores que considerações humanas e ambientais – não só para grandes empresas privadas, mas também para os governos e organismos financeiros do Norte que os apóiam. Como resultado, é crucial observar com maior profundidade a retórica pró-África revitalizada, desenterrando fatores ligados à exploração, mais duráveis, associados com valores supostamente aumentados de ajuda, crédito e alívio da dívida a regimes ditatoriais. Assim mesmo, a conversa de "governança global" reformada, se vinda das instituições de Bretton Woods ou das Nações Unidas, geralmente é conversa fiada. Para manter a fachada, as elites do Norte continuam a necessitar de aliados africanos e sempre há alguns dispostos.

OS TRUQUES DE GOVERNANÇA GLOBAL NAS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS

Há dois locais primeiros e principais onde o déficit global de democracia tem sido bem óbvio nos anos recentes: as Instituições de Bretton Woods e o Conselho de Segurança da ONU. Em março de 2005, o Presidente George Bush fez uma escolha extremamente discutível ao designar Paul Wolfowitz, arquiteto da Guerra do Iraque como líder do Banco Mundial. A tradição histórica de que os EEUU indiquem o presidente do Banco simplesmente não foi questionada, mesmo por ministros africanos de finanças, apesar do compromisso de 2002 pelos

²¹⁰ Veja Bond, P. (2002), *Unsustainable South Africa: Environment, Development and Social Protest*, Londres, Merlin Press e Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press, Capítulo Three.

²¹¹ Anistia Internacional (2005), comunicado à imprensa, 7 de setembro.

participantes na Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey de apoiar a democratização de Bretton Woods.²¹²

O déficit de democracia realmente se agravou após Monterrey, como testemunhado pelas cotroversas nomeações dos neo-conservadores, respectivamente o espanhol Rodrigo Rato e o estadunidense Wolfowitz em 2004–5. Nas instituições de Bretton Woods, quase cinquenta países da África Subsaariana são representados por somente dois diretores, enquanto oito países ricos desfrutam de um diretor cada e os EEUU mantêm poder de veto detendo mais do que 15 por cento dos votos. (Não há transparência quanto a quais membros da Diretoria Executiva [do Conselho de Administração] tomam quais posições em votações-chave). Os líderes do Banco e do FMI são escolhidos a partir dos EEUU e da UE, respectivamente, com o Secretário de Tesouro estadunidense detendo o poder de empregar ou despedir.

Pode a antidemocrática Diretoria Executiva [Conselho de Administração] de Bretton Woods ser reformado? O *Financial Times* informou que uma estratégia Banco/Fundo 2003 emanando do Comitê de Desenvolvimento do Banco/FMI – presidida por Trevor Manuel ministro de finanças sul-africano – ofereceu só "estreitas mudanças tecnocráticas", tais como adicionar mais um representante do Sul aos 24 membros da Diretoria Executiva [do Conselho de Administração].²¹³ Em 2003, um documento vazado do Banco Mundial propôs aumentar o poder de voto dos países em desenvolvimento em 39 a 44 por cento e acrescentar um novo diretor executivo africano. Mas a governança do FMI, a transparência da Diretoria Executiva [Conselho de Administração] e a seleção da administração superior do Banco/FMI foram todas negligenciadas nas propostas.²¹⁴

O africano "*comprador*" que docemente seduziu o mundo para que aceitasse esta situação foi Manuel, que presidiu o Comitê de Desenvolvimento das Instituições de Bretton Woods durante 2001–5, depois de um ano como presidente da Assembléia de Governadores dos dois organismos. Manuel aceitou o déficit de democracia graciosamente. Como ele colocou numa entrevista coletiva durante setembro de 2003 na reunião anual do FMI/Banco em Dubai, quando perguntado por que nenhum progresso foi feito em reforma de governança: "eu não acho que você possa amadurecer este tomate espremendo-o".²¹⁵

²¹² United Nations (2002), 'Report of the International Conference on Financing for Development', Final Resolution, Monterrey, paragraphs 62–3.

²¹³ *Financial Times*, 13 de fevereiro de 2003.

²¹⁴ World Bank [Banco Mundial] (2003), 'Issues Note: Enhancing the Voice of Developing and Transition Countries at the World Bank', Washington, 9 de junho, <<http://www.brettonwoodsproject.org/topic/governance/WBgovissuesnote.pdf>>.

²¹⁵ World Bank [Banco Mundial] (2003), 'Proceedings of Press Conference', Dubai, <<http://www.worldbank.org>>, 22 de setembro.

À época das reuniões de abril 2005, depois da nomeação de Wolfowitz, a reforma obviamente tinha fracassado. Como Manuel admitiu durante uma entrevista coletiva do Comitê de Desenvolvimento, "A dificuldade no presente arranjo é que o processo de fato mascara os indivíduos e naturalmente, Jim [Wolfensohn] está correto – tanto Rodrigo aqui como Paul Wolfowitz são indivíduos maravilhosos, perfeitamente capazes. Mas infelizmente, o processo não ajudou. Não é culpa deles. É uma questão de governança."²¹⁶ Nas reuniões anuais de setembro 2005, Manuel observou que o processo simplesmente não iria mudar: "Parte da dificuldade neste meio é que é mais confortável para muitos países viver com o que nós temos, porque há uma zona de conforto ao redor disto e isso, eu penso, é um desafio". Culpar a quem? Segundo Manuel, "nós que fomos eleitos para o cargo nos respectivos 184 estados-membros passamos a responsabilidade para frente."²¹⁷

OBSTINAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Está claro que o Banco Mundial e o FMI não são capazes de uma auto-reforma democrática e que o G8 não oferece nenhuma saída. Mas a ONU pode ser poupada? O papel do organismo mundial dentro dos circuitos de poder neoliberal atrai protesto crescentemente formidável, certamente na África do Sul. Em setembro de 2001, na Conferência Mundial Contra o Racismo, o fracasso da ONU em tratar das reparações/indenizações compensatórias pela escravidão/colonialismo e Apartheid israelense levou a uma manifestação hostil fora do centro de convenções de Durban por 20.000 ativistas. Em agosto de 2002, a ofensiva da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo para privatizar serviços básicos e seu fracasso completo para tratar da maioria dos principais problemas ecológicos (tais como o do aquecimento global) foram motivos para 25.000 pessoas marcharem 12 quilômetros de uma *township** empobrecida ao luxuoso subúrbio de Sandton, exigindo que os delegados da ONU se dispersassem antes de fazer mais estrago. A cumplicidade da ONU no genocídio de Ruanda em 1994, o bombardeio da Iugoslávia pela OTAN em meados dos anos 90, as sanções

²¹⁶ World Bank [Banco Mundial] (2005), 'Proceedings of Press Conference', Washington, <<http://www.worldbank.org>>, 17 abril.

²¹⁷ World Bank [Banco Mundial] e International Monetary Fund [Fundo Monetário Internacional](2005), 'Transcript of a Joint IMF/FMI/World Bank Town Hall with Civil Society Organizations', Washington, 22 de setembro, <<http://www.imf.org/external/np/tr/2005/tr050922a.htm>>.

* N. d T.: Na África do Sul sob o Apartheid o termo inglês *township*, significando municipalidade passou a ter o significado de área urbana para confinamento residencial de não-brancos (africanos, "coloureds" e indianos) que vivessem perto de ou trabalhassem em comunidades exclusivamente reservadas aos brancos. Soweto que constitui o exemplo emblemático de uma Township era a abreviatura de "South-West Township", ou seja, "Municipalidade do Sudoeste".

de 1991–2003 contra o Iraque que mataram pelo menos meio milhão de pessoas e ocupação do Iraque por George Bush (endossada na ONU no dia 22 de maio 2003) eram também uma fonte de grande preocupação para ativistas da paz.

Tentativas subseqüentes para democratizar o Conselho de Segurança da ONU pararam em agosto de 2005. Uma razão era que na Cúpula da União Africana naquele mês, Robert Mugabe e seus aliados frustraram uma estratégia do tipo "*comprador*" pela Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul Nkosazana Dlamini-Zuma. Os dirigentes de Pretória, Berlim, Tóquio, Nova Delhi e Brasília tinham concordado em pressionar por assentos permanentes no Conselho de Segurança, mas sem direito de veto. Mugabe obteve uma rejeição da UA fundamentada em que dois membros permanentes africanos teriam "status de segunda classe".²¹⁸ Nisto e em fazendo outras críticas *retóricas* às relações de poder global, Mugabe era um poderoso oponente de Pretória e da aspirante elite mundial, tanto quanto o era simultaneamente em meados de-2005, de seus pobres cidadãos urbanos e trabalhadores (como testemunhado pela "Operação Murambatsvina" – "limpa o lixo" – desalojamentos massivos de um número estimado de 700.000 pessoas pobres urbanas).

A lição crucial é que os políticos sul-africanos estavam perfeitamente dispostos a desempenhar o papel de governantes de Bantustão*, com esperanças de conseguirem um assento à mesa do Conselho de Segurança embora sem qualquer possibilidade de cidadania de primeira classe. (Ironicamente, para minar a luta anti-Apartheid no início dos anos 80, o líder branco sul-africano P. W. Botha ofereceu uma oportunidade para os negros ganharem cidadania política de segunda classe no parlamento e câmaras municipais, mas o Congresso Nacional Africano [ANC - *African National Congress*] e seus aliados rejeitaram isso enfaticamente como uma capitulação.).

Por um lado, a culpa pelo fracasso em reformar o Conselho de Segurança de ONU poder ser atribuída principalmente ao papel de um homem malévolo, embaixador dos EEUU na ONU John Bolton que bloqueava tal reforma. Por outro lado, faz sentido perguntar se instituições e agentes apoiando o Consenso de Washington – incluindo elites locais e muita gente da ONU – podem desempenhar qualquer papel *não-destrutivo* no desenvolvimento

²¹⁸ Fabricius, P. (2005), 'Mugabe Helps Scupper SA's Bid for a UN Seat', *Sunday Independent*, 7 de agosto.

* N.d. T.: Os bantustões foram pseudo-estados de conotação étnica criados pelo regime do Apartheid na África do Sul, de forma a retribulizar os negros urbanizados ou não e mantê-los fora dos bairros e terras brancas, mas suficientemente perto delas para servirem de fontes de mão-de-obra barata. O termo bantustão era usado para ridicularizar o regime de Apartheid, hoje usa-se em sentido pejorative para descrever um país ou região ao qual falta legitimidade ou poder, consistindo de enclaves desconectados.

econômico ou governança política africana, dado o equilíbrio predominante de forças. Nicola Bullard da *Focus on the Global South* responde:

Onde está o potencial para democratizar o sistema global quando as fontes principais do "déficit de democracia" – o mercado e o capitalismo militarizado, globalizado – estão fora do sistema de ONU? É realista imaginar que a ONU poderia "controlar" o mercado e cercear a superpotência do mundo? E, de maior importância aqui, que tipo de reformas, se houver, trataria dos interesses de organizações populares e movimentos sociais, especialmente aqueles que lutam por direitos básicos tais como terra, água, trabalho, habitação, saúde e educação? ...

É difícil imaginar que tipo de reformas institucionais seria útil nesta luta. Que uso um Conselho de Segurança ampliado teria para os plantadores de coca da Bolívia? Um Conselho de Segurança Econômico defenderia os recursos das pessoas contra as multinacionais? Parece bem improvável.²¹⁹

Na África, quando alguém estiver fazendo este tipo de perguntas, o sítio de poder mais importante para apontar é Pretória.

²¹⁹ Bullard, N. (2005), 'Why UN Reform Is not a Priority', *Focus on Trade*, Focus on the Global South, <<http://www.focusweb.net>>, setembro. Para críticas mais extensas sobre o talento da comunidade internacional em criar espaços genuinamente democráticos, veja Abrahamsen, R. (2000), *Disciplining Democracy: Development Discourse and Good Governance in Africa*, Londres, Zed Books, e Wilson, Z. (2006), *The United Nations and Democracy in Africa: Labyrinths of Legitimacy*, Nova Iorque, Routledge.

6

O Militarismo e o Subimperialismo que se avulta na África Washington, Londres, Pretória.

O imperialismo, subimperialismo e anti-imperialismo, todos estão se assentando em alinhamentos e padrões duráveis na África – especialmente na África do Sul – ainda que os discursos políticos notoriamente confusos do continente às vezes ocultem as colisões e colusões. "Tudo o que Bush quer é o petróleo iraquiano," acusou o africano de mais elevado destaque, Nelson Mandela, em janeiro de 2003. "O amigo deles, Israel, tem armas de destruição em massa, mas como é um aliado [dos EEUU], estes não pedirão a ONU que as elimine.. Bush, que não é capaz de pensar direito, agora quer jogar o mundo num holocausto. Se há um país que cometeu atrocidades indescritíveis, esse é os Estados Unidos de América"

²²⁰ As observações de Mandela logo tiveram eco numa manifestação de 4 mil pessoas diante da embaixada dos EEUU em Pretória, onde o secretário-geral do Congresso Nacional Africano [ANC - *African National Congress*] Kgalema Motlanthe disse: "Posto que estamos dotados de vários minerais ricos, se nós não detivermos esta ação unilateral contra o Iraque hoje, amanhã chegará a nossa hora."²²¹

Isto não era meramente retórica antibélica conjuntural. Thabo Mbeki, o sucessor de Mandela foi igualmente tão sarcástico ao tratar do contexto mais amplo de poder imperial, ao dar as boas-vindas aos dignitários que participaram da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em agosto de 2002 em Joanesburgo: "Todos nós convergimos ao Berço da Humanidade para confrontar o comportamento social que não tem piedade nem para com a bela natureza nem para com os seres humanos viventes. Este comportamento social

²²⁰ Agência de notícias SAPA (South African Press Association), 29 de janeiro de 2003.

²²¹ *Business Day*, 20 de fevereiro de 2003.

produziu e entrincheira um sistema global de Apartheid." ²²² Os esforços de Mbeki para inserir a frase "Apartheid global" no documento final da Cúpula foram frustrados pelo então Secretário de Estado estadunidense Colin Powell, que por sua vez teve suas falas interrompidas tanto por ativistas da sociedade civil como por líderes do Terceiro Mundo na sessão plenária final.

Um ano mais tarde, nos prolegômenos da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio em Cancún, o *Straits Times* da Malásia noticiou o comentário de Mbeki sobre os movimentos de justiça global num seminário em Kuala Lumpur: "Pode ser que eles atuem de maneiras que você e eu podemos não gostar e que quebrem janelas na rua, mas a mensagem que eles comunicam tem a ver." ²²³ Além do mais, à luz da importância de Pretória no bloco Índia – Brasil - África do Sul e para o grupo G20 ao qual se credita (incorretamente) com frequência ter ocasionado o colapso da Cúpula de Cancún da OMC e de ameaçar a Cúpula de Hong Kong da OMC, a impressão lógica é a de que a causa anti-imperialista tem um importante estado da África como aliado.

Mas estes ataques podem ser mais bem entendidos como "falar como se de esquerda fosse, e caminhar pela direita", na medida em que ocultam as dinâmicas subjacentes de acumulação, luta de classe e geopolítica. ²²⁴ Ao se comparar funções paralelas de natureza militar, ideológica, econômica desempenhadas pelos governos da Nigéria, Gana, Senegal, Argélia, Uganda e Quênia (entre outros), cabe distinguir o papel crucial de Pretória como principal parceiro subimperial africano de Washington.

Por exemplo, no começo de 2003, ao mesmo tempo em que houve tal irritação de Mandela, o governo do ANC permitiu que três navios de guerra em rumo para o Iraque reabastecessem em Durban, e, o fabricante estatal de armas Denel vendeu propulsores de artilharia e 326 sensores manuais de distância por laser ao exército britânico e 125 miras guiadas por laser aos *Marines* (fuzileiros navais) dos EEUU por US\$ 160 milhões. ²²⁵ A esquerda independente da África do Sul imediatamente formou uma Coalizão Anti-Guerra (*Anti-War Coalition*), composta por 300 organizações, que periodicamente encabeçou protestos de cerca de 5.000 a 20.000 manifestantes em Joanesburgo, Pretória e Cidade do

²²² Mbeki, T. (2002), 'Address by President Mbeki at the Welcome Ceremony of the WSSD', Joanesburgo, 25 de agosto.

²²³ *Straits Times*, 3 setembro de 2003.

²²⁴ Bond, P. (2004), *Talk Left, Walk Right: South Africa's Frustrated Global Reforms*, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press.

²²⁵ Clarno, A. (2003), 'Denel and the South African Government: Profiting from the War on Iraq', *Khanya Journal*, 3, março.

Cabo. Apesar de embaraçada com isto, Pretória rechaçou as exigências da Coalizão para interromper as vendas de armas. George W. Bush recompensou Mbeki com uma visita oficial, assim que baixou a poeira da invasão de Bagdá, em julho de 2003. Conforme o jornal sul africano *Business Day* opinou em editorial, a "impressão que perdura" deixada pela passagem de Bush por Pretória foi a de "uma confiança crescente, se não íntima."²²⁶

Organizando grandes manifestações de protesto contra Bush em Pretória e Cidade do Cabo, a Coalizão Anti-Guerra queixou-se: "A estratégia de relações públicas do ANC acerca da guerra se contradiz diretamente com suas ações, que são pró-guerra e contribuíram para a morte de milhares de civis iraquianos."²²⁷ Mas as relações públicas finalmente caíram na real, quando também Mandela se retratou de suas críticas a Bush em maio de 2004²²⁸

Quanto desta inconsistência política vinculando Pretória e o eixo imperialista Washington–Londres era puramente contingencial? Em que medida isto reflete quão dramaticamente o império capitalista mundial necessita da África para extração de mais valia e de recursos, para intensificação do neoliberalismo global e da África do Sul para obter legitimidade e apoio como xerife-adjunto? Afinal de contas, deveria estar claro que a imposição da lógica neoliberal, na forma de políticas concretas, ampliou o desenvolvimento desigual e combinado da África.

Stephen Gill mostrou como o imperialismo exige execução ininterrupta, através de tanto um "neoliberalismo disciplinador" que implica vigilância como de um "novo constitucionalismo" que assegure estas políticas ao longo do tempo.²²⁹ Leo Panitch e Sam Gindin realizaram estudos categóricos sobre as capacidades de gestão que o império estadunidense possui através do poder e da centralidade de Washington, que vinculam o complexo militar-industrial neoconservador na Casa Branca de Bush e o Pentágono à conexão formada pelo Consenso de Washington entre Tesouro estadunidense, Instituições de Bretton Woods e Wall Street.²³⁰ A África Subsaariana pode ser um lugar para se demonstrar *tanto* a necessidade estruturalmente arraigada de extrair excedentes (com base em tendências de crise discutidas no Capítulo 2) como a de agência, no sentido de capacidade de agir: a importância

²²⁶ *Business Day*, 11 de julho de 2003.

²²⁷ Anti-War Coalition press statement, 1 de julho de 2003.

²²⁸ Mail and Guardian, 24 de maio de 2004.

²²⁹ Gill, S. (2003), *Power and Resistance in the New World Order*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

²³⁰ Panitch, L. e S. Gindin (2003), 'Global Capitalism and American Empire,' in L. Panitch e C. Leys, *Socialist Register 2004*, Londres, Merlin Press e Nova Iorque, Monthly Review Press. Há versão em português disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/social.html>

do poder econômico e político combinado de Washington. Na sua pesquisa recente, Robert Biel identificou duas contradições centrais no imperialismo estadunidense *vis-à-vis* a África:

Primeiro, a acumulação central sempre tende a sugar o valor que poderia formar a base da construção de um estado, trazendo consigo o risco de "falha de um estado", levando à intervenção direta. Segundo, o sistema internacional torna-se crescentemente complexo, caracterizado por uma série de novos atores e processos e pela penetração direta das sociedades locais de um modo que contorna a dimensão centrada no estado.²³¹

Por causa da complexidade associada a administração indireta e especialmente a dificuldade de cooptação de todos os atores relevantes, Biel continua: "Uma reversão no sentido de se estender o poder estatal puro está sempre latente e o clima posterior ao 11 de setembro a colocou em primeiro plano. Esta é uma debilidade significativa do capitalismo internacional."

Se o imperialismo moderno necessariamente combina neoliberalismo e "acumulação por desapossamento" em sítios periféricos como a África, junto com a subserviência crescente à administração indireta neocolonial dos EEUU, o próximo passo lógico é o de situar a própria posição da África do Sul como poder hegemônico regional subimperial dentro das mesmas matrizes. Isso exige a identificação das áreas onde o imperialismo é facilitado na África pela conexão estatal-capitalista de Pretória–Joanesburgo, em parte através da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África [*NEPAD - New Partnership for Africa's Development*] de Mbeki e em parte pela lógica independente (embora relacionada) do capital privado. Finalmente, em resposta a esta subjugação, podemos considerar que espécies de análises, estratégias, táticas e alianças estão sendo colocadas por antiimperialistas africanos sérios. Primeiro, no entanto, devemos esclarecer as inclinações militaristas e geopolíticas do imperialismo.

O ALCANCE DE WASHINGTON

O que é que pretendem os planejadores estadunidenses com relação à África? O período posterior à falida intervenção na Somália, durante os anos 90, quando os guerreiros de gabinete de Washington deixaram que a África se perdesse de vista, pode ter chegado a seu fim com o 11 de Setembro de 2001. Um dos críticos mais perspicazes da política estadunidense para a África, Bill Martin, argumenta que:

²³¹ Biel, R. (2003), 'Imperialism and International Governance: the Case of EEUU Policy towards Africa', *Review of African Political Economy*, 95, p. 87.

Bill Clinton inovou aplicando energicamente políticas de mercado livre para a África e, o pelo que com frequência passa despercebido, por colocar a África no mapa da política externa dos EEUU ao dar-lhe o papel de uma ameaça a segurança transnacional.... A Secretária de Estado Madeleine Albright não fez rodeios ao dizer em 1999: "A África é um campo de batalha importante na luta global contra terror, crime, drogas, tráfico ilícito de armas e enfermidades." O discurso de Bush e ateia de compromissos militares depois que o 11 de setembro transformou estas declarações de intenção política dos Democratas em ações concretas, apoiando aliados obedientes na esperança de que possam conter o descontentamento local e a resistência aos estados locais corruptos, capital internacional e intervenções imperiais. Assim, o discurso de terrorismo interno e internacional não substitui simplesmente a ideologia da Guerra Fria, mas forja novas redes ideológicas e militares capazes tanto de reprimir o não-conformismo interna como de perseguir terroristas "estrangeiros."²³²

Os EEUU desenvolveram um Programa de Operações de Contingência e de Assistência para a África[*Africa Contingency Operations e Assistance Program*] para fortalecer forças armadas favorecidas, porém para assim o fazer sob controle de forças civis no sentido de prevenir o surgimento de forças delinquentes ou renegadas (tal como o precedente venezuelano), segundo David Wiley. A meta do Pentágono parece ser a instalação de 200 soldados estadunidenses numa meia-dúzia de bases ligeiras que mantenham reservatórios de combustível, pistas de decolagem e operações de 24 horas diárias.²³³

O General de Exército Charles Wald, que controla o Programa para a África do Comando Europeu, disse à BBC no início de 2004 que visa a ter cinco brigadas com 15 mil homens trabalhando em cooperação com parceiros regionais incluindo a África do Sul, Quênia, Nigéria e dois outros ainda a serem escolhidos.²³⁴ O Comandante Aliado Supremo da OTAN para a Europa, General James Jones, confirmou a estratégia geográfica dos EEUU em maio de 2003: "Pode ser que os futuros grupos de batalha nucleados por navios-aeródromo(porta-aviões) e os grupos expedicionários de ataque não passem seis meses no Mar Mediterrâneo mas aposto sim que passarão a metade do tempo em frente à Costa Ocidental da África ." ²³⁵ Em semanas, aquela costa foi contemplada com três mil soldados dos EEUU posicionados ao largo a partir da Libéria (e brevemente na costa para estabilizar o país depois da partida de Charles Taylor). Bases potenciais dos EEUU foram sugeridas para Gana, Senegal e Mali, assim como para os países norte-africanos como a Argélia, o Marrocos e a Tunísia.²³⁶ Uma outra base foi ocupada por 1.500 soldados dos EEUU em Djibouti, um pequeno país do Chifre

²³² Martin, B. (2004), 'Beyond Bush: the Future of Popular Movements and EEUU Africa Policy', *Review of African Political Economy*, 102, pp. 585-7.

²³³ Notes from David Wiley's presentation to the Association of Concerned African Scholars, African Studies Association, Washington, 19 de novembro de 2005.

²³⁴ Plaut, M. (2004), 'EEUU to Increase African Military Presence', <<http://www.bbc.co.uk>>, 23 de março.

²³⁵ <<http://www.allAfrica.com>>, 2 de maio de 2003.

²³⁶ *Ghana News*, 11 de junho de 2003.

da África. Botsuana e Moçambique, também faziam parte da estratégia do Pentágono e a África do Sul permaneceria como um parceiro crucial.

A África Central e a Oriental seguem sendo uma área problemática e não meramente por causa da tradicional competição neocolonial de interesses belgas e franceses com interesses britânicos e estadunidenses. A recusa do Presidente Clinton em qualificar o massacre de Ruanda em 1994 como um genocídio claramente definido foi um infame esmorecer de temperamento em termos da doutrina emergente do imperialismo "humanitário" – contrastando com a intervenção nos Bálcãs habitados por brancos. A lição que Wald tirou foi a da necessidade de entrar em combate mais cuidadosamente, utilizando exércitos por procuração, em vez de se retirar. Portanto, no Norte de Uganda, os EEUU cooperaram nos esforços de contrainsurgência do estado contra as guerrilhas persistentes do Exército de Resistência do Senhor (*Lord's Resistance Army*). Ian Taylor resumiu o alinhamento geopolítico da sub-região no final dos anos 90: "Líderes Pró-Americanos em Asmara, Adis Abeba, Kampala e Kigali pareciam estar construindo um novo bloco de regimes simpáticos aos interesses de Washington, unindo-se à África do Sul como um grupo de estados com os quais os Estados Unidos da América poderiam negociar."²³⁷

Com uma estimativa de três milhões de mortos em guerras na África Central, em parte por causa da proximidade a zonas de acesso ao coltan (Columbo-Tantalita) e a outras riquezas minerais, os conflitos se agravaram entre e dentro do bloco Uganda/Ruanda, *vis-à-vis* a aliança revisada da República Democrática do Congo chefiada por Kabila (RDC), Zimbábue, Angola e Namíbia. Somente com o assassinato de Kabila em 2001 e a gestão de Pretória nos acordos de paz das elites na RDC e no Burundi é que as coisas estão se estabilizando, ainda que brevemente, na forma de uma paz frágil combinando neoliberalismo e oportunidades para extração de minerais. Um outro lugar particularmente difícil é o Sudão, onde as tropas da Força Delta dos EEUU foram avistadas em operações informais, talvez devido a que depois de a China ter mostrado interesse na exploração de petróleo durante o caos de guerra civil do país, as firmas dos EEUU estejam agora ativas no país.

Uma outra sub-região de importância crucial ao imperialismo estadunidense é que faz a ponte entre a África Subsaariana e África do Norte. Não só a Líbia está sendo trazida para o seio das nações que aceitam a certificação e controle de armamentos. As tropas dos EEUU já

²³⁷ Taylor, I. (2003), 'Conflict in Central Africa: Clandestine Networks and Regional/Global Configurations', *Review of African Political Economy*, 95, p. 49.

têm sido deslocadas para intervenções de pequena envergadura no Mali, Chade e Mauritânia. Um local para futura extração se situa entre a Nigéria setentrional e a Argélia meridional, onde contratos para as opções de um gasoduto foram feitos pelas multinacionais estadunidenses Halliburton e Bechtel. A presa petrolífera principal continua sendo o Golfo da Guiné. Com as rotas africanas para as plantas de processamento de petróleo da Luisiana consumindo muito menos semanas em tempo de transporte petroleiro do que as do Golfo Pérsico, a escassez mundial de super-petroleiros é amenizada pela aquisição diretamente dos campos de petróleo *offshore* da África Ocidental.

Em cenários de extensão continental, as forças armadas estadunidenses são também ambiciosas. Por exemplo, de US\$ 700 milhões destinados para desenvolver uma vigorosa força de manutenção da paz da ONU com 75.000 soldados nos próximos anos, US\$ 480 milhões são dedicados a soldados africanos.²³⁸ Mas a África é também um local para recrutamento de mercenários privados, já que um número estimado em 1.500 sul-africanos – presumivelmente incluindo muitos das próprias forças de segurança pessoal de Mbeki – se juntaram a firmas tais como *Executive Outcomes* em Joanesburgo e a *Erinys* baseada na Grã-Bretanha para fornecerem mais que 10 por cento dos serviços de guarda-costas do Iraque ocupado.²³⁹ Alguns países africanos se uniram a *Coalizão de Boa Vontade (Coalition of the Willing*)* contra o Iraque em 2003, incluindo Angola, Eritreia, Etiópia e Ruanda, embora Camarões, Guiné e a República do Congo, membros temporários do Conselho de Segurança da ONU, fossem contrários, não obstante o assédio de Washington. Além disso, Martin alerta para

a iniciativa de US 100 milhões para a Unidade Contra Terrorismo na África Oriental [*Eastern Africa Counter-Terrorism Unit*] envolvendo Quênia, Etiópia, Uganda, Tanzânia e Eritreia bem como Djibouti. Outro novo programa do Departamento de Estado, a Iniciativa Pan-Saheliana, está sendo efetivada pelo Pentágono e empreiteiros civis no Mali, Mauritânia, Chade e Níger. Estas ações indicam obviamente que visam atingir e cercar a África Islâmica. Mas o número de exércitos africanos envolvidos se estende bem além de áreas islâmicas ou ricas em petróleo.... Mais de 120 oficiais superiores militares africanos e funcionários de defesa de 44 estados participaram, por exemplo, em seminários neste fevereiro passado [2004] no Centro de Estudos Estratégicos da África do Pentágono.

Estados e exércitos africanos obedientes oferecem a Washington muito mais que entraves ao

²³⁸ O treinamento para soldados africanos será feito no Kofi Annan Centre em Gana, junto com um centro no Quênia e três outros ainda a serem escolhidos. Outros países candidados ao treinamento são Mali, Mauritânia, Chade e Níger. O Programa de Operações Contingências e de Assistência para a África [*African Contingency Operations Training Assistance Programme*] visa a colocar soldados em muitos cenários imersos em crises, sob a rubrica da ONU, porém com controle direto pelo Pentágono. O principal dilema quanto a isto parece ser a existência de um número muito elevado de membros das forças armadas com HIV-positivo nos países-chave. Daí que os ministros da defesa tanto da Namíbia como da África do Sul tenham recentemente excluído os soldados com HIV positivo do serviço ativo, para grande consternação dos defensores de direitos humanos (a decisão foi revogada na Namíbia). Veja Elbe, S. (2003), *Strategic Implications of HIV/AIDS*, Adelphi Paper 357, International Institute for Strategic Studies, Oxford, Oxford University Press, pp. 23–44.

²³⁹ *Vancouver Sun*, 11 de maio de 2004.

* N. d. Tradutor: Esta expressão era usada pelo governo americano, durante a preparação para a guerra no Iraque, para definir os que a ele se aliaram. A tradução oficial dos EEUU era a de "Coalizão da Boa-Vontade" Outras traduções também válidas são "Coalizão dos Desejosos"

Islão radical; eles são vistos crescentemente como um contrapeso às potências centrais rivais no Norte e estados indisciplinados e líderes no Sul. Pensa-se em geral que as forças de manutenção da paz africanas possam ser especialmente valiosas na substituição, como a ocupação de Iraque indicou de forma tão nua e crua, dos europeus e de outros aliados, que estejam agora relutantes em ocupar áreas conquistadas por ação militar direta dos EEUU ou em se deslocar para áreas às quais os EEUU estejam relutantes em ou incapazes de se deslocar (devido a superextensão imperial no Iraque e Afeganistão).

E ainda que as tropas sul-africanas não sejam enviadas ao Iraque, o governo sul-africano parece mais que deseioso a permitir seus mercenários, agora convertidos em "empreiteiros militares privados", a desempenharem papéis importantes na ocupação estadunidense. Os estados africanos são claramente julgados por alguns formuladores de políticas estadunidenses como sendo politicamente mais complacentes, assim como mais militarmente dependentes – e têm antecedentes provados. Isto pode ser especialmente valioso à medida que a "guerra ao terrorismo" se transmute em um discurso mais amplo que apóie uma ordem global pós-liberal incluindo regimes repressivos no Sul. Os atuais dez maiores contribuintes para operações da ONU são estados do Terceiro Mundo, com a África fornecendo quatro dos dez (Nigéria, 2.930 soldados; Gana, 2.790 soldados; Quênia, 1.826 soldados; Etiópia, 1.822 soldados).²⁴⁰

A África permanece um local importante nas campanhas de Washington contra redes Islâmicas militantes, especialmente na Argélia e Nigéria no noroeste, na Tanzânia e Quênia no leste e na África do Sul. O controle de imigração africana para os EEUU e Europa é crucial, em parte pela expansão do estilo de encarceramento estadunidense via firmas do setor privado como a Wackenhut, que tem investido na gestão privatizada das prisões sul-africanas, bem como no notório campo de concentração de Lindela para extradição de "imigrantes ilegais". O desenvolvimento de um sistema global de detenção e identificação de elevada conotação racial prossegue rapidamente.

Naturalmente, a máquina militar dos EEUU não rola inteiramente desimpedida sobre a África. Dentre os pequenos buracos surgidos em seu caminho tem havido a oposição retórica de Pretória às partes beligerantes na guerra do Iraque, conflitos dentro da Comissão de Direitos Humanos da ONU (especialmente sobre o Zimbábue) e a controvérsia sobre a extradição dos cidadãos estadunidenses para o Tribunal Penal Internacional. Referindo se ao último, na véspera da primeira viagem de Bush a África, em julho de 2003, o Pentágono anunciou que retiraria US\$ 7,6 milhões do valor de apoio militar a Pretória, porque o governo sul-africano – junto com 34 aliados militares de Washington (e um total de 90 países) – não tinha concordado em dar imunidade de processos na Corte de Haia a cidadãos estadunidenses. As relações com Pretória tornaram-se algo mais complicado, como se observa abaixo, mas vários outros países, incluindo quatro no itinerário de Bush (Botsuana, Uganda, Senegal e Nigéria) assinaram estes acordos de imunidade em base da chantagem e continuaram a ser recipiendários de gastos

²⁴⁰ Martin, 'Beyond Bush', pp. 590–1.

militares dos EEUU.²⁴¹

É nestas funções que podemos observar a relevância continuada do estado nacional, não só para a acumulação através das tradicionais funções facilitadoras (assegurando direitos de propriedade, a integridade da moeda e o monopólio da violência), mas também para a "co-autoria" do projeto neoliberal, por outro lado refletindo uma mudança no equilíbrio de forças dentro das sociedades e burocracias de estado. Graças em grande parte a tendências de crise capitalista e à orientação atual a acumulação por desapossamento, o imperialismo não pode nem entregar a mercadoria nem reprimir com êxito o sustentado inconformismo na África. É aqui, portanto, que a legitimação ideológica de "mercados livres e política livre" exige renovação. As falhas de estado e o "neoliberalismo não disciplinado" (testemunhado em repetidas manifestações contra o FMI) são tão abundantes na África Subsaariana que Washington necessita de um parceiro subimperial; mesmo (talvez especialmente) sendo um cujos políticos sejam tão impertinentes quanto aqueles em Pretória – e que assim tornou-se igualmente vital para legitimação sistêmica mais ampla como outros aliados que falam como se de esquerda fossem e caminham pela direita em Délhi e Brasília.²⁴² Afinal de contas, a crítica anti-imperial continua a emergir através da África, não só retoricamente (como citado no começo) mas mesmo em forma prática – como quando ministros africanos obtiveram um consenso das cúpulas da OMC em Seattle e Cancun. Assim, a *NEPAD* torna-se especialmente importante como um substituto para o imperialismo, conforme discutido abaixo.

Em julho de 2004, o Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais* lançou publicamente um anteprojeto político bipartite EEUU-África, solicitado por Colin Powell e pelo Congresso dos EEUU. Esse documento, "*Rising US Stakes in Africa*" (Os crescentes interesses dos EEUU na África), recomenda sete intervenções: estabilização política do Sudão, cujo petróleo é ansiado por Washington; apoio para os mercados de capitais decrépitos da África, que supostamente poderia "ajudar a dar o arranque inicial" nas *Millenium Challenge Accounts*; mais atenção à energia, especialmente os "imensos ganhos futuros da Nigéria e Angola, entre outros produtores-chave de petróleo da África Ocidental", promoção da

²⁴¹ South African Press Association (SAPA), 2 de julho de 2003. Outros países africanos onde criminosos de guerra estadunidenses are estão livres de serem processados no TPN graças à chantagem vinculada à ajudamilitar são a RDC, o Gabão, a Gâmbia, o Gana, Quênia, Maurício, Serra Leoa e Zâmbia.

²⁴² For Índia, veja Chibber, V. (2004), 'Reviving the Developmental State?', in L. Panitch e C. Leys (eds), *The Empire Reloaded: Socialist Register 2005*, Londres, Merlin Press e Nova Iorque, Monthly Review Press. Para uma crítica do neoliberalismo brasileiro, veja Morais, L. e A. Saad-Filho (2004), 'Lula and the Continuity of Neoliberalism in Brazil: Strategic Choice, Economic Imperative or Political Schizophrenia?', manuscrito inédito, poder ser obtido de <as59@soas.ac.uk>.

* Center for Strategic and International Studies, em Washington, EEUU <<http://www.csis.org/>>

conservação da vida silvestre; crescentes esforços "contra-terrorismo", que incluem "uma iniciativa de mão estendida aos muçulmanos"; operações de paz ampliadas, que podem ser transferidas à dezenas de milhares de tropas africanas graças ao novo financiamento do G8; e mais atenção a pacientes de AIDS [SIDA], cujo tratamento é temido por grandes empresas privadas da indústria farmacêutica porque exigirão medicamentos genéricos. Em todos, exceto no Sudão, a cooperação sul-africana será crucial para a nova agenda imperial dos EEUU.²⁴³

Pretória se qualifica como subimperialista? À parte da vacilação do Mandela, há muito que considerar nas agitadas atividades de Mbeki e de seus dois principais colegas internacionalmente orientados: Trevor Manuel, o Ministro de Finanças (Presidente do Comitê de Desenvolvimento do FMI/Banco Mundial, 2001–5) e Alec Erwin, o Ministro do Comércio/da Privatização. Coloca-se a pergunta: estes cavalheiros rompem ou lustram os grilhões do Apartheid global?

FUNÇÕES SUBIMPERIAIS DA ÁFRICA DO SUL

Em agosto de 2003, durante uma palestra para elites da sociedade e dos negócios na *Rhodes House* na Cidade do Cabo, Mandela ofereceu a mais singular e arrepiante referência histórica possível: "Estou seguro de que Cecil John Rhodes teria dado sua aprovação a este esforço para fazer a economia sul-africana do início do século XXI apropriada e preparada para os tempos atuais."²⁴⁴ (No mesmo espírito, Mandela aproveitou essa oportunidade para, pela primeira vez e em um momento crucial, publicamente criticar ativistas do movimento Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*] anti-dívida externa e grupos de apoio às vítimas do Apartheid. Como comentou na conclusão, seu pecado estava em entrar com processo nas Cortes de Nova Iorque exigindo reparações/indenizações compensatórias das grandes empresas privadas por seus lucros sul-africanos pré-1994, como nos casos de bancos e empresas que foram processadas por terem se beneficiado de trabalho escravo e do saque a vítimas do nazismo. Mandela apoiou Mbeki, que formalmente se opôs aos processos baseado em que Pretória tivera sua própria estratégia de reconciliação e que tal processo judicial iria, se bem sucedido, dissuadir investidores estrangeiros de no futuro fazerem investimentos na África do Sul.)

²⁴³ Africa Policy Advisory Panel (2004), 'Rising EEUU Stakes in Africa', Washington, Center for Strategic and International Studies, maio, Executive Summary.

²⁴⁴ South African Press Association (SAPA) (2003), 'Mandela Criticises Apartheid Lawsuits', 25 de agosto.

É pertinente a comparação com Rhodes? Nós temos realmente muito que aprender ao revisitar o domínio imperial do final do século XIX na África, em parte porque nenhum outro bucaneiro fez tanto estrago às possibilidades para a paz e para o desenvolvimento eqüitativo na África quanto Cecil Rhodes. Como comerciante de diamantes, financista e político (Governador da Colônia do Cabo durante as décadas de 1880–90), Rhodes recebeu permissão da Rainha Vitória para pilhar o que agora se chama de Província de Gauteng (Grande Joanesburgo) logo que o ouro foi descoberto em 1886 e depois o Zimbábue, Zâmbia e Maláui; sua ambição era pintar o mapa com a cor vermelha imperial britânica, estendendo-a do Cabo ao Cairo. Os dois principais veículos de Rhodes eram o exército britânico, que inventou o campo de concentração e no processo matou 14.000 negros e 25.000 mulheres e crianças africânderes durante a Guerra Anglo-Bôer nos anos 1899–1902 e a *British South Africa Company* (BSAC - Companhia Britânica da África do Sul), uma firma com fins lucrativos que em 1890 começou sistematicamente impondo colonialismo de povoamento através da região. O alvará da BSAC, seguindo a notória Concessão de Rudd que Rhodes arditosamente obteve de Lobengula, rei dos Ndebele, representou uma mudança estrutural: do controle informal do comércio, ao comércio com dominação. Os imperialistas britânicos supuseram que essa competição pelo controle de África continuaria para além da Conferência de Berlim de 1885, que partilhou a África e esse estilo de exclusividade para a BSAC "*imperialism on the cheap*", como foi denominado*, asseguraria o domínio geográfico sobre o interior do continente em oposição às forças hostis alemãs, portuguesas e bôeres. Tal estratégia era crítica, propuseram, para a proteção do próprio Vale do Nilo, que por sua vez representava a linha vital de comunicações para a presa que era a Índia.²⁴⁵

Mas, como hoje, havia também uma dinâmica econômica crucial em andamento na Grã-Bretanha (e em muito da Europa) para além da procura interminável por ouro que reforçava as conquistas do Rhodes: crônica superacumulação de capital, especialmente nos mercados financeiros de Londres, combinada com inquietação social. A fácil disponibilidade de investimento de carteira, do tipo *funding*, para os nascentes mercados de títulos e valores da África Austral, originou-se de uma depressão econômica, internacional prolongada, excesso crônico de liquidez financeira (um sintoma de superacumulação geral) e da hegemonia global

* N.d.T.:O imperialismo que sai barato, ou seja impérios informais evitando estabelecer colônias e protetorados formais..

²⁴⁵ Loney, M. (1975), *Rhodesia: White Racism and Imperial Response*, Harmondsworth, Penguin, pp. 31–2.

desfrutada por financistas da City de Londres.²⁴⁶ Do ponto de vista do imperialismo britânico, o benefício principal do papel do Rhodes na região era o de aliviar as contradições do capitalismo global pela canalização de excedentes financeiros para novos investimentos (tal como as ligações telegráficas, construção de ferrovias e projetos de agrimensura que domaram e mercantilizaram a terra conhecida como Rodésia), extraíndo recursos (especialmente ouro, ainda que em quantias minúsculas comparado às do Rande*) e garantindo lealdade política ao poder empresarial sul-africano, que estava em unidade harmoniosa com a evolução dos estados sob controle britânico da região.

Pode Mandela reivindicar que ele esteja fielmente seguindo estas pegadas? Hoje, substituamos a Rainha Vitória pela Casa Branca. Em vez das antigas jogadas de poder fora-de-moda como as da Concessão de Rudd e dos truques similares da BSAC para desapossamento, leia-se *NEPAD* e seus muitos apoiadores empresariais. Assim mesmo, a Força Nacional de Defesa da África do Sul está pronta para seguir as conquistas do exército britânico, o que fez com sua invasão do Lesoto em setembro de 1998, justificada pelo desejo de Pretória de proteger uma controvertida, corrompida obra de mega-represa de uma suposta ameaça de sabotagem. Assim como Rhodes teve seus chefes de torcida [chefes de claque] nos veículos de comunicação massiva da Cidade do Cabo a Londres, assim também o fazem muitas publicações ocidentais que regularmente promovem Mandela e Mbeki como salvadores da África e assim também o faz a South African Broadcasting Corporation braço de propaganda pró-Pretória que transmite para os hotéis de luxo do continente e outros receptores de transmissão via satélite.

As intenções menos honrosas de política externa de Mandela, também foram difíceis de disfarçar. Embora a África do Sul possa reivindicar uma intervenção digna de sua retórica de direitos humanos – a da liderança do movimento de 1997 para banir minas terrestres (e daí um importante papel para empresas sul-africanas na remoção de minas que, em primeiro lugar, elas ajudaram a plantar ou colocar**) – o primeiro regime democrático em Pretória reconheceu a junta militar de Myanmar como um governo legítimo em 1994; concedeu a mais elevada

²⁴⁶ Phimister, I. (1992), 'Unscrambling the Scramble: Africa's Partition Reconsidered', documento apresentado ao African Studies Institute, University of the Witwatersrand, Joanesburgo, 17 de agosto.

* N.d.T.: toponímico genérico da região rochosa de Witwatersrand no Nordeste da África do Sul ao redor de Joanesburgo que contém ricos depósitos de ouro, carvão e manganês

** N.d.T.: O autor refere-se às minas plantadas ou colocadas, pelas forças armadas da África do Sul e por movimentos rebeldes por elas apoiados desde a década de 80 quando o regime do apartheid fez uma guerra total contra vários países da África Austral que se encontravam na linha de frente contra aquele regime.

condecoração oficial do país ao ditador indonésio Suharto três meses antes de sua queda em 1998 (tendo no processo extraído US\$ 25 milhões em doações para o ANC); e vendeu armamentos a países que praticaram violência em massa, tal como Argélia, Colômbia, Peru e Turquia.

Outro momento de confusão ideológica foi esclarecido em 2004. Como notado acima, em meados de 2003 a Câmara de Deputados dos EEUU estendeu uma proibição sobre auxílio militar a 32 países – incluindo a África do Sul – que concordara em cooperar no futuro com o Tribunal Penal Internacional contra presumidos criminosos de guerra dos EEUU. Não obstante, o embaixador de Washington em Pretória, Cameron Hume, rapidamente anunciou que vários acordos militares bilaterais seguiriam adiante em qualquer caso. Segundo Peter McIntosh do periódico *African Armed Forces*, os EEUU "simplesmente redirecionaram recursos de fundos militares para África do Sul através de seu Comando Europeu em Stuttgart." Hume informou o desejo do Pentágono de "treinar e equipar dois batalhões adicionais para expandir o número de forças que os [serviços armados sul-africanos] têm disponíveis para manutenção da paz na África." Após duas manobras militares conjuntas bem sucedidas dos dois países em 2003 e 2004, o jornal sul-africano *This Day* destacou que "Operações tais como Medflag e Flintlock claramente têm aplicações distintas de ajuda humanitária e como mostraram as intervenções dos EEUU na Somália e Libéria, a ajuda humanitária freqüentemente exige proteção enérgica."²⁴⁷

As relações militares dos dois países estavam plenamente "normalizadas" em julho de 2004, nas palavras do Ministro-Adjunto dos Negócios Estrangeiros Aziz Pahad. Em parceria com a General Dynamics Land Systems, a empresa estatal Denel imediatamente começou a vender artilharia de 105 mm junto com torre e couraça para viatura ligeira blindada, em apoio a inovativas Equipes de Combate de Brigadas Stryker ("uma formação com efetivo de 3500 componentes de pessoal militar que põe infantaria, blindados e artilharia em versões distintas da mesma viatura ligeira blindada 8x8"). De acordo com um relatório, "A torre e canhão/metralhadora são patenteadas inteiramente pela Denel, usando somente tecnologia sul-africana. Ao nível do mar, podem lançar projéteis até 36 km."²⁴⁸ Isto foi em seguida a um período de problemas sérios para a firma de armamentos e outras como ela (Arm Scor e Fuchs), que também foram autorizadas ao pleno acesso ao mercado estadunidense em julho de 2004

²⁴⁷ Schmidt, M. (2004), 'EEUU Offers to Train and Equip Battalions', *ThisDay*, 19 de julho.

²⁴⁸ South African Press Association (2004), 'Denel to Benefit from EEUU Defence Trade', 21 de julho.

depois de pagarem multas por desarticular sanções ao comércio de armamentos impostas no tempo do Apartheid.²⁴⁹

Dada a decisão de Pretória em 1998 de investir US\$ 6 bilhões em armamento principalmente ofensivo tais como jatos de caça e submarinos, há temores crescentes de que essa manutenção da paz seja uma cobertura para uma agenda geopolítica mais expansiva e que Mbeki tacitamente permita um papel muito mais forte dos EEUU na África do que seja necessário – do Golfo da Guiné rico em petróleo e do Chifre da África a bases de treinamento no Sul e Norte.²⁵⁰ À primeira vista, os papéis de elevado escalão de Pretória na mediação de conflitos no Burundi e República Democrática do Congo (RDC) durante 2003 pareciam positivos. No entanto, vistos mais de perto os acordos lembram mais o estilo de tratos de elites que instalam regimes de "democracia de baixa-intensidade" e regimes econômicos neoliberais. Além do mais, devido a que algumas forças beligerantes fossem explicitamente deixadas de fora, as semanas e meses subseqüentes depois das declarações de paz testemunharam massacres periódicos de civis em ambos os países e um quase golpe na RDC. Em meados 2004, o intelectual de elevado conceito e líder do partido congolês *Rassemblement Congolais pour la Démocratie*, Ernest Wamba dia Wamba, manifestou-se publicamente como crítico à interferência de Pretória:

Quando um [processo de transição] parte de uma base errada, a menos que um reajustamento real tenha lugar no caminho, o fim não pode ser bom. ... Alguns se sentem como se a África do Sul tenha ativamente nos colocado na situação em que estamos. Tiveram muitos meios de ação para se assegurarem de que certos problemas estruturais fossem previstos e soluções propostas. Parecem ter caído na lógica ocidental de pensar que a mediocridade seja um mal menor para os congoleses, se parar a guerra. Eles também têm muitos meios de ação para conseguir um compromisso claro continuado para resolver os temores contraditórios tanto da RDC como de Ruanda; eles não parecem usá-los. É por isto que alguns sentem que a África do Sul esteja muito próxima de Ruanda.²⁵¹

Pretória não estava sozinha no desempenho do papel de procuradora das grandes potências na sua própria periferia ampliada. Simultaneamente, preocupações similares foram levantados sobre uma outra nova democracia com um regime de centro-esquerda, o Brasil, que assumiu a liderança da ocupação armada do Haiti, justo quatro meses após a derrubada apoiada pelos EEUU do governo anterior.²⁵² O governo dirigido pelo Partido do Congresso em Nova Délhi, tem sido criticado também

²⁴⁹ Batchelor, P. e S. Willett (1998), *Disarmament and Defence Industrial Adjustment in South Africa*, Oxford, Oxford University Press; Crawford- Browne, T. (2004), 'The Arms Deal Scandal', *Review of African Political Economy*, 31.

²⁵⁰ Black, D. (2004), 'Democracy, Development, Security and South Africa's "Arms Deal"', in P. Nel e J. van der Westhuizen (eds), *Democratizing Foreign Policy? Lessons from South Africa*, Lanham, MD, Lexington Books.

²⁵¹ Majavu, M. (2004), 'Interview with Ernest Wamba dia Wamba', <<http://www.zmag.org>>, 22 de junho.

²⁵² Emir Sader (2004), 'What is Brazil Doing in Haiti?', Interhemispheric Resource Center, <<http://www.americaspolicy.org/commentary/2004/0406brazil.html>>, 29 de junho. O que faz o Brasil no Haiti? Por Emir Sader | 23 de junho de 2004 <http://www.ircamericas.org/port/1797>

por seus estreitos laços militares com Washington. Do Brasil à África do Sul e à Índia, os perigos da crescente hegemonia política regional, no contexto de aliança militar com os EEUU, ficam maiores ao consideramos algumas das oportunidades *globais* de Pretória.

LIDERANÇA MUNDIAL DE PRETÓRIA?

Uma vez que o governo sul-africano mostrou sua disposição de pôr o interesse próprio acima de princípios, os centros políticos internacionais de poder investiram crescente confiança em Mandela, Mbeki, Manuel e Erwin, dando-lhes acesso privilegiado a muitos foros internacionais de elite. Como as instituições do sistema global estabelecido passaram a ser atacadas, tentaram, às vezes, se reinventar com uma dose de legitimidade que pudesse ser proporcionada pela idéia de Nova África do Sul; testemunho disso são as carícias de Mandela ao FMI em 1998 durante a crise da Ásia Oriental e a Clinton durante o escândalo sexual de Mônica Lewinsky. De fato, aos políticos no comando de Pretória foi permitido, durante o final dos anos 90, presidir o Conselho de Segurança da ONU, a Assembléia de Governadores do FMI e do Banco Mundial, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), a *Commonwealth**, a *World Commission on Dams* [Comissão Mundial de Barragens] e muitos outros organismos continentais, globais importantes. Simultaneamente assumindo liderança no Terceiro Mundo, Pretória também presidiu o Movimento Não-Alinhado, a Organização da Unidade Africana e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Mas isto era somente o período de aquecimento. Durante uns quatro anos frenéticos começando em setembro de 2001, Mbeki e seus colegas foram anfitriões, lideraram, ou desempenharam papéis instrumentais no acompanhamento de importantes acontecimentos internacionais: a Conferência Mundial Contra Racismo em Durban (setembro 2001); o lançamento da *NEPAD* em Abuja, Nigéria (outubro 2001); a Cúpula Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Doha, Qatar (novembro 2001); a Conferência da ONU sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey, México (março 2002); cúpulas do G8 em Kananaskis, Canadá (junho 2002), Evian, França (junho 2003), Sea Island, Geórgia(EEUU) (junho 2004) e Gleneagles, Escócia (julho 2005); o lançamento da União

* N.d.T.: A *Commonwealth* ou *Commonwealth of Nations* é o nome em inglês da comunidade de nações, criada em 1931 e formada atualmente por mais de cinquenta nações, a maioria das quais independentes, mas incluindo algumas que ainda mantêm laços políticos com a antiga potência colonial britânica. Até 1946 chamava-se Comunidade Britânica.

Africana em Durban (julho 2002); a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CMDS) em Joanesburgo (agosto-setembro de 2002); o Foro Econômico Mundial de Davos (janeiro 2003 e ocasionalmente depois); a primeira viagem de George W. Bush a África (julho 2003); a reunião ministerial da OMC em Cancún (setembro de 2003); reuniões anuais do FMI/Banco Mundial em Dubai (setembro de 2003) e Washington (setembro de 2004 e 2005); a "Cúpula do Milênio" da ONU (setembro de 2005); e a reunião ministerial da OMC em Hong Kong (dezembro 2005).

Virtualmente nada foi efetivamente realizado através das oportunidades de 2001 a 2005:

- na conferência da ONU sobre racismo, Mbeki conspirou com a UE para rejeitar a exigência de ONGs e líderes africanos por reparações/indenizações compensatórias pela escravidão, colonialismo e Apartheid.;
- a *NEPAD* meramente forneceu uma versão do Consenso de Washington cultivada em casa para o continente;
- em Doha, Alec Erwin ministro de comércio dividiu a delegação africana a fim de evitar que se repetisse a negação de consenso que tinha frustrado a reunião ministerial Seattle em dezembro de 1999;
- em Monterrey, Manuel era o co-líder da Cúpula (junto com Michel Camdessus ex-diretor-geral do FMI e Ernesto Zedillo, o desonrado ex-presidente mexicano) e legitimou todas as estratégias correntes do FMI/Banco;
- Mbeki partiu de Kananaskis, com apenas um compromisso adicional de US\$ 1 bilhão para África (alem de recursos já comprometidos em Monterrey) e nenhuma das subseqüentes cúpulas do G8 – Evian, Sea Island e Gleneagles – representaram progresso genuíno;
- a União Africana apoiou tanto a *NEPAD* como o regime zimbabuano do presidente Robert Mugabe, assim deslegitimando ainda mais o projeto político auto-defensivo da elite da África;
- na Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS) de Joanesburgo, Mbeki violentou o procedimento democrático da ONU, facilitou a privatização da natureza e nada fez para tratar da difícil situação da maioria pobre do mundo;
- em Davos, as elites globais ignoraram a África, em 2003 e subseqüentemente;

- para ser o anfitrião de uma etapa da viagem de Bush à África, Mbeki simplesmente se converteu numa espécie de "agulheiro ou de guarda da esquina*" dos EEUU para o Zimbábue e evitou qualquer conflito sobre a recolonização do Iraque;
- em Cancun, o colapso das negociações sobre o comércio – outra vez, catalisado por uma saída dos Africanos do plenário – deixou Erwin "decepcionado";
- nas reuniões anuais do Banco Mundial e FMI de 2001 a 2005, com Manuel dirigindo o Comitê de Desenvolvimento, não havia nenhuma democratização de Bretton Woods, novo alívio da dívida, nem reforma política pós-Washington; e
- a Cúpula de Revisão do Milênio da ONU forneceu motivos a Mbeki para profundo desgosto, levando-o a refletir que: "Não devemos ser surpreendidos quando estes bilhões não nos aclamam como heróis e heroínas."²⁵³

Em outras obras relatei estas derrotas consistentes dos interesses africanos, dando atenção a própria cumplicidade da África do Sul.²⁵⁴ Novos fracassos podem ser razoavelmente previstos para 2006 quando Pretória for a anfitriã da Cúpula sobre Governança Progressista (com líderes não muito progressistas como Tony Blair e Meles Zenawi) e do G77, grupo de países do Terceiro Mundo. Não obstante resmungos de protesto periódicos "falando como se de esquerda fosse", tais como os de Mbeki em Nova Iorque, as omissões da Pretória a deixaram encaixada em seu lugar como um parceiro subimperial de Washington e da UE. Embora tal relacionamento, date do tempo do Apartheid e das eras coloniais, a conquista em andamento da África – em termos políticos, militares e ideológicos – e junto com isto a reprodução do neoliberalismo exigem uma nova estratégia coerente: a *NEPAD*.

LUTANDO POR INTERESSES ATRAVÉS DA *NEPAD*

* N.d.T.:O autor usa o termo "pointsman" em inglês, que pode significar em português tanto "agulheiro", a pessoa que desvia os trens num sistema ferroviário, como, no Brasil, o "guarda da esquina" que direciona o trânsito. *Pointsman* também foi nome de um filme que tratava de um agulheiro, e cuja tradução, no Brasil, foi "O Homem da Linha".

²⁵³ Mbeki, T. (2005), 'Address of the President of South Africa at the United Nations Millennium Review Summit Meeting', Nova Iorque, 15 de setembro.

²⁵⁴ Bond, P. (2005), *Elite Transition: from Apartheid to Neoliberalism in South Africa*, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press; Bond, P. (ed.) (2005), *Fanon's Warning: a Civil Society Reader on the New Partnership for Africa's Development*, Trenton, Africa World Press e Durban, University of KwaZulu-Natal Centre for Civil Society; Bond, P. (2004), *Talk Left, Walk Right: South Africa's Frustrated Global Reforms*, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press; Bond, P. (2003), *Against Global Apartheid: África do Sul Meets the World Bank, IMF e International Finance*, Londres, Zed Books e Cape Town, University of Cape Town Press; e Bond, P. (2002), *Unsustainable South Africa: Environment, Development and Social Protest*, Londres, Merlin Press e Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press.

As origens do plano *NEPAD* são reveladoras. Mbeki tinha embarcado num exercício de criar uma marca no final dos anos 90, o "Renascimento Africano", que ele dotou de uma narrativa poética, pungente e nada mais que isso. A forma de descontentamento de certo modo foi remediada num esqueleto à guisa de rascunho de apresentação feita com software Powerpoint revelado em 2000 durante reuniões de Mbeki com Clinton em maio, a Reunião G8 de Okinawa em julho, a Cúpula do Milênio da ONU em setembro e uma subsequente assembléia da União Européia em Portugal. Em novembro de 2000, com o auxílio de vários economistas, o esqueleto ganhou carne, ou seja substância e detalhes, a guisa de rascunho de apresentação, o qual por sua vez ganhou emendas e rasuras sendo passado a limpo e imediatamente ratificado durante uma visita especial à África do Sul pelo presidente de Banco Mundial James Wolfensohn "em local não revelado", devido ao temor de protestos turbulentos que tinham, alguns meses antes, azedado uma viagem de Horst Koehler diretor-geral do FMI à Joanesburgo. Nesta etapa, Mbeki conseguiu inscrever como parceiros signatários mais dois governantes das importantes regiões Norte e Ocidental do continente: Abdelaziz Bouteflika da Argélia e Olusegun Obasanjo da Nigéria. Ambos sofriam regularmente protestos de massas e vários distúrbios civis, militares, religiosos e étnicos em casa.

No início de 2001, em Davos, Mbeki deixou claro a que interesses a *NEPAD* serviria: "É significativo que, em certo sentido a primeira reunião formal para relatar o progresso em desenvolver este programa esteja acontecendo no encontro do Foro Econômico Mundial. O êxito de sua implementação iria exigir a participação de membros deste fórum animado e vibrante!"²⁵⁵ O capital internacional se beneficiaria de grandes oportunidades de construção de infra-estrutura no modelo de parceria público-privada, serviços estatais privatizados, contínuo ajustamento estrutural, intensificação do domínio de regime jurídico de propriedade internacional e dos vários planos setoriais da *NEPAD*, tudo coordenado de um escritório sul-

²⁵⁵ *Business Day*, 5 de fevereiro de 2001. O ativista comunitário Trevor Ngwane replicou no mesmo número do o jornal sul africano *Business Day*: 'Isto soa suspeito, como em junho de 1996, quando a política de *Growth, Employment and Redistribution* (Crescimento, Emprego e Redistribuição, abreviada como GEAR em inglês, com o significado de "marcha") foi lançada sem ser colocada para debate público, apreciação parlamentar, consultas com as pessoas afetadas. E o clube exclusivo de ricos de Davos que usam líderes terceiro-mundistas como Mbeki na qualidade de tapa-sexo provavelmente darão ao novo programa exatamente o mesmo apoio que deram à GEAR: especulação com a moeda, fuga de capitais, recusa de investimentos, negociações de livre-comércio recheadas com protecionismo de última hora pelo Norte, e pressão sobre nosso governo para não fornecer medicamentos desesperadamente necessários para prevenir HIV/AIDS - SIDA a preços baratos.' Para outras críticas, veja Bond, *Fanon's Warning*; Adedeji, A. (2002), 'From the Lagos Plan of Action to the New Partnership for Africa's Development, e *From the Final Act of Lagos to the Constitutive Act: Whither Africa?*', Comunicação principal preparada para o *African Forum for Envisioning Africa, Nairobi*, 26-29 abril; Adesina, J. (2002), 'Development and the Challenge of Poverty: *NEPAD*, Post-Washington Consensus and Beyond', documento apresentado à CODESRIA/TWN Conference on Africa and the Challenge of the Twenty-first Century, Accra, 23-26 abril; Nabudere, D. (2002), '*NEPAD*: Historical Background and Its Prospects', in P. Anyang'Nyong'o, et al. (eds), *NEPAD: a New Path?*, Nairobi, Heinrich Böll Foundation; e Olukoshi, A. (2002), 'Governing the African Political Space for Sustainable Development: a Reflection on *NEPAD*', documento preparado para o African Forum for Envisioning Africa, Nairobi, 26-29 abril.

africano equipado com neoliberais e disposto a controlar o acesso fazendo a filtragem através de critérios econômicos e geopolíticos.

Logo que o plano de Mbeki fundiu-se com uma iniciativa de projetos de infra-estrutura oferecida pelo neoliberal presidente senegalês, Abdoulaye Wade, ganhou endosso na última reunião da Organização da Unidade Africana, em junho de 2001. (Em 2002, a OUA se transformou na União Africana, com a *NEPAD* servindo como seu plano oficial de desenvolvimento). Então, quando 300.000 manifestantes se reuniram do lado de fora da Cúpula de julho de 2001 do G8 em Genova, Mbeki e outros líderes africanos deram uma módica cobertura ao G8.

Na esteira da Conferência Mundial Contra Racismo, o documento existente da *NEPAD* foi lançado publicamente em Abuja, Nigéria, por chefes de estados africanos no dia 23 de outubro de 2001. Em fevereiro de 2002, as elites globais celebraram a *NEPAD* em locais variando da reunião do Foro Econômico Mundial na Cidade de Nova Iorque à Cúpula de líderes nacionais auto-descritos como "progressistas" (todavia incluindo Blair) que se reuniu em Estocolmo para forjar uma Terceira Via global. Os olhos da elite se voltaram para a "ferida" no mundo (conforme descrição da África por Blair*), esperando que a *NEPAD* servisse como um *Band-aid* [curativo rápido ou penso rápido] suficientemente grande, pois, como a revista *Institutional Investor* informou, o "equivocadamente chamado" *Africa Action Plan* (*Plano de Ação para África*) do G8 representava mero apoio "relutante" dos doadores principais com "apenas US\$ 1 bilhão adicional para alívio da dívida." [O G8] fracassou inteiramente ao reduzir seus subsídios agrícolas domésticos (que prejudicam as exportações agrícolas africanas) e – o mais decepcionante de tudo para os africanos – se omitiu em fornecer qualquer ajuda a mais ao continente".²⁵⁶ Mbeki solicitou US\$ 64 bilhões em ajuda nova, empréstimos e investimentos cada ano, mas o *Sunday Times* da África do Sul destacou que "os líderes das nações mais ricas do mundo se recusaram a dar bola".²⁵⁷ Então, por um lado, no decorrer de algumas semanas a *NEPAD* foi endossada pela Reunião de Cúpula inaugural da União Africana, pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CMDSD) como o capítulo sobre a África e pelos chefes de estado da ONU em Nova Iorque. No entanto, por outro lado, a atitude de boca para fora pró-*NEPAD* não podia substituir o "novo

* Na imprensa em língua portuguesa encontram-se distintas traduções para o termo "scar" utilizado por Blair, incluindo "cicatriz", "ferimento" etc.

²⁵⁶ Gopinath, D. (2003), 'Doubt of Africa,' *Institutional Investor*, maio.

²⁵⁷ *Sunday Times*, 30 de junho 2002; *Business Day*, 28 de junho 2002.

constitucionalismo" (emprestando a frase de Gill) que se traduziria em um meio de influência de longo prazo, irreversível, sobre o continente.

A razão principal para duvidar do compromisso de Mbeki com o neoliberalismo disciplinar e com o estado de direito era sua defesa repetida do principal violador das normas liberais, Robert Mugabe.²⁵⁸ Mbeki e Obasanjo qualificaram como "legítima" a eleição presidencial de março de 2002 do Zimbábue e Mbeki repetidamente se opôs à punição do regime de Mugabe pela *Commonwealth* e Comissão de Direitos Humanos da ONU (embora finalmente em 2003 o então anfitrião da *Commonwealth*, Obasanjo concordasse que o Zimbábue deveria ser suspenso, ao ponto que Mugabe simplesmente deixou a organização). Dave Malcomson, do secretariado da *NEPAD*, responsável por articulação e coordenação internacional, uma vez admitiu à um repórter, "Onde quer que vamos, o Zimbábue nos é jogado na cara como a razão pela qual a *NEPAD* é uma piada".²⁵⁹

Justo antes da reunião de 2003 do G8 em Evian, França, a revista *Institutional Investor* captou o tom: "Como outras iniciativas africanas de longo alcance feitas ao longo dos anos, esta rolou rapidamente para fora da pista e caiu na vala".²⁶⁰ Mais de 100.000 ativistas protestaram próximo de Genebra e Lausanne contra as políticas do G8. Para consternação de Mbeki, ativistas africanos uniram-se a eles, em parte porque a *NEPAD* recentemente tinha sido descrita como "filosoficamente focalizada" pelo principal funcionário da Casa Branca para a África.²⁶¹ Além do mais, justo antes da Cúpula de Evian, Michel Camdessus ex-diretor-geral do FMI, posteriormente representante pessoal da França para a África no âmbito do G8, explicou o atrativo da *NEPAD* do seguinte modo: "Os chefes de estado africanos vieram a nós com a concepção que a globalização não era uma maldição para eles, como alguns tinham dito, mas antes pelo contrário, algo do que podia se derivar algo de positivo É incrível como isto [a atitude pró-globalização cultivada em casa para o continente] faz uma diferença".²⁶²

Dadas estas circunstâncias, a esquerda africana expressou profundo cepticismo sobre as principais estratégias da *NEPAD*. Uma crítica sucinta emergiu de uma conferência do

²⁵⁸ Há enorme confusão sobre o papel de Mbeki no Zimbábue, que é tratado em Bond, P. e M. Manyanya (2003), *Zimbabwe's Plunge: Exhausted Nationalism, Neoliberalism and the Search for Social Justice*, Londres, Merlin Press, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press e Harare, Weaver Press. Para uma crítica extremamente importante de Mugabe de um ponto de vista afrofeminista, veja Campbell, H. (2003), *Reclaiming Zimbabwe: the Exhaustion of the Patriarchal Model of Liberation*, David Philip, Cape Town.

²⁵⁹ *Business Day*, 28 de março de 2003.

²⁶⁰ Gopinath, 'Doubt of Africa'.

²⁶¹ Gopinath, 'Doubt of Africa.' Alguns meses mais tarde, Walter Kansteiner demitiu-se da função de Secretário de Estado Assistente para a África, porém este sentimento ficou.

²⁶² <http://www.g7.utoronto.ca/summit/2003evian/briefing_apr030601.html>.

Conselho para Desenvolvimento da Pesquisa e Ciências Sociais em África (CODESRIA) e da *Third World Network-Africa* [Rede do Terceiro Mundo - África] em abril 2002. De acordo com a resolução da reunião:

Os defeitos mais fundamentais da *NEPAD*, que reproduzem os elementos centrais do documento do Banco Mundial *Can Africa Claim the Twenty-first Century?*^{*} e o documento da Comissão Econômica das Nações Unidas para África (CEA) *Compact for African Recovery*^{**} compreendem:

(a) o quadro da política econômica neoliberal no cerne do plano e que repete os pacotes de política de ajustamento estrutural das duas décadas precedentes e faz vista grossa aos efeitos desastrosos dessas políticas;

(b) o fato de que apesar do seu proclamado reconhecimento do papel central do povo africano para o plano, o povo africano não atuou em qualquer parte na concepção, projeto e formulação da *NEPAD*;

(c) não obstante suas declaradas preocupações com equidade social e de equidade entre os sexos, adota as medidas econômicas sociais que contribuíram à marginalização de mulheres;

(d) apesar de alegações de origens africanas, seus alvos principais são doadores estrangeiros, particularmente no G8;

(e) sua visão de democracia é definida pelas necessidades de criar um mercado funcional;

(f) isto subenfatiza as condições externas fundamentais para a crise de desenvolvimento da África e desse modo não promove qualquer medida significativa para administrar e restringir os efeitos deste ambiente sobre os esforços de desenvolvimento da África. Ao contrário, o engajamento que busca com instituições e processos como o Banco Mundial, o FMI, a OMC, a Lei estadunidense de *Oportunidade e Crescimento da África [United States Africa Growth e Opportunity Act]* e o Acordo de Cotonou irão bloquear ainda mais desvantajosamente as economias da África dentro deste ambiente;

(g) os meios para mobilização de recursos promoverão ainda mais a desintegração de economias africanas que testemunhamos nas mãos do ajustamento estrutural e das regras da OMC.²⁶³

Dado o papel puramente destrutivo da *NEPAD* no Zimbábue, Mbeki e Obasanjo pelo visto nem mesmo levaram a sério a boa governança, além de chavões concebidos para governos do G8. Esses governos necessitam da *NEPAD*, como o comentário do Camdessus indica, parcialmente porque reforça sua capacidade de manipular países africanos através do mecanismo de ajuda; a *NEPAD* ajuda a continuar a vender a seus próprios contribuintes o mito que África está "se reformando".

Havia, não obstante, esperança de que a retórica da boa-governança no documento de base da *NEPAD* poderia fazer algum bem: "Com a *NEPAD*, a África se obriga a respeitar os padrões globais de democracia ... componentes centrais incluem ... eleições imparciais,

* N.d.T.: *Pode a África Reivindicar o Século XXI*

** N.d.T.: Pacto pela Recuperação Africana

²⁶³ Council for Development and Social Science Research in Africa (CODESRIA), Dakar e Third World Network-Africa (2002), 'Declaration on Africa's Development Challenges,' resolution adopted at the 'Joint Conference on Africa's Development Challenges in the Millennium', Accra, 23-26 abril, p. 4.

abertas, livres e democráticas periodicamente organizadas para possibilitar ao povo escolher livremente seus líderes ".²⁶⁴ A África do Sul sob o governo de Mbeki permite eleições livres e imparciais (afinal de contas, o ANC ganha facilmente, com 70 por cento dos votos nas eleições de 2004, na ausência de uma alternativa crível), mas Obasanjo não, a julgar por uma "vitória" de abril de 2003 que cusu prejuízos à credibilidade democrática,²⁶⁵ não obstante o forte endosso de Mbeki.²⁶⁶

INTERESSES COMERCIAIS DE JOANESBURGO

E sobre a parte subimperial da equação? Seguramente, havia muitos observadores ingênuos que esperaram, como Manuel Castells colocou, que

o fim do Apartheid na África do Sul e a articulação potencial entre uma África do Sul democrática dirigida por uma maioria negra e países africanos, ao menos aqueles na África Oriental/Austral, nos permite examinar a hipótese da incorporação da África no capitalismo global sob novas condições, mais favoráveis, através da conexão sul-africana.²⁶⁷

Em realidade, o novo fator mais importante em em tal incorporação é o papel de exploradores que tomam os negócios de Joanesburgo.²⁶⁸ Por exemplo, em 2002, o Conselho de Segurança de ONU acusou uma dúzia de companhias sul-africanas de ilegalmente "fazerem pilhagem" na RDC durante os tumultos do final dos anos 90 que deixaram cerca de três milhões de cidadãos mortos, um problema que Pretória deixou impune.²⁶⁹ Outras companhias sul-africanas tinham colaborado com o ditador corrupto Mobutu Sese Seko na pilhagem do então Zaire.

Mas tais papéis não impediram os dirigentes de Pretória, Kinshasa e do FMI de

²⁶⁴ A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África [NEPAD - New Partnership for Africa's Development], <<http://www.NEPAD.org>>, parágrafo 79.

²⁶⁵ Durante a eleição presidencial de abril de 2003, no estado de Ogun, terra natal de Obasanjo, o Presidente ganhou por 1.360.170 votos contra seu principal opositor que teve 680. O número de votos dados simultaneamente na mesma área geográfica foi só de justos 747.296. A explicação de Obasanjo, infamando assim observadores eleitorais da União Européia, foi de que "certas comunidades neste país decidem agir como um só em questões políticas.... Elas provavelmente não tem tal espécie de cultura como nos países europeus." Os observadores internacionais encontraram " sérias irregularidades em todo o país e fraude em pelo menos 11 dos 36 estados". (*Mail and Guardian*, 26 abril de 2003.)

²⁶⁶ O semanário de Mbeki publicado na internet pelo ANC, a carta *ANC Today* proclamava, "A Nigéria acabou de concluir uma série de eleições, culminando na reeleição do Presidente Olusegun Obasanjo para seu segundo e último mandato. Naturalmente, já lhe enviamos nossas congratulações. " Mbeki registrou, porém logo em seguida desculpou o óbvio: É claro que houve casos de irregularidades em algumas partes do país. Contudo, também parece claro que em geral as eleições foram bem conduzidas." <<http://www.anc.org.za>>, 25 de abril de 2003.

²⁶⁷ Castells, M. (1998), *The Information Age, Vol III: End of Millennium*, Oxford, Blackwell Publishers, p. 88. em português: CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999,

²⁶⁸ Daniel, J., V. Naidoo e S. Naidu (2003), 'The South Africans Have Arrived: Post-Apartheid Corporate Expansion into Africa', in J. Daniel, A. Habib e R. Southall (eds), *State of the Nation: África do Sul 2003-04*, Pretória, Human Sciences Research Council.

²⁶⁹ United Nations Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo (2002), 'Final Report', Nova Iorque, 8 de outubro.

organizar, em meados de 2002, o que o Gabinete sul-africano descreveu como "um empréstimo-ponte à RDC de 75 milhões de unidades de Direitos Especiais de Saque (DES)* (cerca de R760 milhões). Isto ajudará a compensar as obrigações vencidas da RDC com o FMI e permitirá àquele país sacar recursos sob a rubrica "do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento" do FMI. O que isto representou foi uma exposição chocante de poder financeiro, com a geração anterior de empréstimos do FMI a Mobutu agora codificada pela África do Sul, que sob o Apartheid tinha mantido uma forte aliança com o então Zaire. Além do mais, ao pessoal do FMI seria permitido voltar a Kinshasa com os seus próprios novos empréstimos e com condicionalidades neoliberais (disfarçadas pela retórica da "redução de pobreza") outra vez aplicadas às velhas vítimas do feroz domínio de Mobutu. Na mesma declaração, o Gabinete sul-africano registrou seu pagamento de R83 milhões ao Banco Mundial para reabastecimento de seu fundo africano de empréstimos, para "beneficiar nosso setor privado, que ficaria qualificado para participar de licitações de contratos financiados a partir destes recursos".²⁷⁰ Em dezoito meses, Mbeki forjou o que Pretória alegava ser um acordo de US\$ 10 bilhões com Kabila para comércio e investimento e conseguiu acesso a contratos licitados no valor de US\$ 4 bilhões pelo Banco Mundial adjudicados a companhias sul-africanas.

O relacionamento entre Pretória, o capital baseado em Joanesburgo, Kinshasa e o FMI era meramente um caso extremo de uma situação típica, na qual se exige poder estatal para lubrificar mercados que de outra forma seriam difíceis. O capital sul-africano já avançava rapidamente na região durante o final dos anos 90, apoiado por isenções especiais de controle de câmbio. Em 2001, um pesquisador do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA) advertiu que a estratégia comercial interesseira do então Ministro do Comércio Alec Erwin, "poderia significar para o conjunto de países da África que a África do Sul, um proeminente país líder no continente, não se importa com os interesses deles".²⁷¹ Em 2003, um colega emitiu um relatório técnico sobre comércio no qual admitia que governos africanos vislumbrassem Erwin "com algum grau de suspeita" pela promoção que fazia da OMC, que em Seattle e Cancún colocou Erwin em oposição direta à maioria dos países de baixa-renda, cujos pressionados ministros de comércio foram responsáveis pelo desencaminhamento de

* N.d.T.: no original : Special Drawing Rights (SDR), unidade de reserva internacional criada pelo FMI

²⁷⁰ South African Government Communications and Information Service (2002), 'Statement on Cabinet Meeting', Pretória, 26 de junho.

²⁷¹ *Mail and Guardian*, 16 de novembro 2001.

ambas as cúpulas.²⁷²

Por um lado, os dirigentes em Pretória regularmente alegavam estarem propondo projetos regionais em parte a fim de guiar (e também regular) o caminho de investimento do capital de Joanesburgo, com a *NEPAD* de exemplo principal. O capital não era tão maleável, no entanto, e o o jornal sul africano *Business Day* (pró-*NEPAD*) admitiu em meados de 2004 que: "A relutância do setor privado em se envolver, ameaça fazer descarrilar as ambições da *NEPAD*."²⁷³ Daí a probabilidade de que empresas baseadas em Joanesburgo serão "novos imperialistas" fosse de "grande preocupação", de acordo com Jeff Radebe, então Ministro de Empresas Públicas de Pretória no início de 2004: "Há fortes percepções de que muitas companhias sul-africanas trabalhando em outras partes da África dêem a impressão de ser arrogantes, desrespeitosas, distantes e descuidadas em sua atitude para com as comunidades empresariais locais, candiados a empregos e mesmo para com os governos."²⁷⁴

Mas Radebe também poderia estar descrevendo seus colegas de Gabinete, Erwin e Mbeki. Em agosto de 2003, o *Sunday Times* comentou sobre os sentimentos dos delegados da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral numa Cúpula regional em Dar es Salaam: "Pretória estava "muito defensiva e protecionista" nas negociações de comércio [e] está sendo acusada de oferecer apoio demais à produção interna" tais como reintegrações tarifárias para as exportações" que estão aniquilando outras economias na região".²⁷⁵ Em termos mais gerais, o mesmo jornal noticiou da reunião da UA em Maputo no mês anterior que Mbeki é

visto por outros líderes africanos como poderoso demais e eles, em particular, acusam-no de querer impor seu vontade sobre os outros. Nos corredores, eles o chamam de George Bush da África, que dirige a nação mais poderosa na vizinhança e usando a força financeira e militar de seus músculos para promover sua própria agenda.²⁷⁶

De fato, o encher da musculatura das forças armadas pós-Apartheid de Pretória tem sido antes de tudo revelador. Graças especialmente a Terry Crawford-Brown da *Economists Allied for Arms Reduction* [Economistas Aliados pela Redução de Armas], sabe-se muito mais sobre como os governos britânico, francês e alemão (e mesmo sindicatos suecos) corromperam líderes do Congresso Nacional Africano [ANC - *African National Congress*] através de uma venda de armamentos multibilionária.²⁷⁷

²⁷² *Business Day*, 2 de junho de 2003.

²⁷³ Rose, R. (2004), 'Companies "Shirking" their *NEPAD* Obligations', *Business Day*, 24 de maio.

²⁷⁴ SAPA (2004), 'SA's "Imperialist" Image in Africa', 30 de março.

²⁷⁵ *Sunday Times*, 24 de agosto de 2003.

²⁷⁶ *Sunday Times*, 13 de julho de 2003.

²⁷⁷ Brown, T. (2005), 'The Arms Deal', manuscrito inédito, Durban, Diakonia.

Talvez, então, não seja nenhuma surpresa achar – quando passarmos a tratar da resistência no último capítulo – que algumas das iniciativas anti-imperiais mais apaixonantes que estão sendo propostas na África contemporânea emanam do país mais proletarizado e, pode se dizer, organizado, a África do Sul. A oposição crítica e prática ao neoliberalismo existe com mais força na África do Sul do que em qualquer outro país africano, com a possível exceção de Gana.²⁷⁸ De fato, em 2005 a prolongada Campanha Contra Privatização em Gana enviou quadros para importantes cidades da África do Sul para encontrarem-se com ativistas pela água, já que a Rand Water de Joanesburgo ganhara uma concessão de *comercialização* [N.d.T.:no sentido de expansão da lógica de mercado às atividades de empresas ou instituições públicas ou estatais] em sociedade conjunta (*joint venture*) para a água de Acra organizada pelo Banco Mundial. A Rand entrou em Acra sob a cobertura retórica da *NEPAD* e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, causando fortes reações críticas do Fórum de Anti-Privatização em Joanesburgo.

Em conclusão, a pergunta para nós é se esses ativistas sul-africanos – e seus camaradas continente-acima e através do mundo – estão conseguindo uma mescla apropriada das lutas locais, lutas regionais anti-subimperiais e lutas globais por justiça, e, se as análises, estratégias, táticas e aliados deles e delas são exequíveis e suficientemente militantes para serem realmente eficazes?

²⁷⁸ Veja, por exemplo, Saul, J. (2005), *The Next Liberation Struggle*, Toronto, Between the Lines Press, Londres, Merlin Press, Nova Iorque, Monthly Review Press e Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press; Gumede, W. (2005), *Thabo Mbeki and the Struggle for the Soul of the ANC*, Cape Town, Zebra Press; Barchiesi, F. e T. Bramble (eds) (2003), *Rethinking the Labour Movement in the 'New South Africa'*, Londres, Macmillan; Kimani, S. (ed.) (2003), *The Right to Dissent: Freedom of Expression, Assembly and Demonstration in the New South Africa*, Joanesburgo, *Freedom of Expression Institute [Instituto de Liberdade de Expressão]*; Alexander, N. (2002), *An Ordinary Country*, Pietermaritzburg, University of Natal Press; Jacobs, S. e R. Calland (eds) (2002), *Thabo Mbeki's World*, Londres, Zed Books e Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press; Hart, G. (2002), *Disabling Globalization*, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press e Berkeley, University of California Press; Desai, A. (2002), *We are the Poors*, Nova Iorque, Monthly Review Press; Bell, T. e D. Ntsebeza (2001), *Unfinished Business*, Cape Town, RedWorks; Adams, S. (2001), *Comrade Minister*, Nova Iorque, New Science Publishers; e Marais, H. (2000), *South Africa: Limits to Change*, Londres, Zed Books e Cape Town, University of Cape Town Press.

7

A Resistência da Sociedade Civil

Duas visões

Assim como há duas visões opostas com respeito às fontes da pobreza da África – uma que vem de cima para baixo, paternalista e cooptativa, a outra que vem dos de baixo para cima, dirigida ao movimento e radical – assim o há duas visões paralelas de como combater a pobreza e estas ficam em nítido contraste mesmo dentro da "sociedade civil". Neste capítulo final contrastamos os resultados de campanhas predominantes – as campanhas da *Global Call to Action Against Poverty* (GCAP), *Make Poverty History* [Fazer da pobreza história] e *Live 8* tão em evidência durante os eventos do G8 em Gleneagles de meados de 2005 – com iniciativas mais radicais que vêm das bases populares, das comunidades.

Independentemente de suas controvérsias internas ocasionais, os resultados de campanhas predominantes da sociedade civil saíam todos prejudicados pela direção tomada por sua contemplação – fixada nos poderosos - e do seu simultâneo menosprezo pelas lutas orgânicas contra a pobreza, pró-justiça - as que genuinamente farão história. O problema é simples: *aquela contemplação fixada nos poderosos, dá como certo que o G8, a Organização Mundial do Comércio, as instituições de Bretton Woods e as elites dos estados do Terceiro Mundo sejam solução, não a principal parte do problema.* Os grupos radicais não sofrem de tal vã ilusão, têm, porém suas próprias crises internas a superar.

Começamos com a crítica resultados das campanhas de ONGs, especialmente com a preocupação de que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio possam continuar a ser uma distração para campanhistas e batalhadores progressistas, seja no Norte seja no Sul. Passamos então a refletir como é que em vez disso um conjunto alternativo de lutas sociais fundamentadas numa crítica ao poder econômico empresarial e financeiro - e potencialmente algumas mudanças que a acompanhem no modo de fazer política econômica – poderiam em última análise por fim à pilhagem da África.

Conforme se noticiou, a credibilidade quanto à conscientização que traria o concerto

Live 8 de Bob Geldof foi questionada, quando, havendo um requisito mínimo de vendas de três milhões de discos, apenas um ato na programação originalmente organizada acabou sendo da África (o de Youssou N'Dour). Ao mesmo tempo, *Make Poverty History* [Fazer da pobreza história] foi revelado na imprensa britânica como sendo uma fachada para Gordon Brown, em seu cargo, usar a porta giratória que liga Oxfam/Tesouro/Banco Mundial.²⁷⁹ Ao final de 2005, pessoas como Stuart Hodgkinson, Noreena Hertz e Maxine Frith escreveram analisando os vícios fatais de *Make poverty history*[Fazer da pobreza história]. De acordo com Frith, o problema foi que as celebridades "seqüestraram" a campanha.²⁸⁰ Para Hertz, "Não conseguimos quase nada", pois "a concepção da campanha permitia a aceitação de indicadores de sucesso impróprios que nunca corresponderam a reais representatividades de justiça, empoderamento/autonomia ou "*accountability*"[N.d.T.:capacidade de responsabilizar-se e de prestar contas obtendo legitimidade para política e atos praticados). E também porque suas exigências nunca foram de fato bastante audaciosas."²⁸¹ Hodgkinson foi ainda mais crítico:

Por ser demasiado dependente de "fazer lobby", de celebridades e da mídia, por deixar de dar o domínio da campanha para os movimentos sociais do hemisfério sul, por diluir as exigências acordadas no Fórum Social Mundial pelos movimentos que vieram das bases populares, das comunidades, e por legitimar a Cúpula do G8, essa campanha estava perdida desde o começo. Nota 10 no quesito ajuda - Nota oito no quesito dívida? Parece mais algo como G8 ganhando da África de oito a zero...".²⁸²

Com fundamento nos vícios fatais do GCAP baseado em Joanesburgo, principalmente conhecido por advogar a moda de usar bandana ou faixa de lapela branca, estas preocupações tornaram-se mais intensas para os esquerdistas sul-africanos.²⁸³ Eloqüentemente, o primeiro boletim do grupo, que saiu em 14 de junho de 2005, era um relatório de 3.500 palavras prestando informações sobre campanhismo pelo mundo afora, relatório que ignorava o ativismo anti-pobreza no Sul Global, qual seja, greves, mobilizações populares pelo tratamento da AIDS [SIDA] e outros serviços de saúde, religações de água/eletricidade,

²⁷⁹ Quarmby, K. (2005), 'Is Oxfam Failing Africa?', *New Statesman*, 30 de maio.

²⁸⁰ Frith, M. (2005), 'Celebrities "Hijacked" Poverty Campaign, say Furious Charities', *Independent*, 27 de dezembro.

²⁸¹ Hertz, N. (2005), 'We Achieved Next to Nothing', *New Statesman*, 12 de dezembro.

²⁸² Hodgkinson, S. (2005), 'G8, Africa Nil', *Red Pepper e Counterpunch*, 27 de outubro.

²⁸³ GCAP's sítio na Internet is <<http://www.whiteband.org>>. Críticas of GCAP e Make Poverty History are found in two mid-2005 artigos by myself, Dennis Brutus e Virginia Setshedi: 'Are Mainstream NGOs Failing Africa?', in *ZNet Commentary* (21 de junho de 2005), *Global Dialogue* (August de 2005); e 'When Wearing White Is Not Chic, and Collaboration Not Cool', in *Pambazuka, Counterpunch, e Foreign Policy in Focus* (17 de junho de 2005).

ocupações de terras e prédios, campanhas de oposição aos organismos geneticamente manipulados (OGMs) também chamados de transgênicos e pró-segurança alimentar, organização de mulheres, campanhas pela participação na elaboração e gestão orçamentária municipal, movimentos estudantis e juvenis, resistência comunitária a deslocamentos causados pela construção de barragens e obras afins, movimentos contra a dívida e por reparações/indenizações compensatórias, lutas por justiça ambiental, campanhas por direitos de imigrantes e movimentos políticos para tomar o poder estatal, etc.. Duas décadas de agitações passavam lá despercebidas: as manifestações contra o FMI (1980-1990), protestos relevantes de povos indígenas depois do Zapatismo em 1994, ativismo por justiça global, a partir de Seattle em 1999, O movimento do Fórum Social Mundial desde 2001, demonstrações contra a guerra, protestos autonomistas e o ressurgimento da esquerda latino-americana. Apesar disso, o GCAP e esforços similares se empenharam em fazer a advocacia dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela ONU.

UM GRANDE TRUQUE PARA DISTRAÇÃO

A atenção prestada a África pode estar estado no seu auge em julho de 2005 por causa do campanhismo global pela sociedade civil como *Make Poverty History*[Fazer da pobreza história] e o GCAP. Contudo, mais de dois meses depois chegava a um ponto baixo, a um abatimento,, durante discussões em Nova Iorque sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (os ODM)*. As aspirações das Nações Unidas de cortar a pobreza pela metade até 2015 haviam sido concebidas cinco anos antes no âmbito de um organismo acoçado por contradições, o qual se movia ao mesmo tempo para abraçar o Consenso de Washington com seu *Global Compact* a favor do grande empresariado, endossar as estratégias de privatização por Parceria Público-Privada de "Tipo 2" e ter crescente colaboração com o Banco Mundial. Para ativar os ODM, a resolução 55/2 da Assembléia Geral das Nações Unidas estabeleceu sete metas:

- reduzir pela metade a proporção de pessoas vivendo em pobreza extrema entre 1990 e 2015;
- matricular todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias até 2015;

* (N.d.T.) Conhecidos em inglês como MDGs- *Millenium Development Goals*

- fazer progresso em direção à igualdade entre os sexos e empoderamento/autonomia das mulheres eliminando as disparidades entre sexos nas matrículas na educação primária e secundária até 2005;
- reduzir as taxas de mortalidade infantil em dois terços entre 1990 e 2015;
- reduzir as taxas de mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015;
- proporcionar acesso a serviços de saúde reprodutiva para todos os que necessitem até 2015; e
- implementar estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável até 2005, a fim de reverter a perda de recursos ou riquezas ambientais até 2015.

Contudo o processo dos ODM e as estratégias concretas para atingir estes objetivos - incluindo privatização de serviços básicos tais como água e eletricidade – fazem mais mal do que bem, de acordo com muitos críticos tradicionais na sociedade civil e na área acadêmica, bem como alguns nas próprias Nações Unidas.

Reconhecidamente, pode haver alguns benefícios associados a objetivos constituídos globalmente, universais. Como Peggy Antrobus da Rede DAWN-*Development Alternatives with Women for a New Era* o coloca: "Vistos dentro do contexto da "nova agenda da ajuda", os ODM proporcionam uma plataforma comum acordada por todos os governos com metas e indicadores de progresso mensuráveis, em torno dos quais os governos, organismos da ONU, instituições financeiras internacionais e sociedade civil possam, sem distinção, se arregimentar."²⁸⁴ Eles permitem aos organismos e estados doadores pelo menos capacidade nacional de "accountability"*, a qual ativistas da sociedade civil já indicam ser um lembrete para um complexo de culpa.

Contudo, usando a linguagem de muitas feministas e de ativistas da justiça social, Antrobus é taxativa:

Não acredito nos ODM. Penso sobre eles como sendo um Grande Truque para Distração*. Evidentemente que há uma amplamente difundida consciência de sua limitação: suas inadequadas metas e indicadores; sua exclusividade para indicadores que sejam quantificáveis, quando muito do que seja da maior importância – tal como Igualdade e Autonomia para as

²⁸⁴ Antrobus, P. (2003), 'Presentation to Working Group on MDGs and Gender Equality', UNDP Caribbean Regional Millennium Development Goals Conference, Barbados, 7 de julho. as citações abaixo são deste documento.

* [N.d.T.: capacidade de responsabilizar-se e de prestar contas obtendo legitimidade para política e atos praticados)

* N.d.T. Antrobus faz um trocadilho entre o significado do acrônimo MDG - *Millenium Development Goals*[No texto em português ODM –Objetivos de Desenvolvimento do Milênio] e "*Major Distraction Gimmick*"[em português "Grande Truque para Distração"], cujo acrônimo também pode ser MDG;...

Mulheres – não é facilmente quantificável; sua omissão de importantes Objetivos e Metas, tais como com relação à Violência contra Mulheres e Direitos Sexuais e Reprodutivos;²⁸⁵ seu silêncio sobre o contexto e ambiente institucional em que devam ser alcançados De fato, um principal problema dos ODM é a sua abstração do contexto social, político e econômico no qual eles sejam para ser implementados – a "economia política" dos ODM.

Um aspecto fundamental para a economia política dos ODM é que as instituições de Bretton Woods e a OMC – que estão atuando principalmente para os Governos do G8 e grandes empresas privadas – parecem decididas a colocar cada vez mais aspectos da vida sob as regras da mercantilização, atribuindo valores de mercado a sociedade e a natureza. Daí, como admite a própria ONU, "a concepção de programas do Fundo Monetário Internacional não deu quase atenção sistemática alguma aos objetivos ao considerar um orçamento ou enquadramento macroeconômico de um país." Um relatório de 2005 da ONU se queixa de que "No vasto número de programas de países apoiados pelo FMI desde a adoção dos objetivos, não houve quase nenhuma discussão sobre se os planos são compatíveis com a consecução daqueles." O relatório documenta como contenções orçamentárias impedem o incremento de estratégias setoriais para alguns dos ODM e que em alguns casos "os países são aconselhados a nem sequer considerar tais planos incrementados" pelas instituições de Bretton Woods.²⁸⁶

O sítio na Internet do programa Habitat da ONU também admite "a crítica comum dos ODM como um processo "que vem de cima para baixo", o qual exclui o envolvimento do poder público municipal e de outras partes interessadas... Deste modo há um perigo inerente de que mesmo se as metas fossem alcançadas, as desigualdades de pessoas e lugares dentro de uma nação ainda persistiriam."²⁸⁷ O *Minority Rights Group International* [Grupo Internacional pelos Direitos das Minorias] concorda: "Há um risco genuíno de que as estratégias usadas para atingir os ODM sejam menos benéficas para grupos minoritários, possam aumentar desigualdades e podem vir a prejudicar algumas comunidades minoritárias."²⁸⁸ Tal risco foi reconhecido no *Human Development Report* (Relatório de

²⁸⁵ Antrobus sustenta: 'A deliberada exclusão dos ODMs deste indicador fundamental de direitos humanos para mulheres e de empoderamento/autonomia simboliza tanto a falta de sinceridade de parte da maioria dos que votaram por eles e a luta que se tem à frente para qualquer pessoa que busque com seriedade a igualdade, a equidade e o empoderamento/ a autonomia para mulheres.'

²⁸⁶ Waruru, W. (2005), 'IMF, World Bank Come Under Heavy Criticism', *East African Standard* (Nairobi), 18 de janeiro.

²⁸⁷ UN Habitat, 'Urban Management Programme', sítio na Internet <<http://hq.unhabitat.org/cdrom/ump/CD/about.html>>, acessado em 7 de julho de 2005.

²⁸⁸ *Minority Rights Group International* [Grupo Internacional pelos Direitos das Minorias](2005), 'The Millennium Development Goals: Helping or Harming Minorities?' Presentation to UN Commission on Human Rights Sub-Commission on Promotion and Protection of Human Rights, Working Group on Minorities, Nova Iorque, 30 de maio.

Desenvolvimento Humano) de 2003 dedicado aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, do PNUD, o qual admitia que "Mulheres, habitantes rurais, minorias étnicas e outras pessoas pobres estão tipicamente progredindo mais lentamente do que pelas médias nacionais - ou não mostrando progresso algum- mesmo onde os países como um todo estejam caminhando em direção aos Objetivos."²⁸⁹

Os próprios ODM são algumas vezes ridicularizados por sua falta de ambição. Kumi Naidoo da ONG Civicus – responsável pela advocacia energética dos ODM dentro do GCAP – admite que "Aqueles que utilizam a plataforma dos ODM assim o fazem num nível estratégico e estão pressionando por objetivos para além dos ODM, ou seja o Vietnã fala de *ODM Plus* e outros falam de "para além dos ODM".²⁹⁰ A equipe da Civicus às vezes se refere aos ODMs como "Objetivos de Desenvolvimento Minimalistas", embora os ODM constituam o foco para o qual converge o GCAP. O minimalismo desalentador está evidente num artigo de 2003 de autoria de destacados burocratas do PNUD, que sustentavam que os compromissos dos ODM para com uma "parceria global" em ajuda, comércio e dívida.

encontram seus atuais comprometimentos oficiais no Consenso de Monterrey sobre financiamento para o desenvolvimento, na rodada de "desenvolvimento" de Doha sobre comércio e na iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (PPME), respectivamente. O progresso nos compromissos globais para com a melhoria da ajuda, comércio mais justo e rápido alívio da dívida determinarão, em grande medida, o êxito na consecução dos primeiros sete dos ODM até 2015 na maioria dos, se não em todos os países em desenvolvimento.²⁹¹

Se assim fosse, tal comprometimento oficial piora a pobreza mais do que a reduz. Os burocratas da ONU têm que admitir que ao passo que "Monterrey, Doha e PPME trazem grande esperança de fazer contribuições significativas para a consecução dos ODM, o progresso tem sido, contudo, até aqui extremamente lento." Como Monterrey, Doha e PPME todos mostram, os compromissos da elite global no tocante à ajuda, comércio e alívio da dívida estão, em resumo, tão aquém de mudanças progressistas, que alcançar as metas dos ODM é

²⁸⁹ United Nations Development Programme (2003), *Human Development Report 2003. Millennium Development Goals: a Compact among Nations to End Human Poverty*, Nova Iorque, p. 3.

²⁹⁰ Naidoo, K. (2005), 'Civil Society Gears up for a Major Global Campaign against Poverty', declaração pelo Secretário-Geral e Principal Funcionário Executivo da Civicus, Joanesburgo, 21 de janeiro.

²⁹¹ Vandemoortele, J., K. Malhotra e J. Lim (2003), 'Is MDG 8 on Track as a Global Deal for Human Development?', *United Nations Development Programme Bureau for Development Policy, Socio-economic Development Group*, Nova Iorque, junho.

impossível.²⁹²

Isto estava amplamente claro em setembro de 2005, à época em que a cúpula dos chefes de estado pretendia celebrar o avanço nos ODM. Como o presidente sul-africano Thabo Mbeki observou com pessimismo não característico, "nossa abordagem ao desafio de comprometer e mobilizar os recursos necessário para a concretização dos ODM tem sido irresoluto, tímido e tépido".²⁹³ De acordo com um aparentemente surpreso Vicente García-Delgado, o representante da Civicus na ONU,

O que teve lugar na ONU durante as poucas semanas levando para a cúpula foi um vexame - uma ridícula exibição diplomática onde a grande maioria dos Estados Membros viu seu documento final que tinha sido cuidadosamente minutado ser explodido em frente a seus olhos e onde todo o processo de delicadas negociações intergovernamentais foi mantido refém de uma pequena minoria que arrastava em direções contrárias..²⁹⁴

Não obstante, sustentou García-Delgado, " as ações [do GCAP] não têm sido em vão. Sem sua participação e ativismo, os resultados desta Cúpula poderiam ter sido muito, muito piores." Todavia, para ser bastante franco, não foram estes esforços em vão, dado que nenhum novo recurso nem mudanças estratégicas emergiram? Não demonstrou o fiasco de setembro de 2005 a necessidade do muito mais aprofundado e também muito mais urgente trabalho de expansão das iniciativas orgânicas ativistas existentes?

Quiçá, uma vez que a poeira tenha assentado sobre os desprezíveis tratos feitos pelo G8 sob os aplausos das ONGs cooptadas e ficando evidente para todos que os ODM foram uma farsa, será enterrada a mais recente versão da mania de beneficência para a África. Então, os mais duradouros ativistas estarão novamente nas linhas de frente - nas primeiras linhas e nas primeira páginas – seja através de campanhas específicas contra a ação danosa e malévola do estado e do grande empresariado (tais como a guerra e ocupação no Iraque), seja de outras formas de mobilização progressista e de advocacia democrática, ou da construção de Fóruns Sociais nacionais e fóruns setoriais internacionalmente em rede que expressem forte solidariedade. Antes de dirigir-se às perspectivas para um programa formal que unifique estas espécies de movimentos, dois emblemáticos exemplos de campanhismo merecem consideração.

²⁹² Bond, P. (2004), *Talk Left, Walk Right: South Africa's Frustrated Global Reforms*, Pietermaritzburg, University of KwaZulu-Natal Press.

²⁹³ Mbeki, T. (2005), 'The UN Millennium Review – Time Running Out!', Address of the President of South Africa at the United Nations Millennium Review Summit Meeting, Nova Iorque, 15 de setembro, p. 3.

²⁹⁴ García-Delgado, V. (2005), 'The Big Letdown: UN Summit Shortchanges the Poor', Civicus statement, Nova Iorque, 16 de setembro.

REPARAÇÕES/INDENIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS GLOBAIS - E SEU FECHAMENTO

Partindo da África do Sul, a exigência de reparações/indenizações compensatórias pelo Apartheid demandada contra seus financistas constitui um precedente crucial para campanhas mais amplas voltadas para reverter a saída de recursos ou riquezas da África, da mesma forma que a luta contra o Apartheid incluiu "sanções financeiras" bem sucedidas impulsionadas a partir das comunidades, das bases populares, contra o antigo Regime de Pretória, o que que subsequentemente inspirou uma batalha contemporânea para fechar o Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais. Estes são apenas dois notáveis exemplos campanhas iniciadas na África para restaurar as capacidades do continente.

Como apontado no capítulo anterior, ativistas do Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*] e outros grupos ligados a igrejas e grupos de vítimas do Apartheid ficaram frustrados com o fracasso da Conferência Mundial contra o Racismo de setembro de 2001 – o único fórum internacional mais apropriado - para promover sua agenda. A conferência foi tão rigidamente controlada por Thabo Mbeki que simplesmente não se permitiu incluir na resolução final um endosso a reparações/indenizações compensatórias, apoiado pelos governantes da Nigéria e Zâmbia, entre outros.

Os ativistas dirigiram-se às cortes dos EEUU, seguindo o modelo usado contra os banqueiros suíços e alemães e as grandes empresas privadas que violaram direitos humanos (e de propriedade) durante a era nazista. Ações civis por danos no valor de bilhões de dólares em nome de vítimas do Apartheid contra grandes empresas multinacionais que lucraram com investimentos na e empréstimos para a África do Sul sob o regime de Apartheid. Na ação mais importante, o Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*] e o *Khulumani Support Group*[Grupo de Apoio *Khulumani*]*, representando 32.000 sul-africanos (com 87 reclamantes específicos entrando com uma ação coletiva de mais amplitude), processaram 23 grandes empresas dos setores financeiro, de tecnologia, de transportes, de petróleo e de armamentos por seu papel em violações de direitos humanos na era do Apartheid.²⁹⁵ O temor que se criou

* N.d.T.: Khulumani significa em zulu "Falemos!". A partir da tradução para o inglês como "Speak Out!"[cf. www.khulumani.net]que é o idioma no qual o sítio do movimento é publicado pode se inferir os significados: "Fale alto!", "Fale abertamente!" ou "Fale o que pensa!"

²⁹⁵ As empresas são IBM, General Motors, Exxon Mobil, JP Morgan Chase, Citigroup, Caltex Petroleum Corporation, Ford Motor Company e a Fluor Corporation.

foi tão grande que o regime de Bush e os lobbies do grande empresariado peticionaram urgentemente junto às cortes dos EEUU, inicialmente sem êxito, para invalidar uma interpretação do *Alien Tort Claims Act*** tornou possíveis processos judiciais em busca de reparações/indenizações compensatórias pelo Apartheid.²⁹⁶

O Ministro da Justiça da África do Sul e o próprio Mbeki tinham a princípio reagido a campanha por reparações/indenizações compensatórias com manifestação de "nem apoio nem condenação". Contudo, na esteira do relatório final da Comissão Verdade e Reconciliação***, que recomendava um pagamento de reparações/indenizações compensatórias pelas empresas que se beneficiaram do Apartheid, ele mudou de rumo. Em abril 2003, era de repente "completamente inaceitável que questões que sejam fundamentais para o futuro de nosso país sejam julgadas em cortes estrangeiras, as quais não tem nenhuma responsabilidade pelo bem-estar de nosso país e nem pela observância da perspectiva da promoção da reconciliação nacional contida em nossa constituição". O presidente expressou "o desejo de envolver a todos os sul-africanos, incluindo empresas cidadãs, numa parceria cooperativa e voluntária" - obviamente deixando de reconhecer as numerosas tentativas em vão naquele sentido feitas pelo Jubileu África do Sul, pela *Apartheid Reparations Task Force* [Força Tarefa para Reparções/Indenizações Compensatórias pelo Apartheid] e pelo Arcebispo Anglicano da Cidade do Cabo Njongonkulu Ndungane por vários anos antes de os processos serem impetrados.

Em julho de 2003, Mbeki e o Ministro da Justiça Penuell Maduna defenderam então explicitamente os banqueiros e as grandes empresas internacionais contra os processos visando a reparações/indenizações compensatórias nas cortes dos EEUU, argumentando num memorial-manifestação (*Brief*****) de nove páginas que o juiz não deve desencorajar "o investimento estrangeiro tão necessário e retardar a consecução das metas do governo. De fato, a ação judicial poderia ter um efeito desestabilizador sobre economia sul-africana já que o

** N.d.T.: [Lei de Reclamação de Danos Estrangeiros], uma lei que permite a cidadãos de qualquer nacionalidade processar em tribunais estadunidenses por violações de direitos ou tratados internacionais.

²⁹⁶ Em junho de 2004, Corte Suprema confirmou a aplicabilidade do *Alien Tort Claims Act* a tais ações, embora tenha também advertido às cortes para levarem em consideração os objetivos de política externa dos EEUU.

*** N.d.T.: A *Truth and Reconciliation Commission* (TRC) Comissão de Verdade e Reconciliação com o objetivo de iniciar ou facilitar uma estratégia de reconciliação nacional foi criada na África do Sul após a abolição do apartheid com base no *Promotion of National Unity and Reconciliation Act, No 34 of 1995*. Veja o site oficial da TRC em <http://www.doj.gov.za/trc/>

**** N.d.T.: *Brief* refere-se aqui à figura jurídica híbrida estadunidense do *amicus curiae brief*. O *amicus curiae*, ou "amigo da corte", é uma pessoa ou entidade que não é parte na causa, mas tem um forte interesse na matéria em julgamento, e que requer ao tribunal permissão para juntar observações na qualidade de parte terceira em forma de um memorial-manifestação (*brief*) com objetivo de influenciar a decisão. É comum nos julgamentos em que se tem presente interesses coletivos ou difusos, e no processo constitucional que tem curso da Suprema Corte.

investimento não somente é uma força motriz do crescimento, mas também do emprego." O recurso de Pretória apresentado à corte foi ao que tudo indica catalisado por um pedido do então secretário de estado estadunidense Colin Powell.²⁹⁷

Não obstante, as esperanças estavam elevadas quando dois laureados com o Premio Nobel – o ex-Arcebispo da Cidade do Cabo Desmond Tutu e o economista da Universidade de Colúmbia Joseph Stiglitz – juntaram observações por partes terceiras na forma de memoriais-manifestações(*amicus curiae briefs*) apoiando os ativistas e desacreditando as arguições de Pretória. Em meados de 2004, a Suprema Corte dos EEUU decidiu que o *Alien Tort Claims Act* era com efeito um veículo apropriado para estes processos legais.

Contudo, baseado em parte sobre o memorial-manifestação(*Brief*) de Maduna, um juiz de Nova Iorque julgou improcedente o processo sobre reparações/indenizações compensatórias em novembro de 2004 (*Jubilee* e *Khulumani* recorreram da decisão judicial em fins de 2005). Em junho de 2005, as cortes dos EEUU rejeitaram outro processo legal, pelas "mulheres de consolo" vítimas de tortura e estupro japoneses na Segunda Guerra Mundial, em parte citando a carta de Maduna no sentido de que ações judiciais objetivando reparações/indenizações compensatórias poderiam ter implicações adversas de política externa. O Jubileu desafiou então o Barclays Bank através de uma campanha cidadã durante a compra do maior banco sul-africano, o ABSA pelos financistas londrinos. A substituta de Maduna, a Ministra da Justiça Bridgette Mabandla, respondeu com outras observações por partes terceiras na forma de memoriais-manifestações(*amicus curiae briefs*) em outubro de 2005, em nome de Barclays, de outros bancos, companhias de petróleo, mercadores de armamentos, firmas automobilísticas e gigantes da tecnologia, despertando mais manifestações contra a colaboração de Pretória com os aproveitadores do Apartheid.

Duas lições simples foram aprendidas a partir destas experiências: primeira, era impossível encontrar aliados na luta por justiça global dentro da liderança nacionalista da África do Sul, apesar da retórica anti-imperialista ocasional dos políticos de Pretória; e segunda, a ação judicial não era confiável e maiores protestos populares se faziam necessários. Firmes alianças contra o poder financeiro teriam que ser forjadas entre os próprios movimentos sociais do Terceiro Mundo, juntamente com partidários da solidariedade no Norte, sem impedimentos pelas distrações oriundas das ONGs e movimentos trabalhistas internacionais,

²⁹⁷ Para detalhes veja Bond, *Talk Left, Walk Right*, Capítulo 3.

que tipicamente buscam meras reformas, não a abolição das instituições financeiras internacionais (IFIs).

Um excelente exemplo de tal campanhismo teve lugar em setembro de 2005, quando o Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*] formou piquetes frente a oito bancos internacionais situados em Sandton*, incluindo o Barclays e o Citibank, informando que

Todos estes bancos ou nunca deixaram a África do Sul durante as sanções ao Apartheid ou então retornaram após 1994; todos eles estão - como se não tivessem nenhuma culpabilidade ou responsabilidade moral - fazendo negócios - fazendo dinheiro rapidamente com o apoio da política econômica que discrimina os pobres. Estes bancos deram bilhões de dólares em empréstimos ao governo do Apartheid, renegociaram suas dívidas e dessa forma lhe permitiram gastar ainda mais nas suas forças armadas, e, no caso do Barclays, deram dinheiro diretamente à *South African Defense Force* em 1976. Todos estes bancos precisam desculpar-se perante o povo sul-africano pelo apoio que deram ao Regime de Apartheid e pagar reparações/indenizações compensatórias a àqueles que sofreram por causa de suas ações.²⁹⁸

A organização baseada em Washington *Mobilization for Global Justice* [Mobilização pela Justiça Global] e uma coalizão de ativistas suíços (*Comtec, Déclaration de Berne e Campagne pour l'Annulation des Dettes et pour les Réparations en Afrique Australe*) juntou-se aos manifestantes de protesto da Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*] em exemplares demonstrações de solidariedade. De Sandton até Washington, o alvo era o Citibank, pois, como o Comitê Especial da ONU contra o Apartheid tinha observado em 1979, "o Citigroup emprestou quase um quinto dos mais de US\$ 5 bilhões que foram usados para reforçar o Apartheid" e nos anos subsequentes fez ainda mais empréstimos para financiar moradias segregadas e para a rolagem da dívida do Apartheid durante a crise financeira de 1985. Em Berna, o *Credit Suisse* e a *UBS* foram o motivo de protesto porque desde o início dos anos 80 substituíram os bancos britânicos e estadunidenses como os principais financistas do Apartheid.

Não há falta de tais oportunidades, para movimentos africanos expressarem sua raiva regularmente contra as finanças internacionais. David Seddon e Leo Zeilig distinguem entre uma "primeira onda" de lutas populares e "manifestações contra o FMI" a partir de meados dos anos 70 e indo até através dos anos 80 que pode ser vista como uma "precursora do fenômeno

* N.d. T.:subúrbio de luxo de Joanesburgo onde se concentram grandes empresas.

²⁹⁸ Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*] (2005), 'Strike Against Corporate Greed!', Joanesburgo, 23 de setembro.

contemporâneo do "movimento anti-globalização"; outros são mais céticos, vendo-as como expressões meramente localizadas de raiva e indignação". A segunda onda de protestos populares durante os anos 90 foi "mais explicitamente política com metas e objetivos de longo alcance", com 86 principais movimentos de protesto em evidência em 30 países só em 1991 e três dúzias de regimes ditatoriais varridos para fora do poder de 1990 a 1994" por uma combinação de manifestações de rua, greves de massa e outras formas de protesto".²⁹⁹

Emergirá uma "terceira onda", baseada em "novos movimentos sociais", no fenômeno do Fórum Social Mundial e em movimentos trabalhistas africanos mais focalizados na militância? Há razões para pessimismo, porém, seguramente, muitos momentos de inspiração, quando as questões se movimentam das exigências localistas e críticas meramente das elites venais, para uma consciência de que a luta é de longe mais profunda e que meramente substituindo governantes antigos por novos não faz muita diferença. Um exemplo foi a greve anti-FMI de fevereiro de 2004 convocada pelo *Zambia Congress of Trade Unions* [Congresso dos Sindicatos de Zâmbia], na qual meio milhão de trabalhadores participaram. Uma grande marcha baixou sobre o parlamento em Lusaka para rejeitar um congelamento de salários do funcionalismo público promovido pelo FMI, enquanto ativistas exigiam ao contrário um salário mínimo e outras concessões orçamentárias.³⁰⁰

Fazendo estas espécies de ligações e estabelecendo programas alternativos coerentes, as conexões intra-africanas de ativistas vão se tornando mais fortes. Em junho 2004, uma reunião na Cidade do Cabo de membros do *Jubilee Africa* [Jubileu África] de Angola, Camarões, Costa do Marfim, da RDC, do Quênia, de Moçambique, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue e de parceiros do Brasil, da Argentina e das Filipinas trabalhando sobre uma abrangente Auditoria da Dívida Ilegítima "expressaram profunda preocupação com o papel subimperialista da África do Sul e sua utilização da *NEPAD* para promover o paradigma neoliberal a fim de dominar ainda mais o resto do continente africano política, econômica, cultural e militarmente, servindo aos interesses de empresas transnacionais". Os grupos exigiam:

- cancelamento pleno e incondicional da dívida total da África;

²⁹⁹ Seddon, D. e L. Zeilig (2005), 'Class and Protest in Africa: New Waves', *Review of African Political Economy*, 103, pp. 16–22.

³⁰⁰ SouthScan (2004), 'Massive Strike Against Austerity Plan,' 24 de fevereiro. Para um histórico das fracassadas privatizações na Copperbelt (provincia cuprífera) zambiana e a formidável resistência popular à privatização bancária bem como a exaustão das políticas oficiais neonacionalistas, veja Larmer, M. (2005), 'Reaction and Resistance to Neoliberalism in Zâmbia', *Review of African Political Economy*, 103.

- reparações/indenizações compensatórias pelos danos causados pela devastação causada pela dívida;
- uma suspensão imediata das diretrizes das instituições de Bretton Woods conforme expressas em Iniciativas para Países Pobres Muito Endividados (PPME) e Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza (DERPs), do programa de ajuste estrutural disfarçado através do NEPAD e de quaisquer outros acordos que não tratem dos interesses fundamentais da maioria empobrecida e da construção de uma África soberana e sustentável; e,
- • uma auditoria abrangente para determinar a extensão total e real natureza da dívida ilegítima da África, os pagamentos totais feitos até a data da mesma e o valor devido à África.³⁰¹

Esta retórica não é incomum. No nível global, poucas semanas antes, surgiu uma nova e impressionante rede de movimentos sociais³⁰² com base de massas e de ONGs radicais ³⁰³ chamada "*IFIs-Out!*", ou seja "*Fora com as instituições financeiras internacionais!*", com "princípios unificantes " compreendendo o seguinte:

- Acreditamos no desmantelamento das IFIs, já que acreditamos que elas sejam fundamentalmente incapazes de se transformarem em instituições justas.
- Acreditamos na desmercantilização, em oposição à tendência neoliberal de privatizar toda propriedade comum.
- Acreditamos que as IFIs reforçam o patriarcado e a opressão das mulheres.
- Acreditamos que as IFIs reforçam um sistema racista de Apartheid global, incluindo a opressão de comunidades indígenas.
- Acreditamos na livre movimentação global das pessoas.
- Acreditamos na desglobalização do capital.
- Acreditamos no trabalho transterritorial, cruzando fronteiras nacionais, regionais e continentais e fronteiras entre questões (tais como mulheres, agricultura, povos

³⁰¹ <<http://www.aidc.org.za>>

³⁰² O s movimento sociais presentes à conferência de fundação (25–26 abril de 2004) foram : Association of Communities Organizing for Reform Now, EEUU; CEIBA, Guatemala; Citizens Network for Essential Services, EEUU; CODDEFFAGOLF, Honduras; COPINH, Honduras; Council of Canadians; Freedom from Debt Coalition, Filipinas; Jubileu Sul, Filipinas; Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*]; MPNKP, Haiti; Narmada Bachao Andolan, Índia; Halifax Initiative Coalition, Canadá; e Comitê Contra a Crise de Eletricidade em Soweto (*Soweto Electricity Crisis Committee*), África do Sul.

³⁰³ Estes compreendiam Center for Economic and Policy Research, EEUU; Center for Economic Justice, EEUU; CEJ Southern Africa, África do Sul; CIEPAC, México; Development Gap/SAPRIN, EEUU; Focus on the Global South, Tailândia/Índia; Institute for Global Networking, Information and Studies, Noruega; Public Citizen, EEUU; e Rocky Mountain Peace and Justice Center, EEUU.

indígenas, saúde pública, etc.).

- Acreditamos em liderança pelo Sul global.
- Acreditamos no fortalecimento de movimentos sociais populares .
- Acreditamos na articulação das lutas globais contra as IFIs com as lutas locais em torno de, terra, alimentação, água, etc. ("articulação global-local ").

Há caminhos concretos para levar estes princípios para a batalha contra as IFIs? Uma tática financeira anti-imperialista baseada na estratégia de desfinanciar o Banco Mundial fora introduzida quatro anos antes: o Boicote aos Bônus do Banco Mundial. Lançado pelo Jubileu África do Sul [*Jubilee South Africa*], pelo *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* do Brasil e numerosos outros grupos ativistas do Terceiro Mundo em abril de 2000, o Boicote aos Bônus faz esta simples pergunta que faz voltar às campanhas de desinvestimento anti-Apartheid: é ético para pessoas socialmente conscientes investir no Banco comprando seus bônus (responsáveis por 80% dos recursos da instituição) e receber dividendos que representam os frutos de enormes sofrimentos?

Em poucos anos o maior fundo de pensões do mundo, o TIAA-CREF, tinha vendido seus bônus sob pressão dos ativistas e um impressionante conjunto de fundos de investimento comprometeu-se a nunca mais comprar de novo um outro bônus do Banco.³⁰⁴ Além disso, estavam se fazendo preparativos para campanhas de oposição à recapitalização das IFIs. Uma outra frente era a da reprodução de conhecimento neoliberal via IFIs, especialmente o papel do Banco Mundial como "Banco de Conhecimento ", que também ficaria sujeito a uma campanha de deslegitimação nos anos que vinham.

Qualquer que seja a tática, a estratégia e análise a ser posicionada pelos ativistas deve continuar a enfatizar o relacionamento entre posição de força no mercado e imperialismo, da maneira que fizeram Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo um século atrás e da maneira que tantos críticos africanos o tem feito no meio-século passado. De fato, com Paul Wolfowitz dirigindo o Banco pelo menos até 2009 – quando potencialmente ou o sistema de seleção poderá mudar (o que é altamente improvável) ou um presidente democrata poderá nomear outro alguém com orientação imperial ligeiramente menor – estas questões estão sendo

³⁰⁴ <<http://www.worldbankboycott.org>>. Organizações que endossaram o boicote compreendem importantes ordens religiosas (a Conference of Major Superiors of Men, Pax Christi USA, a Unitarian Universalist General Assembly, e dúzias de outras); os mais importantes fundos dirigidos à responsabilidade social (Calvert Group, Global Greengrants Fund, Ben and Jerry's Foundation, e Trillium Assets Management); o fundo para geração de dotações da University of New Mexico; cidades dos EEUU (incluindo San Francisco, Milwaukee, Boulder e Cambridge); e grandes fundos de pensão/de investimento de sindicatos (por ex., Teamsters, Postal Workers, Service Employees International, American Federation of Government Employees, Longshoremen, Communication Workers of America, United Electrical Workers).

levantadas de uma maneira que unifica movimentos pela justiça global com a mais ampla luta anti-imperialismo/anti-bélica.

Por exemplo, em Washington aos 24 de setembro de 2005, uma marcha de pelo menos 200.000 pessoas exigindo a retirada dos EEUU do Iraque encontrou seu caminho para um cruzamento próximo às ruas Pennsylvania e 18^a., onde as reuniões anuais do Banco Mundial e do FMI estavam se realizando. Como contou a ativista Virginia Setshedi de Soweto à agência de notícias Inter Press Service, "Não é só sobre guerra. É sobre quantas pessoas morrem pelo mundo afora devido a políticas e ações injustas - uma grande parte das quais são econômicas. Assim, não é só a injustiça militar que estamos enfrentando. Precisamos ligar os pontos." Os organizadores do protesto atacaram as políticas das instituições de Bretton Woods por colocarem "no mundo inteiro os lucros das empresas à frente das necessidades humanas básicas. Falaremos abertamente contra o roubo dos recursos do Iraque pelas grandes empresas e a dizimação da economia iraquiana através da privatização e "livre comércio"."³⁰⁵ Um casamento de brincadeira foi celebrado do lado de fora do Banco em 22 setembro, unindo o Pentágono com o Banco sob a liderança de Wolfowitz.

De acordo com a Reuters, os manifestantes enlutaram-se pelos "direitos dos pobres na Luisiana desalojados pelo furacão Katrina, pelos pobres no Iraque que estão sendo atingidos pela guerra e por aqueles que dizem os manifestantes são forçados à pobreza pelas políticas do FMI".³⁰⁶ Espalhados de forma centrífuga ao redor do globo, os efeitos do neoliberalismo estão também reunidos com seu foco centralizado na cidade anfitriã do Banco Mundial, de acordo com um vibrante grupo local ativista, o *Mobilization for Global Justice* [Mobilização pela Justiça Global]:

Estas políticas se estendem mesmo para dentro dos EEUU: como residentes de Washington, capital dos EEUU, somos os relutantes anfitriões do Banco Mundial, do FMI e de outras instituições do império. Com nosso único hospital público fechado, um sistema de instrução pública em deterioração e com um estádio de beisebol particular sendo construído com fundos públicos, vemos que as mesmas políticas de ganhos particulares com as despesas públicas impostas aos países tomadores de empréstimos pelo Banco Mundial e pelo FMI também estão operando em Washington. O Banco Mundial e o FMI fazem bilhões por ano em lucros, usam serviços fornecidos pela cidade e estão assentados em valiosos imóveis no centro da cidade,

³⁰⁵ Shirin (2005), 'Thousands Rally Against "Economic Apartheid"', InterPress Services, Washington, 24 de setembro.

³⁰⁶ Lambert, L. (2005), 'Thousands in EEUU Protest Iraq War, Globalization', Reuters, 25 de setembro.

contudo, não pagam nenhum imposto sobre propriedade ou impostos sobre a renda de pessoas jurídicas. Isto é uma injustiça numa cidade com uma população de baixa renda majoritária sendo uma cruel hipocrisia de parte das instituições, que afirmam ser "redução da pobreza" e "desenvolvimento econômico" parte de suas metas.³⁰⁷

De forma eloqüente, na mesma semana dos grandes protestos, duas outras indicações da elasticidade do Banco apareceram: um encontro um tanto burlesco com organizações da sociedade civil dentro do Banco,³⁰⁸ e o lançamento do *2006 World Development Report: Equity and Development* [Relatório Mundial de Desenvolvimento 2006: Equidade e Desenvolvimento], cuja capa reproduzia a incendiária obra do muralista mexicano de esquerda Diego Rivera intitulada "*Sonho de uma tarde dominical na Alameda*" (1947-8). Aquele relatório, de acordo com Sanjay Reddy, "com freqüência se fia em indicadores e instrumentos analíticos questionáveis. Por exemplo, direitos de propriedade mais garantidos, conforme julgados pelos investidores estrangeiros, usam-se como um substituto qualificado para a "qualidade das instituições"... Seu embasamento intelectual é fraco, seus conteúdos não são adequadamente concluídos e suas receitas, com freqüência, ou são questionáveis ou de limitado valor prático."³⁰⁹

Ligando os pontos entre neoliberalismo e militarismo, os ativistas africanos estão contribuindo para a resistência contra o imperialismo financeiro, o subimperialismo sul-africano e o processo de "*compradorização*". Seus esforços simultâneos, que se entrecruzam, que se interconectam, estão reunindo, articulando, alguns dos mais avançados movimentos de massas de esquerda de todo o mundo. O que estão fazendo, através da praxis, é atualizar as teorias clássicas do imperialismo - porém sem embasar seus argumentos sobre a tese (veja, por exemplo, o clássico de Rudolf Hilferding, de 1910, *Finanz Kapital – O Capital Financeiro que tanto influenciou a obra *Imperialismo* de Vladimir Lênin*)³¹⁰ do *poder* esmagador

³⁰⁷ *Mobilization for Global Justice* (2005), 'Block the Bank! Fight the Fund! Reclaim Our Communities! Confront Economic Violence and Corporate Capitalism durante the World Bank and IMF Annual Meetings', Washington, 21 de julho.

³⁰⁸ De acordo com a transcrição, a presidente do encontro, presidente da diretoria da ONG Civicus, Aruna Rao, abriu o encontro fazendo piada-revelador, não?- sobre o casamento de brincadeira entre Banco/ Pentágono ("Esperamos que apesar do casamento recente oass senhores estarão abertos a comunicação com as organizações da sociedade civil") e fechando com o elogio de Wolfowitz pela"abertura ao diálogo com organizações da sociedade civil numa séria de questões. Volto então para onde comecei. Penso que esta comunicação, apesar do casamento, é algo que pode continuar." Contrastando, uma abordagem alternativa para os grupos da sociedade civil, é a de francamente reconhecer o casamento do neoliberalismo com o militarismo e cortar quaisquer futuras comunicações. O encontro também incluiu a crítica feita pelo presidente sainte do Comitê de Desenvolvimento, Trevor Manuel, naquele estilo de ponham a culpa na vítima, de seus constituintes que sofrem tanto de tuberculose com de desemprego persistente (<<http://www.imf.org/external/np/tr/2005/tr050922a.htm>>).

³⁰⁹ Reddy, S. (2005), 'The World Development Report 2006: a Brief Review', manuscrito inédito, Columbia University, Nova Iorque.

³¹⁰ Sobre a histórica disputa pelo poder financeiro veja mais em Bond, P. (2004), 'Bankrupt Africa: Imperialism, Subimperialism and Financial Politics', *Historical Materialism*, 12, 4.

localizado nas instituições financeiras globais. Em vez disso, eles começaram a focalizar sistematicamente a *vulnerabilidade* dos circuitos financeiros do capital e estão a aproveitar oportunidades para combinar seus ataques contra estas debilidades do capital com críticas à ilegitimidade da forma política, do império liderado pelos EEUU.

Embora trabalhar sobre as instituições financeiras seja uma prioridade máxima, estes campanhistas não estão sozinhos. Os esforços para reduzir as diferenças entre o global e o local e entre o Norte e a África estão sendo propostos em mais áreas do que possam ser listadas aqui: quando a *Treatment Action** advoga a quebra da detenção de patentes monopólicas de antiretrovirais pelas grandes empresas privadas da indústria farmacêutica; quando ativistas combatem o empurrar de organismos geneticamente modificados pela Monsanto dos EEUU para a África do Sul e para vários países africanos; quando vítimas do tráfico de diamantes para financiar conflitos armados, como os chamados *diamantes de sangue* de Serra Leoa e Angola geram um acordo global parcialmente bem sucedido em Kimberley*; quando os Basarwa-San* do deserto de Kalahari, no Sul da África, fazem publicidade contra remoções forçadas, no momento em que o governo de Botsuana abre caminho para investimentos da De Beers e investimentos do Banco Mundial; quando camponeses do Lesoto não concordam com remoção durante a construção do maior sistema de barragem do continente (exclusivamente para matar a sede irracional e hedonista de Joanesburgo), junto com ugandenses que são de forma similar ameaçados pela represa de Bujagali excessivamente cara e infestada de corrupção; quando uma crescente rede de ativistas questiona a longa exploração da Libéria pela exploração de borracha da *Firestone Rubber*; quando ativistas chadianos e camaroneses pressionam o Banco Mundial para não continuar financiando sua repressão e degradação ambiental; quando a *Oil Watch** faz articulações entre comunidades do Delta Nigeriano e muitas outras comunidades do Golfo da Guiné; e quando ativistas ganenses, sul-africanos e holandeses se opõem à privatização da água .

Até que ponto irão depende em parte de até onde os valiosos aliados nos centros

* N.d. T.: Trata-se da TAC – Campanha de Ação e Tratamento dos atingidos por HIV/AIDS[VIH/SIDA] da África do Sul <http://www.tac.org.za/>,

* N.d.T. O Processo Kimberley [*Kimberley Process Certification Scheme (KPCS)*] desde janeiro de 2003 certifica a origem dos diamantes brutos no mundo - Os governos de cada país signatário devem colocar em prática mecanismos para excluir diamantes ilícitos do comércio, certificando que os diamantes comercializados não contribuem para financiar conflitos.

* N. d. T.: Os San conhecidos na língua portuguesa pela nomenclatura colonialista de "Bosquímanos" residem nas regiões mais distantes do deserto do Kalahari, em Botsuana, na Namíbia, na África do Sul, em Angola e na Zâmbia. Estão entre os povos mais antigos do planeta, tendo desenvolvido capacidade para sobreviver sem água de superfície.

* N.d. T.: *Oil Watch* é uma rede de resistência a atividades petrolíferas. <http://www.oilwatch.org/>

financeiros e empresariais de indústria e comércio capitalistas avançados reconheçam os méritos de sua análise, estratégia e tática - e ofereçam a solidariedade que ativistas africanos e outros ativistas do Terceiro Mundo possam retribuir muitas e muitas vezes, uma vez que a pressão do Norte seja levantada de cima do pescoço de seus países e eles ganhem o espaço para atingir objetivos duradouro e emancipatórios. Todavia, preparar campanhas sobre reparações/indenizações compensatórias, fechamento das IFIs, ação malévola e danosa do grande empresariado e para por um fim a muitas outras formas específicas de pilhagem é apenas parte de um ainda maior desafio para a construção de baixo para cima: estabelecendo uma abordagem programática duradoura em cujo endosso os movimentos progressistas do mundo possam se unir.

PROGRAMAS PARA ACABAR COM A PILHAGEM

Apenas há uns poucos anos atrás, parecia que até mesmo as organizações pós-coloniais da sociedade civil africanas que uma vez tinham uma agenda desenvolvimentista mais radical estivessem em grande parte civilizadas, domesticadas e canalizadas para servir a cada nova encarnação do interesse elitista. Em reação aos excessos de partidos políticos nacionalistas esgotados, corruptos e repressores, muitos dos quais foram apeados do poder no início dos anos 90, houve a emergência de uma nova geração de movimentos democráticos, grupos de defensores de direitos humanos, ONGs, igrejas, jovens e mulheres e de vários grupos de sociedade civil. O ajustamento estrutural significou a perda de programas estatais de bem-estar e por sua vez a necessidade das sociedades civis resgatarem os destroços. Quando, no meio das ruínas, partidos políticos alternativos surgiram a partir das bases populares, das comunidades e dos chãos de fábrica (talvez mais espetacularmente em Zâmbia), eles também com frequência caíram para dentro da armadilha de aprofundar o domínio do mercado, às custas dos interesses populares.

Hoje, evidencia-se uma abordagem mais crítica nos pontos quentes dos movimentos sociais da África, especialmente da África do Sul. Alguns estudiosos podem reconhecer esta dinâmica como mais relacionada à visão de sociedade do cientista social húngaro Karl Polanyi - como uma força ativa, que contrabalança os excessos de mercado (em *The Great Transformation*, 1944*) - do que ao quadro pessimista da sociedade civil pintado pelo teórico e

* N.d.T.: Existe tradução portuguesa: POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro, CAMPUS, 2000

ativista político Antonio Gramsci (em seus *Prison Notebooks* 1930**). Esta leitura dicotômica da sociedade civil - como uma força conservadora, estabilizante (Gramsci), ou em vez disso como um "novo [desafio do] movimento social" ao neoliberalismo (Polanyi) – coloca diante de nós problemas interessantes.

Gramsci analisou a ascensão do fascismo e o simultâneo fracasso de movimentos políticos libertatórios na Itália e em outras sociedades ocidentais, explicando que a hegemonia do capitalismo dependia não meramente de repressão, mas também de consentimento:

...quando há um abalo [no Estado], imediatamente se percebe uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas;... A sólida estrutura das democracias modernas - tanto as organizações estatais como as associações complexas da sociedade civil - é para a arte da política o que as "trincheiras" e fortalezas permanentes do front são para a guerra de posição
....³¹¹

Michael Burawoy interpreta: "A sociedade civil abafa toda tentativa de tomar o poder estatal diretamente, de modos que a atividade revolucionária envolve o lento, paciente trabalho de reorganização das associações, sindicatos, partidos, escolas, sistema judiciário e assim por diante" - isto é, a "guerra de posição" de Gramsci, em contraposição a uma "guerra de movimento" mais insurrecional.³¹² A mais poderosa idéia de Polanyi, entretanto, era provavelmente a de "um movimento duplo" no qual "a extensão da organização do mercado com respeito a mercadorias genuínas fazia-se acompanhar de sua restrição", à medida que a sociedade resistia a mercantilização excessiva.³¹³

Alguns tinham aventado que um *programa* formal dirigido a esta sorte de coerência política fosse o pré-requisito. O Conselho Africano do Fórum Social Mundial foi fundado em 2004 e anunciara que seus principais desafios eram terminar "a ditadura das políticas neoliberais e da política para militarização da administração da Tríade (Europa, Estados Unidos e Japão), sob a liderança do Império Americano".

Especificamente, como poderão os progressistas promover esta agenda? No começo de 2005 no Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, 19 intelectuais e ativistas de renome

** N.d.T.: Versão brasileira: Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. 6v.,

³¹¹ Gramsci, A. (1971), *Selections from the Prison Notebooks*, Nova Iorque: International Publishers, pp. 238, 243.

³¹² Burawoy, M. (2003), 'For a Sociological Marxism: the Complementary Convergence of Antonio Gramsci e Karl Polanyi', *Politics and Society*, 31, 2.

³¹³ Polanyi, K. (1957), *The Great Transformation: the Political and Economic Origins of Our Time*, Boston, Beacon, p. 76.

reuniram-se para produzir uma minuta de "doze propostas que dão sentido à construção de outro mundo possível. " (condensadas como segue):³¹⁴

- 1 Anular a dívida externa dos países do Sul;
- 2 Aplicar taxas internacionais às transações financeiras (especialmente a Taxa Tobin às transações especulativas de divisas), aos investimentos diretos no estrangeiro, aos lucros consolidados das transnacionais, à venda de armas e às atividades que emitem de forma substantiva gases que produzem o efeito estufa;
- 3 Desmantelar progressivamente todas as formas de paraísos fiscais, jurídicos e bancários;
- 4 Cada habitante do planeta deve ter direito a um emprego, à proteção social e à aposentadoria, respeitando a igualdade entre homens e mulheres;
- 5 Promover todas as formas de comércio justo, rechaçando todos os acordos e leis propostos pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e colocando em execução mecanismos que permitam, dirigir-se progressivamente a um nivelamento por alto das normas sociais e ambientais;
- 6 Garantir o direito à soberania e à segurança alimentar de cada país, mediante a promoção da agricultura campesina;
- 7 Proibir todo o tipo de patenteamento do conhecimento e dos seres vivos (tanto humanos como animais e vegetais), do mesmo modo que toda a privatização de bens comuns da humanidade, em particular a água;
- 8 Lutar, em primeiro lugar, por diferentes políticas públicas contra todas as formas de discriminação (sexismo, xenofobia, anti-semitismo e racismo). Reconhecer plenamente os direitos políticos, culturais e econômicos (incluindo o acesso de recursos naturais) das populações indígenas;
- 9 Tomar medidas urgentes para colocar um fim à destruição do meio ambiente e à ameaça de mudanças climáticas graves devido ao efeito estufa resultante, em primeiro lugar, da proliferação do transporte individual e do uso excessivo de fontes de energias não renováveis;

³¹⁴ Os signatários – 18 homens, e lamentavelmente apenas uma mulher – foram Aminata Traoré, Adolfo Pérez Esquivel, Eduardo Galeano, José Saramago, François Houtart, Boaventura de Sousa Santos, Armand Mattelart, Roberto Savio, Riccardo Petrella, Ignacio Ramonet, Bernard Cassen, Samir Amin, Atilio Boron, Samuel Ruiz Garcia, Tariq Ali, Frei Betto, Emir Sader, Walden Bello e Immanuel Wallerstein. Numa crítica de companheiro para companheiros(as), publicada em <<http://www.zmag.org/sustainers/content/2005-02/22bond.cfm>> em 22 de fevereiro de 2005 ('*Discussing the Porto Alegre Manifesto*'), oferece alguns aditamentos com coleguismo.

- 10 Exigir o desmantelamento das bases militares estrangeiras e da remoção de suas tropas em todos os países, salvo quando estejam sob mandato expresso das Nações Unidas, especialmente no que toca ao Iraque e Palestina;
- 11 Garantir o direito de acesso à informação e o direito de informar para/de todos os cidadãos;
- 12 Reformar e democratizar em profundidade as organizações internacionais, entre elas a ONU, fazendo nelas prevalecer os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.

Não obstante excelentes idéias, é justo perguntar: aqueles que deram origem a estas propostas pensaram nelas a fundo, tão completamente quanto possível? Deve se juntar às críticas ao processo deles – a saber, lançar um importante manifesto para o FSM sem consulta adequada (e com extremo desequilíbrio em sua composição no tocante ao sexo de quem o assinou) – a preocupação de que, for quaisquer razões que sejam,, os autores talvez não estejam suficientemente concentrados nas questões?

Todavia estas são preocupações menores em relação à questão mais importante: representa o FSM um *processo* apropriado para se chegar a uma unidade estratégica programática e prática? Trevor Ngwane do Comitê Contra a Crise de Eletricidade em Soweto (*Soweto Electricity Crisis Committee*) expressa estas reservas:

As estruturas dirigentes do FSM – seu conselho internacional e secretaria – estão permitindo, sem querer, a marginalização e o eclipse dos movimentos sociais por sua abordagem distanciada, de *laissez-faire* quanto à organização de eventos e atividades no espaço do FSM O FSM 2007 na África não pode se permitir virar um bate-papo. Devemos considerar uma campanha concreta e específica e um resultado que beneficiará de forma prática as massas africanas.³¹⁵

³¹⁵ Ngwane, T. (2005), '*WSF 2007 in Africa Must Build a Mass Movement against Capitalism*', manuscrito inédito, 7 de fevereiro, Joanesburgo.

DO ESPAÇO PARA A REDE, DA REDE PARA O ESTADO?

Quaisquer que tenham sido suas deficiências, Porto Alegre serviu como um "espaço" sem precedentes para estas espécies de debates. Da mesma forma, num importante encontro em 2003 em Adis Abeba, o Fórum Social Africano se descreveu a si próprio como "um espaço pluralista e diversificado, não-confessional, não-governamental e não-partidário, o qual conecta, de uma maneira descentralizada e em redes, as entidades e movimentos comprometidos com ações concretas, do nível local ao internacional, para a construção de uma outra África e de um outro mundo".³¹⁶

Todavia, para além de servir como uma espécie de feira comercial de esquerda onde se apresentam idéias e experiências, provavelmente já é chegada a hora de o FSM e os que a ele se afiliam desenvolver democraticamente pontos de convergência programáticos. É crucial para qualquer programa de justiça global desse porte emergir a partir de lutas sociais reais. E, infelizmente, é provável que a diversidade ideológica incluída dentro do FSM prove ser uma barreira séria ao tratamento de problemas da sorte que se levanta nas "Doze propostas", especialmente sobre se devemos "consertar" ou "vetar" instituições estatal-globais embrionárias.

Em vez disso, acho que o progresso real nestas direções se encontrará nos fóruns setoriais transnacionais, dos quais há muitos exemplos, alguns dos quais já estão gerando as análises, reivindicações, estratégias, táticas e alianças em escala global às quais os 19 autores deveriam ter feito referência. Sérios ativistas estão de maneira crescente atravessando as fronteiras, raças, classes e tradições políticas para encontrar uma unidade de objetivo em setor após setor: terra (*Via Campesina*), assistência à saúde (*International Peoples Health Council* -IPHC -Conselho Internacional da Saúde dos Povos), instrução gratuita (*Global Campaign for Education* - Campanha Global pela Educação), água (o *People's World Water Fórum* -Fórum Popular das Águas), energia/mudança climática (a Declaração de Durban), dívida (Jubileu Sul), perspectiva democrática no financiamento para o desenvolvimento (*IFIs-Out!* e *World Bank Bonds Boycott/Boicote aos Bônus do Banco Mundial*), comércio (rede global Nosso Mundo Não Está a Venda [*Our World is Not for Sale/OWINFS*]) e assim por diante.

Naturalmente, não é nada fácil fazer entrelaçar as campanhas por justiça que se

³¹⁶ <<http://www.africansocialforum.org/english/charter.htm>>.

originam nas bases, nas comunidades e nos chãos de fábrica e que já se entrecruzam numa abordagem política coerente. Os sul-africanos agora batalhando por um programa generalizado de "desmercantilização" e de direitos socioeconômicos sabem disto graças às várias cisões políticas dos movimentos (principalmente se dividindo sobre os méritos de alinhamento ao partido neoliberal governante, infestado de corrupção, de Thabo Mbeki). Reconhecidamente, há ampla unidade nos objetivos sul-africanos – medicamentos antiretrovirais gratuitos para lutar contra a AIDS [SIDA]; pelo menos 50 litros grátis de água e 1 quilowatt /hora de eletricidade gratuita para cada indivíduo todo dia; reforma agrária ampla; proibições de desligamentos de fornecimento de serviços de utilidade pública e de despejos; instrução gratuita; telecomunicações reestatizadas; o direito ao emprego; e até mesmo uma concessão de renda básica mensal * - todavia há trabalho pela frente para conectar as lutas concretas.

Um conjunto mais rigoroso de Fóruns Sociais *nacionais* – filiados ao FSM porém com autonomia federalista – se houvesse, permitiria o desenvolvimento de um programa de ação universal? Provavelmente não, pois na África do Sul e em outras partes, há divisões demais entre as principais organizações que representam os povos oprimidos para forjar a necessária unidade para um fórum nacional que seja exeqüível. (Contudo, no Zimbábue, Quênia, Nigéria, Gana e Maláui, o Fórum Social já se tornou o local de encontro para um reagrupamento nacional das forças de esquerda, no melhor espírito de construção de coalizões e de trabalho programático.)

Os problemas com o modelo do FSM até hoje estão em parte enraizados nas origens da iniciativa em 2001: entre social-democratas elitistas que, como regularmente indicado por críticos ativistas, se espelharam no Fórum Econômico Mundial de Davos e fizeram uma convocação dos de cima para os de baixo virem para uma reunião dispendiosa num local simbólico. No FSM de 2003 em Porto Alegre, os organizadores foram acusados de sistematicamente marginalizar forças mais radicais tais como Indymedia, a rede juvenil Intergalactica e a rede ZNet. Perguntei ao escritor anarquista Andrej Grubacic após o FSM 2003, "queremos realmente criar um movimento que se parecerá com um coquetel no saguão Plaza São Rafael Hotel em Porto Alegre? Queremos um movimento dominado por burocratas

* N.d.T. :chamada de "basic income grant" na África do Sul, onde fazem-se analogias à chamada *Bolsa-Família* do Brasil.

de meia-idade que usem xales palestinos?..."³¹⁷ (Isto não é uma questão de participação insuficiente das bases populares; é sobre a "accountability" (N.d.T.: a capacidade de responsabilizar-se e de prestar contas obtendo legitimidade para política e atos praticados), visão e militância dos principais atores.)

Dado tais começos, interpretar o potencial político radical do FSM é um dos dilemas mais interessantes para os movimentos de justiça global. Os organizadores do FSM estão agora mais do que um pouco embaraçados pelo seus companheiros do Partido dos Trabalhadores terem se desincumbido de forma tão capaz no Brasil a serviço do neoliberalismo, subimperialismo (no Haiti por exemplo) e imperialismo (na Cúpula da OMC em Hong Kong). Como um reflexo de seu fracasso em gerar mudança significativa, o Partido dos Trabalhadores perdeu as eleições e assim o poder estatal na própria cidade que se tornou sinônimo de FSM, Porto Alegre, e ainda perdeu no próprio estado da federação do qual Porto Alegre é a capital, o Rio Grande do Sul.

Independentemente do lugar do encontro, o que certamente constitui a principal realização do FSM é a construção de espaços dialógicos. Estes espaços poderão em última análise apoiar a convergência ideológica, analítica, estratégica e até tática entre movimentos dispersos abarcando o globo. Deveras, a rede do Fórum Social rede é potencialmente um meio pelo qual a "globalização dos povos" possa se tornar real, um genuíno contraponto à "globalização do capital".

No processo, Michael Hardt e Antonio Negri insistem em que sua nova categoria, "a *multidão*" de pessoas oprimidas (diferenciando-se de "massas"), poderia também "ser concebida como uma rede: uma rede aberta em expansão na qual todas as diferenças possam se exprimir livre e igualmente, uma rede que proporcione os meios de encontro, de modos que possamos trabalhar e viver em comum". Novamente, idealmente, a forma de rede fornece "o modelo para uma organização absolutamente democrática que corresponda às formas dominantes de produção econômica e social e seja também a mais poderosa de todas as armas contra a estrutura de poder dominante". De acordo com Hardt e Negri, o desafio é "comunicar e agir em comum e ao mesmo tempo permanecer internamente diferente". Enquanto que anteriormente, os dissidentes eram divididos segundo linhas setoriais, geográficas e outras,

³¹⁷ Grubacic, A. (2003), 'Life After Social Forums: New Radicalism and the Questions of Attitude towards Social Forums', <<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/wsf/life-after-sf.htm>>. Veja também os merecidamente influentes escritos de Naomi Klein, por ex., (2003), 'The Hijacking of the world Social Forum', <<http://www.nologo.org>>, 30 de janeiro.

"hoje movimentos em rede são capazes de tratar de tudo isso [os descontentamentos] simultaneamente". Lançando mão do livro pioneiro de Ashwin Desai sobre os movimentos sociais urbanos sul-africanos, *We Are the Poors*, Hardt e Negri registram tanto o notável não-racialismo* através do qual africanos negros e pessoas de descendência indiana lutam em uníssono e a visão global através da qual estes movimentos "apontam a globalização neoliberal como a origem de sua pobreza".³¹⁸ Mas ao apontar para neoliberalismo nesta maneira, certamente surgem perigos, de acordo com Desai e Richard Pithouse, a partir da corrente política promovida por Hardt e Negri, entre outros: "O fetiche da espontaneidade do autonomismo significa que lhe falta qualquer capacidade significativa para colocar, e menos ainda para responder, a importantes questões sobre estrutura, prática e liderança democráticas dentro dos movimentos."³¹⁹

Além disso, voltando à questão mais ampla de se uma estratégia política e programática coerente pode emergir das tendências africanas, do terceiro mundo e deveras das atividades de justiça global, a outra falha crucial do autonomismo é seu desdém pelo estado. Assim, por um lado, deve estar claro que qualquer programa genuíno de libertação terá que emanar de lutas fundamentadas das massas democráticas e das redes que as fazem se encontrar (provavelmente primeiro em setores, depois nos lugares de encontro do Fórum Social Africano e do Fórum Social Mundial).

Por outro lado, os ativistas são continuamente confrontados com iniciativas em escala nacional globalmente impostas pelas elites e são com freqüência compelidos a responder com uma estratégia nacional "alternativa". O que podem fazer, dado a esquerda estar tão longe do poder em todo país africano? Ao contrário, a América Latina é um local mais hospitaleiro para colocar e responder a estas questões, de locais semi-libertados - Cuba, Venezuela e talvez Bolívia – a terrenos onde governos de centro-esquerda (Brasil, Argentina, Uruguai) estão rejeitando o FMI e a privatização, sob pressão de movimentos sociais e trabalhistas.

* N.d.T.: O conceito de *non-racialism*, conforme no original e com referência ao processo histórico de luta contra a segregação racial e depois contra o Apartheid na África do Sul é de difícil tradução para o português, seja no Brasil, na Europa ou na África. Isto porque o colonialismo português caracterizou-se naqueles locais e também na Ásia pela prática de escravidão rácica da qual deriva a ideologia do racismo anti-negro e uma conseqüente grande ênfase sobre raça ou considerações de ordem racial em países de língua portuguesa, especialmente no Brasil, cuja existência era negada pelo colonialismo salazarista e pelas elites brasileiras. A inexistência da ênfase sobre raça ou considerações de ordem racial é o que significa "non-racialism" e pode ser expressa em português como "aracismo" assim como existe o adjetivo "aracial" com maior ocorrência em textos de Portugal. Optamos pelo anglicismo *não-racialismo* pois tem sido trasladado com freqüência para nossa língua seja no Brasil em Portugal ou na África. Muitas vezes, no Brasil, tem sido *non-racialism* erroneamente traduzido como "não-racismo", e usado como epítome para a ideologia da "democracia racial" brasileira, a qual em última análise enfatiza as raças ou considerações de ordem racial.

³¹⁸ Hardt, M. e A. Negri (2004), *Multitude*, Nova Iorque, Penguin, pp. xii, xiii, 88, 135.

³¹⁹ Desai, A. e R. Pithouse (2004), 'Sanction All Revolts: a Reply to Rebecca Pointer', *Journal of Asian and African Studies*, 39, 4, p. 300.

Não é nada incomum na África que ativistas se refiram a um aparelho de estado nacional admitidamente deteriorado e repressivo como um salvador em potencial. Isto não é ingenuidade, mas em vez disso reflete a sensação concreta de tantos movimentos, de que seus estados - uma vez democratizados – sejam em última análise o único real local de poder que possa agir contra os excessos de mercado. E dadas as debilidades nas recentes propostas de política pela elite global e pela elite africana visando a reverter o colapso socioeconômico do continente, estes ativistas são continuamente pressionados a desenvolver novas opções de políticas que sejam mais factíveis para a sociedade e para a natureza.

Reiterando, é inquestionável que tais opções terão que emergir dos de baixo para os de cima, através do ativismo e das críticas que emanarem dos próprios africanos. Embora seja presunçoso o predizer de qualquer coisa na esfera da dinâmica da sociedade civil, *pode ser* que algumas ou todas as opções abaixo emergissem como o menu de políticas para estas forças progressistas:

- com relação à ajuda, a simples recusa de ajuda condicionada e de ajuda fantasma (ou fictícia) poderá ser acompanhada por um exercício internacional de designar e denunciar infratores através da elaboração e publicação de listas dos mesmos ("*naming and shaming*"), prática na qual já embarcaram alguns campanhistas;
- sob o slogan " "Dívida: não devemos, não pagamos", a implicação óbvia de política que tem o superendividamento é a de inadimplência sistêmica do Terceiro Mundo, uma política realizada *em massa* em período anteriores, com êxito, mas também aludida pelo exemplo contemporâneo da Argentina;
- quanto aos fluxos desiguais de capital do setor privado na África há também estratégias bem testadas - - tais como *prescribed assets*[regulamentação de ativos] – que podem forçar o reinvestimento interno de fundos de pensões e de fundos de garantia ou fundos de seguro saúde bem como de outras grandes reservas institucionais de investimentos;
- para controle da fuga de capitais, será crucial que se trate dos paraísos fiscais em extraterritorialidade (*offshore*) através de regulamentação em escala nacional e até de proibição de transferências financeiras a partir destes locais, como parte de um restabelecimento mais geral de controles cambiais para limitar a convertibilidade da moeda e através de regulamentação financeira revitalizada pelo estado;
- para as relações de comércio, uma estratégia de desenvolvimento orientada para dentro

é preferível (supondo indústrias nascentes e políticas judiciosas de tarifas e quotas), dada a deterioração dos preços para exportações que não sejam de petróleo, a qual por sua vez representa uma rotina para elevação da oferta em termos físicos e receitas declinantes;

- com respeito a migração, é necessário um equilíbrio entre crescente liberdade de movimento e crescentes incentivos a manter residência nos países que dão origem a migrações após instrução profissional e superior local, com o internacionalismo como um valor central;
- o investimento direto estrangeiro deve também, no futuro, ser cuidadosamente mensurado de modo a incluir o esgotamento de recursos naturais e muitos outros custos (tais como preço de transferência e remessas de lucros/dividendos), não simplesmente benéficos - sendo então reusada permissão se estes cálculos não forem favoráveis, uma tática que foi utilizada com êxito durante o impulso inicial para a industrialização pós-guerra da Coreia do Sul;
- deve se resistir firmemente à austeridade fiscal, ao monetarismo, à privatização, à liberalização e a outras políticas macroeconômicas, dado os seus impactos que levam à má distribuição, ao tempo em que a sociedade civil intensifique o controle orçamentário;
- politicamente, a profunda democratização de todas as sociedades africanas será necessária para livrar os circuitos governantes de elementos corruptos imbuídos das práticas de tipo "*comprador*", as quais por sua vez implicam em mais atenção não apenas a contestação de aspectos do poder estatal e da acumulação de capital (como tantos grupos da sociedade civil o estão fazendo), mas também em última análise *tomando* o poder através de partidos políticos progressistas;
- uma mudança formidável no equilíbrio nacional de forças através da África, seguindo as transições em curso na América Latina, constitui por sua vez o pré-requisito para ganhar peso político suficiente a fim de começar o estabelecimento de medidas vitais em escala global (tais como taxas Tobin, mitigação de gases do efeito estufa e reparações/indenizações compensatórias pela dívida ecológica); e
- enquanto uma mudança progressista no governo for uma longa marcha para a maioria dos países, é viável, entretanto, ampliar as iniciativas existentes de ativistas destinadas

a controlar a saída de recursos ou riquezas da África e a assegurar que as estratégias redistributivas sejam catalisadas e admitidas em nível de famílias, comunidades das bases e chãos de fábrica.

Uma vez mais, a importância de agência, no sentido de capacidade de agir, é crítica. Na seqüência de lutas contra colonialismo, Walter Rodney foi um dos principais admiradores da atividade vital das mais amplas massas africanas, com o sacrifício de milhares de vidas. Em suma basta dizer que o povo africano impediu coletivamente a concretização dos planos dos colonialistas, caminhando decididamente para a liberdade. Tal posição pode parecer um retomar de uma certa visão romântica, muito popular nos primeiros anos da década de 60, acerca da independência africana; todavia há uma perfeita consciência da amarga realidade da África neocolonial.³²⁰

Substituir projetos neoliberais surrados como a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África [*NEPAD - New Partnership for Africa's Development*] por uma estratégia programática que venha dos de baixo para cima, que possa confrontar a pilhagem da África necessita do rápido desenvolvimento de movimentos democráticos de massas através do continente, imbuídos nos valores da liberdade, igualdade (incluindo entre os sexos) e solidariedade. Além disso, os intelectuais desempenham um papel crucial. A possibilidade de uma renovada intenção da esquerda africana de fazer parar ou reverter a pilhagem do continente depende do cultivar de nacionalistas, feministas, economistas políticos críticos e antiimperialistas da África com consciência independente que já estão ajudando a dar forma às estratégias de movimentos progressistas.³²¹

Talvez Fanon tenha colocado isso melhor, em sua exposição sobre os intelectuais nas zonas liberadas da Argélia, aproximadamente em 1961:

Um dos maiores serviços que a revolução argelina terá prestado aos intelectuais argelinos foi tê-los posto em contacto com o povo, ter-lhes permitido ver a extrema, a inefável miséria do povo e ao mesmo tempo assistir ao despertar de sua inteligência, ao progresso de sua consciência... hoje, tribunais do povo atuam em todos os escalões, comissões locais de

³²⁰ Rodney, W. (1972), *How Europe Underdeveloped Africa*, Dar es Salaam, Tanzania Publishing House e Londres, Bogle L'Ouverture Publications; <<http://www.marxists.org/subject/africa/rodney-walter/how-europe/>>. Existe *tradução portuguesa*: Rodney, Walter – *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Seara Nova, Lisboa 1975

³²¹ Com certeza, as condições não são tão fáceis na maioria dos locais de trabalho intelectual africano, com muitos acadêmicos sobrevivendo com salários de menos do que US\$ 100 por mês. Mesmo em universidades outrora orgulhosas como Dar es Salaam e Makerere, os antigos intelectuais progressistas estão dispostos a pegar empregos ou consultorias junto a organismos multilaterais, doadores, grandes empresas privadas e ONGs ricas do Norte em vez de devotar tempo e energias ao trabalho arriscado e não remunerado em favor das sociedades civis.

planificação organizam o desmembramento das grandes propriedades, elaboram a Argélia de amanhã. Um homem isolado pode mostrar-se infenso à compreensão de um problema mas o grupo, a vila compreende com uma rapidez desconcertante. É verdade que quando se toma a precaução de utilizar uma linguagem só compreensível aos bacharéis em direito ou em ciências econômicas, facilmente se prova que as massas têm de ser dirigidas. Mas quem fala a linguagem concreta, quem não está obcecado pela vontade perversa de implantar a desordem, de se desembaraçar do povo, percebe que as massas aprendem todas as nuances, todas as astúcias..³²²

Numa África sem nenhuma de tais oportunidade revolucionárias no presente, uma responsabilidade de intelectuais aplicados é com certeza,, no mesmo espírito humilde, a de ajudar a desenvolver questões e identificar sítios de inter-relacionamento entre setores, espaços e escalas da ação política radical. Uma conferência em abril de 2002 de duas organizações assim comprometidas - o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa e Ciências Sociais em África e a *Third World Network- África* [Rede do Terceiro Mundo - África] – convocou os "estudiosos e ativistas intelectuais dentro da África e na Diáspora, a unir forças com grupos sociais cujos interesses e necessidades sejam de centralidade para o desenvolvimento da África".³²³ Este é um bom mandato: urgentemente muito necessário, na África, em toda a parte..

CONCLUSÃO: DA PILHAGEM À LIBERTAÇÃO

A pilhagem da África data de muitos séculos atrás, do ponto em que as transferências de valor começaram via apropriação de trabalho escravo, antiguidades, metais preciosos e matérias primas. Termos de troca injustos logo foram ampliados pelas relações coloniais e neocoloniais. Estes processos muitas vezes corresponderam a uma espécie de "acumulação primitiva", pela qual o capital de países do Norte cresceu em virtude de pilharem a África.

Todavia, como este livro demonstra, isto não foi um conjunto pontual de problemas que tenham ocorrido de uma vez só, solucionados pelas lutas de independência dos anos 50 e 90. Em décadas recentes, a extração de riqueza através de relações imperialistas se intensificou e

³²² Fanon, F. (1963), *The Wretched of the Earth*, Nova Iorque, Grove Press, p. 189. Edição Brasileira: Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2a. edição, 1979, p. 154-155.

³²³ Council for Development and Social Science Research in Africa(CODESRIA), Dakar e Third World Network-Africa (2002), 'Declaration on Africa's Development Challenges', adotada na Joint Conference on Africa's Development Challenges in the Millennium, Accra, 23–26 abril.

algumas das mesmas espécies de táticas de pilhagem primitiva estão agora uma vez mais evidentes. Ademais, as causas principais do subdesenvolvimento da África desde o começo dos anos 80 podem também ser identificadas no âmbito das políticas *neoliberais* (de livre mercado) adotadas quase que universalmente através do continente e de fato através do mundo, em parte graças ao surgimento de aliados locais do Norte dentro dos estados africanos.

Este livro considerou os argumentos que surgem do campo neoliberal e as suas mais óbvias refutações. A impressão dos círculos dominantes - por exemplo, da Comissão para a África de Tony Blair- é equivocada quando cita o que parece ser uma vasto influxo de ajuda, pois a "ajuda fantasma" (ou fictícia) deve ser levada em consideração. No lugar de um nível sustentável de pagamentos de encargos da dívida, conforme reivindicado por aqueles que apóiam os esquemas limitados das elites para alívio de dívida, as contas financeiras líquidas da África fecharam negativas durante os anos 90. E embora as remessas da atual diáspora africana banquem agora uma limitada acumulação de capital, a fuga de capitais é de longe maior. Desde o início dos anos 70, coletivamente, os cidadãos da Nigéria, Costa do Marfim, da RDC, de Angola e Zâmbia ficaram especialmente vulneráveis ao escoamento de mais do que US\$ 10 bilhões/ano da sua riqueza nacional para o estrangeiro. Além do levantamento dos controles cambiais, um principal fator durante o final dos anos 90 foi a desregulamentação financeira. Na África do Sul, por exemplo, a liberalização financeira incluiu a *relisting*, ou seja a extraterritorialização do principal domicílio bursátil para emissão de ações das maiores firmas sul-africanas de Joanesburgo para Londres através da listagem das mesmas naquele mercado bursátil.

Do mesmo modo, a liberalização do comércio custou à África Subsaariana US\$272 bilhões desde o começo dos anos 80, de acordo com *Christian Aid*. É especialmente difícil de se contar com o comércio para o crescimento, dado que os subsídios agrícolas que vão para os agricultores do Norte se elevaram de fins dos anos 80 até 2004 em 15 por cento, para US\$ 279 bilhões, beneficiando principalmente grandes produtores agroempresários. Os fluxos de pessoas - uma verdadeira evasão de profissionais qualificados ("*brain drain*") - também tem sido extraordinários, mas o valor de riqueza perdida no processo é incalculável, dado que mais do que 15 por cento dos profissionais mais bem instruídos da África vivem agora fora do continente.

Fluxos de investimentos não-financeiros são menos conduzidos por condicionantes

políticas - embora a liberalização também tenha sido importante - e mais por oportunidades de acumulação . O investimento direto estrangeiro para a África Subsaariana começou a elevar-se no final dos anos 90 após duas décadas de estagnação. Todavia, o grosso dos investimentos estava contabilizado em dois processos principais: a mudança de domicílio do capital sul-africano e o ressurgimento dos investimentos petrolíferos (especialmente em Angola e Nigéria).

Naqueles casos, um relatório do Banco Mundial (*Where Is the Wealth of Nations?*) reconhece "poupanças genuínas" negativas líquidas e estagnadas nos países com elevada dependência de recursos e baixa acumulação de capital. Estes compreendem a Nigéria, Zâmbia, Mauritânia, Gabão, Congo, Argélia e África do Sul. No pior de todos, o povo do Gabão perdeu US\$2,241 por pessoa em 2000 devido à exaustão da riqueza tangível do país por companhias de petróleo, seguido pela República do Congo(-\$727), Nigéria (-\$210), Camarões (-\$152), Mauritânia (-\$147) e Costa do Marfim (-\$100). Uns poucos países se beneficiam no marco desta definição mais ampla (as Seicheles, Botsuana e Namíbia). Porém a imensa maioria dos países africanos viu sua riqueza exaurida. Mesmo a industrializada África do Sul viu sua riqueza *per capita* cair em US\$ 2 no ano 2000 e a taxa de poupança genuína ficou reduzida a apenas 6,9 por cento da renda nacional quando se inclui uma série de outros fatores associados com o esgotamento de recursos naturais.

Ademais, a maior parte da África - incluindo a África do Sul – tem sido vitimizada por investimentos estrangeiros relacionados com a privatização. A Transparência Internacional culpa a corrupção por parte do "desapontamento em muitos países africanos". Outras formas de corrupção ocorrem através da fraude fiscal e de preço de transferência.

A dívida ecológica que o Norte deve ao Sul, especialmente à África, também é imensa. Joan Martinez-Alier e o comissário da ONU para mudança climática Jyoti Parikh estimam que um subsídio anual total de US\$ 75 bilhões é proporcionado pelo Terceiro Mundo aos países poluentes simplesmente na forma da função de "seqüestro de carbono".

Refletindo uma outra forma de exploração extramercado, as mulheres são as principais vítimas do neoliberalismo, seja em circuitos produtivos do capital (crescentemente sujeitas a condições de trabalho mal pago e sem direitos) ou na esfera da reprodução, onde muita acumulação primitiva ocorre através de relações desiguais de poder no que toca a cada sexo. Isto está especialmente evidente no caso de fluxos de mão-de-obra migratória, em grande parte

porque as mulheres rurais possuem papéis no cuidado das crianças, no cuidado da saúde e no cuidado dos idosos, papéis que mantêm uma oferta de mão-de-obra artificialmente barata.

No identificar das políticas que possam reverter estes fluxos, teríamos que indagar se os países africanos teriam "descarrilado ou se encaminhado mal ", como o FMI sustenta de forma não convincente ao explicar os fracassos residuais do continente. Em vez disso, como advertido por críticos tais como Fanon e Cabral, um conjunto de quadros pós-independência composto de líderes pequeno-burgueses estavam "nos trilhos ou no caminho " de uma maneira diferente: na sua lealdade para com os objetivos do Norte. Durante os anos das décadas de 80 e 90, aos políticos do tipo "*comprador*" acrescentou-se o estabelecimento de um corpo formalmente neoliberal "tecnocrático" dentro dos ministérios de finanças, bancos centrais e organismos ou agências governamentais, com mandatos de controle sobre a privatização e comercialização[N.d.T.: no sentido de expansão da lógica de mercado às atividades de empresas ou instituições públicas ou estatais].

Numa época na qual o Banco Mundial também começou a destacar as idéias de "liderança" na África, será dado a veículos tais como o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares da *NEPAD*, por exemplo, estatuto mais elevado do que já tenham contemplado os movimentos sociais africanos. E o governo em Pretória é o que desempenha o mais ativo papel "subimperial" no continente, com não apenas a *NEPAD* a seu crédito, mas com uma série de outras tentativas para relegitimar a geopolítica dominada pelos EEUU e pelo neoliberalismo.

Todos estes problemas significam que os ativistas africanos progressistas podem agora estar em condições de se apoiar no ceticismo que basicamente têm seus concidadãos para com as elites dirigentes. O desafio será de estabelecer para seus problemas não apenas concepções alternativas, mas também uma abordagem diferente para a política pública e para a ação política.

Estas concepções não estão limitadas a um conjunto de reformas de políticas (embora tal possa ser proporcionado sempre que necessário, lançando mão de experiências reais na história e através do mundo contemporâneo). Acima de tudo, defendeu-se neste capítulo que a solução para a pilhagem da África é para ser encontrada na auto-atividade dos próprios africanos progressistas, em suas campanhas e declarações, em suas lutas – por vezes vitoriosas, todavia ainda principalmente frustradas - e em seu anseio por uma África finalmente capaz de livrar-se dos grilhões de uma economia mundial exploradora e de uma elite do poder que trata

o continente sem respeito.

N.d.T. : Nota do Tradutor

Apontamentos para o Índice

abreviaturas, siglas ou conceitos utilizados por entidades
--

AGCS - Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços	GATS -General Agreement on Trade in Services
AOD	ODA
APEs -Acordos de Parceria Econômica	EPA
AU	UA
Comissão para a África	[<i>Commission for Africa</i>]
DAWN- <i>Development Alternatives with Women for a New Era</i>	
EEUU	US
GCAP - [Chamado Global à Ação Contra a Pobreza]	<i>GCAP - Global Call to Action Against Poverty</i>
IDE	FDI
IFIs -instituições financeiras internacionais	IFIs – Internationa Financial Institutions
NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África	<i>NEPAD - New Partnership for Africa's Development</i>
OCDE	OECD
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	MDG
PIB	
PPME - Países Pobres Muito Endividados, iniciativa para	<i>(HIPC)Highly Indebted Poor Countries</i>
Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural	ESAP
RDB - Rendimento disponível bruto	GDI - Gross disposable income
RNB - renda nacional bruta	GNI
TNC – Empresa transnacional	TNC – Transnational Corporation
Tratamento Diferencial Especial	[<i>Special and Differential Treatment (SDT)</i>]
EU	EU

Apontamentos sobre conceitos em voga, em geral anglicismos ou derivados.
--

accountability" (N.d.T.: a capacidade de responsabilizar-se e de prestar contas obtendo legitimidade para política e atos praticados)

"empowerment" - o empoderamento/ a autonomia

Disempowerment o desempoderamento/a perda de autonomia

Comissão Econômica das Nações Unidas para África (CEA)

RDC – República Democrática do Congo

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED)